

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**As Lideranças Religiosas no Processo de
Independência de Timor-Leste**

Maria José Rodrigues Garrido

Tese orientada pelo/a Prof.^a Doutor/a António Matos Ferreira,
elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História e Cultura
das Religiões

(2016)

Resumo

Esta dissertação tem como objectivo apresentar o papel da Igreja Católica no processo de independência de Timor-Leste. O período de estudo centra-se entre a invasão indonésia, a 7 de Dezembro de 1975, e o referendo em 1999. O nosso propósito centra-se em compreender porque tiveram os religiosos um papel tão relevante na denúncia do que se passava em Timor chegando até a colaborar vigorosamente com a resistência na defesa do direito à autodeterminação do povo timorense. Em todo o processo, este estudo assinala ainda como foi utilizada a rede que a estrutura da Igreja Católica dispõe no mundo, a favor da questão timorense.

A investigação realizada descobre também como o empenhamento da Igreja levou a uma identificação religiosa, que será usada como forma de resistência por um povo que estava longe de ter o catolicismo como a sua religião maioritária, à data da invasão. A maciça catolização que se seguiu será explicada não apenas pela obrigatoriedade de escolha de uma religião mas também porque a Igreja passou a ser referência, protecção e um dos pilares da resistência.

Palavras-Chave:

Igreja Católica/ Timor-Leste/ Resistência/ Padres/ Religiosos (as)

Summary

This dissertation presents the role of the Catholic Church in the process of East Timor Independence, concentrating on the period between the Indonesian invasion in 1975 and the independence referendum in 1999. The study focuses on understanding why the Church played such an important role, including the use of its extensive network throughout the world, in the denunciation of what was happening in Timor and in the resistance that ultimately achieved the right of self-determination for the Timorese people. This dissertation also explains how the commitment of the Church to independence led to a strong religious identification among the people of East Timor to Catholicism, which had relatively few adherents in Timor at the time of the 1975 Indonesian invasion. The massive conversion to Catholicism was not only the result of an obligation imposed by the Indonesians to choose a religion but also, more importantly, it was a political act and provided protection because the Church had become so identified with, and a critical part of, the resistance to Indonesia's domination.

Key words:

Catholic Church/ East Timor/ Resistance/Priests/Nuns

Índice de Anexos

1. Anexos Documentos

Anexo 1/Anexo 1A - Carta do padre Leão da Costa- 1977

Anexo 2/Anexo 2A – Reflexão sobre a Fé (cópia em português) – Setembro de 1981

Anexo 3/Anexo 3A - Discurso do Clero em Timor-Leste ao Pró-Núncio Apostólico de Jacarta – 10/05/1983

Anexo 4/Anexo 4A – Brochura FRETILIN Conquers The Right to Dialogue - 1983

Anexo 5/Anexo 5A – Carta de Monsenhor M. C. Lopes para o Presidente americano Ronald Reagan

Anexo 6/Anexo 6A – Carta codificada do padre jesuíta João Felgueiras- 15/10/1985

Anexo 7/ Anexo 7A - Documento de Monsenhor M. C. Lopes – 02/01/1985

Anexo 8/ Anexo 8A – Acto de Consagração à Virgem de David Alex- 20/04/1988

Anexo 9/Anexo 9A - Carta de D. Carlos Ximenes Belo para o secretário-geral da ONU – 06/02/1989

Anexo 10/Anexo 10A – Carta de D. Carlos Ximenes Belo para D. Manuel Martins – 06/02/1989

Anexo 11/Anexo 11A – Comentário de D. Carlos à sua carta para o secretário-geral da ONU- 12/03/1989

Anexo 12/Anexo 12A – Carta do padre Domingos Soares para João Paulo II – 21/04/1989

Anexo 13/Anexo 13A/Anexo 13B- Carta embaixador Fernando Reino para secretário-geral ONU – 09/06/1989

Anexo 14/Anexo 14A – Documento de apoio do Clero de Díli a D. Carlos – Julho/1989

Anexo 15/Anexo 15A – Carta de Xanana Gusmão para João Paulo II – 5/10/1989

Anexo 16/Anexo 16A – Projecto de carta de D. Manuel Martins para bispos e presidentes da Comissão Justiça e Paz – 1990

Anexo 17/ Anexo 17 A – Projecto de carta de D. Manuel Martins para embaixadores- 1990

Anexo 18/Anexo 18 A- Carta de Konis Santana para João Paulo II – 23/12/1993

2. Anexos Entrevistas

Anexo 19 – Entrevista a Luís Costa

- Anexo 20** – Entrevistas a Luísa Teotónio Pereira e a Jean Pierre Catry
- Anexo 21** – Entrevista a Professor António Barbedo de Magalhães
- Anexo 22** – Entrevista a padre José Lopes Baptista
- Anexo 23** - Entrevista a D. Manuel Martins
- Anexo 24** - Entrevista D. Carlos Filipe Ximenes Belo
- Anexo 25** – Entrevista padre Francisco Tavares
- Anexo 26** – Entrevista a Benjamim de Araújo e Corte-Real
- Anexo 27** – Entrevista a João Dias
- Anexo 28** - Entrevista a padre Francisco Barreto
- Anexo 29** – Entrevista a padre José António da Costa
- Anexo 30** – Entrevista a D. Basílio do Nascimento
- Anexo 31** - Entrevista a Eduardo Costa
- Anexo 32** – Entrevista a padre Jovito Rêgo de Jesus
- Anexo 33** – Entrevista a Carlos Saky
- Anexo 34** – Entrevista a irmã Rosa Sarmiento
- Anexo 35** – Entrevista a padre Leão da Costa
- Anexo 36** – Entrevista a irmã Esmeralda Piedade Araújo
- Anexo 37** - Entrevista a padre João de Deus Pires
- Anexo 38** – Entrevista a padre Eligio Locatelli
- Anexo 39** – Entrevista a padre João Felgueiras
- Anexo 40** – Entrevista a Aleixo Ximenes
- Anexo 41** – Entrevista a padre Júlio Crispim Ximenes Belo
- Anexo 42** – Entrevista a Eduardo Belo Soares
- Anexo 43** – Entrevista a padre José Alves Martins
- Anexo 44** – Entrevista a Rui Marques

Siglas e Abreviaturas

ABRI/TNI- Forças Armadas indonésias

ACFOA- Australian Council for Overseas Aid

ACR- Australian Catholic Relief

AITI- Integração de Timor na Indonésia

APEC- Asia-Pacific Economic Cooperation

APODETI- Associação Popular Democrática Timorese

APPTL - A Paz é Possível em Timor-Leste

ASDI- Acção Social Democrata Independente

ASDT- Associação Social-Democrata Timorese

CAEPDT- Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor

CAFOD- Catholic Fund for Overseas Development

CAVR- Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste

CDF- Comissão Directiva da FRETILIN

CDPM- Comissão para os Direitos do Povo Maubere

CIDAC- Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral/ Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral

CIIR- Catholic Institute for International Relations

CNRM- Conselho Nacional de Resistência Maubere

CNRT- Conselho Nacional da Resistência Timorese

CRRN- Conselho Revolucionário de Resistência Nacional

CRS- Catholic Relief Services da Conferência Católica Americana

CVI- Cruz Vermelha Internacional

FALINTIL- Forças Armadas De Libertação Nacional de Timor-Leste

FORSAREPETIL- Forum de Académicos Timorenses para a Realização do Referendo e o Desenvolvimento de Timor-Leste.

FRETILIN- Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente

GMRT- Grupo de Macau Rai Timor

HANSIP- Força de Defesa Civil (timorenses armados pelos indonésios)

INTEL -Força de Intervenção dos Serviços de Informação

INTERFET- Força Internacional para Timor-Leste

KODAM- Comando Militar Regional

KODIM- Comando Militar Distrital

KORAMIL- Comando Militar Subdistrital

KOPASSUS- forças especiais

KOREM- Comando Sub-regional

LESVALT-Liga dos Estudantes Válidos de Timor-Leste (afecta à UDT)

MAC- Movimento Anticomunista

MAWI- Conferência Episcopal Indonésia

MASRI- Conferência dos Superiores Religiosos Indonésios

ONU- Organização das Nações Unidas

OPMT- Organização Popular da Mulher Timorense

OJETIL- Organização da Juventude dos Estudantes de Timor-Leste

OJECTIL/OJCTL- Organização da Juventude Católica de Timor -Leste

OSIS- Organização Estudantil Inter-Escolas (*Organisasi Siswa Intra-Sekolah*)

PCP- Partido Comunista Português

PJTL- Paz e Justiça Para Timor-Leste

PMFL- Partido Marxista-Leninista FRETILIN

RENETIL- Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste

CSIS- Serviço de Informações Estratégicas da Indonésia

RAKYAT TERATITH RATITH- Força de Civis Treinados

TAPOL-Organização Não Governamental Indonésia de Defesa dos Direitos Humanos União

UDT- União Democrática Timorense

UGM- Universidade de Gadjah Mada

UNETIM- União Nacional dos Estudantes Timorenses (pró- FRETILIN)

UNAMET- Missão das Nações Unidas em Timor-Leste

UNTAET- Administração de Transição das Nações Unidas para Timor-Leste

Índice

Resumo	i
Resumo em inglês	ii
Índice de Anexos	iii
Siglas e Abreviaturas	v
Introdução	1
Capítulo 1 -Timor-Leste Invadido e Ocupado	8
Capítulo 2 - O Catolicismo como Base Identitária da Resistência	36
Capítulo 3 - Dinâmica Interna e Externa da Resistência Católica ...	82
Conclusão	142
Fontes e Bibliografia	148
Mapa de Timor-Leste	I
Cronologia	III

Introdução

Se um louco guia um carro e se lança contra um passeio, como pastor não posso somente sepultar os mortos e consolar os familiares das vítimas: numa situação daquelas, tenho de saltar e arrancar o motorista do volante¹

Em Outubro de 1996, o Comité Nobel Norueguês, ao anunciar a atribuição do Nobel da Paz a D. Carlos Ximenes Belo e a José Ramos-Horta, destacava a importância do trabalho de ambos na procura de uma solução pacífica e justa para o conflito de Timor-Leste. Nesta mesma declaração à imprensa pronunciava-se com mais detalhe sobre o papel do bispo de Díli:

«Carlos Belo, bispo de Timor-Leste, tem sido o principal representante do povo de Timor-Leste. Pondo em risco a sua própria vida, ele tentou proteger seu povo de violações por parte de quem está no poder. Nos seus esforços para criar uma solução justa com base no direito do seu povo à autodeterminação, ele tem sido um porta-voz constante da não-violência e do diálogo com as autoridades indonésias.»²

Carlos Filipe Ximenes Belo foi o primeiro e único bispo da Igreja Católica a receber o Nobel da Paz e na biografia que escreveu sobre ele, Arnold Kohen defende que foram os acontecimentos que o levaram a assumir posições que vão muito além das questões espirituais.³ Num discurso proferido em 2000, na Coreia, Ximenes Belo falando da Igreja e de direitos humanos refere precisamente que foi obrigado a assumir posições de carácter político.

«Como padre preferia fazer o meu trabalho como professor e líder espiritual e não ter de me envolver em questões que são na sua essência de natureza política. Contudo, como pessoa de fé e como padre, como guia espiritual, temos de agir quando o ambiente social e político é tal que oprime e faz sofrer o nosso rebanho.»⁴

¹Dietrich Bonhoeffer (Teólogo alemão luterano do século XX enforcado, aos 39 anos, num campo de extermínio de Flossenbug acusado de participar na conspiração contra Hitler em 1944) in Mendonça, José Tolentino - *Natal Na Frente de Luta*. *Expresso* (19/12/2015)

²Comunicado de Imprensa Comité Nobel - http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1996/press.html

³Kohen, Arnold S. - *From The Place Of The Dead, the epic struggles of Bishop Belo of east Timor*; e-book Library of Congress Cataloging- in-Publication, 2012, prefácio

⁴Belo, Carlos Filipe Ximenes- *The Road to Freedom, A Collection of speeches, Pastoral Letters, and Articles From 1997-2001*; Sydney, Caritas Australia and Centre for Peace and Development Studies, 2001, p. 38

Em Timor, antes dele, na denúncia sobre o que se passava no território e na luta pela autodeterminação do povo timorense, estivera o seu antecessor Monsenhor Martinho da Costa Lopes. Na cerimónia de entrega do Prémio, no seu discurso, José Ramos-Horta vai lembrar o anterior administrador apostólico que fora obrigado a resignar. E o representante da resistência timorense no exterior, embora sublinhando o papel de D. Carlos, acabará por considerar que o Nobel da Paz era um tributo a toda a Igreja de Timor-Leste e em especial a Monsenhor Martinho.⁵ Ao longo de mais de 20 anos de ocupação indonésia em que se calcula que um terço da população foi morta, não foram só os líderes da Igreja timorense a desempenhar um papel relevante na defesa do povo e na denúncia da contínua violação dos direitos humanos que se verificava no território. A Igreja timorense, através dos seus mais diversos elementos, foi uma verdadeira porta-voz de um povo sem voz. Muitos padres, freiras e leigos tiveram uma acção importante na protecção e defesa da população mas também na denúncia do genocídio timorense e até na colaboração e apoio ao movimento de resistência cívico e armado. Houve padres que estiveram com os guerrilheiros nas montanhas onde exerceram o seu múnus religioso mas onde também houve quem tivesse uma intervenção política. E nas paróquias, muitos religiosos e diocesanos garantiram apoio logístico aos guerrilheiros tendo alguns colaborado activamente influenciando politicamente, passando documentação e até material bélico da e para a guerrilha. A sua colaboração foi tão significativa, que aos olhos de académicos como Frédéric Durand, a Igreja acaba por assumir, além do trabalho espiritual também «as funções anteriormente detidas pelos liurai [...] tornando-se na única esperança de protecção do povo».⁶ Outros vêm aqui um pilar fundamental na sociedade timorense. Na correspondência epistolar com o jornalista Adelino Gomes, a eurodeputada Ana Gomes que abriu a secção de interesses em Jacarta quando Portugal reatou as relações diplomáticas com a Indonésia e foi depois embaixadora portuguesa neste país, destaca precisamente a importância da Igreja na relação com a resistência:

«A Igreja teve um papel fundamental na Resistência -ninguém contribuiu mais para unir os timorenses contra o ocupante indonésio. A Igreja manteve a principal estrutura da Resistência no interior do aparelho de Estado indonésio em Timor-Leste e pô-la ao serviço da Resistência, em apoio e articulação com a guerrilha, as FALINTIL.

⁵Discurso de Ramos-Horta na cerimónia de entrega do Prémio Nobel da Paz de 1996-
http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1996/ramos-horta-lecture.html

⁶Durand, Frédéric- *Catholicisme et Protestantisme dans l'île de Timor: 1556-2003*; Toulouse, Editions Arkuiris, 2004, p. 91

A Igreja tem, por tudo isso, uma legitimidade histórica de intervenção política e social, que vai muito para além do seu papel espiritual»⁷

O historiador Peter Carey considera, por seu lado, que desde o tempo colonial português o padre era visto pelos timorenses como «o líder da comunidade cuja protecção muitas vezes procuravam contra os abusos dos funcionários do governo e dos chefes tradicionais (*liurai*)»⁸. Durante a ocupação indonésia, o historiador defende que os laços entre a Igreja e a resistência começaram a construir-se através dos padres que estiveram refugiados com população e guerrilheiros nas montanhas. Inicialmente contra a opção ideológica da FRETILIN a Igreja, à medida que a máquina de guerra indonésia avançou aniquilando a população em massa, começou a denunciar a situação. Segundo Carey, foram padres como Francisco Fernandes, que estivera junto dos refugiados timorenses em Timor Ocidental, ou Leoneto do Rêgo que viveu junto com população e guerrilheiros no mato, os primeiros a contar o que se passava.

«[...] a ligação entre a igreja e a resistência depressa se tornou numa relação profunda e multifacetada. Isso deu uma dimensão moral essencial à luta nacionalista, um relacionamento mais tarde caracterizado pelo líder da resistência timorense, Xanana, como a espinha dorsal da resistência»⁹

E essa “espinha dorsal” a que se refere Xanana, jogava, para o comandante das FALINTIL, um papel moral no apoio à resistência, «um papel indirecto, fortalecendo a consciência patriótica» depositando, o povo, uma enorme confiança nela.¹⁰ Mas o seu contributo é também relevante para a união dos timorenses, fragmentados assim que os partidos surgiram após o 25 de Abril e as divisões se acentuaram desencadeando uma guerra civil com a consequente desestabilização do território, pretexto para a invasão. É ao bispo Carlos Ximenes Belo que se atribui o impulso dos encontros intra-timorenses na Áustria e a alguns padres, como Filomeno Jacob e Domingos Maubere, é-lhes imputado o mérito, por exemplo, na preparação da organização da Convenção Nacional sobre Timor em 1998, em Peniche. Do Conselho Nacional

⁷Gomes, Ana e Gomes, Adelino- *Crise em Timor-Leste O Que Correu Mal?* in Relações Internacionais, Nº 12 (Dezembro 2006) ,Lisboa, 2006, p. 80

⁸Carey, Peter- *The Catholic Church, Religious Revival, And The Nationalist Movement in East Timor, 1975-98* in Indonesia and the Malay World, Vol 27, Nº 78, 1999, p. 79 (TL5430 <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL5430.pdf>)

⁹Carey, Peter- *The Catholic Church, Religious Revival, And The Nationalist Movement in East Timor*, p. 82 (TL5430 <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL5430.pdf>)

¹⁰Entrevista de Xanana Gusmão a Robert Domm em Setembro de 1990, p. 24 (TL0023-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0023.pdf>)

da Resistência Timorense (CNRT) que sai dessa Convenção, fazem parte, além dos partidos, a própria Igreja Católica com o padre Francisco Fernandes a integrar a comissão política. Ainda em 1998, quando a mudança na Indonésia se verificou, o papel relevante da Igreja é reconhecido pelo novo presidente, Yusuf Habibie, já que os primeiros líderes timorenses com que se reúne são D. Carlos e D. Basílio. Durante o processo de referendo são ainda os dois bispos a promover os encontros de Dare para aproximar integracionistas e independentistas. Já independente, a República Democrática de Timor-Leste destaca até o papel da Igreja no preâmbulo da sua constituição.

«Na sua vertente cultural e humana, a Igreja Católica em Timor-Leste sempre soube assumir com dignidade o sofrimento de todo o Povo, colocando-se ao seu lado na defesa dos seus mais elementares direitos.»¹¹

Porque assumiu a Igreja Católica um papel tão relevante num território onde a catolização não chegava a 30% das pessoas na altura da invasão? O que fez com que os líderes religiosos assumissem também um papel de liderança política? O político é intrínseco ao religioso? Tinham os religiosos em Timor-Leste consciência da sua acção política? E qual a importância da estrutura da Igreja Católica na acção da Igreja Timorense? A rede da Igreja foi essencial e utilizada consciente e estrategicamente pelos religiosos timorenses?

Partindo destas questões, a nossa investigação pretende caracterizar o papel e a acção da Igreja Católica em Timor-Leste através dos seus líderes religiosos, entendendo por essa liderança não apenas os administradores apostólicos e bispos mas igualmente os muitos padres, religiosos e freiras anónimos que tiveram um papel activo na defesa dos direitos humanos e que se envolveram na luta pela autodeterminação do povo timorense. Ao longo da investigação fizemos 27 entrevistas, 26 das quais gravadas em vídeo e uma em áudio. Apenas em três casos (D. Basílio do Nascimento, padre João Felgueiras e Luís Costa) não foi possível gravar a entrevista na íntegra ficando parte das mesmas limitada às notas então tomadas. Tentámos ainda entrevistar Xanana Gusmão, Ramos Horta, Mário Carrascalão, Max Stahl e os padres Filomeno Jacob, Domingos Soares (Maubere) e Domingos da Cunha. Não obtivemos resposta da maioria sendo que no caso do padre Filomeno Jacob a entrevista foi rejeitada e nos casos de Domingos Soares e

¹¹Constituição da República Democrática de Timor-Leste – http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf

Domingos da Cunha não nos foi possível sequer obter o seu contacto. A descrição da acção destes ficou assim limitada à pesquisa documental e bibliográfica. A maioria das entrevistas foi realizada em Timor-Leste onde estivemos em Julho de 2015. Nas 27 entrevistas feitas contam-se os bispos D. Carlos e D. Basílio e ainda muitos dos principais padres e irmãs que tiveram um papel activo no apoio à resistência. Em Timor-Leste, entrevistámos também leigos entre membros da resistência estudantil e guerrilheiros. E em Portugal, falámos ainda com várias pessoas que, dentro da estrutura da Igreja Portuguesa ou em organizações não -governamentais, constituíram parte de uma rede assente na religião que foi usada para divulgar o que se passava em Timor-Leste. Destacamos aqui a entrevista a D. Manuel Martins, um dos poucos bispos portugueses que se manteve firme na defesa da causa timorense. Dentro da rede da Igreja estiveram muitas outras pessoas, católicos e não só, de todo o mundo. Há que ter conta, por isso, que quando falamos de estrutura da Igreja e da sua rede não nos referimos apenas à organização oficial e formal do Catolicismo, mas aqui incluímos todos os que dela fazem parte, a começar nos fiéis e muitos dos que trabalharam à margem e, por vezes, contra as indicações das entidades e hierarquias oficiais da Igreja Católica. Até porque a actuação das diversas entidades da hierarquia católica, a começar no Vaticano e passando pelas conferências episcopais, não foi toda igual e variou ao longo dos anos. Partimos assim da ideia de que a rede que acabou por ser constituída por religiosos e meros cristãos faz também parte da estrutura que terá sido de grande importância para o desfecho final da questão timorense.

A verificação desta hipótese foi feita também através da pesquisa em dois dos principais arquivos sobre Timor: o Arquivo da Resistência Timorense da Fundação Mário Soares composto por fundos documentais entregues pela população aquando da independência em 2002 para uma exposição que acabou por dar origem ao actual Museu da Resistência Timorense, em Díli; o Timor Online do CIDAC (Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral anteriormente denominado Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral), organização que foi actor durante todo o processo de Timor-Leste, dando origem à criação de outras associações que trabalhavam no seu seio, como a Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM) e A Paz é Possível em Timor Leste (APPTL) que se dedicavam em exclusividade à questão timorense. Neste arquivo encontra-se uma vasta documentação que foi chegando ao CIDAC ao longo dos mais de 20 anos de ocupação indonésia, parte da qual são relatórios e cartas enviados por religiosos e organizações com ligações a diversas igrejas de todo o mundo. Ao

arquivo do CIDAC chegaram ainda fundos pessoais sobre Timor e a Resistência. Devido à sua importância, optámos por privilegiar estes dois arquivos na nossa pesquisa. Eles foram ainda importantes para podermos compreender a posição do Vaticano uma vez que a documentação da Santa Sé relativamente a essa época não foi ainda aberta ao público.

Na citação dos documentos seguimos as indicações preconizadas pela Fundação Mário Soares e, no caso do CIDAC, não havendo recomendações nesse campo, optámos por citar a cota e a respectiva ligação *online*. Em paralelo à pesquisa documental e de campo, realizámos ainda um trabalho bibliográfico verificando o que sobre a matéria já foi escrito. Dessa pesquisa resultou a bibliografia lida para este trabalho.

A dissertação debruça-se sobre o período que vai da invasão, em 1975, até ao referendo, em 1999, e foi dividida em 3 partes. No primeiro capítulo desenvolvemos o enquadramento histórico de Timor-Leste desde a chegada dos primeiros portugueses, os Dominicanos, no século XVI, até ao referendo que ditou a independência, passando pela invasão e ocupação do território e pela organização da resistência. Aqui abordamos também o contexto internacional de um mundo em guerra fria que possibilitou e até foi um incentivo à invasão e integração de Timor-Leste na Indonésia.

No segundo capítulo tratamos do catolicismo enquanto identidade da resistência uma vez que foi na Igreja Católica que os timorenses encontraram a protecção, defesa e até a cooperação com a resistência. Aqui damos, por isso, conta das acções desenvolvidas pelos religiosos no interior do território que assiste durante o período da ocupação a uma maciça catolização da população. Verificamos as razões dessa adesão em massa e ainda o papel político desenvolvido por sacerdotes, religiosos e religiosas em defesa da população mas também, nalguns casos, de verdadeiro activismo junto da resistência. Procuramos saber o que os levou a ter essa acção política e se agiam com consciência política.

No terceiro capítulo abordamos o processo que levou a Igreja Timorense- inicialmente dividida entre o apoio à invasão indonésia receando a linha ideológica marxista-leninista da força pró-independência dominante, a FRETILIN, e a rejeição das forças ocupantes- a assumir-se como porta-voz de um povo. Neste processo, verificamos como a dimensão internacional da Igreja foi importante para a visibilidade da causa timorense na constituição de uma rede que, nem sempre numa estratégia concertada, utilizou a estrutura católica para difundir o que se passava num Timor isolado e para criar grupos de pressão junto de governos, ONU e entidades

eclesiásticas. Igualmente importante nesta abordagem da dimensão internacional é o papel ambíguo do Vaticano que se repercutiu em várias conferências episcopais como foi o caso da portuguesa e que levou os sacerdotes no território a falar da «Igreja silenciosa de Timor-Leste»¹² de tão isolados que se sentiam. Aqui se abordará ainda como se verifica o processo de viragem e como, a partir da visita do Papa a Díli, a resistência começa a usar as celebrações religiosas para as suas manifestações. Até ao referendo e durante esse processo a Igreja Timorense estará sempre como um actor fundamental.

Apesar de muitos dos entrevistados se referirem indiferenciadamente a militares quando falam de guerrilheiros ou Forças Armadas indonésias, para evitar a confusão optámos pelo termo guerrilheiros para as forças das FALINTIL e militares para as forças indonésias. No que diz respeito à grafia de nomes de pessoas e locais optámos, no primeiro caso, pela ortografia da língua correspondente. Isto é, para os nomes indonésios mantemos a grafia do bahasa, e para os timorenses a do português. Para os nomes de locais usámos sempre a ortografia portuguesa. As citações respeitam a grafia encontrada em livros e documentos. Devido à extensão dos anexos, decidimos entregá-los digitalizados num CD que juntamos à presente dissertação. Nos anexos encontram-se os documentos que consideramos mais relevantes e a transcrição total das entrevistas realizadas. Durante toda a investigação tentámos compreender os acontecimentos à luz do contexto da altura, um contexto de um território ocupado, em guerra e onde a lógica Ocidental não pode, nem deve ser aplicada. Isto até porque, em Timor há uma dualidade no comportamento muito Oriental e que verificámos por várias vezes na actuação de muitos dos actores centrais desta História.

¹²PP0028p-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0028p.pdf>, p. 2 (Anexo 2/2A)

Capítulo 1

Timor-Leste Invadido e Ocupado

O 25 de Abril não foi provocado pela situação existente em Timor nem teve em especial atenção Timor. Mas, em contrapartida, a situação e a sua evolução em Timor foi profundamente afectada pela revolução de Lisboa ¹³

A 16 mil quilómetros de distância da metrópole, Timor era a mais longínqua colónia portuguesa e esta enorme separação em muito contribuiu para o seu isolamento e abandono por parte de Portugal não só durante o período que se seguiu ao 25 de Abril. Desde a sua descoberta por mercadores portugueses, por volta de 1514, que Timor não foi uma prioridade para o país colonizador. Os mercadores apenas por ali passam em busca do sândalo e será religiosa e não política a primeira presença portuguesa que se fixa na ilha. São os Dominicanos os primeiros a estabelecerem-se no território, em meados do século XVI, e só cerca de um século depois será nomeado o primeiro governador para Timor. António Coelho Guerreiro é empossado governador, em 1702, por Frei Manuel de Santo António, aquele que será o bispo de Malaca com residência fixa em Timor. O primeiro governador lança as bases de uma organização administrativa e militar no território, que irá perdurar até finais do século XIX, aproveitando a hierarquia nativa já existente e integrando-a na estrutura portuguesa.

«Até ao fim do século XIX a presença portuguesa teve um carácter de protectorado: a soberania plena exercia-se apenas em três ou quatro lugares do litoral, e o resto era governado pelos régulos a seu talante, sob uma suserania quase simbólica da Coroa, representada pelo Governador. As tropas existentes limitavam-se aos *arraiais* dos regulados, comandados por um tenente-general escolhido entre os régulos. Com eles foram feitas as campanhas de pacificação e sufocadas as revoltas instigadas pelos holandeses, pois até aos nossos dias não houve praticamente em Timor forças regulares portuguesas. Raros foram os europeus que se estabeleceram no território, para além dos missionários e do escasso funcionalismo.»¹⁴

¹³Pires, Mário Lemos - *Descolonização de Timor, missão impossível?*; Lisboa, Círculo de Leitores/Publicações D. Quixote, 1991, p. 45

¹⁴Thomaz, Luís Filipe - *País Dos Belos, Achegas para a Compreensão de Timor-Lest*; Lisboa, Instituto Português do Oriente, 2008, p. 323

Uma vez que era difícil atrair gente de fora de Timor, as reformas que se seguiram na organização administrativa do território, tiveram sempre em conta a hierarquia tradicional, respeitando-a e utilizando-a em proveito da colonização portuguesa. Exemplo disso mesmo foi o sistema de administração colonial criado pelo governador Celestino da Silva depois das campanhas de pacificação em que, sem interferir na estrutura tradicional, o régulo continuava a fazer a ponte com a administração portuguesa. De resto, a falta de pessoal da metrópole a isso obrigava. A presença de portugueses em Timor foi sempre tão escassa que as estatísticas do censo de 1970 (o último realizado durante a colonização portuguesa) revelam que só habitavam, então, o território 1463 europeus, número que inclui militares e funcionários em comissão de serviço temporária. Mas de acordo com Luís Filipe Thomaz, o autor onde fomos buscar as estatísticas, verdadeiramente radicados só haveria meia centena de europeus casados com timorenses. Isto numa população de 610 mil habitantes.¹⁵ Este académico defende mesmo que não houve propriamente uma colonização portuguesa. Ao longo dos anos só ali se fixaram alguns missionários, comerciantes, funcionários e militares do estado e os deportados, os opositores do regime que os governos para lá mandavam. Ainda para mais nunca houve sequer uma ligação directa por meios de transporte entre Portugal e a sua longínqua colónia.

Outra marca da fraca presença portuguesa em Timor foi a escolarização da população, embora estivesse em franca ascensão em vésperas da revolução de 1974, em Portugal. Assim no ano lectivo de 1973/1974, 77% das crianças em idade escolar frequentavam o ensino. Era o maior número de uma década que começara com uma taxa de 28% de crianças na escola. O esforço feito, neste capítulo, nos últimos anos da colonização portuguesa, não escondia, contudo, uma população maciçamente analfabeta. A taxa de analfabetismo era 90,8 % entre a população acima dos 10 anos e de 92,8% dos adultos com mais de 20. A evolução do ensino em Timor fora, de resto, lenta. As primeiras experiências aparecem pela mão dos religiosos no século XVII mas será só em meados de setecentos que surge o primeiro seminário em Lifau. Mais tarde será construído um outro em Manatuto. As duas instituições tinham como fim educar os naturais mas também o recrutamento dos nativos para a vocação religiosa. A extinção das ordens em 1834 dita o fim dessas experiências de ensino. O recomeço dá-se com o bispo António Joaquim de

¹⁵Thomaz, Luís Filipe - *De Ceuta Timor*; Lisboa, Difel, 2ª edição, 1994, p. 672 e 673

Medeiros que relança não só a missionação no território, como inaugura várias escolas, entre elas uma agrícola e um colégio para raparigas das irmãs Canossianas. Em 1898 dá-se a fundação, por parte dos Jesuítas, do Colégio de Soibada, transformado em seminário em 1936 e transferido para Dare em 1954. Os Jesuítas que, com a implantação da República em 1910, tinham sido expulsos do território voltam em 1958 tendo então ficado com a gestão do seminário de Dare. Os Salesianos chegam a Timor em 1927 e abrem, em Díli, uma escola de Artes e Ofícios que será integrada mais tarde em Soibada quando a congregação abandona o território dois anos depois. No seu regresso, após a II Grande Guerra, ficam com a responsabilidade da região Leste do território e aí fundam várias escolas, entre elas o Colégio de Fuiloro e a Escola Agrícola de Fatu Maka. O Ensino oficial só aparece em 1915 com a primária e em 1938 é fundado o liceu mas o avanço é lento e todo o trabalho é destruído após a invasão japonesa, durante a II Guerra Mundial. O ensino do português regressa lentamente após a Grande Guerra mas em 1958 só havia duas escolas oficiais no interior do território. O liceu só reaparece em 1952 e a escola técnica será criada em 1965. Universidades não existiam. Pouco escolarizados, os timorenses nunca chegaram a ter como sua, a língua portuguesa. Luís Filipe Thomaz refere que em 1974, apenas 15 a 20% dos timorenses falavam português.

«O português não chegou, pois, nunca a tornar-se a língua normal da comunicação oral, nem mesmo como língua de contacto entre etnias de diferente falar: tal função continuou a ser desempenhada até aos nossos dias pela língua veicular tradicional, o tétum»¹⁶

Em vésperas da revolução de Abril de 1974, temos pois um território português longínquo, pouco aculturado e ainda por cima pobre. A indústria era inexistente e segundo Luís Filipe Thomaz, para as elites educadas só existia o funcionalismo público como emprego. A esmagadora maioria dos quadros da função pública era, de resto, preenchida por timorenses mas a grande maioria da população, composta pelos não instruídos, dedicava-se à agricultura de subsistência.

Timor-Leste era então uma colónia portuguesa num território com uma área de 15,007 Km²¹⁷ que correspondia a metade de uma ilha muito acidentada no arquipélago da Insulíndia,

¹⁶Thomaz, Luís Filipe - *De Ceuta Timor*, p. 648

¹⁷A área que aqui referimos é a que se encontra no site oficial do governo de Timor-Leste. Outras fontes referem, no entanto, outras grandezas. Luís Filipe Thomaz aponta para uma área de 14 932 Km² (Thomaz, Luís Filipe - *País Dos Belos, Achegas para a Compreensão de Timor-Leste*; Lisboa, Instituto Português do Oriente, 2008, p. 142) e

incluindo ainda o enclave de Oecussi, a Ocidente, e as ilhas de Ataúro e Jaco. A separação das duas metades da ilha não é uma consequência pura e simples do colonialismo, pois quando os portugueses chegaram a Timor já ela estava partida em dois reinos maiores, embora as fronteiras não coincidissem com as actualmente existentes: do lado Ocidental da ilha estava o rei de Senobai, designado como “Imperador de Servião” que falava baiqueno, e do lado Oriental o rei de Bé-hali também conhecido como “imperador dos Belos”. Este era um reino mais fragmentado linguisticamente mas que usava o tétum como língua franca. A organização tradicional em Timor assenta no suco que se subdivide em povoações. Vários sucos reunidos formam um reino ou regulado. Cada reino é dirigido pelo régulo ou liurai e pode ou não pertencer a um reino maior.

Talvez por a colonização portuguesa ter demorado a instalar-se ou porque em raros momentos foi imposta à força ou ainda porque, por necessidade, sempre integrou a cultura local na sua organização, a verdade é que em Timor se vivia em paz e com pouca oposição à potência colonizadora, desde as campanhas de pacificação levadas a cabo pelo governador Celestino da Silva em finais do século XIX, princípios do século XX. Luís Filipe Thomaz defende que Portugal, durante os 4 séculos de colonização, funcionou antes como elemento aglutinador e protector em Timor: «A presença portuguesa funcionou quer como elemento aglutinador dos vários povos timorenses quer como poder protector e defensor da identidade étnica, cultural e política de Timor Oriental»¹⁸

Este académico refere ainda o culto da bandeira como um exemplo da fidelidade a Portugal vendo nele a identificação ao totem do grupo vasto em que os timorenses se inseriam e aponta ainda outras explicações para a inexistência de oposição à colonização portuguesa: A ausência de concorrência no mercado laboral por parte dos portugueses e o facto de não verem Portugal como potência exploradora, no campo económico, mas antes como arbitral.

Antes do 25 de Abril de 1974, não eram, por isso, conhecidos em Timor movimentos organizados defensores da Independência. Não era contudo pacífica a colonização portuguesa havendo vozes que se levantavam contra ela.¹⁹ Mas certo é que os partidos políticos que ali vão

Mário Lemos Pires aponta para uma área de 19 000 Km² (Pires, Mário Lemos - *Descolonização de Timor, missão impossível?*; Lisboa, Círculo de Leitores/Publicações D. Quixote, 1991, p. 27)

¹⁸Thomaz, Luís Filipe – *De Ceuta Timor*; Lisboa, Difel, 2ª edição, 1994, p. 603

¹⁹Ramos Horta em entrevista ao *Expresso* de 28/11/2015 refere que meses antes do 25 de Abril escrevera um artigo no jornal da Igreja, *A Seara*, que terminava com um apelo à revolta contra a colonização; Xanana Gusmão no seu livro *Timor-Leste Um Povo, Uma Pátria* refere em vários momentos a sua oposição à colonização portuguesa; e há

nascer, surgem como consequência da “revolução dos cravos”. Mário Lemos Pires, o último governador português em Timor, conta, no seu livro *Descolonização de Timor, Missão Impossível?* que foi o próprio governador que o precedeu a criar uma Comissão para Autodeterminação da colónia portuguesa tendo como prioridade:

«[...] promover a consciencialização dos portugueses em Timor, visando acelerar a constituição de associações cívicas, que polarizem as diversas tendências e correntes de opinião, garantindo-lhes um permanente apoio e esclarecimento para a sua estruturação e actividades [...]»²⁰

É neste contexto que os partidos políticos surgem em Timor. Ao todo vão aparecer 5 partidos mas a administração portuguesa só reconhecerá 3: a União Democrática Timorense (UDT), a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) e a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI).

A UDT foi a primeira organização política a ser fundada. Na base da sua constituição estão homens ligados ao funcionalismo público- as elites educadas em seminários e colégios católicos- e muitos régulos do interior. São os mais velhos da sociedade timorense e entre eles estão os irmãos Carrascalão (Mário e João), Domingos Oliveira, César Mouzinho (então presidente da câmara de Díli) e Francisco Lopes da Cruz (primeiro presidente da UDT). Inicialmente defendiam uma autonomia progressiva mas a radicalização do processo em Timor leva-os a defenderem, mais tarde, também a independência. Foi sempre o partido mais ligado a Portugal.

A FRETILIN nasceu inicialmente como Associação Social-Democrata Timorense (ASDT) e defendeu desde logo o direito à independência, embora inicialmente através de uma autonomia progressiva. É integrada sobretudo por jovens educados nas escolas do estado mas entre os seus líderes está também gente formada nas escolas católicas. Xavier do Amaral, o seu primeiro presidente, era um ex-seminarista jesuíta; Nicolau Lobato, que se seguiu à presidência, estudara no seminário de Dare; e Ramos-Horta, o homem da diplomacia da resistência no exterior, foi aluno na escola de Soibada. Desde a sua criação que estiveram

anda uma referência à oposição à colonização no Capítulo 3: História do Conflito-CAVR- *Relatório Chega!* (<http://www.cavr-timorleste.org/po/Relatorio%20Chega!.htm>), p. 26

²⁰Pires, Mário Lemos - *Descolonização de Timor, missão impossível?*; Lisboa, Círculo de Leitores/Publicações D. Quixote, 1991, p. 37

presentes duas facções na FRETILIN: uma mais moderada e uma outra de jovens radicais, inspirados pelos movimentos das outras colónias e pelas ideias revolucionárias trazidas pelos estudantes da Casa de Timor, em Lisboa. A oposição entre a FRETILIN e a UDT tinha na sua origem precisamente o fosso geracional dos dois partidos, mas acentua-se ainda mais quando, em Novembro, os estudantes timorenses em Portugal regressam a Díli com o seu espírito revolucionário. É nessa altura que a ASDT passa a ser FRETILIN e adopta uma corrente ideológica revolucionária de esquerda. Lemos Pires refere que esta mudança marca não tanto pelos propósitos enunciados mas pelo comportamento que a organização passa a ter.

«E se a mudança provém, de se oporem à Apodeti (Indonésia) e ultrapassar rapidamente a UDT, o dinamismo revolucionário, irrealista por desadaptado às condições timorenses, provém essencialmente do espírito esquerdista transportado pelos estudantes timorenses e por eles adquirido e vivido na revolução portuguesa e na leitura dos ideais da Frelimo de Moçambique e do PAIGC, da Guiné e Cabo Verde»²¹

A radicalização da FRETILIN irá precipitar os acontecimentos em Timor já que vai fornecer aos jogadores internacionais com interesses geo-estratégicos na região o argumento do perigo comunista. Muitos apontam-lhe ainda como um dos principais erros, os ataques à Igreja Católica.

A APODETI por seu turno começou por ser a Associação para a Integração de Timor na Indonésia (AITI) e defendia precisamente a anexação do território. Entre os elementos que a compunham estavam pessoas anteriormente com problemas com a justiça como Reis Araújo, José Osório e Guilherme Gonçalves. O cônsul indonésio em Díli era seu conselheiro e financiador. Várias fontes apontam o envolvimento do delegado do MFA na região, Arnão Metello, na formação da APODETI.

Estas serão as forças políticas protagonistas dos acontecimentos em Timor-Leste que se irão precipitar, em muito, porque Portugal deixa a região à sua sorte.

«No período que antecedeu a minha nomeação como governador de Timor, a indefinição do poder político é uma mistura de falta de tempo e de interesse de Lisboa para com o problema, com um salpicar ocasional de factos e declarações políticas que, em somatório, permitem e mesmo propiciam a deterioração do ambiente em Timor»²²

²¹Pires, Mário Lemos - *Descolonização de Timor, missão impossível?*, p. 41

²²Pires, Mário Lemos - *Descolonização de Timor, missão impossível?*, p. 45

O comportamento da metrópole para com a sua colónia não estava longe daquilo que tinha sido a sua relação ao longo da história mas era, agora, agravado pelos acontecimentos num Portugal que saído de uma revolução também não encontrava estabilidade. Na metrópole, a luta pelo poder entre as diversas forças políticas presentes, no espaço de ano e meio, levava à queda sucessiva de governos provisórios, à demissão do Presidente da República, António de Spínola, a tentativas de golpe de estado (11 de Março e mais tarde o 25 de Novembro de 1975), a ocupações de propriedades, a manifestações e contra-manifestações entre máximas que exigiam o fim da guerra nas colónias e a um verão quente marcado pelos ataques às sedes do Partido Comunista Português (PCP) e por uma instabilidade que levou muitos a temer uma guerra civil. A situação só vai começar a estabilizar depois de anulado o golpe, visto como o golpe comunista, de 25 de Novembro de 1975. Mas aí os acontecimentos já iam adiantados em Timor-Leste.

Depois de exonerado o governador Alves Aldeia, em meados de 1974, o novo responsável pelo governo de Timor, Mário Lemos Pires, só ali chega a 18 de Novembro desse ano. Era tido como conservador mas não consegue travar a radicalização do processo, numa altura de desmobilização e insubordinação dos militares portugueses no território o que levou à passagem das responsabilidades para os timorenses presentes no Exército português, a chamada “timorização” das Forças Armadas. O último governador de Timor lembra, por exemplo, que assim que ali chegou, recebeu um ultimato de um grupo de praças exigindo o seu regresso até ao final de Abril do ano seguinte. O relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor (CAEPDT) citado por Lemos Pires diz ser «*preocupante*» o estado disciplinar das tropas naturais e da metrópole e acrescenta que a situação «*teve importantes reflexos na população, provocando o descrédito da autoridade e o pânico, pelo receio de Portugal se preparar para abandonar Timor*». ²³Tudo isto enfraquecia as já de si frágeis, porque diminutas, Forças portuguesas no território. E esta situação era ainda acompanhada da falta de apoio de Lisboa e por outros factores que se impunham.

«As minhas limitações para a decisão vieram, sim, dos condicionalismos da situação real em Timor, donde sobressaía a interferência da Indonésia, a conduta pouco ponderada dos partidos políticos, com relevo para a Fretilin, os escassos meios humanos de qualidade e o fraco e tardio apoio de Lisboa»²⁴

²³Pires, Mário Lemos - *Descolonização de Timor, missão impossível?*, p. 53

²⁴Pires, Mário Lemos - *Descolonização de Timor, missão impossível?*, p. 155

E o que chegava de Lisboa era uma posição ambígua quanto ao futuro de Timor. Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial, afirma em entrevista que a independência é inviável tal como a integração na Indonésia e que a permanência da ligação a Portugal também não o satisfaz, para mais tarde declarar que só havia duas soluções: a ligação a Portugal ou a integração na Indonésia. O governo indonésio, nos contactos formais que tinha com o executivo português insistia que a única solução para Timor seria a sua anexação. Solução que, é consensual, se Portugal não apoiava também não hostilizava. Documentos libertados pelo *National Security Archive*, nos Estados Unidos, em 2005, dão conta de que Portugal já informara os Estados Unidos de que em caso de invasão não pretendia resistir.²⁵ Como já referimos, vários autores apontam o envolvimento do delegado do MFA, Arnão Metello na fundação da APODETI o que faz pressupor que alguns dos responsáveis pela descolonização achariam a integração a solução lógica fruto, talvez, de um desconhecimento profundo em relação à mais longínqua colónia portuguesa. Mário Soares, por exemplo, que foi ministro dos Negócios Estrangeiros até Março de 1975, poucos anos antes da revolução escrevera, no seu livro *Portugal Amordaçado* uma simples frase sobre Timor dizendo «que é uma ilha indonésia com bastante pouco a ver com Portugal...»²⁶. Ali Alatas que será ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, enquanto secretário do seu antecessor, Adam Malik, lembra um Soares aberto a uma possível integração, num encontro com ele.²⁷ Lemos Pires afirma, por seu lado, que as autoridades portuguesas nas reuniões com os seus pares indonésios, não concertaram políticas sobre Timor e coloca a possibilidade destes terem encontrado posições mais favoráveis do que esperavam do lado português embora o princípio do direito à autodeterminação tenha sido sempre defendido por Portugal. Num resumo da reunião de Londres, em Março de 1975, entre delegações dos dois países, a CAEPDT refere já que Portugal se comprometeu a nada fazer para dificultar a integração chegando a dar conselhos sobre como conquistar os timorenses.²⁸ A posição portuguesa salvaguardou sempre, no entanto, a necessidade dos timorenses se pronunciarem antes. Na última reunião entre ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países, em Novembro de 1975, em Roma, Melo Antunes diz que a Indonésia deu garantias de

²⁵Portugal disse aos Estados Unidos que não se oporia à Invasão de Timor-Leste in *Público* (29/11/2005)

²⁶Soares, Mário - *Portugal Amordaçado depoimento sobre os anos do fascismo*; Arcadia, Outubro 1974, p. 457

²⁷Alatas, Ali - *The Pebble in the Shoe, The Diplomatic Struggle for East Timor*; Aksara Karunia, 2006, p. 2

²⁸Pires, Mário Lemos - *Descolonização de Timor, missão impossível?*; Lisboa, Círculo de Leitores/Publicações D. Quixote, 1991, p. 125 ; Gomes, José Júlio Pereira - *A Internacionalização da Questão de Timor-Leste* in *Relações Internacionais*, Nº 25 (Março 2010), Lisboa, 2010, p. 69

não intervir militarmente quando na verdade já estava em território de Timor-Leste. A Indonésia, organizadora da Conferência de Bandung em 1955, onde nasce o Movimento dos países não-alinhados e de onde saíram entre outros princípios, o da não ingerência em assuntos de outro Estado, inicialmente afirma não ter pretensões sobre o território. Mas, mantendo sempre uma posição dúbia, vai discretamente avançando com a hipótese de integração, argumentando com a instabilidade que se vivia em Timor-Leste. De facto, na colónia portuguesa, o ambiente era de grande desestabilização.

«Este período caracterizou-se por uma reforma intensiva de estruturas (desmantelamento do quadro administrativo, substituição de muitos chefes, hereditários, por aventureiros eleitos apressadamente, desmobilização da quase totalidade das forças metropolitanas na Província, intensa politização das forças timorenses) o que estabeleceu uma crise de autoridade generalizada e um caos político latente; e ao mesmo tempo por uma rápida promoção da FRETILIN, apoiada mais ou menos declaradamente pelos oficiais revolucionários. Daí uma intensificação da luta política em todo o território, ocorrendo frequentemente mortos e feridos em escaramuças entre reinos afectos a um e outro partido. Este clima de radicalização das posições da FRETILIN fez gorar a coligação que esse partido fizera com a UDT, contra o que ambos consideravam o maior perigo, a anexação pela Indonésia. Esta fez saber que não consentia a tomada do poder pela FRETILIN e começou a concentrar tropas na fronteira»²⁹

No contexto internacional da época, era insuportável a ideia de Timor-Leste ficar nas mãos de um partido, a FRETILIN, que se assumia ideologicamente como marxista e ganhava de dia para dia o apoio popular. O mundo vivia em guerra fria, dividido pela influência de duas grandes potências onde de um lado estava o modelo capitalista dos Estados Unidos e do outro a economia de estado, socialista, da URSS. Na História recente da Indonésia, o presidente Soeharto tomara o poder num golpe militar para prevenir precisamente a ascensão ao poder dos comunistas, um dos pilares do governo do seu antecessor, Sukarno. Em Abril de 1975, os Estados Unidos perdiam a guerra do Vietname para os comunistas do Norte e noutros pontos da Ásia e África verificara-se o avanço do Comunismo. Um foco comunista em Timor fazia temer o efeito dominó na região e era encarado como uma ameaça tanto por indonésios como por americanos mas também pelos australianos que, mais próximos, sempre olharam para o território como um tampão para qualquer invasão (como se verificou com os japoneses durante a II Grande Guerra) e ali tinham ainda interesses económicos a defender. Um boletim trimestral de

²⁹Thomaz, Luís Filipe - *De Ceuta Timor*; Lisboa, Difel, 2ª edição, 1994, p. 606 e 607

1968 do Banco Nacional Ultramarino revela que desde 1957 estava a operar no território na prospecção de petróleo a *Timor Oil*, uma empresa australiana.³⁰ E em vésperas da invasão, o embaixador australiano em Jacarta dá conta, num parecer, que um acordo sobre os limites marítimos seria mais fácil de negociar com a Indonésia do que com Portugal ou um Timor-Leste independente.³¹ Mais tarde, em 1989, a Austrália assina com a Indonésia um acordo para a exploração de petróleo e gás natural no Mar de Timor. O acordo fica conhecido como o *Timor Gap*. Uma década antes reconhecera a integração do território na República da Indonésia. O papão comunista foi, no entanto, a arma esgrimida que irá ainda pressionar o Vaticano preocupado já com a Teologia da Libertação na América Latina e a abraços com os problemas na Europa de Leste onde os regimes comunistas tinham uma tolerância limitada para com as religiões. A este propósito Agostino Casaroli recorda as palavras de Pio XI na *Divini Redemptoris*: «O comunismo é, por sua natureza, anti-religioso e considera a religião “o ópio do povo” porque os princípios religiosos que falam da vida além-túmulo afastam o proletariado de olhar para a obtenção do paraíso soviético, que é desta terra»³²

Em Timor, os acontecimentos precipitavam-se o que era do agrado da Indonésia que, ao mesmo tempo, desencadeava a operação *Komodo*, pensada pelo general Ali Moertopo com o intuito de desestabilizar o território, explorando as desavenças entre os partidos timorenses, até chegar à invasão. Em Maio de 1975 a UDT quebra a coligação que estabelecera com a FRETILIN em Janeiro. A FRETILIN, por seu lado, recusa-se a participar na conferência preparatória da autodeterminação que se realiza em Macau, em Junho desse ano, hostilizando cada vez mais a administração portuguesa. Nesta reunião fica delineado o processo de descolonização de Timor, definido na lei 7/75. Em Agosto, com o argumento de que a FRETILIN se preparava para tomar o poder e perante os rumores crescentes de uma invasão por causa da sua ameaça comunista, a UDT leva a cabo um golpe armado. Segue-se a reacção da FRETILIN apoiada pelos militares timorenses que integravam o Exército português. É a guerra civil. A administração portuguesa, depois de esgotadas as tentativas de negociações entre as partes, retira-se para a ilha de Ataúro enquanto familiares e parte dos militares eram transferidos

³⁰TL2415- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL2415.pdf>, p. 35

³¹Pires, Mário Lemos - *Descolonização de Timor, missão impossível?*; Lisboa, Círculo de Leitores/Publicações D. Quixote, 1991, p. 333

³²Casaroli, Agostino - *O Martírio da Paciência*; Apelação, Paulus Editora, 2000, p. 33

para a Austrália. Na batalha que divide os timorenses, a FRETILIN vai controlar a maior parte do território empurrando os elementos da UDT até à fronteira com Timor Ocidental. As FALINTIL (Forças Armadas De Libertação nacional de Timor-Leste) são fundadas nesta altura passando a ser o braço armado da FRETILIN. Vão integrá-la muitos dos militares que pertenciam ao Exército português. As Forças Armadas indonésias (as ABRI que darão lugar às TNI em 1999)³³ que desde Maio estavam concentradas na fronteira de Timor Ocidental, entram, entretanto, em Timor-Leste e em Balibó assassinam cinco jornalistas, pretendendo assim anular quaisquer testemunhos da sua presença no território. A guerra, no entanto, já se trava entre as FALINTIL e as forças indonésias, segundo Mário Carrascalão, mais tarde governador em Timor, vêm disfarçadas de voluntários juntamente com timorenses a quem chamam os *Partisans*. É neste ambiente, já com os indonésios a avançar no terreno que, a 28 de Novembro de 1975 a FRETILIN declara unilateralmente a independência de Timor, reconhecida por poucos Estados, entre eles a China e as antigas colónias portuguesas em África. Junto das forças indonésias, elementos da UDT, APODETI, Kota e Partido trabalhista, formando o Movimento Anticomunista (MAC) assinam um acordo de integração de Timor-Leste na Indonésia, a chamada declaração de Balibó, assinada de facto em Bali. Portugal não reconhece nem esta declaração, nem a independência proclamada pela FRETILIN. Em vez disso, na Constituição aprovada em 1976 inscreve a sua responsabilidade em promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste.

No jogo internacional, em Setembro de 1974 já o primeiro-ministro australiano tinha garantido o seu apoio ao presidente Soeharto. Faxes e relatórios dos embaixadores australiano, britânico e americano para os respectivos governos, defendem também a integração como a melhor solução. Na ONU, o IV Comité da Assembleia Geral inicia um debate sobre Timor-Leste a 2 de Dezembro e Portugal já então denuncia a entrada de militares no território condenando qualquer intervenção. A 5 de Dezembro, em Jacarta, Gerald Ford, presidente dos Estados Unidos, e o secretário de Estado Henry Kissinger, numa visita oficial, abordam as intenções indonésias sem que da parte americana se vislumbre alguma oposição. O secretário de Estado americano admite, mais tarde, que a comunicação lhe foi feita mas apenas no momento em que

³³A mudança na denominação das Forças Armadas indonésias acontece em 1999 após a separação da polícia das forças militares

partiam de Jacarta. «Foi-nos dito no aeroporto quando partíamos de Jacarta que nesse dia ou no dia seguinte eles pretendiam invadir Timor.»³⁴

No documentário *The Trials of Henry Kissinger* são revelados, contudo, documentos das conversações sobre a invasão da então colónia portuguesa, durante o encontro de Soeharto com Gerald Ford. As transcrições das conversas dão conta do aval da administração americana, através de Kissinger: «É importante que o quer que vocês façam, aconteça rapidamente. Poderemos influenciar as reacções na América se o que quer que aconteça, acontecer depois do nosso regresso.»³⁵

As intenções da Indonésia eram do conhecimento dos americanos há já pelo menos um ano. Entre os documentos libertados pelo *National Security Archive* há um memorando dando conta do interesse da Indonésia em saber a posição norte-americana sobre Timor e a sua reacção a uma possível tomada do território pelos indonésios.³⁶

A 7 de Dezembro de 1975, por ar e mar milhares de militares indonésios invadem Díli, a capital de Timor-Leste, naquela que foi a uma das maiores operações, a Operação *Seroja* (lótus em flor) executada pelo general Benny Moerdani, um católico que à data era assessor do Ministro da Defesa. Nesse mesmo dia, Portugal corta relações diplomáticas com a Indonésia e recorre às Nações Unidas para inverter a situação. António Barbedo de Magalhães que chegara ao território como alferes miliciano, em 1974 e ali dirigiu uma equipa de 19 elementos para a reforma do ensino, tinha saído de Timor durante a guerra civil mas ao longo dos anos da ocupação foi dos activistas mais dinâmicos na defesa da causa timorense. Defende que a invasão foi uma intervenção americana, australiana e britânica com militares indonésios.³⁷ Alguns destes países eram e continuarão a ser, de resto, os maiores fornecedores de armas à Indonésia. Citando dados do *Stockholm International Peace Research Institute*, o *Catholic Institute for International*

³⁴Henry Kissinger, Secretário de Estado dos EUA (22/09/1973-20/01/1977) in Documentário *The Trials Of Henry Kissinger*. Na conferência de apresentação do seu livro *Diplomacy*, Henry Kissinger quando questionado sobre o assunto, vai mais longe. O ex-secretário de Estado americano dirá: «(...) têm de compreender que tudo isto aconteceu exactamente no mesmo período em que caiu o Vietname. Ninguém sabia ainda que efeito teria a teoria do domínio. A Indonésia era um país chave no Sudeste Asiático. Nós não queríamos ter quaisquer problemas com a Indonésia» (Magalhães, A. Barbedo de - *Timor-Leste: Interesses Internacionais e Actores Locais*, Vol I; Porto, Edições Afrontamento, 2007, p. 205)

³⁵Henry Kissinger, Secretário de Estado dos EUA (22/09/1973-20/01/1977) in Documentário *The Trials Of Henry Kissinger*.

³⁶*Portugal disse aos Estados Unidos que não se oporia à Invasão de Timor-Leste* in *Público* (29/11/2005)

³⁷Entrevista a Professor António Barbedo de Magalhães (Anexo 21)

Relations (CIIR), num relatório de 1996, divulga os números dos principais fornecedores internacionais da Indonésia entre 1988 e 1992: Estados Unidos (390 milhões de dólares), Holanda (341), Reino Unido (201) e Alemanha (156).³⁸

A 17 de Dezembro de 1975, é formada a primeira Assembleia Popular e o governo provisório de Timor-Leste com elementos da APODETI e UDT. O governador é Arnaldo dos Reis Araújo, da APODETI. Mas em Timor-Leste ainda não se vive em paz. A guerra leva a FRETILIN a decidir matar os prisioneiros da APODETI e UDT que tinha em seu poder, à medida que vai recuando no terreno. A potência ocupante, a pedido da Assembleia Popular que criara em Timor, declara, em Julho de 1976, o território como a 27ª província da República da Indonésia. Durante mais de 20 anos a ocupação indonésia vai saldar-se num genocídio. Estima-se que cerca de um terço da população terá morrido vítima de fome, da doença, das operações de aniquilamento e em consequência da violação dos direitos humanos.

Ao longo dos anos da ocupação, será Portugal, a ex-potência colonizadora, a defender Timor junto das Nações Unidas. Dias depois da invasão, a Assembleia Geral da ONU (em 12 de Dezembro) e o Conselho de Segurança (a 22) aprovam duas resoluções de condenação à Indonésia, onde se exige a retirada das tropas e o respeito pelo direito do povo timorense à autodeterminação. Desde os anos 60 que Timor estava na lista das Nações Unidas dos territórios não autónomos com direito à sua independência. Perante a intervenção indonésia, os organismos da ONU, nas diversas resoluções apresentadas, reafirmam Portugal como potência administrante. Anualmente e até 1982 são votadas resoluções sobre Timor na Assembleia Geral mas de ano para ano são cada vez menos os apoios. Da esmagadora maioria de 72 votos a favor, 10 contra e 43 abstenções, conseguidos em 1975, chegou-se a 1982 com uma votação renhida de 50 votos a favor, 46 contra e 50 abstenções. Foi a última vez que questão timorense foi votada na ONU. António Barbedo de Magalhães defende que Portugal não fazia o seu trabalho de casa nas Nações Unidas em prol de Timor dizendo que, nos primeiros anos de 80, se preparava até para deixar cair o dossier. O académico afirma mesmo que havia um acordo secreto nesse sentido e que, na altura, chegou a vir a Portugal uma delegação da Indonésia tratar dos detalhes e procedimentos. Outros activistas ligados à causa timorense como Luísa Teotónio Pereira, do CIDAC (Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral anteriormente

³⁸TL3552- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3552.pdf>, p. 13

denominado Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral) e Rui Marques, organizador do Lusitânia Expresso, são peremptórios em sustentar que Portugal não apoiou desde sempre a independência da ex-colónia. Rui Marques diz que a ideia com que ficou de muitos dos interlocutores com quem falou (políticos e religiosos) era a de que «achavam que era uma causa impossível» e de que veriam como mais realista «um bom acordo de um estatuto de autonomia».³⁹ Luísa Teotónio Pereira sublinha, por seu lado, que durante muito tempo, as autoridades portuguesas «não estavam convencidas de que Timor podia ser independente»⁴⁰. Por isso o seu trabalho no CIDAC passava muito por ter de convencer responsáveis e a população em geral. Esse envolvimento menor de Portugal é também sentido pelos líderes da guerrilha timorense. Numa carta a Martinho da Costa Lopes datada de Março de 1988, Xanana Gusmão pede para que o ex-administrador apostólico passe a sua mensagem aos políticos portugueses.

«Diga aos políticos portugueses, Monsenhor, que para nós a definição do problema é claríssima: o arrastamento do caso tem a virtude diplomática de permitir que a Indonésia arrume definitivamente a questão levando a opinião internacional a aceitar “um facto consumado”, desde 7 de Dezembro de 1975.»⁴¹

Contrariando a ideia da FRETILIN que se queria afirmar como único representante do povo timorense e pretendia o reconhecimento da declaração de independência da República Democrática de Timor-Leste, Barbedo de Magalhães defende que tinha de ser a potência administrante a garantir a defesa do território na ONU e que esse foi um factor determinante para a manutenção da visibilidade da questão. «Sempre disse que discordava da estratégia da FRETILIN porque se Portugal reconhecesse essa declaração (da independência) o povo timorense desaparecia das Nações Unidas»⁴².

Organizador das Jornadas da Universidade do Porto que muito contribuíram para dinamizar a questão mesmo em tempos de esquecimento, o académico argumenta que tinham de ser os portugueses a forçar o governo a manter o dossier de Timor nas suas mãos. E foi por isso que, juntamente com Manuel Tilman, deputado da ASDI (Acção Social Democrata Independente) no parlamento português, trabalhou para que se iniciasse em 1982, na Assembleia

³⁹Entrevista a Rui Marques (Anexo 44)

⁴⁰Entrevista a Luísa Teotónio Pereira (Anexo 20)

⁴¹ TL4070- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PerS20-033.pdf>

⁴²Entrevista a Professor António Barbedo de Magalhães (Anexo 21)

da República, a Comissão Eventual para o Acompanhamento da Situação em Timor-Leste. Um ano antes tinha decorrido em Lisboa uma sessão do Tribunal Permanente dos Povos sobre Timor. Um ano depois, em 1983, Portugal e a Indonésia retomam as conversações sob os auspícios do secretário-geral da ONU⁴³ cumprindo o que fora determinado na última resolução a ser votada na Assembleia Geral.

Em Timor, até 1978/79, a FRETILIN controla a maioria do território e da população. Estão nas chamadas “zonas libertadas” onde a vida decorre dentro da normalidade possível com escolas, o cultivo da terra, pequenos hospitais com laboratórios artesanais (para produção de medicamentos tradicionais) e até celebrações religiosas. As “zonas libertadas” estão divididas em seis sectores e os civis encontram-se dentro de um anel protegido pelas FALINTIL com o apoio de milícias e unidades civis. Vivem numa organização civil, política, judicial e militar estabelecida na reunião do Comité Central da FRETILIN, na missão católica em Soibada, em 1976. O padre português Leoneto do Rêgo, pároco em Soibada, esteve 3 anos com a guerrilha a viver nestas regiões. Foi dos primeiros a contar, no exterior, o que se passava no interior de Timor quando saiu do território para Portugal. Ele descreve em 1980, à revista *Funu* a vida pacata, organizada e sem falta de alimentos das “zonas libertadas”: «Estive em Lacluta ano e meio. Durante esse tempo a zona nunca foi atacada. Até parecia que não existia guerra. [...] Havia um organismo da Fretilin que dirigia a agricultura. Cada família tinha a sua horta e havia uma horta comunal cujo produto se destinava parte a ser armazenado e parte para alimentar as forças armadas»⁴⁴

Noutra entrevista à *Voz do Povo*, o sacerdote descreve ainda a organização política do terreno onde comissários e assistentes políticos clarificam a evolução da luta e organizam os campos. Conta também como rapidamente se organizavam assim que tinham de fugir de um lado para o outro quando eram atacados pelas forças indonésias.

«Há comissários políticos e cada comissário tem assistentes. Muitas vezes eles organizam reuniões com o povo para clarificação política sobre a evolução da luta. Há uma escola para educação política onde treinam os assistentes.

⁴³Ao longo dos 24 anos de ocupação de Timor-Leste as Nações Unidas tiveram 4 Secretários-Gerais: Kurt Waldheim (1972-1982), Javier Perez de Cuellar (1982-1992), Boutros Boutros-Ghali (1992-1997) e Kofi Annan (1997-2007)

⁴⁴Magalhães, A. Barbedo de - *Timor-Leste Mensagem aos Vivos*; Porto, Limiar, Julho 1983, p 32. De notar que quando aqui refere forças armadas, o padre Leoneto do Rêgo está a referir-se aos guerrilheiros das FALINTIL.

Há também outro tipo de reuniões do povo com os assistentes políticos ou sem eles, para programar o modo de vida ou resolver os problemas dos campos, das latrinas à habitação, dos porcos e outros animais. [...] Assim que nos mudávamos para um lugar, a Fretilin dava ordens para a construção de casas e para a organização de toda a vida. Plantávamos milho e por vezes não tínhamos tempo de fazer a colheita porque tínhamos de fugir para outro lugar. Mas mesmo assim não passávamos tanta fome. Por vezes passávamos um dia só com uma refeição, mas continuávamos. Mas arranjavamos maneira de carregar com coisas em cavalos ou nas nossas costas porque quando tínhamos de fugir, a comida era o mais importante. A roupa era menos importante.»⁴⁵

As forças indonésias controlam sobretudo as cidades. Em Díli, em finais de 1977, o bispo D. José Joaquim Ribeiro, não aguentando a pressão da carnificina da guerra e apresenta a sua demissão. Para a diocese, criada desde 1940, o Vaticano vai nomear em vez de um novo bispo, um administrador apostólico, Monsenhor Martinho da Costa Lopes que será o primeiro timorense a dirigir a Igreja no território. Timor-Leste responde directamente a Roma. Desde meados de 1977 e até 1979 a Indonésia intensifica as campanhas militares, frequentemente denominadas “cerco e aniquilamento”, avançando progressivamente no terreno. O objectivo era não só aniquilar a guerrilha como obrigar a população a render-se. No ano de 1978, começam os bombardeamentos constantes feitos a partir de barcos e aviões sobre as regiões onde guerrilha e população se encontravam. Culturas e aldeias são queimadas com napalm. Depois sucede-se o ataque por terra. Trata-se da operação *Skylight*. A população era aos milhares (testemunhos apontam para números acima dos 100 mil). Com o progressivo avanço dos militares, vão recuando para as montanhas pois, segundo vários testemunhos, são obrigados pelos guerrilheiros a fugir com eles. O Matebian (a segunda maior montanha de Timor) é o último reduto. Em fuga permanente e sem poderem, por isso, cultivar a terra, população e guerrilheiros vivem um período de fome. O comité central decide então pela rendição em massa do povo refugiado nas montanhas. Estamos em finais de 1978 e à medida que se rendem, os timorenses são colocados em campos de concentração sendo o da ilha de Ataúro o que teve maior longevidade. Mas este era um campo diferente dos outros. Ali desterravam os presos políticos e os familiares de

⁴⁵(1979-1979), "Tempo, Agência Reuter, The Southeast Asia Record, Haagsche Courant, NRC Handelsblad, The Washington Post", Agosto de 1979 - Novembro de 1979, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_145120 (2016-6-15), p. 6

suspeitos de pertencerem à guerrilha.⁴⁶ São aos milhares por todo os campos⁴⁷ e as descrições do que ali se passa, são quadros de um verdadeiro horror.

«Dezenas de rendidos, diariamente morrem nos postos de “concentração”, sem a mínima esperança de socorro. Será exagero dizer que metade da população de Timor Oriental é desaparecida?... E até que dia o extermínio termina? Aos que aqui estamos, temos a impressão de que a verdadeira guerra começou agora, depois da aniquilação de todas as resistências. A Fretilin está desmantelada, mas os restos continuam lutando desesperadamente. As rendições em massa por parte do povo sucedem-se. Mas os rendidos são recebidos em campos de concentração, levados de um sítio para outro homens e mulheres de alguma responsabilidade, para desaparecerem depois misteriosamente. Todos os que se rendem como combatentes da Fretilin são recebidos com fuzilamentos. [...] A insegurança de vida em Timor é uma “praga” apocalíptica. Dos resistentes, sob qualquer forma, à injusta agressão, ninguém sabe se vive até ao dia seguinte. Mas, apesar disso, é a fome e a doença que mata mais.»⁴⁸

Só a partir de 1979 é que as Forças Armadas Indonésias (ABRI/TNI) completam a ocupação declarando o território pacificado. A Cruz Vermelha Internacional (CVI) e o *Catholic Relief Service* (CRS) são, então, autorizados a prestar ajuda humanitária. A CVI será a organização que mais tempo ficará no território embora com interrupções. Aos guerrilheiros que se queiram render é prometida uma amnistia mas as promessas são ilusórias pois quem se rende como combatente é morto ou dado como desaparecido. As FALINTIL estão praticamente dizimadas.

⁴⁶Criada em 1979, a colónia penal de Ataúro só será fechada em 1988

⁴⁷De acordo com o relatório CAVR em finais de 1979 o número de pessoas em campos de concentração era de 300 mil (Capítulo 3:História do Conflito-(CAVR)-*Relatório Chega!*-<http://www.cavr-timorleste.org/po/Relatorio%20Chega!.htm>, p. 91); Num comunicado da TAPOL, uma ONG, diz-se que estes campos foram localizados em zonas infestadas de malária. ((1980), "Actividades da Igreja em Timor-Leste.", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_141194 (2016-6-15), p. 3)

⁴⁸Carta do Pe Leão da Costa a um amigo na Páscoa de 1979 (PP0009-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0009.pdf>); Um ano depois o Pe João Felgueiras descreve uma realidade semelhante: «O povo que de novo se refugia nas montanhas responde aos reiterados apelos que também de novo os militares indonésios lhes fazem para se renderem, para voltarem: "mostrem-nos primeiro os nossos rapazes que se entregaram antes. Onde estão eles? Que lhes fizeram?". Ninguém em Timor ignora que a grande maioria dos líderes do movimento de libertação, foram massacrados sucessivamente. E o massacre continua, sem interrupção. No entanto, quando algum visitante pergunta se há algum preso, algum prisioneiro... respondem que nem um. Há “campos de refugiados”! Isto é campos onde a população está facilmente ao dispor dos militares para os interrogatórios, para as torturas, e para os desaparecimentos!» (PP0014-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0014.pdf>)

Nestes primeiros anos de guerra, são muitos os golpes sofridos pela guerrilha. Mas serão também muitas as violações, os julgamentos públicos e até execuções por parte da FRETILIN dentro do seu seio. Os crimes mais graves eram o «contacto com o inimigo, cooperação com o inimigo, espionagem, denúncia de civis e traição».⁴⁹ Xavier do Amaral, o seu primeiro presidente, é preso e espancado pelos seus companheiros, acusado de «corrupção, poligamia, sabotagem, autoritarismo, feudalismo e assassínio.»⁵⁰ e ainda de querer criar um movimento paralelo contra a FRETILIN. Salva-se porque será preso pelos indonésios. O processo de purga dentro da FRETILIN vai levar até à execução de quem se opunha ao partido e às FALINTIL, como foi o caso de Aquiles Soares. Em muitas situações, é a luta interna entre poder militar e político que leva às execuções. São conflitos ideológicos e de hierarquia de poder num momento em que civis se tinham que subordinar aos guerrilheiros. Mas há também conflitos entre os que eram a favor da continuação da luta e os que queriam desistir ou então porque uns defendiam a rendição da população e outros não. O clima de desconfiança origina castigos a pessoas pelo simples facto dos seus familiares saírem das “zonas libertadas” e irem às cidades. É por isso que Barbedo de Magalhães, por exemplo, refere que estes tempos não foram só feitos de «luta heróica».⁵¹ Xanana Gusmão reconhecerá numa entrevista em 1993, já quando estava preso, que a FRETILIN matou inocentes nestes primeiros anos da invasão.⁵²

A desorientação era grande e ainda para mais a guerra não corria a seu favor. Em Agosto de 1978, o ministro da Informação e Segurança Interna, Alarico Fernandes rende-se com alguns membros do comité central e leva consigo o equipamento de rádio. O Matebian, a última das “zonas libertadas”, cai em Novembro de 1978 depois de bombardeamentos intensos. Nicolau Lobato, entretanto nomeado presidente da FRETILIN, é morto no último dia desse ano. E em 1979 são conquistadas as últimas bases, Fatubessi (em Fevereiro) e Alas (em Março).⁵³ As campanhas de “cerco e aniquilamento” eliminaram praticamente a guerrilha. O balanço é trágico: as bases de apoio da resistência estão destruídas, do comité central restam apenas 3 dos 50

⁴⁹Capítulo 5: Resistência: Estrutura e estratégia- Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste (CAVR)- *Relatório Chega!* -<http://www.cavr-timorleste.org/po/Relatorio%20Chega!.htm>, p. 13

⁵⁰Capítulo 3: História do Conflito (CAVR)- *Relatório Chega!* (<http://www.cavr-timorleste.org/po/Relatorio%20Chega!.htm>), p. 83

⁵¹Magalhães, A. Barbedo de - *Timor-Leste:Interesses Internacionais e Actores Locais*, Vol II; Porto, Edições Afrontamento, 2007, p. 300

⁵² TL7038-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL7038.pdf>

⁵³Capítulo 4: Regime de ocupação- CAVR- *Relatório Chega!* (<http://www.cavr-timorleste.org/po/Relatorio%20Chega!.htm>), p. 14

elementos iniciais, a esmagadora maioria dos guerrilheiros tinha desaparecido e o armamento capturado. Restam apenas bolsas de 3 ou 4 unidades divididas e dispersas por todo o território. A guerra parecia ganha do lado indonésio.

A estrutura militar da Indonésia tem no seu topo o Comandante-em-chefe das Forças Armadas. Depois cada região tem um Comando Militar Regional (*Kodam*) abaixo do qual está o Comando Sub-regional (*Korem*). Cada distrito tem um Comando Militar Distrital (*Kodim*) e em cada sub-distrito existe o Comando Militar subdistrital (*Koramil*). Dentro da sua estrutura existe o comando de forças especiais (*Kopassus*) e a Força de intervenção dos serviços de informação (INTEL), forças que estiveram em Timor durante todo o período de ocupação. Na sua estrutura, os indonésios utilizam ainda forças de defesa civil. Praticamente desde o início, as ABRI/TNI vão usar os timorenses no seu esforço de guerra, formando paramilitares, criando batalhões de forças timorenses (os batalhões 744 e 745) e forças civis. Desconhecedores do terreno, começam por formar uma força de defesa civil (*Hansip*) logo em 1976 que lhes dá apoio no contacto com a população refugiada no mato e no combate aos guerrilheiros. Há também a força de civis treinados (*Rakyat Terlatih, Ratith*) usada durante a Operação Segurança “muro de pernas”, em 1981. Finalmente na década de 1990 criam um novo tipo de grupos paramilitares para tentar controlar a resistência urbana crescente. Muitos destes grupos estarão na origem das milícias criadas durante o período do referendo, armadas e treinadas pelas ABRI/TNI.

As ABRI/TNI serão o poder de facto em Timor e não é de estranhar por isso que Pat Walsh, um ex-padre do *Australian Council for Overseas Aid* (ACFOA), num relatório apresentado em Melbourne, em 1980, durante um encontro com organizações não - governamentais, refira exatamente essa realidade descrevendo uma estrutura dominada pelos coronéis onde predominam católicos e protestantes.⁵⁴ Em 1988 há, no entanto, uma viragem na influência dos militares. Benny Moerdani, então Comandante-em-chefe das ABRI/TNI, cristão, é demitido e, segundo José Mattoso, os muçulmanos ganham poder. Entre os novos influentes defensores de uma linha mais dura, está o general Prabowo Subianto, genro do presidente Soeharto.⁵⁵

⁵⁴ TL4197-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL4197.pdf>

⁵⁵ Mattoso, José - *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*; Rio de Mouro, Temas e Debates, 2005, p. 133

A partir de 1981, depois de eliminadas as “zonas libertadas”, os militares desencadeiam uma nova ofensiva para acabar com as bolsas das FALINTIL que ainda restavam. São destacados pelo menos 15 batalhões, cerca de 12 mil efectivos havendo fontes que referem que a estes homens se juntaram mais 120 mil milícias integrados.⁵⁶ Iniciam assim a operação “muro de pernas” com o nome de *Keamanan* (segurança) onde vão ainda buscar a população civil, forçando-a a colocar-se à frente das tropas, a servir de escudo. Mas antes desta operação dão ordem de retirada à Cruz Vermelha Internacional. É neste contexto a que chamam de “guerra final” que se dá o massacre de Santo António de Lacluta onde cerca de 500 pessoas são mortas pelos militares indonésios em Setembro de 1981. A operação “muro de pernas” foi, no entanto, um falhanço porque as pessoas iam avisando os guerrilheiros e ajudando-os a escaparem. O então administrador apostólico, Martinho da Costa Lopes conta que da operação resultou num sentimento anti-indonésio mais forte até porque à guerra seguiram-se novamente anos de fome, desta vez por falta de cultivo dos campos.

«Como pude prever no que isto poderia resultar ao nível de produção de comida, mandei uma carta em Novembro de 1981, para o Conselho de Bispos Australiano, avisando do que poderia acontecer. Durante os três meses de Julho, Agosto e Setembro, todas as pessoas de sexo masculino, desde rapazes jovens a homens nos seus cinquenta, estiveram nas operações. Voltaram fracos e exaustos. Como resultado, os campos não foram preparados para cultivar novas plantações, o que poderia afectar seriamente a próxima colheita. O período de plantação é no início de Novembro, mas os campos têm de ser preparados muito tempo antes. De facto, houve uma escassez de comida nesses anos, em 1981 e 1982.»⁵⁷

A fome vai grassar por todo o território, juntando-se às prisões discricionárias, à tortura e aos fuzilamentos, depois do genocídio já causado pelos primeiros anos de guerra. A liberdade de circulação está restringida às cidades ou aldeias de habitação e para sair é preciso um salvo-conduto. O clero em Timor escreve, então, um texto a que chama *Reflexão sobre a Fé* onde se denuncia o que se vive no território.

⁵⁶Capítulo 3: História do Conflito (CAVR)- *Relatório Chega!* (<http://www.cavr-timorleste.org/po/Relatorio%20Chega!.htm>), p. 98

⁵⁷TL2992-2-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL2992.pdf>, p. 8; Numa espécie de diário, entre 15/9/1981 e 28/10/1981, o Pe João Felgueiras relata também a situação de guerra, de massacre e de humilhação que se vive em Timor nessa altura(PP0022- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0022.pdf>). Foi dos primeiros documentos a serem tornados públicos. Este relato está também publicado in Magalhães, António Barbedo - *Timor-Leste Mensagem aos Vivos*; Porto, Limiar, 1983, p. 55-72

À beira da derrota e com um número de guerrilheiros que não chegava às duas centenas,⁵⁸ as FALINTIL são reorganizadas depois da 1ª Conferência Nacional, em 1981, onde é criado o Partido Marxista-Leninista FRETILIN (PMFL), formalizando a linha ideológica já anteriormente definida. Aqui é fundado também o Conselho Revolucionário de Resistência Nacional (CRRN), numa abertura a todos os que quisessem aderir à luta. Kay Rala Xanana Gusmão é eleito comandante das FALINTIL e presidente do CRRN. As FALINTIL assumem o comando militar e político da resistência entrando então numa nova fase de uma guerra de guerrilha em que várias operações são desencadeadas com sucesso. Sem homens, sem arsenal, isolada numa ilha e sem qualquer apoio do exterior, a guerrilha, resistia como podia, com os meios precários de que dispunha. O último governador português de Timor regista o seu espanto quanto à longevidade que a ela conseguiu ter. «Quando, em Dezembro de 1975, a Indonésia invadiu Timor e as forças da FRETILIN se refugiaram com as populações na montanha, admiti que a resistência duraria dois ou três anos, suposição baseada no armamento e munições que a FRETILIN conseguira controlar e levar para a montanha e prevendo uma forte e persistente acção das forças ocupantes. Hoje, é com espanto e respeito que ouço e leio sobre a resistência e guerrilha timorenses, tanto mais que não há notícias de qualquer apoio técnico ou material vindo do exterior de Timor-Leste»⁵⁹

A brutalidade da guerra nos primeiros anos de ocupação não conseguiu, no entanto, esmagar a resistência tendo, ao contrário, aumentado a adesão dos timorenses à luta. A resistência clandestina começa a alargar-se a todos os cantos mesmo entre os que inicialmente até chegam a apoiar os indonésios. Ela está presente em todos os serviços e até nas Forças Armadas. A dualidade é uma das tácticas que passam a usar. Separadas da população depois da destruição das “zonas libertadas”, as FALINTIL passam a ter, no meio urbano e rural, os civis e

⁵⁸José Mattoso cita Matan Ruak, o último comandante das FALINTIL no tempo da ocupação e actual Presidente de Timor-Leste, para dar conta que no início dos anos 80, o período mais difícil da guerrilha, havia pouco mais de 130 guerrilheiros entre Manatuto, Díli e Liquiçá e mais algumas bolsas noutros pontos do território. (Mattoso, José - *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*; Rio de Mouro, Temas e Debates, 2005, p. 84). O relatório da CAVR diz, citando Xanana Gusmão que em finais dos anos 80, princípio de 1990, as FALINTIL tinham menos de uma centena de guerrilheiros. O mesmo relatório acrescenta que antes do massacre de Santa Cruz, em 1991, havia 143 guerrilheiros com 100 carabinas. Depois do massacre o número aumentou para 245 com 130 carabinas. No início de 1998 o efectivo das FALINTIL era de 300 guerrilheiros tendo aumentado para 1500 em finais de Agosto de 1999. (CAVR)- *Relatório Chega!* (<http://www.cavr-timorleste.org/po/Relatorio%20Chega!.htm>), p. 41

⁵⁹Pires, Mário Lemos - *Descolonização de Timor, missão impossível?*; Lisboa, Círculo de Leitores/Publicações D. Quixote, 1991, p. 379

os antigos guerrilheiros rendidos como ponto fundamental de apoio logístico. A sua sobrevivência passou a estar dependente desta rede. O contacto era feito por estafetas.

«A separação entre civis e resistência armada obrigou a Resistência a entrar numa nova fase, em que as Falintil da floresta eram apoiadas por civis nas zonas estabilizadas, controladas pelos indonésios. [...] Após a destruição das “zonas libertadas”, os quadros políticos da Fretilin – e, bem assim, os antigos comandantes e soldados das Falintil – começaram também a desenvolver actividades clandestinas de apoio à luta armada. O seu papel foi crucial, ao disponibilizarem logística e informação às Falintil, para assegurarem a comunicação entre as forças das Falintil que se encontravam separadas umas das outras, assim como a comunicação entre os líderes da resistência armada no mato e os líderes da resistência diplomática no estrangeiro.»⁶⁰

Mais tarde juntar-se-ão ainda à actividade clandestina os estudantes. Formando células clandestinas urbanas, infiltrando-se em organizações e expandindo a luta até à Indonésia. «Um importante passo na evolução do movimento clandestino foi a formação das células estudantis urbanas nos estabelecimentos de ensino secundário. Estas células conseguiram infiltrar-se em organizações legais e controlá-las: foi o caso dos Escuteiros católicos e da Organização Estudantil Inter-Escolas (*Organisasi Siswa Intra-Sekolah, OSIS*) o organismo estudantil criado pelo governo indonésio em cada estabelecimento de ensino secundário. [...] No início da década de 1980, registava-se uma evolução paralela fora de Timor-Leste, quando o governo da Indonésia começou a enviar estudantes timorenses para fazer estudos em universidades de Java, Bali e outras regiões da Indonésia. Entre eles havia pessoas que tinham sido activistas da Fretilin durante o período das zonas libertadas.»⁶¹

É neste contexto que nasce a RENETIL (Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste), fundada a 20 de Junho de 1988 em Bali e que fica sob o comando directo das FALINTIL, integrando as estruturas da resistência. Será esta organização estudantil que irá organizar a primeira manifestação na Indonésia em protesto pelo massacre de Santa Cruz e é a ela que se atribui também a dinamização da ocupação da embaixada dos Estados Unidos em 1994, durante a cimeira da APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation*).

⁶⁰Capítulo 5: Resistência: Estrutura e estratégia- Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste (CAVR)- *Relatório Chega!* (<http://www.cavr-timorleste.org/po/Relatorio%20Chega!.htm>), p. 3

⁶¹Capítulo 5: Resistência: Estrutura e estratégia- Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste (CAVR)- *Relatório Chega!*, p. 45

Mas recuando no tempo, em 1983, ainda a guerrilha se levantava dos desaires sofrido nos primeiros anos de guerra, o coronel Purwanto, comandante militar em Timor-Leste, e Xanana Gusmão iniciam conversações para um cessar-fogo. Entre Março e Agosto desse ano regista-se um período de tréguas. Benny Moerdani seria, entretanto, empossado como Comandante-em-chefe das ABRI/TNI. A FRETILIN aproveita a paz para mandar documentos e fotografias para o exterior. Durante esse período, Xanana encontra-se ainda com o governador Mário Carrascalão com quem já trocara correspondência. Ciente de que a paz é efémera, o comandante das FALINTIL chega a pedir ao governador tempo para reorganizar a resistência.⁶² E a resistência é consolidada com a frente clandestina a aprofundar-se nas cidades. Xanana consegue, então, trazer para a luta muitos dos timorenses que estão ao serviço da Indonésia em forças como os *Hansip* ou os *Ratith*. Os indonésios, mais interessados numa rendição do que num verdadeiro cessar-fogo, recomeçam a guerra em Agosto como o massacre de Kraras, num Timor fechado ao mundo desde o início da invasão.

Durante mais de uma década de total isolamento, haverá, contudo visitas de diplomatas e jornalistas mas foram sempre visitas supervisionadas e de pouco tempo de duração. Entre 1983 e 1986 visitaram Timor-Leste diplomatas e parlamentares da Austrália, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Venezuela, Nigéria, França, Japão e Alemanha Federal. Durante estes anos também se verificou a entrada dos primeiros jornalistas, alguns em representação de órgãos de informação de grande peso, como a *Reuters*, a *Associated Press* e o *New York Times*.⁶³ Mas as visitas foram sempre tão controladas que o próprio Ximenes Belo dirá que reconhece que elas são pouco significativas.⁶⁴ Nada irá perturbar a indiferença com que as potências internacionais continuaram sempre a encarar a questão timorense. Apesar das denúncias, os ouvidos eram moucos e Martinho da Costa Lopes recordará que para o Ocidente tudo parecia permitido: «O que eu posso observar é que muita gente no Ocidente está a perder o seu sentido de pecado. Nada parece errado para eles; tudo é permitido.»⁶⁵

⁶²Carrascalão, Mário Viegas - *Timor Antes do Futuro*; Timor-Leste, Mau Huran Printing, Setembro 2006, p. 221

⁶³TL4824 e PP0745-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL4824.pdf>; TL3303-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3303.pdf>, p. 39

⁶⁴TL4824 e PP0745-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL4824.pdf>, p. 42

⁶⁵TL2992-2- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL2992.pdf>, p. 13. Num outro momento, o ex-administrador apostólico de Timor foi mais explícito em relação aos interesses em jogo: «[...]o “realismo político” na ONU não se identifica com o “realismo político” no Timor-Leste, porquanto o primeiro se baseia em interesses de ordem material e económica, e o segundo, em direitos transcendentais do homem, os quais, por isso, devem ocupar um

Entretanto, numa decisão polémica do Vaticano, pressionado pelas autoridades indonésias, Martinho da Costa Lopes é obrigado a resignar em 1983 do cargo de administrador apostólico e em sua substituição é nomeado Carlos Filipe Ximenes Belo, muito contestado. Uma das figuras mais emblemáticas da luta timorense, Monsenhor Martinho da Costa Lopes antes de partir para o exílio em Portugal leva consigo material da resistência que Xanana lhe dera num encontro que com ele tivera em Mehara. A resistência vai-se organizando e fortalecendo. No exterior UDT e FRETILIN vão, anos mais tarde, fundar a convergência nacionalista enquanto nas montanhas Xanana faz o “Reajustamento Estrutural da Resistência” demitindo-se de líder da FRETILIN e despartidarizando as FALINTIL que passam a ser as Forças de Libertação de Timor-Leste. Anteriormente, em 1984, fora decidida a dissolução do Partido Marxista-Leninista voltando-se à simples designação inicial de FRETILIN. O Comandante das FALINTIL será depois eleito “responsável principal” do Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM) criado em 1988, substituindo o CRRN. Nesta fase a resistência é composta por 3 frentes: a diplomática, a clandestina e a armada. Todas estavam sob o comando desta última. Ramos-Horta será nomeado representante especial do CNRM e representante pessoal de Xanana Gusmão ganhando a frente diplomática um novo fôlego com o CNRM a propôr um plano de paz à ONU pois é esta estrutura que passa agora a orientar a luta a nível internacional. Por essa época, à frente do governo em Timor, Mário Carrascalão, a quem muitos reconhecem grandes capacidades políticas e diplomáticas, convence o presidente indonésio a abrir o território ao mundo, o que acontece em 1989.⁶⁶ Oito dos 13 distritos do território são reabertos a turistas e a jornalistas estrangeiros. Nesse ano, dois acontecimentos relançam a discussão sobre o que se passa em Timor: em Fevereiro, D. Carlos Ximenes Belo, que entretanto fora nomeado bispo de Lorum, escreve uma carta ao secretário-geral da ONU a pedir um referendo para Timor; em Outubro o Papa visita Díli, e a missa que ali celebra fica marcada por uma manifestação pró-independência. Será a primeira acção de uma nova forma de actuar da rede clandestina, utilizando as cerimónias religiosas para potenciar os protestos em torno da questão timorense. O

lugar prioritário na hierarquia dos valores humanos. A solução está à vista: é necessário e imprescindível que os governos de países, que têm assento na ONU, se não deixem hipnotizar pelas riquezas materiais da Indonésia nem tão pouco consentam em ser traumatizados pelo medo de perderem as transacções comerciais, porque tudo isso pouco ou nada é em comparação com os direitos humanos do Povo timorense [...]» (PP0038-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0038.pdf>)

⁶⁶Mário Carrascalão refere no seu livro que foi em Janeiro de 1990 que se tornou «formalmente» possível visitar Timor. (Carrascalão, Mário Viegas - *Timor Antes do Futuro; Timor-Leste*, Mau Huran Printing, Setembro 2006, p. 318). A data de 1989 é no entanto o ano referido pela esmagadora maioria das fontes.

movimento clandestino da rede urbana aparecia assim como um novo peão no xadrez da resistência. Um ano depois, em 1990, em Díli, num longo discurso de mais de uma hora, Benny Moerdani, já ministro da Defesa indonésio, tenta liquidar as esperanças dos timorenses:

«Eu já disse, se tentarem organizar o vosso próprio estado e esse movimento for forte, será esmagado pelo ABRI. O ABRI pode falhar na primeira vez, mas tentará uma segunda e uma terceira. Já houve rebeliões maiores, houve maiores diferenças de opinião com o governo do que o pequeno número que se chama a si próprio FRETILIN, ou quaisquer que sejam os seus simpatizantes. Esmagá-los-emos a todos! Repito esmagá-los-emos a todos! Não para esmagar os timorenses, mas para salvaguardar a unidade do território indonésio fisicamente e noutros aspectos.»⁶⁷

Nesse ano de 1990, as FALINTIL estavam reduzidas e isoladas e com dificuldade de comunicação. O comandante de cada região tinha de combater com os seus próprios meios. Ao longo dos anos de ocupação as forças da guerrilha vão-se adaptando: dos seis sectores iniciais das “zonas libertadas”, passam para 3 regiões (Ponta Leste, Centro e Fronteira) e finalmente para 4 regiões autónomas em 1998. Portugal, que desde 1983 tinha reiniciado as conversações com a Indonésia sob os auspícios do secretário-geral da ONU, pouco avança. Mas é no âmbito destas conversações que se equaciona a visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor chegando a estar agendada para a primeira semana de Novembro de 1991. A visita é contudo cancelada porque os indonésios vetam o nome de 3 jornalistas que deverão acompanhar os deputados. Muitos atribuem a este cancelamento o período de tensão que se viveu nos dias seguintes em Díli. Certo é que, dias depois de se saber da notícia, confrontos na Igreja de Motael levam à morte de um jovem, Sebastião Gomes. A 12 de Novembro de 1991, após a missa em memória de Sebastião, segue-se uma manifestação em sua homenagem e é então que acontece o massacre de Santa Cruz. A filmagem do sucedido catapultou o caso de Timor para o mundo. Depois do massacre vários países ocidentais suspendem a sua ajuda financeira e militar à Indonésia o que é indicativo de uma viragem em relação à questão timorense.

No ano seguinte, o Lusitânia Expresso parte para a missão “Paz em Timor” com o objectivo de homenagear as vítimas do massacre. É impedido de prosseguir viagem assim que entra em águas territoriais timorenses. Nesse mesmo ano, Xanana Gusmão é preso. Depois de

⁶⁷PP0401-2 e TL6518-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6518.pdf>, p. 3. A citação é transcrita tal como está no documento que é uma tradução do discurso original feito de improviso, gravado clandestinamente e passado clandestinamente para a Austrália. Daí que existam erros mas optámos por a manter como se apresenta no documento.

uma confissão, reafirma o direito à autodeterminação do povo timorense na última sessão do julgamento. É condenado a prisão perpétua mas a pena será comutada para 20 anos de cadeia. Hoje muitos consideram que a sua prisão se transformou numa arma contra a Indonésia pois permitiu-lhe uma exposição e acção impossíveis de conseguir nas montanhas. À frente da guerrilha sucede-lhe Ma' Huno que é preso meses depois. De forma inesperada, Konis Santanta assume então a liderança até à sua morte. Taur Matan Ruak assume depois o comando das FALINTIL. Xanana Gusmão mantém-se, no entanto, sempre como presidente do CNRM. A guerrilha estava reduzida em consequência da maior eficácia da máquina de guerra indonésia e a resistência moralmente em baixo. Mesmo assim a actividade clandestina mantinha-se activa já com a comunidade internacional ao lado dos timorenses.

Dois anos depois do massacre de Santa Cruz, o mundo está reunido em Jacarta por causa da cimeira da APEC. Vinte e nove estudantes timorenses ocupam a embaixada americana para lembrar Santa Cruz e exigir a libertação de Xanana. No Exterior iniciam-se os encontros intra-timorenses na diáspora em Burg Schlaining, na Áustria, sob o patrocínio da ONU. Ximenes Belo, impulsor da ideia, está presente no primeiro encontro e José Mattoso considera a sua presença de grande importância uma vez que «a participação do bispo permitiu superar algumas dificuldades».⁶⁸ Todos estes acontecimentos dão força a uma causa que será reconhecida internacionalmente em 1996 quando é atribuído o Prémio Nobel da Paz a D. Carlos Ximenes Belo e a Ramos-Horta. O mundo já não vivia em guerra fria desde que em 1989 se assistira à queda do muro de Berlim. A ameaça comunista tinha-se dissipado. Mas a juntar a este facto, a Indonésia que era apresentada como um exemplo no campo económico, entra em crise com a rupia a desvalorizar abruptamente e com bancos a fecharem. Milhares de estudantes manifestam-se nas ruas de Jacarta num protesto tumultuoso, pedindo a demissão de Soeharto. Enquanto a Indonésia vive um ambiente de grande convulsão, os timorenses aprofundam a luta em convergência e organizam, em Peniche, a primeira Convenção Nacional na Diáspora com o CNRM a ser transformado em Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT) que integra além da FRETILIN e UDT, o KOTA, a APODETI, organizações não políticas e a Igreja. Esta mudança acontecia por causa dos críticos do conceito «maubere» atribuído a alguém cultural e economicamente de pouco valor e utilizado ideologicamente pela FRETILIN para se demarcar

⁶⁸Mattoso, José - *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*; Rio de Mouro, Temas e Debates, 2005, p. 247

das outras forças políticas e se aproximar do timorense comum. Xanana é mais uma vez nomeado presidente. Na Indonésia, Soeharto depois de reeleito é, entretanto, obrigado a resignar e abre-se uma janela para a resolução do conflito em Timor-Leste. Na Indonésia onde se temia que deixar cair Timor poderia ter um efeito dominó noutras províncias com movimentos separatistas, o novo presidente, Yusuf Habibie diz-se preparado para conceder uma autonomia alargada a Timor-Leste e mais tarde, depois de uma carta do primeiro-ministro australiano, pede ao seu gabinete para analisar uma possível separação do território timorense.⁶⁹ A partir daí os dados começam a ser lançados. A pressão internacional está agora do lado dos timorenses. Portugal e a Indonésia abrem delegações de interesses em embaixadas amigas nos respectivos países e as negociações na ONU ganham um novo impulso. A 5 de maio de 1999 é assinado um acordo para a realização de um referendo em Timor-Leste onde o povo teria de escolher ou rejeitar uma autonomia especial integrado na Indonésia. Ali se estabelece que «o governo da Indonésia será responsável por manter a paz e a segurança em Timor-Leste de forma a garantir que a consulta popular é levada a cabo numa atmosfera justa e pacífica livre de intimidação, violência ou interferência de qualquer um dos lados.»⁷⁰ A Indonésia não aceitou, de resto outra solução. Em finais de 1998 tinha reforçado as suas forças armadas no território dispondo então de mais de 21 mil homens no terreno. Todo o processo vai ser marcado pela violência das milícias armadas pelos indonésios de forma a intimidar os timorenses e a condicionar a votação. A 30 de Agosto, 98,6% dos recenseados participam num referendo que tem como resultado uma rejeição por uma esmagadora maioria (78,5%) da autonomia oferecida a Timor-Leste. Apenas 21,5% votam a favor. Depois do anúncio dos resultados, a 4 de Setembro a onda de violência das milícias pró-integração deixa um rastro de destruição e morte por todo o território. Mais uma vez a população foge para as montanhas, outros vão para a Austrália e muitos outros são obrigados a partirem para campos de refugiados em Timor Ocidental. Jusuf Habibie declara a lei marcial em Timor-Leste. Ximenes Belo parte para Lisboa depois de ver a sua residência incendiada. A Indonésia acaba por aceitar o envio de uma força de paz internacional depois de condenada pelo Conselho de Segurança. Os primeiros militares da INTERFET chegam a 20 de Setembro e dias depois será feita a transferência de soberania para a missão das Nações Unidas, a UNTAET. A 20 de maio de 2002, Timor-Leste torna-se um país independente- o primeiro do século XXI.

⁶⁹Alatas, Ali - *The Pebble in the Shoe, The Diplomatic Struggle for East Timor*; Aksara Karunia, 2006, p. 151

⁷⁰PP1292-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP1292.pdf>

Ao longo dos anos da ocupação muitos padres e religiosas terão um papel fundamental na luta timorense. Eles serão a voz mas também o porto de abrigo de um povo esquecido e isolado. D. Basílio do Nascimento, bispo de Baucau, divide o papel da Igreja em 3 fases: numa primeira fase foi a Igreja protectora, depois a Igreja denunciadora e numa última fase, a Igreja reconciliadora.⁷¹ Mas ao mesmo tempo que protegia, denunciava e tentava a reconciliação, a Igreja Timorense foi também um dos pilares da resistência tendo muitas vezes colaborado activamente com ela.

⁷¹Entrevista D. Basílio do Nascimento (Anexo 30)

Capítulo 2

O Catolicismo como Base Identitária da Resistência

O povo de Timor Leste deve quase tudo à sua Igreja. Por isso, o Prémio Nobel da Paz de 1996 é um tributo para toda a Igreja, padres corajosos, freiras, trabalhadores leigos e o povo de Timor-Leste. A minha partilha do Prémio Nobel vai inteiramente para a Fundação que se chamará Paz e Democracia D. Martinho da Costa Lopes. Sei que este é um pequeno tributo para este grande homem que consagrou a sua vida à igreja e ao seu povo ⁷²

No dia em que os indonésios entraram em Díli, Martinho da Costa Lopes era vigário-geral na Diocese. Estava com o bispo, José Joaquim Ribeiro, na residência episcopal, no bairro de Lecidere. O padre Leão da Costa, director no Externato de S. José, estava a dormir no Colégio Bispo de Medeiros. Foi acordado, a meio da noite, por um colega para ver os páraquedistas a descenderem do céu. Vieram depois as rajadas e os dois padres vão assistir à população em fuga para as montanhas acima da capital. Eles permanecem em Díli. No Seminário de Nossa Senhora de Fátima, no alto da montanha que se debruça sobre a capital, em Dare, os padres jesuítas João Felgueiras e José Alves Martins assistiram à entrada dos indonésios. Francisco Barreto era um dos seminaristas e também lá estava. Da varanda do Seminário, padres e seminaristas avistaram, na cidade às escuras, o brilho dos morteiros a voar, contaram mais de 20 barcos de guerra e de transporte a “vomitem” tanques e soldados, viram os aviões sobrevoar a capital e a despejar milhares de páraquedistas e assistiram, ao longe à fuga da população em direcção a Dare que se enchia de refugiados. Os irmãos Jovito Rêgo de Jesus e Esmeralda Piedade Araújo, ambos adolescentes, com toda a sua família, foram alguns dos que ali se refugiaram. Saíram de Díli e subiram a pé e rastejando a montanha, até Dare. A paróquia era dirigida por um familiar, o padre Alberto Ricardo da Silva, futuro bispo de Díli no Timor independente, e ali estavam milhares de pessoas misturadas com os militares timorenses, do ex-Exército português que integravam já as forças das FALINTIL e combatiam a invasão. No interior do território, Luís Costa era padre em Ossú e quando os indonésios ali chegaram, já em Janeiro de 1976, bateram-lhe, prenderam-no e preparavam-se para o executar por pensarem que era um elemento da FRETILIN, quando foi

⁷²Discurso de Ramos-Horta na cerimónia de entrega do Prémio Nobel da Paz de 1996-
http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1996/ramos-horta-lecture.html

salvo por um muçulmano que o reconheceu e testemunhou que era sacerdote. Em Soibada, Francisco Tavares era coadjutor do padre Leoneto do Rêgo mas ali os indonésios só chegaram praticamente um ano depois. Baucau, a segunda maior cidade de Timor-Leste, viu entrar os invasores ainda em Dezembro de 1975. Quando ali chegaram, o padre João de Deus vestiu a batina e foi recebê-los. Júlio Crispim Ximenes Belo tinha 10 anos, também estava em Baucau e também os viu entrar. Fugiu com a mãe para as montanhas mas tiveram de voltar, poucos meses volvidos, porque o pai encontrava-se doente no hospital. Não muito longe de Baucau, no Colégio de Fatu Maka, o padre italiano Eligio Locatelli e vários padres salesianos tinham com eles mais de 300 pessoas das aldeias e lugarejos em redor.

Por todo o Timor, a Igreja Católica foi, na altura, o lugar de refúgio e de assistência à população. Daí que a ligação do povo de Timor-Leste à Igreja Católica, tenha sido desde o primeiro momento da invasão, um facto. Ao longo dos anos de ocupação, a população vai socorrer-se da Igreja em momentos de aflição, padres e freiras vão denunciar a contínua violação dos direitos humanos, muitos vão ajudar, aconselhar e colaborar activamente com a resistência timorense mas a identificação do povo com o Catolicismo não acontece apenas devido ao trabalho destes religiosos. Será utilizada estrategicamente como factor de diferenciação em relação ao ocupante, o maior país muçulmano do mundo. José António da Costa, actualmente sacerdote na Catedral de Díli, foi vigário-geral de D. Carlos, lembra que durante a administração indonésia repetia-se até uma frase muito simbólica: «Ser Timor é ser católico, ser católico é ser Timor.»⁷³

A ligação à Igreja Católica não nasceu, no entanto, a 7 de Dezembro. Era histórica mesmo tendo em conta que à data da invasão o número oficial de católicos estava abaixo dos 30% entre a população, à excepção de regiões como o enclave de Oecussi e Manatuto onde a catolização chegava aos 80%. Contudo, a influência da Igreja Católica em todo o território era certamente maior já que foi a única marca Ocidental a deixar rasto na cultura timorense. «A cultura apenas no aspecto religioso foi influenciada de maneira decisiva pela cultura ocidental»⁷⁴

Quando os portugueses chegam a Timor, a ilha não tinha recebido, ao contrário de outras regiões da Insulíndia, a influência de nenhuma civilização, nem religião mais desenvolvidas.

⁷³Entrevista a padre José António da Costa (Anexo 29)

⁷⁴Thomaz, Luís Filipe - *País Dos Belos, Achegas para a Compreensão de Timor-Leste*; Lisboa, Instituto Português do Oriente, 2008, p. 163

Timor vivia na idade do ferro, sem conhecimento da escrita e com uma religião animista onde se acredita num só Deus (*Maromak*) e noutras manifestações do sobrenatural, como o espírito dos mortos e objectos sagrados (*lulik*). Não havendo uma marca anterior de uma religião mais forte como o Hinduísmo, o Budismo ou o Islamismo, o Cristianismo espalhou-se mais facilmente e os próprios missionários toleraram as crenças locais. Frédéric Durand refere precisamente esse sincretismo realizado pelos missionários.

«O Catolicismo pôde assim ser aceite como a religião dos irmãos cadetes (os Portugueses) que vieram ocupar-se do temporal (o comércio e depois a administração) e propor uma nova aliança, sem que eles tivessem que rejeitar as suas crenças anteriores. A atitude do clero católico de Timor-Leste, como a dos movimentos sincréticos inspirados no Catolicismo [...] inscrevia-se numa visão de conjunto. Eles não pretendiam fundamentalmente pôr em causa a ordem cósmica timorense, mas esforçavam-se antes por a conciliar com os preceitos cristãos»⁷⁵

Podemos assim concluir que à data da invasão, a influência da Igreja Católica estaria muito além dos 28% que os números oficiais indicavam até porque a estatística só dava conta dos baptizados a quem a Igreja só permitia o ritual depois de devidamente catequizados. Por isso, uma vez estabelecido o invasor, os timorenses, obrigados a escolher uma de entre apenas as cinco religiões que a Indonésia reconhecia (Islâmica, Católica, Protestante, Budista e Hindu), não têm dúvidas sobre a sua opção fazendo-a recair sobre a que historicamente lhes esteve sempre mais próxima. Numa década de ocupação, a população católica passa a ser de 80% e em duas décadas, ultrapassa os 90%. Dados que a Indonésia sempre esgrimiou a seu favor argumentando que foi durante a sua ocupação que o Catolicismo cresceu no território. O paradoxo da maciça catolização timorense durante o período de ocupação por um país esmagadoramente muçulmano, encontra na obrigatoriedade da escolha da religião uma explicação mas ela não é única.

«Esse fenómeno, se por um lado traduz um desejo de identificação e diferenciação em relação ao ocupante, por outro representa um cerrar de fileiras em torno da Igreja Católica, a única estrutura de enquadramento verdadeiramente timorense que permaneceu de pé após a catástrofe de 1975.»⁷⁶

A 7 de dezembro de 1975, no dia da invasão, quando a administração portuguesa já se tinha retirado, foram o bispo José Joaquim Ribeiro e o vigário-geral na diocese de Díli, o padre

⁷⁵Durand, Frédéric - *Catholicisme et Protestantisme dans l'île de Timor: 1556-2003*; Toulouse, Editions Arkuiris, 2004, p. 78

⁷⁶Thomaz, Luís Filipe - *País Dos Belos, Achegas para a Compreensão de Timor-Leste*; Lisboa, Instituto Português do Oriente, 2008, p. 415

Martinho da Costa Lopes, quem acudiu no terreno às vítimas que os indonésios deixavam por terra. Numa entrevista dada em Londres em Setembro de 1983, depois de ter sido obrigado a resignar, Martinho da Costa Lopes conta o dia da invasão:

«Tudo o que podíamos ver era soldados a matar, a matar, a matar. Ninguém se atrevia a falar aos indonésios. Não tínhamos ideia nenhuma que tipo de pessoas eram. Os timorenses estavam com muito medo para fazer alguma coisa.

Eu lembro-me do dia em que as tropas indonésias desceram em Díli. Muitos pára-quedistas indonésios desceram do céu. E à medida que caíam, pop...pop... muitos eram mortos a tiro. Os soldados que aterraram começaram a matar toda a gente que encontravam. Havia muitos corpos na rua. [...] As ruas estavam cheias de pessoas mortas, timorenses mortos e javaneses mortos. Nunca tinha visto nada semelhante. Inacreditável. Morte por toda a parte. Pensei que o meu dia tinha chegado, também, mas aparentemente não foi a vontade de Deus, e eu sobrevivi»⁷⁷

Alertados para o massacre pelo pedido de ajuda de jovens, não os abandonaram quando os militares os quiseram reter deixando os sacerdotes seguir o seu caminho. O bispo ficou com os jovens e o seu vigário-geral transportou os feridos para o hospital. Depois exigiram que os jovens regressassem com eles. A Igreja era a única autoridade (e uma autoridade supra-nacional) que permanecia no território e será o porto de abrigo desde o primeiro momento. «Das autoridades portuguesas em Díli apenas restou o bispo que, a despeito de a Santa Sé lhe facultar um avião para se retirar, recusou abandonar o seu posto e permaneceu na cidade»⁷⁸

A máquina de guerra dos indonésios foi avançando no terreno, matando e pilhando, não poupando sequer igrejas. Os guerrilheiros das FALINTIL vão recuando à medida que os militares avançam. Em Dare, Nicolau Lobato, em fuga, oferece-se para levar com ele os jesuítas portugueses, garantindo-lhes protecção. O padre Alberto Ricardo responde-lhe que eles ficam no Seminário e os jesuítas vão acudindo aos feridos pois está com eles um leigo enfermeiro, o irmão Ornelas, que era ajudado nos tratamentos pelo ainda seminarista Francisco Barreto. O Seminário de Nossa Senhora de Fátima começou a ser bombardeado a 13 de Dezembro, estavam todos a rezar na capela. Durante os bombardeamentos, um seminarista e o padre José Alves Martins são feridos. Padres e seminaristas refugiaram-se no mato à volta, uns em casas de famílias, outros no meio da floresta em buracos escavados. Depois, alguns regressam a Dare, ao Seminário de São

⁷⁷TL2992-2- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL2992.pdf>, pg. 6

⁷⁸Thomaz, Luís Filipe - *País Dos Belos, Achegas para a Compreensão de Timor-Leste*; Lisboa, Instituto Português do Oriente, 2008, p. 345

Francisco Xavier que estava acima do de Nossa Senhora de Fátima, este já completamente destruído. Era aí a paróquia onde estava o padre Alberto Ricardo da Silva, um dos padres, mencionado por muitos, como tendo estado fortemente ligado à resistência. Jovito Rêgo, então adolescente, lembra-se de que perante a chegada iminente das tropas indonésias, o pároco de Dare começou a dar uma absolvição geral aos refugiados que ali se encontravam uma vez que os testemunhos dos massacres em Díli faziam prever o pior. A 24 de Dezembro, Alberto Ricardo celebrava a missa quando os indonésios ali entraram. João Felgueiras, o padre jesuíta que chegara a Timor em 1971, estava na celebração. Pôs uma estola à volta do pescoço e foi à janela indicar-lhes o caminho da porta de entrada. Depois começou a pilhagem.

«Máquinas de escrever ou máquinas fotográficas, tudo o que havia desse género, era passado da janela para fora, que o chão é quase ao nível fora e dentro. E então fora, ia um outro com a mochila aberta. Então era só tirar dali e enfiar nas mochilas e assim limpavam a casa.»⁷⁹

Na região de Baucau, no cruzamento que liga a estrada ao caminho que sobe para o Colégio de Fatu Maka, os indonésios chegaram ainda em Dezembro de 1975. O salesiano Eligio Locatelli que veio para Timor em 1964, sentiu-se na obrigação de ir falar com eles para os informar que tinha no Colégio três centenas de refugiados. Os militares, talvez devido à sua tez branca, tomaram-no como um espião australiano, bateram-lhe e exigiram a presença dos outros salesianos. Todos juntos, os padres iam sendo fuzilados ali mesmo na estrada, não fosse a intervenção de um timorense que estava com os militares das ABRI/TNI. Mas foram detidos e levados para Baucau. Só aí são libertados por ordem de um comandante com quem Locatelli falara na véspera. Conta o padre italiano que a desconfiança dos indonésios em relação ao Colégio foi grande nos dias seguintes pois por trás do edifício ouviam-se tiros das FALINTIL, refugiados nas montanhas ali perto. Segundo o religioso, os militares pensavam que a instituição era uma base da guerrilha. Essa desconfiança irá permanecer ao longo dos anos da ocupação.

No interior do território, onde os indonésios ainda não tinham chegado, outros sacerdotes permaneciam com as populações e os guerrilheiros da FRETILIN nas chamadas “zonas libertadas”. Foi o caso do padre Luís Costa que depois de preso pelos indonésios em Ossú, viu-se livre após um assalto dos guerrilheiros fugindo então para Uato Lari, numa dessas regiões. Nas “zonas libertadas” da FRETILIN estavam ainda outros sacerdotes como Leoneto do Rêgo,

⁷⁹Entrevista a padre João Felgueiras (Anexo 39)

Carlos Pereira (açorianos), Francisco Tavares, Mariano Soares (timorenses) e João Martins também conhecido como Fagundo Martins (indiano). Cada um dos padres estava por si, sem ligação à hierarquia da Igreja no território. Contudo, Luís Costa conta que ali exerciam a sua normal actividade pastoral durante os primeiros anos já que a ocupação total do território pela Indonésia é progressiva e só se finaliza em 1979. Também Francisco Tavares, o coadjutor do padre Leoneto do Rêgo em Soibada, relata uma vida pastoral normal até terem de fugir para as montanhas com a chegada dos militares. Durante esse tempo, de resto, tinham quem lhes fornecesse o material indispensável para a celebração da missa. Luís Costa refere que, a si, era o padre Locatelli que lhe fornecia os materiais para os actos religiosos. Leoneto do Rêgo recorda que foram dois rapazes da FRETILIN que um dia foram clandestinamente buscar hóstias e vinho à Câmara Eclesiástica em Díli.⁸⁰ Mas noutros casos, era através da população que conseguiam tudo o que precisavam. João Dias tinha apenas 6 anos quando se deu a invasão, mas lembra-se do seu pai levar hóstias ao padre Carlos Pereira que estava então no meio do mato. Não sabe se o fazia através de estafetas mas ia de Díli ao interior para garantir o fornecimento aos padres.

Nestes anos conturbados, durante a guerra civil e a invasão, nem tudo foi linear e lógico pois vivia-se num clima de permanente confronto e suspeição. Em plena guerra, verificam-se actos de violência contra a população de todos os lados envolvidos. Há queixas contra a UDT e há também relatos de maus tratos cometidos pela FRETILIN, além das conhecidas atrocidades perpetradas pelos indonésios. Durante os primeiros meses da invasão, o Colégio de Fatu Maka, por exemplo, foi uma terra de ninguém entre as forças da guerrilha e os indonésios. Quando os militares deixaram o local e avançaram para outros pontos no território, o padre Locatelli conta que a FRETILIN entrou no Colégio e obrigou toda a população que ali estava a fugir para o mato. Queriam levar também os padres mas eles recusaram-se. Locatelli pediu ajuda a outros elementos da guerrilha timorense que estavam ali perto, em Quelicai.

«Eram das Forças Armadas (timorenses) mas completamente contra a actuação da FRETILIN. E quando eles começaram a dizer para que nós fossemos, que nós fossemos, consegui contactar com o outros e eles foram ter com os comandos que ficaram daquele lado dizendo que se eles tocavam no Colégio e nos padres que eles desciam sobre eles.»⁸¹

⁸⁰Magalhães, A. Barbedo de - *Timor-Leste Mensagem aos Vivos*; Porto, Limiar, Julho 1983, p. 43

⁸¹Entrevista a padre Eligio Locatelli (Anexo 38)

Os padres salesianos (dois portugueses, dois italianos e um espanhol) ficaram sozinhos no Colégio sem se poderem deslocar para lado nenhum. De dia vinham do aeroporto os patrulhamentos indonésios, à noite os guerrilheiros vinham pedir comida que os padres tinham armazenado para o ano escolar do internato. Ficaram assim até Agosto de 1976 quando os indonésios voltaram a ocupar a região. As aulas recomeçaram em Setembro.

Também Jovito Rêgo de Jesus, adolescente aquando da invasão e actualmente padre na Diocese de Díli, recorda a violência da FRETILIN nos tempos em que com a sua família foram obrigados a fugir para o mato.

«Ali a população está entre a espada e a parede. Vem ou morre, ou escapa de lá e também morre. Porque os guerrilheiros também querem que a população adira à sua parte e quando alguém queria entregar-se aos militares indonésios, é morto. É considerado como traidor e é fuzilado. E muita gente morreu por causa disso também. Esses desaparecimentos de pessoas que foram condenadas inocentemente por causa de uma opção que eles fizeram, não poder resistir mais no mato e ter que escapar.»⁸²

Durante 3 anos estiveram em zonas ainda não ocupadas, nas regiões de Aileu e Ermera e depois nas montanhas. Mantinham hortas clandestinas numa zona de transição para se alimentarem e viviam sempre no terror de serem apanhados ou pelos guerrilheiros ou pelos militares indonésios. Só escoltados podiam ir buscar os alimentos já que essa era a garantia de que não se rendiam. Por essa altura, a sua irmã Esmeralda (que pertencera à UNETIM-União Nacional dos Estudantes Timorenses) era uma jovem de 14, 15 anos e integrava agora as fileiras da FRETILIN como vice-secretária da Organização Popular da Mulher Timorense (OPMT) na base 4 fazendo trabalho de sensibilização junto das mulheres no mato mas também vigilância com arma à cintura. Nos primeiros anos da ocupação, Jovito Rêgo recorda ainda os tempos em que um tio abastado com quem chegaram a viver, nesses tempos conturbados, foi preso juntamente com toda a família pelas FALINTIL. Outros parentes tinham guiado os indonésios até Hatolia, onde se encontravam. Por isso recaiu sobre eles a desconfiança de cooperação com o inimigo. Durante seis meses estiveram detidos e o tio chegou a ser espancado.⁸³

Foi com certeza por saber de muitas destas histórias que Leoneto do Rêgo quando, já fraco e cansado, se quis render escreveu a Nicolau Lobato, então presidente da FRETILIN, pedindo autorização e sublinhando que a sua «acção não tinha nada contra a independência de

⁸²Entrevista a padre Jovito Rêgo de Jesus (Anexo 32)

⁸³O padre Jovito Rêgo de Jesus apelida de tio uma pessoa que diz ser primo do seu pai.

Timor». ⁸⁴ Porque A FRETILIN não poupava ninguém. João de Deus Pires, o padre salesiano transmontano que chegou a Timor em 1958 e que estava em Baucau, recorda que foi preso e espancado por elementos da FRETILIN, nos primeiros dias da invasão. O pároco tinha recebido os indonésios que com eles traziam elementos da UDT, como Manuel Carrascalão a quem João de Deus cedeu a sua casa para que pudesse tomar banho. Anteriormente, durante a guerra civil, o padre já tinha escondido César Mouzinho, uma das principais figuras da UDT. A 14 de Dezembro de 1975, em plena invasão, dirigiu-se a Manatuto para celebrar a missa de Natal, pois alguns padres tinham fugido para Timor Ocidental e para a Austrália, e o bispo nomeara-o também pároco daquela localidade. No percurso é preso e levado posteriormente para o Remexio. Enviado de volta para Manatuto é aqui espancado por elementos da FRETILIN. Acusam-no de ser pró-indonésio e de favorecer a UDT.

«A FRETILIN eram cruéis, cruéis, cruéis. De maneira que todos queriam a Indonésia. Quem é que não queria? Até eu naquele momento. Com aquela tarefa que apanhei, como me trataram. Depois ao cabo de uns dias, os indonésios chegam, matam, enforcam, batem. A mim um indivíduo também me queria bater. “Quero o relógio. Não dou.” E ele pega num punhal. E eu também não dou. Um transmontano não se rende assim com duas cantigas. Rasguei logo o dicionário. Eu andava já a aprender indonésio. Logo ao fim de Janeiro já ninguém queria mais a Indonésia.» ⁸⁵

Mas em 1975, João de Deus acaba por ser deixado em Manatuto a 31 de Dezembro. Quando tentavam obrigá-lo a fugir para o mato por causa do avanço das tropas indonésias, ele socorre-se da religião para que o deixem ficar. Pede para rezarem em conjunto uma “Avé Maria” e imbuídos na devoção deixam-no em liberdade. Depois, durante os anos de ocupação serão os indonésios a bater-lhe por mais de uma vez.

São muitas as acusações contra o comportamento da FRETILIN nesses primeiros anos de ocupação. A guerra levou a excessos e a sua violência é amplamente relatada por religiosos e não só. Mas ainda que admitindo o seu comportamento agressivo, os padres jesuítas tomam o seu lado. Numa carta datada de 1977, João Felgueiras assume a defesa da FRETILIN.

«Se a Fretilin foi violenta (os outros grupos também foram e são apresentados como tendo traído o ideal do seu povo), só ela manteve levantada a bandeira do ideal primário e

⁸⁴(1979-1979), "Tempo, Agência Reuter, The Southeast Asia Record, Haagsche Courant, NRC Handelsblad, The Washington Post", Agosto de 1979 - Novembro de 1979, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_145120 (2016-6-15), p. 4

⁸⁵Entrevista a padre João de Deus Pires (Anexo 37)

que afinal unia todo o povo: a independência. [...] Sobre a Fretilin é que recai “estrategicamente” toda a recriminação e ódio dos invasores: era de todo o interesse que fosse vista como “comunista”, para estimular o ódio dos militares e motivar a este povo, o acto da invasão.»⁸⁶

Os primeiros anos da invasão são pois de desconfianças, perseguições e denúncias entre timorenses. A guerra entre UDT e FRETILIN estava ainda fresca na memória e procurava-se agora o ajuste de contas pela conduta violenta então assumida por alguns. Nas vilas já ocupadas, é a vez dos elementos da FRETILIN que se vão rendendo serem denunciados. Em Ainaro, Benjamim Corte-Real era um adolescente e ajudava como sacristão o padre Demétrio Soares que, diz, era muitas vezes chamado para confortar as famílias dos perseguidos.

«Havia gente muito perseguida. Umas porque tinham um papel preponderante naqueles meses de domínio da FRETILIN e então foram alvo de queixas, de perseguição. Às vezes as queixas partem dos próprios timorenses e até dos próprios familiares, quando as escolhas partidárias eram diferentes. Então o padre era aquele lugar da consolação.»⁸⁷

É neste contexto de desconfiança contínua, natural num cenário de guerra, que Luís Costa, então sacerdote, é preso três vezes pela FRETILIN, ainda nas “zonas libertadas”. Numa dessas prisões, em Novembro de 1976, é acusado de traição, suspeito de ter influenciado Aquiles Soares nas suas ideias mais moderadas. Julgado e libertado um mês depois, foi-lhe pedido que celebrasse a missa do galo. Nessa altura, já no meio das montanhas, com guerrilheiros e população em permanente deslocação e com a casa às costas, Luís Costa realiza a celebração debaixo de um gondoeiro e ao lado de uma ribeira. O ex-padre relata que a população ensaiou cânticos e que o local foi iluminado com archotes. Sem ter todas as condições reunidas para a missa, improvisaram as hóstias com pão de mandioca e dispensaram a consagração do vinho porque não dispunham da bebida. Luís Costa conta que estariam na liturgia centenas de pessoas. Esta foi a última vez que celebrou a eucaristia enquanto esteve nas montanhas fugido com os guerrilheiros e a população. Nas suas celebrações, quer nas “zonas libertadas” quer nesta última no meio do mato, o então pároco diz que centrava as homilias na realidade que Timor estava a viver e transportava-a para o livro de Êxodo em que Moisés liberta os judeus, escravos, do jugo

⁸⁶PP0005-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0005.pdf>, p. 1

⁸⁷Entrevista a Benjamim Corte-Real. (Anexo 26). A violência da FRETILIN é ainda denunciada em 1984 numa carta de Ximenes Belo para Xanana Gusmão onde o administrador apostólico se diz preocupado com o incêndio de aldeias e apropriação de bens por parte dos guerrilheiros (PP0082-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0082.pdf>)

do faraó egípcio. No mato e até 1977, o ex-padre refere ainda que fazia algum trabalho pastoral como a saudação da palavra, algumas leituras da Bíblia, a catequese e até, uma vez, a extrema-unção. Muitos, de resto, irão morrer na montanha devido aos bombardeamentos mas também de fome e de doença. À sua volta, Luís Costa lembra que tinha muita gente já que nas montanhas viviam milhares de pessoas e era a ele que muitos confessavam os seus receios em relação aos guerrilheiros da FRETILIN que os obrigavam a fugir com eles com o argumento de que se não o fizessem seriam traidores e reaccionários. Enquanto sacerdote, Luís Costa estava obrigado ao segredo da confissão o que levava o povo a confiar-lhe as suas preocupações. A aproximação à Igreja, diz, começa a acontecer logo com a guerra civil e a sua experiência do terreno leva-o a dar uma explicação mais espiritual para a maciça catolização dos timorenses durante os anos de ocupação.

«As pessoas viviam numa situação de incerteza em relação ao seu futuro sem saberem se amanhã estariam vivas ou mortas. Depois queriam estar reconciliadas consigo próprias, com a família, com Deus e com os antepassados e a melhor maneira disso acontecer era serem baptizadas. Não foi só por causa da ocupação indonésia ou da obrigatoriedade de escolherem uma religião, era a sensação de terem o espírito em paz. No mato, as pessoas aderiam ao Catolicismo porque viam que a Igreja era a única entidade ligada à espiritualidade. Pela tradição a Igreja, em Timor, era a única entidade que era capaz de dar esse conforto e essa paz de alma. [...]. A Igreja era uma referência»⁸⁸

Francisco Tavares aponta para a mesma direcção. O então sacerdote em Soibada destaca a religiosidade dos timorenses que nunca quiseram morrer gentios e perante a possibilidade real da morte procuraram o baptismo. «A guerra era perigo de vida e eles pediam para ser baptizados. E havia casamentos também»⁸⁹

Do tempo em que viveu nas montanhas, para onde fugiu em Maio de 1976, Francisco Tavares conta que foi a Same realizar 300 casamentos (maioritariamente de comandantes das FALINTIL) e à volta de mil baptismos. Entre 1976 e 1979, viveu no mato como os demais, obrigados a fugir e sem se poderem render por ordem da FRETILIN. A vida era vivida conjuntamente entre civis e guerrilheiros. Explica Francisco Tavares que havia 3 zonas: a zona da guerrilha, a de transição e a da retaguarda. Nesta última, o padre celebrava a eucaristia sem que nada lhe faltasse já que tinha levado consigo o livro da missa e os paramentos e tinha ainda ajuda de familiares para tudo o resto. «O trigo e o vinho das uvas, tinha até um ferro para fazer as

⁸⁸Entrevista a Luís Costa (Anexo 19)

⁸⁹Entrevista a padre Francisco Tavares (Anexo 25)

hóstias. Por isso fabricávamos hóstias continuamente para a eucaristia, para atender aos cristãos e a missa continuava»⁹⁰

No mato, fugitivo como os demais, o padre sentia o dever de acompanhar e apoiar moralmente a população em fuga. As populações, por seu lado, diz que se sentiam acompanhadas e viam ali a protecção da Igreja. Povo e guerrilheiros muitas vezes procuravam aconselhamento religioso. O padre João de Deus sublinha até que quase todos os guerrilheiros lhe pediam terços, facto que o leva a questionar a ideia de uma FRETILIN comunista. É curioso verificar que a ligação ao Catolicismo é muitas vezes usada como argumento para refutar a ideia de uma FRETILIN ideologicamente vinculada ao Comunismo. Barbedo de Magalhães conta até que Monsenhor Martinho da Costa Lopes quando falava com políticos portugueses que lhe referiam as simpatias comunistas dos timorenses, respondia: «Eles são católicos».⁹¹ Este argumento foi, inclusive, por várias vezes utilizado pelo administrador apostólico em entrevistas e em comunicações durante o seu mandato e até mesmo depois de ter sido obrigado a resignar.⁹² Também o seu sucessor em entrevista a jornalista indonésios em 1984, pôs em causa a filiação marxista dos guerrilheiros, quando questionado, referindo que «alguns deles pediram para serem baptizados».⁹³ Num relatório atribuído a Ramos-Horta mas onde se lê ter sido preparado por um elemento do Centro de Libertação sul-africano refere-se que Xavier do Amaral, então presidente da FRETILIN «é um católico devoto» e que por isso «não encaixa de maneira nenhuma na propaganda indonésia» de que o partido que dirige seria maoista e comunista.⁹⁴ Em cartas e em foruns internacionais quem defendia a causa timorense, em especial os religiosos, argumentava frequentemente da mesma forma.⁹⁵ Além disso há que acrescentar que, para os indonésios,

⁹⁰Entrevista a padre Francisco Tavares (Anexo 25)

⁹¹Entrevista a Professor António Barbedo de Magalhães. (Anexo 21)

⁹²Em 1980 numa entrevista à rádio WDR da Alemanha Federal, frente a militares indonésios, M. C. Lopes dirá: «A guerra continua... e a FRETILIN recusa toda a colaboração com os indonésios... Os homens da FRETILIN têm uma formação católica. Eles passaram pelos nossos seminários. Eles lutam pela independência. Não vejo nada de errado nisso» (TL4056 e PP1196-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL4056.pdf>, p. 6); Numa comunicação no Comité de Desenvolvimento Social e para a Paz no Mundo do Episcopado Católico dos EUA, em 1984, M.C. Lopes refere-se aos guerrilheiros da FRETILIN como «nacionalistas profundamente católicos» (TL3174 e PP0077-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3174.pdf>);

⁹³PP0105 e TL3192-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3192.pdf>

⁹⁴(1974), "Timor Português e as ameaças de invasão da Indonésia - Relatório de Ramos-Horta", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_141423 (2015-12-4), p. 5

⁹⁵Numa intervenção num seminário em Melbourne, o padre Francisco Fernandes, um sacerdote com trabalho importante junto dos refugiados timorenses em Atambua e que vivia então em Macau, falando sobre a população de Timor diz: «mais de 50% são católicos e o resto segue maioritariamente a sua forma tradicional de vida. Muito poucos dos líderes da Fretilin eram 'marxistas'. Xavier do Amaral, Nicolau Lobato e Rogério Lobato, líderes da

Ateísmo era sinónimo de Comunismo e daí a necessidade de afirmar a religiosidade dos que lutavam pela independência como facto óbvio na negação de uma ideologia de esquerda.

O padre Francisco Tavares rende-se a 6 de Fevereiro de 1979, descalço, com a batina e o breviário numa sacola e uma catana com que trabalhava a terra. Tal como toda população que fugira com os guerrilheiros para as montanhas, também ele assim que se rende é colocado num campo de concentração. Fica quase dois meses no campo de Natarbora e aí é mais uma vez convocado para celebrar missa, mas agora a pedido do comandante do campo. Muitos dos que se rendem são contactados por forças timorenses criadas precisamente para chamar a população, os *Hansip*. Na região de Baucau, a partir de 1977, o padre Eligio Locatelli começou a trabalhar juntamente com Aleixo Ximenes (um homem da UDT, deputado de Venilale na Assembleia Regional de Baucau no Timor ocupado e ainda catequista) e Joaquim de Sousa (um comandante dos *Hansip*) contactando com a população no mato para os trazer de volta às vilas. Era tudo feito em colaboração com as ABRI/TNI de acordo com a política de rendição promovida e incentivada pela administração indonésia.

«Nós mandávamos pessoal ao mato à procura de comida. Iam fazer a caça de veados e porcos bravos e apanhar o sândalo para poder vender e poder comprar alguma coisa. E com a ida deles, muitas vezes encontram-se pessoas do mato, contacta-se e depois, uma, duas vezes, os do mato vêm à vila e assim vai aumentando a população da vila»⁹⁶

Em meados de 1979, na região de Ermera, a família de Jovito Rêgo e Esmeralda também desceram da montanha para se entregarem. Esmeralda estava na base 4 da FRETILIN mas a mãe foi chamá-la. Renderam-se e ficaram todos num campo de concentração até que o tio de Dare, o padre Alberto Ricardo, os mandou buscar. De volta à paróquia de Dare, a revolucionária Esmeralda encantou-se com o canto e as rezas das candidatas a freiras. É assim que de 79 a 83 foi aceite como postulante nas Canossianas de Balide, Díli. Nos anos seguintes faz o noviciado, a profissão religiosa e toma o hábito até que é mandada para Roma estudar, em 1991. A vida de revolucionária ficava em suspenso mas não tinha chegado ao fim.

Fretilin, foram educados católicos, no mesmo seminário onde eu o fui.» (TL1921 e PP1293-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL1921.pdf>, p. 17); Numa carta de 1977, o jesuíta João Felgueiras refere que os mais activos e praticantes católicos eram antigos membros e combatentes da Fretilin e conclui: «Parecerá ironia, para os que tinham os filiados na Fretilin, como filiados no comunismo» (PP0005-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0005.pdf>); Num artigo da revista *Vida Nova* de Novembro de 1984, ao mesmo tempo que se apela ao envolvimento dos cristãos na causa timorense, pede-se para que «esqueçam fantasmas ideológicos» (TL3682-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3682.pdf>, p. 2)

⁹⁶Entrevista a Aleixo Ximenes (Anexo 40)

Foi durante estes anos da rendição em massa que a irmã canossiana Rosa Sarmiento contactou pela primeira vez, desde a invasão, com o povo timorense. Rosa Sarmiento estava em Portugal em formação quando os indonésios ocuparam Timor e só regressou em 1977 para integrar as fileiras da assistência humanitária da diocese de Díli. Na altura, avançavam para o terreno à medida que eram informadas pelos padres sobre o número de pessoas que estavam a chegar. Chegavam às centenas e as irmãs levavam comida e roupa. Ia sobretudo para os distritos de Baucau e Viqueque.

«Eu entrei nesta organização e dali é que eu comecei a contactar com o meu povo. Sentir-me uma timorense. Encontrar-me com esqueletos humanos, doentes, crianças. Toda a espécie.[...] vinham só para render velhos, crianças, velhas. Jovens, muito poucos. Eram logo despachados...»⁹⁷

Por despachados, a irmã Rosa Sarmiento explica que quer dizer mortos ou castigados, desterrados para Ataúro, a ilha em frente de Díli, que durante mais de uma década funcionou como colónia penal de presos políticos e familiares de suspeitos de pertencerem à guerrilha. Vinham de todo o território. De dois em dois meses, a canossiana também lá irá dar apoio aos presos. Rosa Sarmiento diz que havia ali mais de 3 mil desterrados. A ajuda humanitária era canalizada maioritariamente pela Igreja que era considerada a melhor via para a distribuição da ajuda tendo sido usada, praticamente desde o início da ocupação, por várias agências católicas como a *Australian Catholic Relief* (ACR). Outras organizações como a *Catholic Relief Services* (CRS) da Conferência Católica Americana encaminharam a sua ajuda através da Conferência Episcopal Indonésia (MAWI) em 1977, iniciando um programa próprio em 1979. Mas a organização humanitária que mais tempo conseguiu permanecer em Timor foi a Cruz Vermelha Internacional (CVI).

Nos anos da rendição em massa, as pessoas assim que desciam das montanhas, eram registadas e no seu cartão de identificação eram obrigadas a colocar a religião a que pertenciam. A ausência de religião estava fora de questão, porque, como vimos, o Ateísmo era associado ao Comunismo que os indonésios vinham combater. A esmagadora maioria era animista mas estando limitados na sua escolha, optavam pelo Catolicismo. Daí que, nessa altura se tenham multiplicado os baptismos em massa. Eligio Locatelli lembra-se que lhes levavam comida, baptizavam-nos e organizavam uma catequese apressada o que, segundo o padre, levou ao

⁹⁷Entrevista a madre Rosa Sarmiento (Anexo 34)

catolicismo superficial que se vive ainda hoje em Timor. João de Deus recorda que na região de Baucau o povo começou a descer das montanhas quando bombardearam o Matebian. Na época, diz que chegou a fazer 800 batismos de uma só vez.

«Eu já ia prevenido com rapazes que sabiam escrever, com cadernos. “Quem quer ser católico vai aqui para o meu grupo e dá o nome cristão.” Escreviam, assinavam e era a certidão. E eu dava-lhe a primeira parte do baptismo. Fazia a cruz a todos. Só uma vez fiz a cruz a 800 timorenses. Já não podia mais.»⁹⁸

Conta o padre que depois, na medida do possível, é que conferiam devidamente o primeiro sacramento a quem o desejasse. A escolha maciça do Catolicismo diz que não se deve a uma crença e fé verdadeiras, até porque pela sua experiência defende que não seriam mais de 12 a 15% os católicos em Timor, rejeitando assim os dados oficiais. A explicação para essa adesão maciça encontra-a na obrigação imposta pelos indonésios mas também nas relações familiares e na referência que constituía a Igreja que durante a ocupação foi muitas vezes a casa de refúgio e protecção dos timorenses.

«Que fosse amor de fé ou convencidos do Deus verdadeiro, esse conhecimento não o tinham. Não era bem por isso. O que é tinham um parente que era católico, o padre sempre os tratou na escola, o nosso convívio com eles...na convivência eram católicos para nós. Eles com o padre era como sendo o pai deles. Gentio ou não gentio, não tínhamos distinção, naqueles tempos.»⁹⁹

Além dos batismos, o padre de Baucau ocupou-se ainda das crianças órfãs que chegavam das montanhas. Para as raparigas encontrava famílias em Díli disponíveis para as criarem. Os rapazes mandava para o Colégio de Fatu Maka, a escola salesiana construída por sua iniciativa com ajuda da administração portuguesa no território e para onde foi mandado logo em 1964 o salesiano Eligio Locatelli a fim de iniciar a obra. Noutro Colégio de religiosos, em Venilale, eram acolhidos e educados os filhos dos guerrilheiros.

Desde que chegou a Timor com 28 anos, que João de Deus se ocupou do ensino, primeiro em Díli na escola primária salesiana (uma das duas únicas existentes na altura na capital) e, a partir de 1962, na região de Baucau onde garante que abriu mais de 60 escolas sempre em negociação com os liurais. Durante seis anos ali esteve praticamente sozinho.

⁹⁸Entrevista a padre João de Deus Pires (Anexo 37)

⁹⁹Entrevista a padre João de Deus Pires (Anexo 37)

«Em vez de eu começar a pedir: “oh liurai, vamos fazer uma capela?” Não, pedia: “oh liurai, vamos fazer uma escola?” Porque não havia nenhuma escola em parte nenhuma. Quando eu cheguei não havia escolas. [...] Ficavam admirados, nunca ouviram falar de escola porque havia um ou outro que falava português, que tinha andado na escola de Soibada. Que houvesse um por cento naquele tempo que falava português e que tinha sido instruído... E eu explicava: “é fácil fazer uma casa grande à maneira vossa que fazeis a casa do povo, etc. Ah mas o prego e essas coisas? Isso fica por minha conta.” Ao cabo um mês, dois meses estava uma escola de 16 por 8 feita. Arranjava um professor que falasse português, com a 4ª classe e já era professor. Então as crianças todos os dias já iam para a escola aprender um pouco de português e ao mesmo tempo aprendiam a religião. Rezava missa e os filhos iam para casa, uma ou outra falava português e dizia: “oh pai eu já sei rezar a Avé Maria”. Enquanto se eu partisse do princípio de igreja, seria fazer uma capela, muito bem, eles fariam também. Ficava fechada. Só três, quatro meses, quando o padre lá pudesse ir é que se abria. Não ganhava nada, para meia-dúzia de cristãos. Enquanto que a escola não. Quando eu desse lá missa, a escola era igreja para mim. Tinha tudo. O professor que ensinava tudo era o catequista para mim»¹⁰⁰

Assim penetrou a Igreja no território, e assim se estabeleceram relações que mais tarde serão importantes e, nalguns casos, determinantes na colaboração entre religiosos e a resistência. Monsenhor Martinho da Costa Lopes foi professor de muitos guerrilheiros. Leoneto do Rêgo, um dos padres que esteve na “zonas libertadas” nos primeiros anos de guerra e que depois de se render em Dezembro de 1978 vem para Portugal, também foi professor de muitos dos principais líderes no Seminário em Dare ou no liceu em Díli já que desde 1950 estava no território. Nicolau Lobato, o segundo presidente da FRETILIN, estava um ano à frente de Ximenes Belo no Seminário de Dare. Xanana Gusmão andou no Seminário e Konis Santana, comandante das FALINTIL entre 1993 e 1998, foi aluno interno no Colégio dos padres salesianos em Fuiloro que era dirigido pelo padre Magalhães, um missionário português. O padre João de Deus, embora assegurando que nunca fez distinção entre quem lhe pedia ajuda, vai lembrando que o comandante das FALINTIL na região Centro e que será Chefe de Estado Maior General das FALINTIL-FDTL no Timor independente, era Lere Anan Timor, um antigo aluno seu em Fatu Maka. E o padre, exercerá a sua influência junto do comandante demovendo-o, uma vez, de destruir uma ponte e mais tarde, no pós-referendo, convencendo-o a deixar passar um batalhão do Exército indonésio no regresso a casa. Xanana Gusmão estava uns anos à frente de Francisco Barreto que por sua vez foi colega de muitos outros guerrilheiros no Seminário de Dare e refere que havia, por isso uma ligação especial. A educação católica evidencia pois uma importante influência na formação das elites e nas relações com a Igreja mas também nos ideais. Martinho

¹⁰⁰Entrevista a padre João de Deus Pires (Anexo 37)

da Costa Lopes destaca precisamente esse aspecto que o ensino católico trouxe para a defesa da independência.

«Eles, no seminário, receberam uma formação humana e cultural. A educação não é só meter ciência nas pessoas, mas dar-lhes a formação da inteligência e vontade para enfrentar a realidade da vida. Daí que a maior parte dos seminaristas tenham sentido que se tratava de uma agressão da Indonésia»¹⁰¹

O peso da Igreja na educação foi sempre grande em Timor- basta recordar que até à década de 30 do século XX, o Seminário de Soibada era a única escola secundária que existia no território. E essa influência que foi relevante para a missionação e para a formação das elites, foi ainda importante para o ensino do português que mesmo com baixos níveis de penetração, era utilizado, durante a ocupação, como elemento de identificação e diferenciação nos argumentos em defesa da independência. O português era a língua da resistência. Os indonésios proibiram o seu uso assim que entraram no território e ela passou a ser falada apenas às escondidas pois quem a falasse, passava para a lista negra dos resistentes. Mas, o Externato de S. José manteve durante largos anos o seu ensino. Juntamente com o padre Domingos da Cunha, o padre Leão da Costa dirigia a instituição desde 1974 e relata que garantiram o ensino em português num esquema clandestino, ao longo de boa parte da administração indonésia. Por vezes os indonésios iam assistir às aulas e quando, por algum motivo, havia uma fiscalização ou questionavam sobre o que lá se passava, o padre respondia, mentindo.

«Uma das vezes perguntou-me directamente: “Isto é uma escola?” Foi assim directo: “É uma escola?” Eu disse: “Não.” Aqui está uma grande mentira.

-E porque é que disse que não era uma escola?

Porque eles, se dissesse que era escola, fechavam. Tinham poder para isso.

-Então disse que era o quê?

Não era escola mas um curso de línguas. “Temos aqui um curso de línguas. Ah sim? Então o programa?” Realmente tínhamos aí o curso de línguas também. Mas o curso normal era dado na obscuridade. O calendário falava em grego, em alemão, francês, italiano, espanhol, português e mais bahasa indonésio. Era tudo figurado.»¹⁰²

Durante largos anos, Leão da Costa garante que inclusive passavam certificados por conta própria sem reconhecimento superior mas que eram aceites quer na Austrália, quer em

¹⁰¹(1983), Sem Título, Domingo, 3 de Julho de 1983, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_144995 (2016-6-21), p. 5

¹⁰²Entrevista a padre Leão da Costa (Anexo 35)

Portugal. Para poderem prosseguir os estudos na Indonésia, anualmente ou no final do Secundário os alunos realizavam exames de equivalência. Os jesuítas João Felgueiras e José Alves Martins começaram a leccionar no Externato logo a seguir à invasão, pois com o Seminário em Dare destruído acabaram por descer para Díli e com a falta de professores nas duas escolas, conjugaram sinergias e Externato e Seminário funcionavam em conjunto. Felgueiras era o director do Seminário. Segundo ele à frente da rede escolar da diocese estava um padre indonésio da Companhia de Jesus e seria ele a validar os certificados do Externato. A presença de um jesuíta à frente do ensino da Igreja em Timor, leva o padre Felgueiras a sublinhar a importância da Companhia de Jesus pois a ideia de ter um padre indonésio a dirigir a educação da diocese, terá agradado à administração ocupante facilitando em muito o ensino em português. «Enquanto os indonésios queriam implementar a língua indonésia e com isso “indoneizar” Timor, nós podíamos ter o programa totalmente em português como em Lisboa. E então como é que se oficializava? Era o padre que se encarregava. Punha um carimbo e corresponde.»¹⁰³

Esta informação de João Felgueiras é, contudo, difícil de confirmar através de outras fontes. Em fontes documentais só foi possível verificar que a partir de 1979 o ensino da Diocese ficou sob a alçada da Fundação Santo Paulus entretanto criada.¹⁰⁴ Só um documento de 1996 dá conta de quem estava à frente da Fundação e aí aparece o padre Áureo da Costa Gusmão que pelo nome não será indonésio.¹⁰⁵ Outras fontes, como *A Paz é Possível em Timor-Leste* (APPTL), num boletim de 28 de Junho de 1986 dão como garantido um padre indonésio na direcção das escolas católicas.¹⁰⁶ Jean Pierre Catry, da APPTL, refere que se trataria de um jesuíta irmão de Yusuf Wanandi, alto responsável pelo Serviço de Informações Estratégicas da Indonésia (CSIS), de seu nome Markus Wanandi, que teria ainda a função de secretário de Ximenes Belo. Depois há ainda quem, como Luís Costa (o ex-padre de Ossú) e o jesuíta José Alves Martins, embora confirmando a presença de um jesuíta indonésio à frente do ensino da diocese, assegure que ele só passou a validar os certificados depois da saída dos padres Domingos da Cunha e Leão da Costa do Externato. Certo é que ali se ensinou por largos anos em português. Num documento sobre a Educação católica em Timor-Leste entre 1981 e 1983 refere-

¹⁰³Entrevista a padre João Felgueiras (Anexo 39)

¹⁰⁴(1979-1979), "Inter-nos", Abril de 1979 - Junho de 1979, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_145126 (2016-6-14), p. 5; TL3230-26 e PP0054 <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3230.pdf>, p. 15-1

¹⁰⁵TL3040 e PP0619- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3040.pdf>, p. 4

¹⁰⁶PP0201-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0201.pdf>, p. 3

se que a Escola tem sido questionada pelo Departamento de educação e Cultura do distrito, pressionando para que se siga o curriculum indonésio.¹⁰⁷ No Externato de S. José (com as siglas SMP para o secundário primário e SMA referente ao ensino secundário superior) garantia-se também a instrução em bahasa indonésio de algumas disciplinas daí que o ensino em português talvez tivesse acabado por passar despercebido. Tanto mais que havia ainda a Escola Secundária Santu Yosep que era uma filial do Externato, integrada no ensino indonésio. A importância de manter o português vivo em Timor prendia-se não só com o facto de ser uma língua de resistência, já que os indonésios não a percebiam, como também com a necessidade de afirmação da identidade e ainda porque essa era a língua de comunicação com a guerrilha. O padre Leão da Costa refere mesmo que o português era a única língua que falavam. A língua dos guerrilheiros no mato: «É a base da União. Com os do mato e entre nós. Nós não falávamos indonésio. [...] E as comunicações internacionais que vinham do mato, vinham em português.»¹⁰⁸

A Escola que manteve viva a língua portuguesa constituía também um centro de resistência entre professores e alunos que por ali passavam. João Dias que integrará mais tarde a OJETIL (Organização da Juventude dos Estudantes de Timor-Leste) foi estudar para o Externato por imposição do pai que não queria os filhos a aprender bahasa indonésio. Ele lembra-se que ali todos decoravam a ideia de que nem só com arma se luta contra o inimigo mas também com a caneta e recorda ainda a discrição com que os padres, professores, passavam a mensagem.

«Uma das frases que eles diziam era: “para Timor ficar melhor, vocês têm de estudar e fazer qualquer coisa”. Eles não dizem para Timor ser independente, dizem para Timor ser melhor, para ficar melhor, para governar a vossa terra. Portanto, discretamente deu-nos a instrução de que a independência era a única, a melhor solução para viver melhor na nossa pátria, para no mínimo viver com dignidade.»¹⁰⁹

Depois de ter completado o ensino básico em Ainaro, Benjamim Corte-Real tinha uma bolsa para ir continuar os estudos na Indonésia mas os seus irmãos mais velhos não o deixaram, temendo que voltasse aculturado e ele acabou por se inscrever no Externato de S. José, no curriculum em português. Também ele lembra que era discretamente que os padres os introduziam nas questões da resistência e direitos humanos, através da matéria que escolhiam para reflexão nas aulas.

¹⁰⁷TL3230-26 e PP0054-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3230.pdf>, p. 15-2

¹⁰⁸Entrevista a padre Leão da Costa (Anexo 35)

¹⁰⁹Entrevista a João Dias (Anexo 27)

«Na História universal, a luta dos povos do mundo desde os povos do Médio Oriente, os povos da Europa para conseguirem a sua independência. Esses processos de afirmação dos povos era matéria constante de reflexão. Bastava dizer olha façam o mesmo com Timor. Ética e moral: reflexão sobre os direitos humanos, constatar toda a violação dos direitos humanos que cada um de nós fosse testemunha no seu distrito, na sua aldeia»¹¹⁰

O padre Júlio Crispim estudou na Escola Secundária Santu Yosep em bahasa e ao mesmo tempo aprendeu português no Externato. Ele saiu de Baucau para Díli para fazer o Ensino Secundário. Era um jovem já muito envolvido na resistência quando ali chegou. Em 1975, com 10 anos, pertencia à UNETIM e durante o período em que concluiu a primária, aberta pelo padre Magalhães pouco depois da chegada dos indonésios a Baucau, era o estafeta usado por aquele pároco para o contacto com as FALINTIL no mato. Ia a pé ter com os guerrilheiros levar medicamentos e comida e ainda transportava cartas de um lado para o outro.

«Para entregar aos amigos lá no mato eu é que levo as cartas e medicamentos. Depois se eles quisessem enviar uma carta eu é que trazia para o padre Magalhães.

- E as cartas eram para quem? Para familiares?

Para familiares e até alguns para o estrangeiro.

- E era para o estrangeiro para onde?

Para Portugal, etc. Depois para Díli, para o bispo.»¹¹¹

Quando chega à capital encontra vários colegas com o mesmo ideal e, ligado ao Externato de S. José, formam um grupo clandestino sobretudo para a sensibilização dos jovens estudantes para a causa timorense pois, segundo Júlio Crispim no início dos anos 80 era difícil desenvolver outras actividades clandestinas. Nesse grupo está Carlos Saky (Carlos da Silva Lopes), uma das pessoas que virá mais tarde a fundar a RENETIL (Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste). Saky e Crispim foram colegas de secretária na Secundária Santu Yosep.

O Externato foi fundado em 1971 e foi bombardeado durante a invasão. Depois, quando muitas escolas ainda se mantinham fechadas porque, por causa da guerra, ou não tinham alunos ou estavam destruídas, reabre logo em 1976. Ao longo da ocupação, visto como um símbolo de resistência, há relatos de perseguição ao quadro docente e aos alunos, havendo muitas pressões

¹¹⁰Entrevista a Benjamim Corte Real (Anexo 26)

¹¹¹Entrevista a padre Júlio Crispim Ximenes Belo (Anexo 41)

para o seu encerramento.¹¹² Só será, no entanto, encerrado após o massacre de Santa Cruz, transformando-se no Colégio de S. José. Quando é fechado tinha inscritos mais de 600 alunos. Só volta a abrir como Externato em 2004, depois da independência.

A História de Timor-Leste revela que a Igreja Católica foi uma marca decisiva na colonização portuguesa a começar no facto dos primeiros portugueses que ali se fixaram serem missionários dominicanos. Como já vimos o primeiro governador de Timor só ali chega cerca de um século depois dos religiosos e encontrou já 17 régulos com nomes cristãos. O peso dos religiosos sempre foi forte no espírito dos timorenses. Luís Filipe Thomaz relata uma história que se conta de um liurai que, a dado momento terá recordado a um governador que Timor não tinha sido conquistado pelo fogo mas pela água e pelo sal, numa referência ao baptismo. A submissão à suserania do Rei de Portugal foi, de resto, feita pelos missionários, ao mesmo tempo que iam convertendo a aristocracia local ao Cristianismo. E os religiosos estavam conscientes do seu poder.

«Os missionários mantinham uma perfeita consciência da sua prioridade em Timor, mostrando forte tendência para interferirem com o poder civil ou tentarem sobrepor-se-lhe, tanto mais que a própria Coroa lhes reconhecia um direito especial sobre Timor. Certos privilégios de que gozava o clero, como o direito de prender quem prevaricasse contra a igreja ou contra a moral pública, eram uma fonte permanente de atritos»¹¹³

Exemplo desses conflitos entre poder religioso e temporal é o de Frei Manuel de Santo António. O bispo de Malaca que fixa residência em Timor consegue vencer os confrontos com os dois primeiros governadores do território obrigando-os a abandonar a ilha ficando mesmo, a dado momento, com o governo do território. Só o terceiro governador consegue expulsar o bispo. A influência dos religiosos em Timor é também conseguida pelo interesse dos reinos timorenses na sua capacidade defensiva. Segundo Frédéric Durand o momento de viragem na história da evangelização do território verifica-se, em 1641, com a conversão da rainha de Mena ao Catolicismo quando esta pede ajuda aos dominicanos que consigo traziam soldados, para a defesa contra os ataques dos piratas da Celebes.

¹¹²TL3234 e PP0349- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3234.pdf>; TL305-1 e PPB02-90-07-
<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PerT42-90-07.pdf>, p. 1

¹¹³Thomaz, Luís Filipe - *País Dos Belos, Achegas para a Compreensão de Timor-Leste*; Lisboa, Instituto Português do Oriente, 2008, p. 403

Os missionários começaram por converter a aristocracia timorense na esperança de que o povo se seguiria. Tal, como já vimos, não se verificou durante a colonização portuguesa, mas a sua influência está patente também, como acima assinalámos, na educação da população, entre eles muitos dos que irão integrar as lideranças políticas no território. É nossa convicção de que, mesmo entre o povo em geral, os religiosos católicos se encontravam nas suas boas graças. Os religiosos eram considerados sagrados e, ao longo da História, contaram com eles para a sua defesa frente ao poder temporal. É disso exemplo o seu comportamento durante o período colonial português no tempo da ditadura.

«[...] se em Portugal a Igreja Católica se comprometeu muitas vezes com a ditadura, em Timor, a situação era sensivelmente mais matizada. Uma parte do clero local continuou a defender os timorenses contra o regime colonial»¹¹⁴

Durante a II Guerra Mundial, segundo Frédéric Durand refere no seu livro *Catholicismo e Protestantismo na ilha de Timor* D. Jaime Garcia Goulart, o primeiro bispo de Díli, apoiou mesmo os comandos australianos e a resistência timorense durante cerca de um ano e só pediu para ser evacuado quando teve conhecimento que as tropas japonesas estavam a distribuir armas à população para que matassem os brancos. No relatório do então governador Manuel Ferreira de Carvalho há, no entanto, a indicação de que apenas uma meia-dúzia missionários permanecem em Timor, ao lado da população, garantindo a assistência religiosa e até apoio na luta contra os japoneses que invadiram o território depois da ocupação australiana e holandesa. A maior parte dos religiosos, entre eles o bispo, partiram para a Austrália uma vez que a violência foi dirigida também contra os missionários tendo o governador relatado a morte de dois sacerdotes em consequência de ataques japoneses e a prisão do próprio bispo.

O Japão acabou derrotado e após a retirada dos japoneses foi a população quem libertou os presos e repôs espontaneamente a administração portuguesa. Assim, ao contrário do que se verificou na Indonésia, em Timor a presença japonesa não contribuiu para a sua independência. Esta é apenas uma das diferenças que separam Timor-Leste daquele que foi, anos mais tarde, o seu invasor. Segundo Luís Filipe Thomaz, a Indonésia era para os timorenses um país quase

¹¹⁴Durand, Frédéric- *Catholicisme et Protestantisme dans l'île de Timor: 1556-2003*; Toulouse, Editions Arkuiris, 2004, p. 68

exótico. Neste sentido, como observa este autor, «A Indonésia é, pela língua, pela cultura e pela religião, um país mais estranho que Portugal para os timorenses»¹¹⁵

A religião fora usada pelos indonésios contra o poder colonial pois serviram-se politicamente do Islão como forma de resistência aos holandeses colonizadores. Durante a ocupação indonésia em Timor-Leste, a Igreja será também um elemento político no campo da resistência ao invasor. «Toda a resistência, toda a interligação e informação da resistência (que estava nas montanhas) para as vilas ocupadas pelos indonésios e de Timor para o Mundo passou pela Igreja.»¹¹⁶

Pode não ter sido toda, mas é certo que o clero católico assumiu um papel político relevante na denúncia da violação dos direitos humanos e também na ajuda que dá à resistência no terreno e até na influência que sobre ela exerce. Monsenhor Martinho da Costa Lopes, nomeado administrador apostólico de Díli depois do bispo D. José Ribeiro ter apresentado a sua demissão, foi das personalidades mais incansáveis na defesa dos direitos humanos em Timor-Leste ao mesmo tempo que chegou a incentivar a luta da guerrilha. Já perto do fim da sua administração apostólica encontra-se, em Mehara, com Xanana Gusmão, então comandante das FALINTIL, incentiva-o a continuar a luta e quando sai de Timor leva na sua bagagem documentos que Xanana então lhe tinha dado. Entre o material que trouxe para Portugal vieram as primeiras fotografias da guerrilha.¹¹⁷ Muitos testemunhos dizem que terá sido até o administrador apostólico a influenciar o comandante das FALINTIL na viragem ideológica verificada em 1984 na FRETILIN (quando deixam cair o Marxismo-leninismo) e de que Xanana Gusmão dá conta num documento de 1987.¹¹⁸ Já em Portugal, Martinho da Costa Lopes conta

¹¹⁵Thomaz, Luís Filipe- *País Dos Belos, Achegas para a Compreensão de Timor-Leste*; Lisboa, Instituto Português do Oriente, 2008, p. 332

¹¹⁶Entrevista Luis Costa (Anexo 19)

¹¹⁷As fotografias foram publicadas numa brochura da FRETILIN: *Fretilin Conquers the Right to Dialogue* (PP1250-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP1250.pdf>, p. 12 e seguintes)- (Anexo 4/4A); Martinho da Costa Lopes será sempre uma pessoa a quem o comandante das FALINTIL recorre como intermediário, até já depois daquele se encontrar em Portugal. Numa carta que lhe dirige em 1988, Xanana Gusmão pede ao Ex-AA que informe o Governo e a Assembleia da República em Portugal sobre o que se passa em Timor. (TL3398 e PP0271-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3398.pdf>)

¹¹⁸Xanana Gusmão escreve então: «Em 1984, porém, a Direcção da Luta teve que reconsiderar que a criação de um partido marxista só exprimia, na prática, maior endurecimento das posturas anteriormente adoptadas, pelo que o criado “Partido Marxista-Leninista FRETILIN” deixou prática e definitivamente de actuar como organização partidária viva, cedendo de novo a capacidade de conduzir o processo de Libertação da Pátria à FRETILIN, como Movimento nacionalista não necessariamente comunista!» (Gusmão, Xanana - *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*; Lisboa, Edições Colibri, 1994, p. 87)

em entrevista ao *Diário de Notícias* que chegou a abordar a questão com um elemento da FRETILIN.

«Fiz-lhe umas observações: “Acho muito bem que vocês lutem pela independência mas imiscuírem-se com o Marx e o Lenine não tem piada nenhuma.”Ele disse-me que não. Por vezes é uma maneira estratégica de conseguir apoios internacionais. Os que estão dentro não me parece que sejam marxistas. Lutam somente pela independência.»¹¹⁹

No documento intitulado *Viragem Ideológica*, Xanana Gusmão declara preto no branco que as FALINTIL não deixarão que se instale em Timor-Leste um regime de esquerda. Mais tarde em 2004, em entrevista à CAVR (Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste), refere que a necessidade de abandonar a política ideológica para conquistar a UDT e a Igreja para a luta, foi um assunto abordado na reunião com Martinho da Costa Lopes. Na altura, o administrador apostólico fala ainda com o comandante das FALINTIL sobre a importância de FRETILIN e UDT procurarem a unidade nacional «para que a luta pela independência pudesse ser bem-sucedida».¹²⁰ A Monsenhor Martinho se atribui também influência na convergência nacionalista entre FRETILIN e UDT no exílio, em 1986. Mas para D. Basílio do Nascimento, o bispo de Baucau que estava em Portugal à época da invasão, a influência de D. Martinho na viragem ideológica foi a marca histórica do antigo administrador.

«Acho que o senhor D. Martinho a intervenção que fica para a História foi ter convencido a liderança de Xanana para renunciar à ideologia marxista, que eles também não sabiam como hoje o Xanana diz, mas na altura era a ideologia que eles perfilhavam. E segundo as informações que eu tenho foi o senhor D. Martinho que o convenceu a deixar de lado essa ideologia. Porque se continuassem com essa ideologia, não teriam o apoio da Igreja e não tendo o apoio da Igreja local não teriam nunca o apoio internacional.»¹²¹

D. Basílio defende que terá sido a partir de então que a Igreja assumiu o seu apoio de um modo mais aberto e oficial à resistência. O bispo que só regressa a Timor em 1994, ouviu contar muitas histórias do envolvimento de sacerdotes como a de um pároco que terá transportado Xanana vestido de padre ou a de guerrilheiros doentes transportados por religiosos para serem assistidos pelo médico Rui Araújo, actual primeiro-ministro de Timor-Leste, ou ainda a do seu

¹¹⁹(1983), Sem Título, Domingo, 3 de Julho de 1983, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_144995 (2016-6-21), p. 5

¹²⁰Capítulo 5- Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste (CAVR)- *Relatório Chega!* (<http://www.cavr-timorleste.org/po/Relatorio%20Chega!.htm>), p. 34

¹²¹Entrevista a D. Basílio do Nascimento (Anexo 30)

vigário-geral na diocese de Baucau, que terá convencido um timorense da polícia indonésia, a entregar-lhe a arma que depois passou à guerrilha. À volta de religiosos e da resistência abundam histórias e algumas até anedóticas. Exemplo disso é a de um sacerdote que terá recebido um pedido de Xanana para que lhe enviasse catanas. O padre mandou várias armas brancas para o mato não percebendo que o pedido do comandante das FALINTIL era uma metáfora para armas de fogo. Do padre Mário Belo, que foi pároco em Ermera, conta-se que acolhia na sua residência Xanana e até o transportava nas barbas dos militares. Os dois tinham sido colegas na escola em Ossú e no Seminário em Dare e o padre chega mesmo a recrutar guerrilheiros e a fornecer dinheiro, armas e munições tendo também projectado acções da guerrilha.¹²² Quando foi a prisão de Xanana, o padre Belo estava no estrangeiro e foi aconselhado a aí ficar durante algum tempo. Ao voltar Konis Santana que assumira entretanto a liderança da resistência escreveu-lhe a congratular-se pelo regresso, partilhando preocupações, pedindo conselhos e prestando-lhe homenagem e reconhecimento pelo trabalho político realizado.

«Escrevo-lhe das áreas onde o irmão deixou o rasto da sua passagem, trilhando o caminho aberto por si. É uma maravilha, querido e respeitado irmão. Não imagina o encanto que eu vivo, bebendo das massas populares sua inesgotável fonte de sabedoria. É uma maravilha viver o terreno político cuja fertilidade deveu a sua acção. Pelo facto guardo na alma a sua memória de luta e deixo gravado no meu coração maubere saudades de quem deixou rastros da sua imemorable obra patriótica.»¹²³

Muitos padres e religiosas foram um apoio de facto para os guerrilheiros dando-lhes guarida, comida, medicamentos, dinheiro, fornecendo informações sobre a posição das forças ocupantes e servindo até como intermediários para a circulação de documentação e de armamento. Depois de ser capturado em 1979, Eduardo Costa, um ex-militar do Exército português que integrou as fileiras das FALINTIL chegando então a comandar duas companhias, funda uma organização clandestina onde uma das missões era contactar os padres e freiras para obter informação e passar à guerrilha. Na altura, refere que era ao padre Alberto Ricardo que recorriam muitas vezes para obter víveres, dinheiro, esconderijo e até receber dele aconselhamento sobre o respeito pelas hierarquias na organização clandestina. Francisco Tavares, o padre de Soibada, menciona mesmo um compromisso assumido no mato em relação

¹²²Mattoso, José - *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*; Rio de Mouro, Temas e Debates, 2005, p. 161

¹²³(1994), "Carta de Konis Santana para o padre Mário Belo", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_139000 (2016-6-19), p. 1

ao qual estava obrigado. «O compromisso era que todos os que estão no mato éramos mentalizados de que temos obrigação de ajudar os *Liman Kro'at*. *Liman Kro'at* é o braço armado. Enquanto houver os das FALINTIL, as nossas forças no mato, sempre teremos de ajudar tanto com alimentação como com remédios.»¹²⁴

Francisco Tavares usava os catequistas para transportar remédios e comida para o mato e de lá trazer cartas. A cooperação de uma forma geral foi quase sempre feita através de estafetas que estabeleciam a ligação entre os guerrilheiros e os religiosos. A canossiana Rosa Sarmiento relata que chegou a desviar alimentos da assistência social onde trabalhava para os padres darem à guerrilha. Passou também cartas que os sacerdotes (sobretudo o padre Mário Belo) lhe davam, utilizando terceiras pessoas para as fazer chegar ao destino. Rosa Sarmiento garante que todas as irmãs timorenses do convento onde se encontrava faziam parte da rede clandestina e que ali chegaram a esconder jovens perseguidos. Esta religiosa revela ainda que todo o trabalho da resistência era feito às escondidas das superiores da congregação e sempre num jogo com os indonésios para que estes não desconfiassem. «Nós temos que jogar. Queiras ou não queiras, tens de jogar para poder fazer chegar o bem à nossa gente.»¹²⁵

No Colégio de Fatu Maka, Eligio Locatelli garante que a sua assistência se limitava a ajuda humanitária: remédios, vestuário, comida e até whisky para Xanana Gusmão que tinha frio nas montanhas. Os estafetas desciam ao Colégio e, por norma, no dia seguinte, já depois dos estafetas terem partido, o padre italiano até informava os militares sobre o que se tinha passado ficando assim de “bem com Deus e com o Diabo”. A sua grande preocupação era manter a escola aberta e ir além da ajuda humanitária, poderia deitar tudo a perder sobretudo porque a vigilância sobre o Colégio era grande. Mas Aleixo Ximenes, o homem com quem trabalhava nos contactos com quem estava no mato, conta outra história. Conta que juntamente com o padre salesiano transportou um mensageiro de Xanana, Venâncio Okan, para entregar documentos ao núncio apostólico de Jacarta que, a dada altura, se encontrava em Baucau. Deu-se até a curiosidade de pelo caminho os militares perguntarem ao padre se levava elementos da FRETILIN e ele ter negado. «Então eu e o padre Locatelli trouxemos o Okan com documentos do mato para Baucau. E depois do encontro regressámos.»¹²⁶

¹²⁴Entrevista a padre Francisco Tavares (Anexo 25)

¹²⁵Entrevista a madre Rosa Sarmiento (Anexo 34)

¹²⁶Entrevista a Aleixo Ximenes (Anexo 40)

Ximenes, nascido em tempo de paz, quando os japoneses estavam a sair de Timor, viveu a guerra mas diz que foi sempre um elemento da paz. Confessa que acabou a fazer um jogo de «dois bicos»¹²⁷ porque se inicialmente colaborou com os indonésios, depois perante a sua actuação atroz e desumana, passou a dar informações e apoio à guerrilha. A partir de 1980, a tripla Ximenes, Locatelli e Joaquim de Sousa nas suas investidas às montanhas desenvolviam contactos com os comandantes da guerrilha para, no caso destes lhes pedirem, fazerem a ponte com os comandantes das ABRI/TNI. Joaquim de Sousa fazia a segurança da área, Aleixo Ximenes e o padre Locatelli desenvolviam as conversações. Os encontros eram adiados se por acaso estivesse na zona algum batalhão indonésio. Com o padre italiano, Ximenes recorda ainda um dia em que, juntamente com alguns militares indonésios, foram dormir à montanha com o comandante das FALINTIL porque este lhes tinha pedido para serem intermediários na organização de um dos dois encontros que teve com o governador Mário Carrascalão. O encontro acontece em Venilale, em Maio de 1983, em pleno cessar-fogo. Dois meses antes, o padre italiano fora, a pedido do administrador apostólico, Martinho da Costa Lopes, celebrar a missa pascoal, no Domingo de Ramos, aos guerrilheiros nas montanhas onde também estava Xanana Gusmão. Os guerrilheiros tinham convidado o próprio Martinho da Costa Lopes que não o pode fazer devido às suas ocupações com a Semana Santa em Díli. Em pleno cessar-fogo Ximenes e Locatelli foram transportados pelos militares das ABRI/TNI. «Em Março de 1983, eu, o padre Locatelli e mais dois catequistas e mais um *hansip*, nós fomos de helicóptero e o padre celebrou missa em Uai Mori. [...] Aquela missa também foi por causa da política, para mostrar ao mundo que a FRETILIN não é comunista.»¹²⁸

Foi a primeira vez que Eligio Locatelli se encontrou com Xanana Gusmão e no quartel-general do comandante estavam vários antigos alunos seus. Naquele dia, todos comungaram mesmo não respeitando a obrigação do acto de confissão. Aleixo Ximenes recorda que ao dar conta do pecado cometido a Xanana ele lhe ripostou com o infinito perdão do Senhor pois tinham passado oito anos no mato, sem missa. A noite terminou com um baile à luz da iluminação instalada pelos indonésios. Até Agosto de 1983, o tempo que durou o cessar-fogo, o padre italiano foi por diversas vezes a vários outros pontos no mato para realizar a eucaristia junto dos guerrilheiros.

¹²⁷Entrevista a Aleixo Ximenes (Anexo 40)

¹²⁸Entrevista a Aleixo Ximenes (Anexo 40)

«E eles estavam todos à espera e confessavam-se e comungavam. E naturalmente o que falávamos era muito na base de ser muito humanos. E eles não pediam outra coisa. Eles já tinham os deles que os informavam sobre a política. Não era isso que eles pediam de nós. Eles pediam de nós qualquer coisa que lhes tocasse o coração um bocadinho.»¹²⁹

Luís Costa não confirma a religiosidade dos combatentes, ao contrário da população que no mato mantinham uma forte ligação à fé em Deus. O ex-padre que viveu nas montanhas defende, antes, que havia nos guerrilheiros um grande respeito pelo religioso. Mas Eduardo Costa que integrou as FALINTIL até 1979 e que na região onde se encontrava (em Alas) tinha com ele o sacerdote Mariano Soares, diz que enquanto os padres estiveram por perto, era comum os guerrilheiros confessarem-se e pedirem ajuda espiritual e, mesmo após a sua rendição, garante que era frequente rezarem antes de um combate: «Nós rezávamos sempre. Nós só temos orações. Orações temos sempre. Antes de ir para a luta temos de rezar primeiro. Rezamos todos os dias. Lá na companhia também rezávamos sempre»¹³⁰

Konis Santana assume-se como católico não praticante há 22 anos tendo no seu abrigo imagens da Virgem e de Jesus crucificado. Em 1988, no mato, David Alex, comandante da região 2, assina um poema a que chama *Acto de Consagração à Virgem Peregrina* dando conta da sua devoção.¹³¹ Também Eduardo Belo Soares, elemento da guerrilha a partir de 1990 e com uma forte ligação aos comandantes David Alex e Taur Matan Ruak, afirma que tinham sempre com eles terços e imagens. Eduardo Belo Soares tinha 10 anos quando foi a invasão. Foi desde cedo um elemento da rede clandestina e só mais tarde entrou para a guerrilha. Vivia ao lado do Colégio de Fatu Maka, ali estudou e ali frequentemente conspirou. Várias vezes preso durante a ocupação (numa delas teve de partilhar um estreito quarto com outras 16 pessoas) foi torturado com choques eléctricos e lançado de um helicóptero a alguns metros do chão. Tinha vários nomes falsos e chegou a cometer a proeza de integrar a guerrilha e ao mesmo tempo estudar no Politécnico de Díli, sob outro nome. Nunca se desligou do Colégio de Fatu Maka que assumia ainda relevância por ali receber muitos diplomatas de embaixadas em Jacarta que os indonésios traziam de helicóptero para mostrar como tudo estava a funcionar no melhor dos mundos. Eduardo aproveitava a presença dos diplomatas para passar documentos e informação tendo mandado, por essa via, cartas para Ramos-Horta, para a TAPOL (uma organização que desde

¹²⁹Entrevista a padre Eligio Locatelli (Anexo 38)

¹³⁰Entrevista a Eduardo Costa (Anexo 31)

¹³¹TL7145-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL7145.pdf> (Anexo 8/8A)

1973 promove os direitos humanos na Indonésia) e para o CIDAC. «Eu não dava através do padre mas sempre falávamos com os brancos lá. Somos livres para entregar e receber qualquer coisa deles. Na Igreja e no Colégio em Fatu Maka eu sinto-me bem porque conheço bem os padres.»¹³²

Quando o Colégio foi fundado, começou como escola agrícola, passando depois a ser uma escola de Artes e Ofícios. Durante a ocupação, a embaixada do Canadá tinha até contribuído com um tractor para o Colégio. Os diplomatas canadianos eram os que mais visitavam a instituição mas Eligio Locatelli conta que eram vários os representantes estrangeiros que por ali passavam. O Colégio funcionava, então, como uma ponte com o exterior e os indonésios estavam atentos e transportavam inclusive de helicóptero alunos de todo o território para Fatu Maka como forma de mostrar que tudo corria bem em terras timorenses. «E então todos sabiam que estes diplomatas das embaixadas passavam por aqui. E dormiam aqui. Portanto tinham interesse em estar atentos e não fazer as coisas porque eu relatava.»¹³³

A Igreja e o Colégio, por onde passavam também salesianos de todo mundo, foram sempre um ponto de apoio para Eduardo Belo Soares e mesmo depois de lá ter deixado de estudar, continuava ali a fazer reuniões clandestinas com os noviços a ajudarem na tradução de documentos para inglês e bahasa. Dos padres salesianos (sobretudo do padre Locatelli) diz que se socorreu também como intermediários para fazer chegar informações sobre pessoas presas, torturadas e mortas, à Cruz Vermelha Internacional e ainda ao bispo, em Díli. Assegura que o recurso aos padres era a garantia de que os documentos chegavam ao destino, além de que era a forma mais segura. Nunca teve receio de ser denunciado pelos religiosos pois diz que eram pessoas de confiança. De resto, foi graças ao padre Rolando Fernandes que decidiu fugir da segunda vez que foi preso. Depois de lhe ter sido concedido o pedido para que fosse à missa, Eduardo foi falar com o padre ao confessor e este avisou-o de que deveria fugir pois estavam a matar muitos timorenses na altura. A Escola de Artes e Ofícios serviu-lhe ainda de cobertura para o fabrico de um silenciador para armas da guerrilha. Eduardo que foi também instrutor no Colégio, conta que ele e mais dois colegas, às escondidas dos padres, usaram as instalações para ali fabricarem o silenciador. E para que ninguém pudesse levantar suspeitas sobre a origem do dispositivo colaram-lhe um rótulo com a indicação de fabrico exterior (*Made*

¹³²Entrevista a Eduardo Belo Soares (Anexo 42)

¹³³Entrevista a padre Eligio Locatelli (Anexo 38)

in Taiwan ou *Made in China*). Mais tarde quando foi descoberta a origem do silenciador, Eduardo é avisado pelos padres de Fatu Maka para se esconder.

«Posso dizer que tudo isto está na sombra do Colégio, dos padres. Portanto são os padres porque esta acção é supervisionada pelos padres. A contribuição e o papel da Igreja naquela altura é muito importante porque só no Colégio, só nas igrejas é que podíamos falar livremente. Mas os padres chamavam à atenção: “Sim pode fazer tudo mas tem de ter muito cuidado.”»¹³⁴

Muitos dos padres e das religiosas foram bastante além no seu apoio à resistência. Alguns dispunham até de nomes de código como por exemplo, o salesiano João de Deus que era *Liras* (asas) e o jesuíta José Alves Martins que era *Kaer Metin* (pessoa segura e fiel), nomes de código que terão sido dados pelo próprio Xanana Gusmão. João de Deus, o padre de Baucau, um dia foi até chamado a transportar uma metralhadora para Díli porque o comandante das FALINTIL que estava em Aileu precisava dela. O padre começou por emprestar apenas o carro mas como, ainda assim, ninguém teve coragem para transportar a arma, acabou por ser ele a tomar a iniciativa nas suas mãos ao terceiro pedido da resistência. De Baucau a Díli, diz que havia 14 postos de controlo dos indonésios. Acompanhado de dois homens da resistência, João de Deus parte de manhã bem cedo para evitar o controlo o que consegue até Laleia. Aí, já de dia, um soldado indonésio aproxima-se e pede-lhe boleia.

«E ele sai pela carrinha atrás a sentar-se. Senta-se na metralhadora. Não havia mais lugar para sentar-se. A metralhadora ia toda desmontada, muito bem arrumada, amarrada muito disfarçadamente. E estava no carro. Ele não tinha mais onde se sentar, sentou-se na metralhadora.»¹³⁵

De Laleia a Díli, nunca mais parou pois perante a presença de um militar no veículo, os indonésios mandaram-no avançar em todos os postos de controlo, sem suspeitas. A arma foi entregue ainda na presença do soldado indonésio que sai do carro precisamente no local onde a encomenda foi deixada.

João de Deus foi ainda o intermediário para a entrega de um rádio transmissor aos guerrilheiros da sua zona. O rádio foi trazido pelo jesuíta José Alves Martins de Jacarta, a pedido de Céu Lopes, uma timorense que ali vivia. Reticente no início por causa do perigo que poderia constituir a tarefa, o padre acabou por anuir quando o informaram de que iria trazer apenas as

¹³⁴Entrevista a Eduardo Belo Soares (Anexo 42)

¹³⁵Entrevista a padre João de Deus Pires (Anexo 37)

peças soltas. A carcaça do aparelho foi-lhe entregue já em Timor por um jovem desconhecido que, um dia, lhe atirou uma mochila. Depois para fazer chegar a encomenda a Baucau, a João de Deus, ultrapassando os vários postos de controlo indonésios que havia pelo caminho, serviu-se do bispo D. Carlos Ximenes Belo pedindo-lhe que levasse uma mala com livros religiosos para o padre salesiano. O bispo ia a Baucau e, devido ao seu estatuto, nunca era revistado. O conteúdo da encomenda não lhe foi revelado já que ele se manifestava contra o envolvimento dos padres na resistência, embora fosse do seu conhecimento.

«Alguns faziam atrás de mim, quando eu estava fora.

-Mas faziam o quê?

Iam contactar com os guerrilheiros. Transportavam nos carros deles. Porque depois havia catequistas que me vinham contar [...] Transportavam o Xanana para Ossú e para Ermera. Eu sabia disso mas, pronto deixava passar»¹³⁶

Desconhecendo o conteúdo da mala, D. Carlos levou-a ao seu destino. Depois foi João de Deus a entregar no mato o rádio transmissor a um estafeta e será o padre salesiano a dar-lhes também a ideia de assaltarem carros dos militares indonésios para conseguirem as baterias para o rádio.

«Durante cinco anos o Xanana comunicou com o exterior através desse rádio. Mas depois um belo dia em que foram atacados e para se salvarem, deixaram tudo e só levaram as armas»¹³⁷

José Alves Martins haverá ainda de enviar uma máquina de filmar para a guerrilha. Religiosos ou diocesanos, uns mais, outros menos, a esmagadora maioria dos padres e freiras envolveu-se e empenhou-se na luta pela independência. São poucos os que assumem um papel político, muitos os que preferem destacar o papel pastoral na defesa dos direitos humanos de uma população que viam ser massacrada.

«Uma vez que vim a Baucau de barco, vi ao pé da igreja de Baucau, na ribeira a passar cadáveres. Vi 3 indivíduos enforcados, ainda a gritar. Vi amarrados pela montanha abaixo para serem mortos. Quantas não vi, quantas. Eu não podia fechar os olhos. A vantagem que nós tínhamos como sacerdotes, nós eramos como sendo Deus para eles que eles (os indonésios) são muito religiosos»¹³⁸

¹³⁶Entrevista a D. Carlos Ximenes Belo (Anexo 24)

¹³⁷Entrevista a padre José Alves Martins (Anexo 43)

¹³⁸Entrevista a padre João de Deus Pires (Anexo 37)

Negando qualquer envolvimento político por interpretar a política num sentido estrito partidário, o padre João de Deus demarca-se de qualquer um dos partidos timorenses. Mas curiosamente afirma que no seu espírito existia o desejo de independência para Timor.

«Eu ajudava Timor. Eu via que era uma injustiça, que Timor merecia ser independente. Ajudava. Eu não olhava a partidos. Ajudava um povo que está a sofrer muito com a Indonésia. Os indonésios eram muito maus. [...] Sabe, vinham-me aqui: “padre ontem à noite levaram-me o meu filho. Para onde é que foi? Morreu.” De maneira que tinham de andar a dormir aqui e a dormir além. A gente ajudava como podia. Mas queríamos era a independência. Eu, era lutar pela independência.»¹³⁹

O envolvimento da Igreja na política foi, contudo, um debate sempre presente ao longo de toda a ocupação entre os religiosos e a resistência com esta a pressionar para que a Igreja tivesse um papel activo. Em 1997, Konis Santana escreve a Xanana, já preso, informando-o de que tem tido vários encontros com padres- «irmãos nossos» - e que tem escrito ao bispo sobre a «necessidade da Igreja assumir o papel de liderança da Resistência». Mas todos dizem «invariavelmente que a Igreja não faz política. E muito menos é partidária da violência.»¹⁴⁰ Onze anos antes, numa carta a um padre timorense Xanana Gusmão elogia a posição assumida por vários sacerdotes que considera ser uma fonte de inspiração e referência e já então incita ao empenhamento político da Igreja.

«A Igreja não “faz política” no estrito sentido da palavra mas a Igreja, por outro lado, não pode colocar-se fora, não pode abstrair-se dum processo em que ela (i.e., os seus elementos) está integrada, pois esses elementos (representantes do clero) fazem parte (e parte activa) de uma sociedade na qual está inserida. A FRETILIN não considera a Igreja como uma estrutura abstracta e muito menos uma estrutura irreal ou fictícia, pois a missão profética (eu diria a missão libertadora) deve torná-la, na prática, num suporte das massas para a sua libertação.[...] E, por isso mesmo, pensamos que as posições apolíticas só podem colocar a Igreja “em cima” da sociedade, só podem fazer da Igreja uma estrutura “morta”, uma estrutura “sem missão” numa sociedade, o que na época contemporânea pode não dignificar a Igreja e, cremos que uma situação assim só pode remeter a Igreja a um distanciamento com as massas. »¹⁴¹

Xanana procura frequentemente os padres para a acção política e exemplo disso é o apelo que lhes dirige para que se assinale o 20º aniversário da invasão de Timor com uma vigília

¹³⁹Entrevista a padre João de Deus Pires (Anexo 37)

¹⁴⁰(1997), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_132062 (2016-6-20), p. 7

¹⁴¹TL4235 e PP0200-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL4235.pdf>, p. 1

religiosa na Catedral ou na Igreja de Motael. Embora pedindo para que se alerte os jovens para não gritarem palavras de ordem nem levarem pósteres acrescenta que a acção será acompanhada em cadeia por outras manifestações do género em todo o mundo. O povo timorense encontrava nos padres e freiras, a sua voz e a expectativa era exactamente que nas homilias e celebrações religiosas os sacerdotes denunciassem o que se passava no território. Ao mesmo tempo, procuravam ali o intermediário na sua defesa e protecção. É nesse sentido que os presos de Ataúro um dia escrevem a Ximenes Belo para que interceda junto das autoridades de forma a poderem regressar às suas terras.¹⁴²Esse papel de auxílio à população desprotegida foi assumido quase em exclusivo por padres, religiosas e pelos administradores apostólicos e bispos durante os anos de ocupação do território. A qualquer hora do dia e da noite, as casas eram assaltadas e os timorenses eram levados e era aos religiosos que os populares se dirigiam quando algum familiar era preso. Eduardo Costa lembra que quando voltou a ser perseguido pelos indonésios por volta de 1981, foi na Câmara Eclesiástica onde estava o padre Alberto Ricardo, que procurou refúgio. João Dias, cujo pai era frequentemente preso e torturado devido à sua colaboração com a resistência, conta que era sempre aos sacerdotes que se dirigiam a avisar o que se passava porque, por um lado, não havia mais ninguém a quem podiam recorrer, e por outro, ali, confiantes na doutrina da Igreja, procuravam o intermediário que os salvasse da morte certa. «Nós temos aquela esperança de que eles possam ir falar com a Cruz Vermelha Internacional ou pelo menos ir ter com os militares indonésios para não matarem [...]»¹⁴³

Nos religiosos encontravam as únicas pessoas com quem podiam contar e não apenas para o trabalho de intermediação mas também para o apoio psicológico, ajuda social, hospitalar e protecção. João Dias que frequentemente, em defesa do pai, passava com toda a família noites e dias na prisão, conclui, numa evidência óbvia, que eram os únicos que não espancavam nem matavam. A colaboração surge então como natural aos olhos até dos padres mais novos como Jovito Rêgo que entende que perante o sofrimento do cristão só resta ao sacerdote acudir. D. Basílio do Nascimento, por seu lado, criou uma comissão a que deu nome de “Justiça e Paz” constituída por padres e leigos para mediar na libertação de prisioneiros e garantir um tratamento civilizado a quem não conseguia libertar. Garante o bispo que o tratamento dado aos prisioneiros era diferente a partir do momento em que os indonésios sabiam que a Igreja tinha conhecimento

¹⁴²PP0111 e TL4941-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL4941.pdf>

¹⁴³Entrevista a João Dias (Anexo 27)

das detenções. Por seu lado, D. Carlos lembra que quando ia de visita às paróquias pelo território e ouvia falar de timorenses presos, tentava interceder junto dos comandos militares e governamentais, nem sempre com sucesso. E a própria residência episcopal foi muitas vezes refúgio dos manifestantes embora, por vezes, com alguma resistência por parte do bispo. Eduardo Belo Soares conta que numa das vezes que fugiu da prisão foi acolhido por D. Carlos, seu ex-professor em Fatu Maka, na sua residência durante uma noite. No dia do massacre de Santa Cruz muitos jovens também ali foram refugiar-se assim como durante a visita do embaixador americano a Timor em 1990. Aproveitando a presença do representante americano, vários jovens manifestam-se em frente ao Hotel Turismo onde o diplomata estava hospedado. Quando a polícia indonésia interveio, os manifestantes refugiaram-se na residência episcopal, mesmo ao lado. D. Carlos por norma não gostava que utilizassem a sua residência como refúgio já que isso comprometia a Igreja, e José António da Costa recorda que, numa das vezes, ele lhe pediu a ajuda para resolver a situação. «Eu como tinha boas relações com a polícia e militares, telefonei ao comandante da polícia para mandar duas camionetas para a casa do bispo. Eu não disse para o que era.»¹⁴⁴

Neste “jogo do gato e do rato”, em que por um lado defendia o seu povo mas por outro procurava manter as aparências de uma posição imparcial, D. Carlos considera que a sua acção não assumia contornos políticos mas tão só pastorais perante uma realidade que o obrigava a tomar posição.

«Eu para mim era isso: é um timorense que está preso, que é torturado, que é espancado e as mulheres, os filhos os parentes estavam a queixar-se eu tinha de ir melhorar a situação deles, melhorar o sofrimento.

-E porque é que acha que foram os religiosos que assumiram esse papel?

O religioso, muita gente pensa que o religioso é para estar na sacristia a rezar. O religioso é servir as pessoas. Se nesta dimensão social e humana há isto, os religiosos têm de intervir»¹⁴⁵

¹⁴⁴Entrevista a padre José António da Costa (Anexo 29)

¹⁴⁵Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo (Anexo 24). De assinalar, contudo, que como já referimos na introdução, Ximenes Belo considera que foi obrigado a ter um papel político. Num discurso na Coreia, em 2000 afirma: «Durante os últimos 24 anos, eu teria preferido muito mais, se a necessidade não tivesse surgido para me obrigar a falar e a proteger os direitos humanos do meu povo. Como padre preferia fazer o meu trabalho como professor e líder espiritual e não ter de me envolver em questões que são na sua essência de natureza política. Contudo, como pessoa de fé e como padre, como guia espiritual, temos de agir quando o ambiente social e político é tal que oprime e faz sofrer o nosso rebanho. Agindo para terminar com o sofrimento e a opressão do nosso rebanho, nós estamos a levar a cabo o trabalho de manter o evangelho» (Belo, Carlos Filipe Ximenes - *The Road to Freedom, A Collection of speeches, Pastoral Letters, and Articles From 1997-2001*; Sydney, Caritas Australia and Centre for Peace and Development Studies, 2001, p. 38)

O mesmo entendimento têm os padres jesuítas. Nas suas memórias conjuntas, mesmo assumindo que desde o primeiro momento a Igreja foi a única entidade que emergiu como abrigo, protecção e intermediária do povo timorense, João Felgueiras e José Alves Martins rejeitam qualquer actuação política.

«Quem foi a voz que se levantou nos primeiros momentos para anunciar ao mundo que Timor morria como nação e como povo? Quem foram os primeiros ao lado da Resistência nas montanhas a servir de canal de comunicação entre o mato e o exterior e vice-versa? A Igreja, ao actuar desta forma, não fazia “política”, apenas cumpria a sua missão, “ser Mãe” do povo perseguido, ultrajado na sua dignidade e vivendo com grandes dificuldades»¹⁴⁶

A acção da Igreja era encarada como um dever religioso perante o massacre de um povo anunciado pelos próprios carcereiros. José Alves Martins recorda que alguns dos comandantes indonésios com quem contactou chegaram a referir a necessidade de exterminar os timorenses até à quinta geração. À guerra e à violação dos direitos humanos com prisões discricionárias, torturas e homicídios, juntava-se a fome e a doença no massacre dos timorenses perante as forças ocupantes. Neste contexto, o padre jesuíta refere que «entre fé e política em Timor, durante muitos anos não havia distinção» mas acrescenta que se política havia nos seus actos era mais no sentido da «libertação do povo».¹⁴⁷ O dever religioso é sublinhado por muitos e até mesmo por quem, na acção da Igreja, ajudou na organização política. Na missão de Soibada, Francisco Tavares e o padre Leoneto do Rêgo abriram as portas para a realização da primeira reunião do comité central da FRETILIN. O padre coadjutor, cujo pai era da APODETI, recorda que enquanto sacerdotes demarcaram-se dos partidos mas que a Igreja era a casa de todos e por isso deixaram-nos reunir até porque muitos elementos da FRETILIN eram ex-seminaristas. «Politicamente nós denunciámos a opressão deste povo, os prisioneiros maltratados. Temos de denunciar. É aquela força bruta dos militares indonésios, a gente tem de levantar a voz. Não pode calar-se. Porque calar-se é pecar. Aceitar que o irmão timorense seja espezinhado, maltratado, oprimido»¹⁴⁸

¹⁴⁶Felgueiras, João e Martins, José Alves - *Nossas Memórias de Vida em Timor*; Secretariado Nacional do Braga, Apostolado da oração, 2010, p. 66

¹⁴⁷Entrevista a padre José Alves Martins (Anexo 43)

¹⁴⁸Entrevista a padre Francisco Tavares (Anexo 25)

Mas Francisco Tavares será um dos 16 padres a subscrever *Uma Reflexão dos Sacerdotes Autóctones*. Juntamente com nomes de religiosos tão comprometidos como Francisco Barreto, Filomeno Jacob, Domingos Soares, Mário Belo, Leão da Costa ou Domingos da Cunha, aqui se defende a intervenção política da Igreja.

«O slogan “Os Padres não fazem política” é discutível e controversa, porque afinal só se considera “fazer política” quando se apontam as flagrantes injustiças praticadas contra populações indefesas, e, não se considera “fazer política”, quando a autoridade eclesiástica caminha de mãos dadas com o governo civil para impôr opções e implantar a política do governo!»¹⁴⁹

Nem todos os religiosos se demarcam, portanto, de uma intervenção política. O padre José António da Costa conta que um secretário da nunciatura, irlandês, lhe lembrava da sua condição de cidadão timorense com direito a participar na vida pública. D. Basílio do Nascimento defende que estava em causa a dignidade da pessoa humana e traça um paralelismo entre política e acção pastoral.

«Tanto a política como a pastoral têm como objecto a pessoa humana. A política tenta resolver de uma forma material, o bem-estar das pessoas. A pastoral, a missão da Igreja também tenta exactamente, resolver digamos assim, a situação da pessoa no bem-estar não tanto material mas fundamentalmente no espiritual. [...] Chame-lhe política, chame-lhe pastoral, eu digo que na altura era fundamentalmente a dignidade da pessoa timorense que estava em causa e a Igreja decidiu entrar com as armas que tinha na altura, com os meios que tinha na altura. Não para fazer a política de exigência da independência ou coisa do género mas sobretudo da defesa da pessoa humana.»¹⁵⁰

Eligio Locatelli, o salesiano de Fatu Maka, considera mesmo o político e o religioso fazem parte da unidade da pessoa humana e recorda até os bispos que morreram a defender causas sociais. O padre que insiste em afirmar todas as suas cautelas no envolvimento com a resistência, defende contudo o poder do religioso sobre o político. «O objectivo do religioso e o objectivo do político, patriótico, faz parte da unidade da pessoa. [...] Sem dúvida que a religião nos dá força para na política sermos corajosos e defendermos os direitos humanos e tudo isso. Mas enfim havia uma grande confusão.»¹⁵¹

¹⁴⁹TL6749 e PP0419- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6749.pdf>, p. 6

¹⁵⁰Entrevista a D. Basílio do Nascimento (Anexo 30)

¹⁵¹Entrevista a padre Eligio Locatelli (Anexo 38)

Em Portugal, D. Manuel Martins uma das vozes da Igreja que mais se ergueu por Timor, recusa a ideia de que a religião só tenha uma finalidade cultural e devocional. O bispo Emérito de Setúbal revê as três ideias presentes na exortação apostólica *Os Cristãos na Igreja e no Mundo*, de João Paulo II (defesa da dignidade humana, ajuda das pessoas na descoberta da sua dignidade e denúncia das agressões ao direitos humanos) para defender a intervenção política da Igreja.

«Se a Igreja tem como finalidade defender os direitos humanos, se a Igreja tem como finalidade cantar em toda a parte e por todos os modos a dignidade, a grandeza e a importância do homem, sempre que esta dignidade, grandeza e importância do homem não são respeitados, a Igreja tem de falar e ter de falar é entrar numa área que nós chamamos política. A nossa área tem de ser política.»¹⁵²

E no Timor ocupado havia padres verdadeiramente activistas e politicamente comprometidos. Em 1977, ainda estava no mato, Luís Costa, o ex-padre de Ossú, foi convidado pela FRETILIN para trabalhar como assistente do comissariado na mentalização do povo. A partir daí o seu trabalho pastoral foi reduzido passando antes a fazer um trabalho político para a resistência, realizando reuniões de esclarecimento à população. O seu colega Francisco Tavares chegou a vê-lo armado mas Luís Costa garante que era apenas por uma questão de segurança e que nunca fez uso da arma. Esteve assim até 1979, vivia junto da população e não tanto dos guerrilheiros mas partilhava as dificuldades porque passavam todos com a falta de medicamentos e de comida. «Por vezes durante uma semana ou mais não sabíamos o que era um grão de arroz e comíamos folhas silvestres».¹⁵³

Depois rendeu-se e deixou também o trabalho político. Foi para Díli onde esteve no Externato de S. José contrariando a indicação de Monsenhor Martinho da Costa Lopes que o queria reenviar para Ossú. É em Díli que integrado numa equipa de 8 padres realiza, em 1980, um trabalho de tradução para tétum do missal romano, do ordinário da missa, dos rituais do baptismo, casamento e funeral de forma a não terem de utilizar o bahasa indonésio. A utilização da língua nativa para as celebrações litúrgicas será aprovada um ano depois. Em 1983 parte para Portugal onde acabará por deixar o sacerdócio. Sempre ligado a Timor teve intervenções várias e chega a colaborar com APPTL. Luís Costa não tem dúvidas de que a sua figura de padre o ajudou no seu trabalho político que realizou nas montanhas, dizendo que as pessoas o aceitavam melhor por o conhecerem enquanto sacerdote e que os próprios guerrilheiros o convidaram para

¹⁵²Entrevista a D. Manuel Martins (Anexo 23)

¹⁵³Entrevista a Luís Costa (Anexo 19)

o trabalho de sensibilização da população exatamente para aproveitarem essa mais-valia porque mesmo já sem realizar trabalho pastoral, nunca deixou de ser tratado e olhado como padre.

Francisco Barreto, o seminarista de Dare, fora entretanto estudar para a Indonésia e depois de ordenado, foi padre em Ainaro, em Aileu e foi ainda presidente da Cáritas em Timor. Por onde passou era um ponto de apoio da resistência e da rede clandestina. Dava comida, fornecia material que precisassem, trabalhava com os timorenses que integravam as forças indonésias, passava mensagens e passava sobretudo informação. Tal como muitos outros timorenses, o padre fazia jogo duplo. Convivia com os militares indonésios, procurava não os hostilizar e na relação cordial estabelecida, ia sabendo quando já tinham localizado grupos de guerrilheiros. Era então que passava a informação para que eles mudassem de lugar. «Eu também aprofundi um pouco aquelas táticas, as estratégias da Mossad, a inteligência de Israel. Li muitos livros sobre isto. [...] A gente está a par destas táticas e aplicamos com todo o profissionalismo»¹⁵⁴

As boas relações com os indonésios ganhou-as definitivamente quando um dia adiou a hora da missa e pôs os fiéis a receber um ministro que vinha de visita a Ainaro. Na altura, prometeu trabalhar em conjunto para a nação Indonésia e conseguiu milhões de rupias para melhorar um colégio na região. As boas relações com os generais permitiam-lhe ainda interceder para defender os timorenses e demover a fúria dos soldados. Mas ao mesmo tempo que saudava militares e ministros indonésios, transportava no seu carro comandantes da guerrilha com granadas e outro material bélico como aconteceu uma vez de Baucau para Díli, a pedido do padre António Gonçalves. Ao padre Francisco Barreto se deve também a imprevista ascensão de Konis Santana a comandante das FALINTIL. Depois de capturado Xanana Gusmão, seguiu-se Ma'Huno no comando da guerrilha. Mas pouco tempo depois, também ele foi feito prisioneiro. Na linha de sucessão estava Taur Matan Ruak. Mas será Konis Santana a assumir o comando. Perante a captura do comandante, o padre mandou de imediato alguns jovens procurar Matan Ruak. A procura foi em vão e Francisco Barreto, preocupado com o vazio de poder, mandou uma mensagem a Konis Santana, que se encontrava escondido na sua região de Ainaro, para que fosse ele a assumir o cargo. Konis hesitou porque era apenas secretário da Comissão Directiva da Fretilin (CDF), mas o padre convenceu-o.

¹⁵⁴Entrevista a padre Francisco Barreto (Anexo 25)

«Vocês sabem melhor lá a estrutura do mato. Mas aqui para o público e para o mundo internacional é preciso um líder, um líder como trunfo. “Ah eu sou apenas um secretário da CCF, secretário do Comité Central. Eu não posso assumir.” Eu disse: “pronto, é melhor do que os jovens ficarem desanimados e frustrados e cometerem erros e mostrar os vossos esconderijos e depois a gente fica em dificuldades.” Ele aceitou.»¹⁵⁵

Tinha sido em casa de Francisco Barreto que a declaração de substituição de Xanana por Ma'Huno fora datilografada e o padre dispunha de uma cópia que deu a Konis Santana para que este redigisse a sua versão e a assinasse. Entre a guerrilha, a substituição inusitada levantou suspeitas de interferência do sector civil da resistência. O mal-entendido só foi desfeito depois da independência. Konis Santana parece manifestar sempre um sentimento de culpa por ter assumido o cargo e numa carta a Ramos-Horta esclarece que «o novo chefe da Resistência Armada não é necessariamente o Comandante-das-FALINTL» anunciando uma nova estrutura com várias cabeças: Konis é o chefe do Conselho Executivo da luta/frente Armada, Lú Olo é responsável pela mobilização do povo, Taur Matan Ruak é o Chefe de Estado-Maior das FALINTIL e Lere Anan e David Alex são os Sub-Chefes.¹⁵⁶

Francisco Barreto ouvira vezes sem conta no Seminário que «seminarista não pode ter partido», afirmara esse mesmo pensamento junto da sua família onde reinava o desejo de independência e na altura até tinha reservas sobre a FRETILIN comunista.¹⁵⁷ Mas perante a violação dos direitos humanos confessa que se deixou orientar mais pela doutrina social da Igreja do que pelo seu papel evangélico mesmo quando, ao mais alto nível, havia pressões para que os religiosos não se envolvessem. A sua actividade assume assim um cunho político pois ele próprio defende que não basta proclamar o Evangelho se nada se resolver. Foi por isso que na sede da Cáritas em Díli, quando era presidente, deixou usar as instalações para oficialização do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) e para a formação da FORSAREPETIL, o Fórum de Académicos Timorenses Pró-Referendo, criado em Setembro de 1998 com Benjamim Corte-Real a secretário-geral. Criada para dar apoio ao CNRT, a FORSAREPETIL era constituída por académicos, ironicamente formados na Indonésia e as instalações da Cáritas eram a base para as reuniões. Não foi fácil a sua colaboração e Francisco Barreto teve até de argumentar com D. Carlos que se opunha ao seu envolvimento.

¹⁵⁵Entrevista a padre Francisco Barreto (Anexo 28)

¹⁵⁶TL7088 e PP0674 <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL7088.pdf>, p. 4 e 5

¹⁵⁷Entrevista a padre Francisco Barreto (Anexo 28)

«Senhor bispo se nós não os ajudarmos a montar a estrutura política, eles virão sempre chatear-nos. Nós não podemos ser imparciais porque a independência é um direito do povo e com o povo a sofrer estas consequências, nós temos que defender sempre. Se ajudarmos a montar estas estruturas políticas, já podemos desviar e encaminhamos o povo para a organização política. Senão todo o povo vem sempre ter connosco.»¹⁵⁸

Jovito Rêgo de Jesus e Júlio Crispim Ximenes Belo já são padres de uma geração mais nova e entre as razões por que escolheram o sacerdócio estiveram precisamente a de poderem servir melhor a causa timorense. Jovito decidiu ser padre já perto da idade adulta. Chegou ao Seminário já tinha 24 anos. A escolha aconteceu, inicialmente, por causa da vida de tranquilidade e bem-estar que viu os seminaristas de Dare viverem quando ali esteve refugiado no início da invasão. Depois foi no sofrimento do povo timorense e na sua luta que encontrou outros motivos.

«Porque o sacerdote é uma pessoa que pode fazer tudo. Uma pessoa que protege, é uma pessoa que vela pelo pobre, pelo indefeso. Eu vi que eles podem fazer muita coisa, então eu quero ser sacerdote para proteger as pessoas em vez de ter uma arma na mão e ser perseguido. Mas ser um sacerdote que alguém receia porque os militares não conseguem atingir.»¹⁵⁹

No seu percurso académico, Júlio Crispim teve boas notas e o governo de Timor até queria enviá-lo para estudar medicina na Indonésia. O padre diz que, na altura, pensou que não era o ideal para o seu trabalho da clandestinidade que já fazia. Inspirou-se nos exemplos de padres mais velhos que conhecera no seu percurso, como o padre Manuel Magalhães de Baucau, lembrou-se do trabalho da Igreja na ajuda às populações e a opção sacerdotal pareceu-lhe o melhor caminho para servir a resistência.

«Na altura o que é que eu penso? É que como padre tenho mais segurança para fazer trabalhos para os irmãos que estão na clandestinidade. É mais seguro para o trabalho que os nossos irmãos necessitam. Porque não há outra instituição que pode assegurar o trabalho, a defesa dos direitos humanos, a defesa, a protecção das violações das pessoas, dos timorenses.»¹⁶⁰

¹⁵⁸Entrevista a padre Francisco Barreto (Anexo 28)

¹⁵⁹Entrevista a padre Jovito Rêgo de Jesus (Anexo 32)

¹⁶⁰Entrevista a padre Júlio Crispim Ximenes Belo (Anexo 41)

Os dois foram estudar para o Seminário Maior de Malang, em Java Oriental. Os dois participaram na RENETIL colaborando activamente nas suas actividades. De resto tanto Jovito Rêgo de Jesus como Júlio Crispim tinham sido colegas de Carlos Saky, um dos fundadores daquela organização estudantil (o primeiro, no ciclo preparatório e o segundo, na Escola Secundária). E essas relações da juventude foram fundamentais para que integrassem a resistência dos estudantes timorenses. «Quando nós estabelecemos a rede clandestina, primeiro foi através das pessoas conhecidas. Colegas, amigos ou familiares. Através daí é que nós espalhámos a rede.»¹⁶¹

Criada em Bali, a RENETIL vai expandir-se primeiro para Malang. Júlio Crispim refere que todos os seminaristas timorenses naquela altura, tinham a mesma convicção. Aliás, a RENETIL terá por duas vezes, seminaristas à frente da organização e no boletim que publicavam contavam com um correspondente padre, em Washington D.C.. Carlos Saky recorda ainda que, quando o padre Filomeno Jacob, com o nome de código *Maubere Oan*, passou por Java um dia, lhe pediu para, na homilia, apelar à unidade dos estudantes em torno da defesa da justiça o que o padre fez. O sacerdote liderou ainda por duas vezes reuniões de timorenses a estudar na Indonésia dando orientações específicas.

«E o padre Filomeno Jacob deu orientações muito claras. Diz que tem de se apoiar o comando da luta. Todas as políticas de mudanças que têm sido feitas pelo comando da luta, ele pediu para apoiar. Ele pediu especificamente para apoiar Xanana, apoiar Ma' Huno e Ma' Hudo. As políticas que eles fazem no mato.»¹⁶²

Na RENETIL, o trabalho era centrado na sensibilização dos estudantes para o activismo político com vista à afirmação da causa timorense e na denúncia a nível internacional do que se passava no território ocupado. Facto que terá sido conseguido já que à causa de Timor se juntaram muitos estudantes indonésios, sensibilizados pelos timorenses que iam estudar para as universidades do arquipélago.¹⁶³ João Felgueiras recorda até que um dia o Padre Provincial dos jesuítas na Indonésia lhe terá dito que os estudantes indonésios estavam unidos com os

¹⁶¹Entrevista a Carlos Saky (Anexo 33)

¹⁶²Entrevista a Carlos Saky (Anexo 33)

¹⁶³Os estudantes católicos indonésios chegam até a escrever ao Papa sobre a situação em Timor (PP0218p e TL3713-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0218p.pdf>)

timorenses. O padre Crispim refere que não era vulgar passarem por Malang cartas da rede clandestina mas que chegaram a receber mensagens das FALINTIL para passarem aos seus colegas em Jacarta ou Bali, onde havia elementos da RENETIL com contactos com jornalistas. Jovito Rêgo conta que com o dinheiro que a diocese lhe dava todos os meses enquanto seminarista, contribuía com uma parte para colegas que tinham de viajar para recolher dados e enviar mensagens. Ele próprio afirma ter transportado documentos e, nas táticas utilizadas, descreve um cenário de filme com mudanças de autocarro, por vezes durante um dia inteiro, para entregar um documento a alguém. Aos estafetas davam-lhes o nome de caixas.

Anos depois, já ordenado padre, Jovito Rêgo fazia do Seminário Menor em Balide, onde estava colocado, uma placa giratória de recepção e envio de mensagens entre Konis Santana, chefe da luta armada, e Taur Matan Ruak, o comandante da guerrilha na Ponta Leste. Do Norte chegavam mensagens de Konis, do Leste de Matan Ruak. Os estafetas traziam e levavam as mensagens mas iam ali buscar também comida, remédios, dinheiro e até munições. A partir de 1998, as comunicações são feitas por telefone satélite que, sublinha o padre, era caro e nem sempre funcionava. O activismo é consciente por parte de Jovito Rêgo e o padre cita a história bíblica de Moisés para defender a sua intervenção política em defesa de um povo perseguido.

«Moisés não tolerou quando viu os egípcios torturar os judeus. Moisés aquele que encontrou com Deus, aquele que falou com o Senhor. Ele também não tolerou. [...] Não posso ficar assim com mãos cruzadas, a ver pessoas a serem torturadas, a serem perseguidas e nós a viver.[...]Eu até pensei muitas vezes: “eu não nasci sacerdote. Nasci como timorense. E se é para perder esta minha cidadania como timorense eu prefiro deixar o sacerdócio.”»¹⁶⁴

A assunção da sua cidadania como uma prioridade, leva Jovito Rêgo a questionar a separação, imposta pela lei, entre o religioso e o político. O padre recusa-se a negar a essência e a experiência da sua vida que aponta para outra direcção, onde viveu e assistiu a dramas de que saiu traumatizado. A interdição em relação ao envolvimento político dos religiosos para ele não faz sentido uma vez que a própria Igreja, ao mais alto nível, faz parte do jogo político no xadrez mundial.

«O Vaticano é uma instituição que também nos diz que não se faz política mas ali há acções políticas, há actividades políticas. E esses embaixadores do Vaticano eles fazem política. A Igreja só quer que a política só se faça ao alto nível mas a realidade, a

¹⁶⁴Entrevista a padre Jovito Rêgo de Jesus (Anexo 32)

realidade é uma coisa. [...] nós pertencemos a uma outra realidade, a um outro mundo em que neste mundo é Cristo que grita no grito de alguém que sofre. E se eu vou por este grito é um pecado? Eu quero deixar de ser sacerdote. Eu vou pelo grito!»¹⁶⁵

Menos emotivo na defesa da intervenção política dos religiosos, Júlio Crispim argumenta que a intervenção pastoral ganha contornos políticos quando se trata de combater a violação de direitos humanos.

«Na defesa dos direitos humanos e do bem-estar que os políticos têm a obrigação, o dever de fazer, se eles não fazem esse dever, o serviço pastoral deve intervir para poder ajudar melhor. Agora se no caso, o padre intervier na área política para poder ganhar uma cadeira, o poder, aí é que não pode. Para ajudar o povo, a vida do povo, proteger o povo, a segurança do povo, eu acho que isso é um trabalho pastoral importante.»¹⁶⁶

Mas se nas palavras o padre Crispim é moderado na defesa de uma intervenção política dos sacerdotes, os seus actos dão conta de um homem fortemente envolvido e empenhado na causa timorense. E devido ao seu envolvimento, o seu percurso será muito atribulado. Ainda estudante, Júlio Crispim Ximenes Belo foi expulso do Seminário em Malang por acolher no seu quarto vários elementos da resistência estudantil. De regresso a Timor, o bispo Calos Ximenes Belo envia-o para um estágio numa paróquia das montanhas, em Ossú. Aí é preso pelos militares e é sujeito a variadas torturas. É espancado, queimado e metido dentro de uma fossa durante várias noites.¹⁶⁷ Depois de libertado, com a intervenção da Igreja, Júlio Crispim termina o seu curso de Teologia nas Flores e é ordenado padre em 1995. É então enviado para Letefoho para estagiar com o padre Domingos Soares, mais conhecido por Domingos Maubere e uma das figuras pastorais que mais empenhada esteve na resistência à ocupação indonésia. Nos documentos consultados além de padre Maubere, aparece também com muitos outros nomes de código: *AMD*, *Ramelau*, *DS* e *RL*. Conta-se que o padre Domingos Maubere usava o trabalho pastoral para contactar com a resistência. Visitava a pé todas as estações missionárias e pelo caminho encontrava-se com resistentes e guerrilheiros. Era procurado também para o acto da confissão. Mas foi sobretudo um padre em quem Konis Santana confiava tendo-o consultado

¹⁶⁵Entrevista a padre Jovito Rêgo de Jesus (Anexo 32)

¹⁶⁶Entrevista a padre Júlio Crispim Ximenes Belo (Anexo 41)

¹⁶⁷Numa carta, de 5 de Setembro de 1989, intitulada “Sinais de Perseguição da igreja Católica em Timor-Leste”, o Pe Domingos Soares relata o espancamento e a prisão do Pe Júlio Crispim. (PP0355-2-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0355-2.pdf>)

várias vezes para a realização de projectos concretos. Entre eles um projecto estrutural para a formação de um governo sombra. Quando Konis assume a liderança é também o padre Maubere que o ajuda na reorganização da Frente Clandestina da resistência. É ele ainda que lhe entrega o telefone satélite oferecido pela CDPM e que um dia ajuda o chefe da luta armada a deslocar-se do seu abrigo para um outro mais a Sul. Domingos Maubere e o padre Filomeno Jacob oferecem a Konis um livro sobre a guerrilha na América-Latina. Mário Carrascalão diz que chegou a receber denúncias dele sobre massacres ocorridos na altura em que era governador. O próprio Carrascalão chega a pedir-lhe para verificar, junto de Xanana, sobre o interesse de um novo encontro entre os dois. O seu empenhamento político está bem patente numa entrevista ao jornalista americano Rick Salwick transmitida na rádio australiana ABC, em Julho de 1993. Aí o sacerdote toma posição pela resistência armada depois das prisões de Xanana e Ma H'uno e assume como sua a luta timorense dispondo-se a morrer por ela.

« [...] a resistência não morreu e tem um novo dirigente, Konis Santana, dirigente da resistência armada e da resistência silenciosa- o povo. Desta forma, os timorenses continuarão a resistir às poderosas forças indonésias. [...] Eu próprio, não tenho medo da morte, hoje ou amanhã é a mesma coisa. O que realmente importa é defender a justiça para o nosso povo que já sofreu bastante. Neste mundo, em que os direitos humanos são uma questão, estamos a lutar pelos nossos direitos. Morrer hoje ou amanhã não é importante para um padre, é o que menos me preocupa.»¹⁶⁸

O padre Maubere, juntamente com o sacerdote Filomeno Jacob, teve ainda um papel de destaque na organização da Convenção Nacional sobre Timor, em Peniche, em 1998 de onde saiu o CNRT em substituição do CNRM afirmando uma forte unidade dos timorenses a favor da independência. O projecto de transformação do CNRM em CNRT retirando a palavra maubere, ideologicamente identificada com a FRETILIN, e unificando a frente diplomática, é mesmo atribuído a estes dois padres que terão pedido a Konis Santana para se assumir como autor tendo este, no entanto, recusado. A pedido de Konis Santana, Domingos Maubere e Filomeno Jacob elaboraram porém um projecto sobre a Frente Diplomática onde já propõem, em 1995, a mudança do nome do CNRM para CNRT.¹⁶⁹ Da comissão política do CNRT fará parte o padre Francisco Fernandes, um sacerdote com trabalho junto dos refugiados e fundador, em Macau, com timorenses exilados, do Grupo Rai Timor (GMRT) onde nasceu a ideia da Convenção

¹⁶⁸(sem cota) - <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PerS20-091.pdf>

¹⁶⁹(1995), "Exposição-projecto sobre a Frente Diplomática de AMD e Padre Jacob", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_138432 (2016-6-19)

Nacional. Nem sempre foi tudo pacífico, contudo, em relação à actuação de Domingos Maubere. Numa carta para Konis Santana, David Dias Ximenes, da resistência timorense, informa-o do descontentamento do sacerdote pela forma como Xanana o tratou.¹⁷⁰ Ele é também um dos padres (o outro é Filomeno Jacob) que se pensa terá estado por detrás da redacção de um discurso, lido durante o III encontro do Diálogo Intra-Timorense na diáspora em Burg Schlaining (Áustria) e atribuído a Konis Santana cuja autoria este irá, contudo, negar.¹⁷¹ Certo é que Domingos Maubere era dos padres mais activos politicamente e Júlio Crispim recorda que é a partir do momento em que entra em contacto com ele que a sua actividade se intensifica. Com ele descobriu todos os caminhos da rede clandestina. «O senhor padre Domingos tem muitos contactos da rede clandestina e também das FALINTIL. Então descobri que o senhor comandante x está aqui, o outro está ali. Descobri as redes o que permite-me entrar em contacto com eles.»¹⁷²

E assim quando depois é colocado no Seminário em Díli, Júlio Crispim dispõe dos contactos em três das 4 regiões em que estavam divididas as FALINTIL. Nessa altura levou jornalistas de Portugal, Austrália e Japão até ao comandante David Alex. Quase todas as semanas contactava com ele e chegou a trazer cassetes vídeo gravadas com um combate de David Alex que o comandante lhe deu em mãos para entregar na Indonésia a uma certa pessoa, mediante uma senha. A senha, *Kelimutu*, nome de um barco e de uma lagoa nas Flores, não foi contudo reconhecida pelas pessoas com quem se encontrou em Bali, pelo que só mais tarde as cassetes chegaram ao seu destino. O próprio padre tinha enrolado as fitas das cassetes de vídeo para cassetes de música e na capa colocou fotos de artistas indonésios para poder passar as imagens no aeroporto sem levantar suspeitas.

Por esta época, Esmeralda Piedade Araújo estava de regresso a Timor, já formada. Enquanto formanda na Congregação das Canossianas suspendera o seu envolvimento na luta. A irmã sublinha que as noviças estavam interditas de ter qualquer envolvimento com a resistência, mas lembra que no convento várias vezes chegou a ajudar uma irmã, chamada Zulmira, e o padre Locatelli com os conhecimentos que trazia do seu tempo de revolucionária no mato para as suas acções clandestinas. Depois de regressar de Roma, em 1996, a irmã Esmeralda voltará aos seus

¹⁷⁰(1996), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_132780 (2016-6-20)

¹⁷¹TL6947-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6947.pdf>; TL6948-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6948.pdf>

¹⁷²Entrevista a padre Júlio Crispim Ximenes Belo (Anexo 41)

velhos hábitos. Assim que chegou a Timor diz que recebeu logo uma mensagem de David Alex. «Quando eu cheguei a Baucau, recebi uma cartinha do mato. Deram-me as boas-vindas e eles estavam muito satisfeitos de uma timorense voltar do estrangeiro formada.»¹⁷³

Depois deu todas as suas roupas de inverno para a guerrilha nas montanhas e ainda a sua máquina fotográfica. Tudo era levado e trazido mais uma vez por estafetas. De Baucau, Esmeralda sai para assumir o comando das Canossianas em Ainaro e aí usa a ambulância do convento para transportar activistas perseguidos. «Eu saía e ia com a ambulância e a sirene ligada. Parecia que transportávamos algum doente. Trazíamos para o convento com a ambulância toda forrada de jornais para ninguém ver.»¹⁷⁴

Outras vezes levavam-nos para a montanha ou entregavam-nos à Cruz Vermelha Internacional, em Díli. No convento, Esmeralda conta que chegou ainda a ensinar canções revolucionárias às noviças e que cantavam em tétum para não serem compreendidas. A madre diz que um dia chegou a ser avisada por um indonésio, seu familiar, de que a queriam matar. Mas a sua actividade não parou e até se intensificou quando chegou o referendo. Em meados do ano de 1999, foi transferida para as Canossianas de Balide, em Díli, também como Superiora. No convento tinha panfletos e posters de Xanana Gusmão e conta que em «3 segundos» distribuía tudo. Os materiais de campanha eram trazidos pelo padre Filomeno Jacob com quem diz ter colaborado muito. O seu envolvimento valeu-lhe, entre os adeptos da integração, a alcunha de *merdeka* que em bahasa significa independentista. «Eu em 99 entrei novamente no palco político para defender os meus irmãos. Eu tinha isto no sangue.»¹⁷⁵

Quando em Maio ficou decido que os timorenses iam às urnas escolher se aceitavam ou não a proposta da Indonésia para uma autonomia especial, os líderes religiosos eram, juntamente com os chefes das aldeias, quem podia confirmar a identidade de quem não possuísse qualquer documento, durante o processo de recenseamento. Os esclarecimentos eleitorais fizeram-se em mercados mas também nas igrejas. Júlio Crispim estava como padre coadjutor em Soibada, realizou debates junto da população e preparou grupos de jovens para ensinar o povo a votar, nunca deixando de lado a sua condição de activista. «E depois incluído no grupo, que são grupos formais, o grupo clandestino. Ensinam como é que votam e onde eles devem votar. »¹⁷⁶

¹⁷³Entrevista a madre Esmeralda Piedade Araújo (Anexo 36)

¹⁷⁴Entrevista a madre Esmeralda Piedade Araújo (Anexo 36)

¹⁷⁵Entrevista a madre Esmeralda Piedade Araújo (Anexo 36)

¹⁷⁶Entrevista a padre Júlio Crispim Ximenes Belo (Anexo 41)

Do outro lado da barricada, a pressão fazia-se sentir. A intimidação a que era sujeito o povo para que votasse pela integração será denunciada por vários religiosos. E os próprios padres serão alvo de ameaças, intimidações e pedidos sub-reptícios. José Alves Martins não refere nomes mas conta que foi pressionado para apoiar a integração nas suas homílias. «Alguém me disse, uma pessoa muito amiga e muito influente, timorense: “O padre veja lá nas homílias diga que é melhor para Timor a integração. Oh senhor eu não posso dizer isso nas homílias. Isso é política.”»¹⁷⁷

Depois de anos de luta ao lado do povo timorense, a vitória parecia estar a um passo. Mas estava longe de ser simples e pacífica. Tal como não fora simples e pacífico o caminho para chegarem ao referendo. Desde os primeiros anos de isolamento até à consulta popular, passando pela falta de apoio da hierarquia da Igreja, o clero de Timor-Leste esteve em momentos chave do processo. E na caminhada, a pouco e pouco, acabou por trazer e usar a rede da Igreja Católica para fazer ouvir a situação em Timor-Leste.

¹⁷⁷Entrevista a padre José Alves Martins (Anexo 43)

Capítulo 3

Dinâmica Interna e Externa da Resistência Católica

O poder Indonésio tinha tendência para apresentar o clero como um “rival”. (...) O major Prabowo Subianto, genro do general Soeharto, chegou mesmo a dizer que os três principais factores que impediam a integração de Timor-Leste no seu país eram: “A Igreja, os padres e a religião”¹⁷⁸

D. José Joaquim Ribeiro, o bispo de Díli à data da invasão, mostrara-se, durante o ano quente de 1975 no território, contra os comunistas da FRETILIN e não veria com maus olhos a entrada da Indonésia. Numa carta pastoral afirmava mesmo que a Igreja proibia a votação em comunistas ou socialistas.¹⁷⁹ A Conferência Episcopal Indonésia e o Núncio em Jacarta teriam informado até o bispo português de que nada tinha a temer com a integração.¹⁸⁰ D. Basílio do Nascimento, bispo de Baucau, estava em Évora quando D. José Ribeiro regressou a Portugal e em conversas que teve com o resignado bispo de Díli que passou os seus últimos anos na capital do Alto Alentejo, exclui qualquer hipótese dele ter sido um integracionista. Defende que o desejo do bispo de ver os indonésios entrar em Timor-Leste tinha mais a ver com a necessidade de pôr ordem num caos reinante. «Para pôr ordem. Porque isto estava sem concerto. A preocupação era que houvesse alguma autoridade que pusesse um bocado de ordem nisto e que serenasse ou pacificasse o clima de rebelião total e de confusão que reinava. [...] Aliás de uma ou duas

¹⁷⁸Durand, Frédéric - *Catholicisme et Protestantisme dans l'île de Timor: 1556-2003*; Toulouse, Editions Arkuiris, 2004, p. 101

¹⁷⁹A informação publicada por Frédéric Durand (Durand,Frédéric - *Catholicisme et Protestantisme dans l'île de Timor: 1556-2003*, p. 85) é atestada por Barbedo de Magalhães na entrevista que nos foi concedida. No curto período que esteve em Timor em 1975, o professor universitário coordenou uma equipa para a reforma do ensino e diz que na altura, D. José Ribeiro deu instruções a um sacerdote para que na rádio demovesse as pessoas de com ele colaborarem. Barbedo de Magalhães conta ainda que o bispo ficou surpreendido por na sua equipa se encontrarem católicos, tanto era o seu anti-comunismo primário. O académico refere ainda que um missionário lhe disse que D. José terá mesmo dito que estavam a cair anjos do céu para os libertarem dos comunistas, aquando da entrada dos pára-quedistas na noite da invasão.

¹⁸⁰PP0201-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0201.pdf>, p. 1; PP0062-1- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0062-1.pdf>, p. 8; Barbedo de Magalhães refere ainda que os cristãos do Centro de Estudos Estratégicos Internacionais da Indonésia foram os principais ideólogos da anexação (Magalhães, A. Barbedo de - *Timor-Leste na encruzilhada da transição Indonésia*; Lisboa, Edição Gradiva, Novembro 1999, p. 119) e que além dos Bispos, também eminentes católicos como Benny Moerdani (à data da invasão, assessor do Ministro da Defesa) eram defensores da invasão até como reforço do catolicismo (Magalhães, A. Barbedo de - *Timor-Leste: Interesses Internacionais e Actores Locais, Vol I*; Porto, Edições Afrontamento, 2007, p. 181)

conversas que nós tivemos em Évora, o senhor D. José dizia-me isto: 3 horas antes da invasão eles eram desejados. Três horas depois foram odiados até hoje.»¹⁸¹

Não seria o único a pensar assim. Nas várias entrevistas que realizámos junto do clero em Timor, diversos religiosos revelaram algum preconceito e reprovação pela escolha ideológica marxista-leninista da FRETILIN encontrando aí a principal explicação para a invasão indonésia e para o posicionamento do bispo de Díli. O padre Locatelli considera mesmo que a escolha ideológica levou-os a actos que a Igreja não podia aceitar e refere, por exemplo, que a ele o proibiram um dia de celebrar missa. O pároco José António da Costa, vigário-geral de D. Carlos, explica por seu lado que, na altura, a divisão era grande mesmo entre os sacerdotes. «Havia quem acolhesse a solução da Indonésia. Sobretudo naquela altura por causa do trauma do Comunismo. A ideia era que era preferível não ser comunista do que estar debaixo da Indonésia.»¹⁸²

Os padres Jesuítas defendem até no livro *Nossas Memórias de Vida em Timor* que a tendência em geral entre o clero e leigos católicos pendia para a UDT. D. José Joaquim Ribeiro fora nomeado em 1966 para a Diocese de Díli e não era um bispo querido como o tinha sido D. Jaime Garcia Goulart, o primeiro bispo de Timor que o precedeu. Segundo Frédéric Durand era até um homem distante que durante a guerra civil se terá recusado a servir de mediador para aproximar as partes desavindas o que para o autor, atendendo ao prestígio do seu cargo, poderia ter sido determinante para resolver a crise.¹⁸³ D. Basílio contraria mais uma vez a ideia formada à volta do bispo português em Díli. Em conversas que tiveram, diz que ouviu da própria boca de D. José Ribeiro que tentou falar com as partes envolvidas.

«Ele falou com os chefes, que eu saiba ele falou, precisamente porque todos eles eram antigos seminaristas. Sei que o senhor D. José tentou intervir e chamou-os. Só que na altura não havia disposição para ouvir quem quer que seja e muito menos o senhor D. José que era português. Portanto eles viam a intervenção de D. José como sendo uma intervenção de interesse, privilegiando o partido da UDT que era então pró-Portugal. De maneira que os chefes já não o ouviam. Agora sei que ele quis reuni-los. Isso é verdade.»¹⁸⁴

¹⁸¹Entrevista a D. Basílio do Nascimento (Anexo 30)

¹⁸²Entrevista a padre José António da Costa (Anexo 29)

¹⁸³Durand, Frédéric - *Catholicisme et Protestantisme dans l'île de Timor: 1556-2003*; Toulouse, Editions Arkuiris, 2004, p. 85

¹⁸⁴Entrevista a D. Basílio do Nascimento (Anexo 30)

Já depois da invasão, e perante a carnificina levada a cabo pelos indonésios, o bispo português decidiu envolver-se e enviou ao governo da Indonésia uma carta em que afirmava que comparados aos comunistas da FRETILIN, as tropas do país vizinho eram mil vezes piores. D. José demite-se em Outubro de 1977 da diocese de Díli. Na sua última exortação pastoral citada num documento por 16 padres timorenses, o bispo pede ao povo que se una para não deixar desaparecer os laços da família e os princípios da educação cristã, entre outros valores que aponta, concluindo que «ou estes valores se salvam ou o Povo de Timor Oriental, como tal, desaparecerá».¹⁸⁵ D. Basílio conta que o bispo se sentiu um empecilho e pediu a demissão. Já D. Carlos Ximenes Belo refere, por seu lado, que nos encontros que teve mais tarde com D. José, ele revelou que resigna porque os indonésios o queriam utilizar como arma na integração. «Isto dizia ele nos encontros que tive. Os indonésios pressionaram o bispo português. Este bispo viria a Lisboa para forçar o seu governo para reconhecer a integração. E ele prevendo isto pediu para sair»¹⁸⁶

Em sua substituição, o Vaticano nomeia o vigário-geral da diocese, Martinho da Costa Lopes. Mas ao primeiro timorense a ascender ao topo da hierarquia da Igreja Católica de Timor, apenas lhe é conferido o título de Administrador Apostólico. A solução encontrada pela Santa Sé, vista por muitos como uma maneira diplomática de contornar uma realidade difícil e ainda a precisar de clarificação, pode, no entanto, ter uma explicação mais simples. O padre João de Deus conta que poderá ter sido ele a impedir a nomeação de um bispo naquela altura. Consultado pelo representante do Vaticano e colocado perante a necessidade de escolher entre 3 nomes timorenses apresentados, o padre de Baucau foi peremptório em afirmar que nenhum poderia ser bispo e apresentou uma proposta ao núncio ali presente.

«Um padre pode fazer de administrador sem ser bispo. Um simples padre tem o poder de administrar e faz o mesmo trabalho que um bispo e então é removível, pode mudar. “Escreve lá isso tu à tua maneira. Escreve lá isso tu.” Eu pus lá a minha ideia. Entre os 3, um deles era D. Martinho e de facto indiquei o seu nome»¹⁸⁷

Um mês depois, o representante do Vaticano apresentava o nome de Martinho da Costa Lopes como administrador apostólico. O Vaticano decide, assim, que Díli responderá

¹⁸⁵TL6749 e PP0419-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6749.pdf>, p. 9

¹⁸⁶Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo (Anexo 24)

¹⁸⁷Entrevista a padre João de Deus Pires (Anexo 37)

diretamente a Roma. O bispo de Timor era o Papa mas a figura da Santa Sé mais próxima a quem tinham de responder acabava por ser o núncio em Jacarta e nem sempre foi fácil essa relação.

No Timor ocupado, praticamente só a Igreja Católica ficava com uma ligação ao exterior. Facto ainda mais insofismável no período entre 1975 e 1989, quando o território esteve fechado ao mundo. Além disso, a Igreja era a única estrutura com dimensão e credibilidade internacional a ficar de pé e dela dependeu, em muito, a denúncia do que se passava em Timor-Leste. Realidade testemunhada por quem como Robert Archer, do *Catholic Institute for International Relations* (CIIR), conseguiu visitar regularmente o território durante a ocupação a partir de 1990. Num relatório sobre a Igreja Católica em Timor datado de 1991, sublinha precisamente esse facto.

«[...]durante o período de isolamento de Timor-Leste entre 1975 e 1989, a Igreja Católica era a única instituição local que comunicava independentemente com o mundo exterior, mantinha ligações institucionais com uma estrutura internacional, e podia por isso guardar para si própria uma certa independência das autoridades indonésias.»¹⁸⁸

Além disso, segundo Frédéric Durand, a Igreja era a única capaz de preencher o vazio criado na sociedade timorense pela invasão.

«De facto, ela foi obrigada a garantir, quase sozinha, a realização dual do mundo timorense: a *autoridade imóvel* do espiritual, dirigida para o interior, e o *poder activo* dirigido para o exterior, até então assumido pela administração portuguesa e pelos *liurai*»¹⁸⁹

¹⁸⁸TL5884 -<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL5884.pdf>, p. 3

¹⁸⁹Durand, Frédéric - *Catholicisme et Protestantisme dans l'île de Timor: 1556-2003*; Toulouse, Editions Arkuiris, 2004, p. 86; Num relatório sobre Timor-Leste do Centro de Estudos de Desenvolvimento Rural e Regional da Universidade de Gadjah Mada (UGM), de 1990, também se refere a importância que a Igreja na pessoa dos seus sacerdotes assumiu: «A Igreja Católica em Timor-Leste floresceu e desenvolveu um carácter especial. Os padres são considerados “os representantes de Deus” no mundo, que têm a tarefa de dar a “iluminação” e trazer a salvação para a sociedade local. Por causa disto os padres têm um lugar especial nos corações da população local.(TL1442-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL1442.pdf>, p. 6). O mesmo relatório é citado por Barbedo de Magalhães para referir a competição entre a Igreja e o governo indonésio: «A competição entre a Igreja Católica e o Governo indonésio está no centro do problema. Como padroeira, a Igreja Católica conta com um importante recurso, o povo em massa, mas não tem recurso materiais; o Governo tem recursos abundantes e outros meios, como os seus poderes coercivos, mas não tem o apoio da população.»(Magalhães, A. Barbedo de - *Timor-Leste: Interesses Internacionais e Actores Locais, Vol II*; Porto, Edições Afrontamento, 2007, p. 399)

Anteriormente, depois da revolução em Portugal e durante a posterior desestabilização do território, a referência da administração portuguesa desaparecera para os timorenses pois o governo abstém-se ou sente-se impotente para exercer a sua autoridade perante o caos instalado. Fica a Igreja Católica como a única estrutura organizada de referência. Após a invasão, ela era a única entidade aceite pelo ocupante, a única a quem os timorenses se podiam agarrar e o seu poder espiritual conferia-lhe, nesta situação de grave crise, a legitimidade, aos olhos do povo, para assumir uma liderança política que os líderes dos movimentos independentistas não podiam ter por estarem, muitos deles, remetidos à clandestinidade e outros integrados já na estrutura governativa dos indonésios. Os religiosos constituíam assim a liderança mais próxima do povo e, como já vimos anteriormente, ao longo da História foram eles que permaneceram junto das populações defendendo-as enquanto seus representantes e líderes. É curioso verificar que muitos timorenses ligados à resistência que entrevistámos referem-se a eles como as pessoas em quem podiam confiar, os que “falam verdade”, e por quem os indonésios nutriam respeito e experimentavam até algum temor. Todas estas justificações explicam, segundo muitos dos entrevistados, a razão pela qual os timorenses procuravam muito a Igreja quer para protecção quer, muitas vezes, para as suas actividades clandestinas.

Ao longo dos anos, a resistência vai sofrendo pesados reveses e, como já vimos, fica à beira da derrota depois de ver o presidente da FRETILIN, Nicolau Lobato, ser morto e muitos dos elementos das FALINTIL renderem-se ou a serem capturados ou assassinados. A reorganização é dirigida por Xanana Gusmão e no seio da resistência timorense está bem clara a importância da Igreja Católica na luta de Timor-Leste quer a nível interno, quer externo. Numa carta de 1986 dirigida a um padre, o líder da resistência faz questão de sublinhar em letras maiúsculas a relevância do papel da Igreja.

«NÃO NEGAMOS NEM ESQUECEMOS NUNCA A DECIDIDA E CORAJOSA ATITUDE DA IGREJA DE TIMOR-LESTE E, PARA ALÉM DISTO, AFIRMAMOS QUE A NOSSA LUTA SERIA EXTREMAMENTE MAIS DIFÍCIL NÃO FOSSE O INDISPENSÁVEL APOIO QUE A IGREJA DE TIMOR-LESTE TEM VINDO A CONCEDER E A GARANTIR À RESISTÊNCIA!»¹⁹⁰

¹⁹⁰TL4235 e PP0200-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL4235.pdf>, p.3; Xanana Gusmão aborda várias vezes a importância do papel da Igreja na luta timorense. Numa mensagem dirigida aos jovens em 20 de Maio de 1986 há um capítulo dedicado à Igreja onde destaca precisamente a sua contribuição: «A Igreja de Timor-Leste, e neste prolongado cativeiro do nosso Povo, tem sido o porto seguro nestas vagas de crimes e de violações de toda a ordem, tem sido o suporte moral na luta do nosso Povo, tem sido a valiosa mão que aliviou as dores do nosso Povo na sua heróica resistência à vil e cobarde agressão indonésia e à sua criminoso ocupação militar da nossa Pátria!» (Gusmão, Xanana - *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*; Lisboa, Edições Colibri, 1994, p. 201 e 202). Num documento à

Durante os seus primeiros tempos enquanto administrador apostólico, Martinho da Costa Lopes, um homem que já tivera a experiência política de deputado por Timor na Assembleia Nacional em Portugal, apenas denunciou os crimes aos responsáveis indonésios. O mais alto líder da Igreja Católica no território ia buscar timorenses às cadeias, acolhia os perseguidos, queixava-se às autoridades locais e também aos mais altos responsáveis do governo de Jacarta. No seu livro *O Espírito da luta de Timor-Leste - a vida de Martinho da Costa Lopes*, Rowena Lennox relata um encontro entre o administrador apostólico de Díli e o ministro da Defesa indonésio, general Yusuf, em Baucau.

«"Pastor", começou, "diz-se que anda a acusar os militares de matar pessoas em Timor Leste. É verdade?"

"Sim senhor ministro", Costa Lopes responde, ignorando a tentativa de intimidação. "Eu não compreendo a atitude das tropas indonésias. O Presidente da República da Indonésia, general Soeharto, garantiu uma amnistia a todos os que abandonassem o mato e se entregassem, mas as suas próprias tropas estão a matá-los ou a fazê-los desaparecer. Com tal comportamento, eles estão não só a desobedecer às ordens do seu próprio presidente, mas, acima de tudo, estão a violar impunemente direitos humanos fundamentais, tal como o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal"»¹⁹¹

Monsenhor Martinho da Costa Lopes não estava só nesta acusação e na protecção do povo timorense. Tal como vimos anteriormente, vários padres estiveram com guerrilheiros nas zonas por estes controladas e, mesmo nas regiões ocupadas pelos indonésios, o clero católico permanecia como o principal ponto de apoio da população e da resistência. Muitos padres e freiras foram essenciais no acolhimento e protecção dos perseguidos, na denúncia da permanente violação dos direitos humanos em Timor-Leste e até na colaboração com a resistência. Mas só a partir dos anos 80 é que se verifica uma denúncia pública da Igreja sobre o que se passa em Timor. É assim que em Julho de 1981, os padres timorenses juntamente com o seu administrador apostólico elaboram um texto denominado *Reflexão sobre a fé* que será lido na Conferência dos Superiores Religiosos Indonésios (MASRI) em Setembro desse ano. Sublinhando que «O povo de Timor Oriental está a sofrer», afirmam-se solidários e obrigados a exprimir a fé da população

Tapol, associação indonésia de direitos humanos, Xanana também refere que a «relação Clero/Povo é uma relação de luta, muito mais forte que uma relação de fé» (TL6763 -<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6763.pdf>, p. 8)

¹⁹¹Lennox, Rowena - *Fighting Spirit of East Timor, The Life of Martinho da Costa Lopes*; Australia, Pluto Press, 2000, p. 154 e 155

e denunciam o genocídio revelando um número de mortos superior a 200 mil durante os anos de ocupação que até aí tinham vivido. A descrição da vida no território é já então pungente.

«Aquilo que tem acontecido durante estes cinco anos é muito significativamente: invasão, guerra, pilhagem, a destruição da população indígena, sujeição territorial, exploração colonial, a expulsão da população indígena, que é substituída por pessoas de outras ilhas, ocupação militar, tentativas de mobilização massiva de pessoas (dos 12 aos 55 anos) para fazerem a guerra entre si. Actualmente, a vontade do povo de Timor-Leste, aliás como desde o início, é ter o direito de determinar o seu próprio destino e não os massacres em massa que têm sido levados a cabo pelos seus vizinhos. [...] O povo experimenta agora a opressão sem fim, os seus direitos não são reconhecidos. O Povo não tem voz e ainda vive no medo. De facto, o povo vive uma situação de guerra contínua, tem de manter-se calado e submisso.»¹⁹²

Esta *Reflexão de fé*, que seria apenas para ser divulgada no interior do território, foi lida perante os superiores indonésios num clima de tensão tão grande que o padre José Alves Martins que a leu foi retirado da sala. O clero de Timor sublinha aqui ainda o seu isolamento do mundo e da Igreja universal afirmando-se como a «Igreja silenciosa de Timor-Leste».

«As nossas ligações com a Igreja Universal, com os religiosos e o vasto mundo foram repentinamente cortadas. Somos os religiosos de Timor-Leste que, juntos com o nosso povo, fomos lançados no vazio e alienação durante 6 anos, até que nos tornámos a igreja silenciosa de Timor-Leste»¹⁹³

Queixavam-se no isolamento do território, junto das autoridades que não os ouviam e neste insuportável silêncio interno acabaram por ter de falar. Foi por isso que, cansado de não ser ouvido nas denúncias que fazia junto do poder indonésio, Martinho da Costa Lopes começa a revelar publicamente o que se passa em Timor e, na Conferência Episcopal Indonésia (MAWI), em que participa em Novembro de 1981, terá a oferta de auxílio da Igreja Australiana a que responderá pedindo ajuda ao Conselho de Bispos da Austrália. Nessa mesma altura prossegue a denúncia até junto do presidente Soeharto num encontro com ele. Quando Soeharto recebeu uma delegação de bispos católicos e protestantes e líderes de outras confissões, D. Martinho aproveitou a oportunidade para falar sobre os mortos e desaparecidos em Timor tendo-lhe inclusive apresentado uma lista. Mas, será o massacre de Setembro de 1981 que levará Monsenhor Martinho da Costa Lopes a decidir-se pela denúncia pública do genocídio. Quinhentas pessoas que se tinham rendido foram massacradas pelo exército no cerco a Santo

¹⁹²PP0028p-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0028p.pdf>, p.1e 2 (Anexo 2/2A)

¹⁹³PP0028p-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0028p.pdf>, p. 2 (Anexo 2/2A)

António de Lacluta. Na procissão de nossa Senhora de Fátima a 13 de Outubro de 1981,¹⁹⁴ Martinho da Costa Lopes decide denunciar publicamente o massacre perante 12 a 15 mil pessoas. É o próprio administrador apostólico que em 1985, já em Portugal, conta que foi nessa homilia que julgou oportuno fazer pela primeira vez a denúncia. Conta o massacre e o que se seguiu à acusação.

«[...] mulheres grávidas desventradas, cujos bebés nasciturnos arrancados com violência do útero materno, foram esborrachados contra as rochas e, finalmente, dos que forçados a integrar-se em operações militares, sem armas, sem comida, sem assistência médica e sem transporte, morreram na berma das estradas, à fome, ao abandono e ao relento... Esta denúncia de crimes praticados em Timor-Leste teve o efeito de uma bomba atómica que, explodindo em Díli, se repercutiu pelo mundo fora, designadamente na Austrália, na América e na Inglaterra!»¹⁹⁵

Finda a cerimónia, o administrador é chamado ao comando da INTEL e é-lhe dito para que no futuro os contacte privadamente para qualquer denúncia. Martinho da Costa Lopes responde que já trilhou esse caminho sem sucesso e conclui com uma frase que ficará para a história:

« [...] sinto-me na necessidade imperiosa de denunciar ao mundo inteiro, como o fiz esta tarde, o genocídio que se está praticando em Timor para que, ao morrermos, o mundo saiba que morremos de pé. »¹⁹⁶

Carlos Saky, da RENETIL, assistiu à última homilia do administrador apostólico, antes deste de partir para o exílio forçado, e lembra-se dele ter tido fortes palavras contra as autoridades indonésias considerando, por isso, ser esse o momento chave para a confiança do povo na Igreja. Martinho da Costa Lopes acabará, como vimos anteriormente, por cooperar até com a guerrilha e incentivar à luta. Muitos referem a frontalidade e a coragem do administrador apostólico que se tornou incómodo para o governo indonésio que, por sua vez, vai pressionando

¹⁹⁴Embora num documento de sua autoria e por si assinado (PP0118 e TL0251-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0251.pdf> – Anexo 7/7A), Martinho da Costa Lopes situe a homilia a 13 de Outubro 1982 e Rowena Lennox, na biografia de Monsenhor Martinho, também refira essa data assim como José Mattoso no seu livro sobre a Resistência timorense, optámos por situar a homilia em 1981, não só porque a maioria das fontes o fazem. Um documento de Janeiro de 1982 transcreve uma carta do administrador apostólico para o presidente da Conferência Episcopal Australiana datada de Novembro de 1981 em que Monsenhor já refere que «a Igreja Católica, correndo todos os riscos, teve de denunciar ao mundo as atrocidades cometidas durante 4 dias de cerco na Rocha de Santo António em Lacluta onde mais de 500 timorenses foram mortos. ((1982), "Transcrições de notícias sobre a Igreja e Timor-Leste; Correspondência entre Martinho da Costa Lopes e o secretário da Conferência Australiana de Bispos", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_141088 (2016-6-16), p. 7)

¹⁹⁵PP0118 e TL0251-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0251.pdf>, p. 6 (Anexo 7/7A)

¹⁹⁶PP0118 e TL0251-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0251.pdf>, p. 6 (Anexo 7/7A)

para obter a sua demissão. Em 1983, Martinho da Costa Lopes é aconselhado a resignar e aceitou o conselho.¹⁹⁷ O Vaticano vai substituí-lo por Carlos Filipe Ximenes Belo, um padre salesiano de 35 anos que em 1974 não via a integração com maus olhos e até aceitara a cidadania indonésia. A substituição do administrador apostólico é uma questão que já era colocada em 1980. Num relatório desse ano, Pat Walsh, um ex-padre, do *Australian Council for Overseas Aid* (ACFOA), refere que foi colocada a hipótese da substituição de Martinho da Costa Lopes por um bispo indonésio mas rapidamente a ideia foi abandonada porque se percebeu que não seria aceite.¹⁹⁸ Curioso, no entanto, é que mesmo tendo alcançado a sua resignação, nunca conseguirão calar o ex-administrador apostólico.

Quando os indonésios invadem Timor, Carlos Filipe Ximenes Belo está em Macau. Saíra durante a guerra civil, depois de para aí ter regressado, pouco tempo antes, como seminarista para fazer o tirocínio. Estava no Colégio de Fatu Maka com o padre Eligio Locatelli mas a guerra entre timorenses levou-o a abandonar o território para completar os estudos. Em Macau, no Colégio D. Bosco está a terminar o seu estágio, quando ouve pela rádio a notícia da invasão de Timor. «E eu até disse aquela frase: “Os portugueses colonizaram Timor durante 400 anos, já os javaneses também vão colonizar de novo outros 400 anos. Não temos forças. É uma ilha, estamos perdidos.”»¹⁹⁹

A partir daí a sua vida vai ser dedicada a acabar os estudos, primeiro em Portugal estudando Teologia na Universidade Católica, e depois em Roma. Durante seis anos, está ausente do território para onde regressa em 1981. É pois um padre jovem, com pouca experiência e que nos anos de fogo da invasão não esteve em Timor, quem vem substituir Martinho da Costa Lopes. A mudança na liderança da Igreja Timorense é entendida como uma pressão indonésia para afastar o administrador incómodo e ali colocar um homem que lhes fosse favorável. Carlos Filipe Ximenes Belo é assim visto como um administrador pró-indonésio que muitos temem venha a ser uma marioneta às mãos do ocupante ainda para mais porque o processo normal de auscultação do clero local para a nomeação do novo responsável pela Igreja Timorense, não aconteceu. O desagrado com a sua nomeação é geral entre o clero que se encontra em Timor e

¹⁹⁷Numa entrevista traduzida Martinho da Costa Lopes diz que foi aconselhado a resignar mas refere também o seu cansaço como motivo para a sua resignação. ((1983), "Comunicado de imprensa da CIIR. Entrevista a Martinho da Costa Lopes.", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_140978 (2016-6-16),p. 3)

¹⁹⁸TL4197- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL4197.pdf>, p. 9

¹⁹⁹Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo (Anexo 24)

por isso a sua cerimónia de entronização é marcada pela ausência da maioria dos religiosos. O bispo garante que já na altura compreendeu a atitude dos padres mais velhos, com anos de experiência perante um jovem inexperiente que ainda por cima era religioso, evocando aqui a eterna rivalidade entre diocesanos e religiosos. D. Carlos tenta então uma aproximação aos contestatários.

«Quando eles não estiveram no dia 12 de Maio na cerimónia, no dia 13 fui à Câmara Eclesiástica, situada à frente do porto de Díli, falar com cada um deles. Compreendo perfeitamente a vossa situação mas a situação é esta: Monsenhor Martinho já não pode voltar. Nós temos de juntos olhar para a frente e trabalhar por este povo e salvar este povo. Agora andar com politiquices...»²⁰⁰

Na altura, diz o bispo que não foi imediatamente compreendido pois logo em Julho de 1983 quando informou que iria partir para visitar as paróquias, tentaram demovê-lo.

«Diziam: “Monsenhor não vá visitar as missões, as paróquias. Não vá porque nós ainda estamos à espera de uma carta de Roma.” Naturalmente ainda estavam à espera que Roma respondesse às exigências deles. E eu disse: “pronto eu vou na mesma por causa do povo, dos cristãos. Se vocês não estiverem lá eu vou na mesma.”»²⁰¹

Os cristãos (numa carta subscrita por 180 pessoas) e o clero escreveram ao Papa. Mandaram as cartas dirigidas ao secretário de Estado e ao pró-núncio em Jacarta ao cuidado deste para que as fizesse chegar a João Paulo II. Mas desconfiados de que Pablo Puente não cumprisse a sua missão mandaram-nas também para outras entidades e num documento da resistência é pedido até que as façam chegar ao Papa e que o assunto seja divulgado nos órgãos de informação. O pedido de envio das cartas foi feito ao pró-núncio quando este visitou Timor para a entronização de D. Carlos, altura em que cristãos e sacerdotes discursaram também perante Pablo Puente. Mais forte e contundente, o discurso do clero, numa reunião em Lecidere que demorou mais de duas horas, considera “lúgubre” o afastamento de Martinho da Costa Lopes e questiona a competência do jovem padre Carlos Ximenes Belo.

«Ousamos chamar de lúgubre, porque este acto nos parece clara capitulação perante os filhos das trevas. [...] O R.P. Carlos Filipe ainda é muito novo, senhor Pró-Núncio Apostólico e, sendo religioso, não está apto para ter a peito o bem dos sacerdotes

²⁰⁰Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo (Anexo 24)

²⁰¹Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo (Anexo 24)

diocesanos nativos, quer material quer espiritual. Considerando as coisas como são não esperamos do R.P. Carlos Filipe o defensor do bem comum, o reivindicador da verdade.»²⁰²

Talvez porque começou a sua administração contestado, logo na sua primeira carta pastoral, Ximenes Belo aborda a questão dos direitos humanos.²⁰³ Mas, nunca será fácil a relação de uma parte do clero em Timor com o novo administrador apostólico. Registam-se críticas e fricções constantes. É nesse contexto que se enquadram as desavenças com os jesuítas portugueses. Quando em 1986, João Felgueiras sai pela primeira vez do território por causa da morte do seu irmão, é retirado da direcção do Seminário Menor e há notícias que avançam o afastamento dos dois jesuítas para serem substituídos por indonésios. Num telex para Luísa Teotónio Pereira, Pat Walsh do ACFOA refere que o pedido para afastar João Felgueiras partiu de Ximenes Belo. O administrador, diz o ex-padre que tinha bons contactos na Igreja Indonésia, escreveu ao Provincial dos Jesuítas em Portugal para que chamasse os portugueses em Timor e pediu apoio ao Provincial indonésio. Walsh pede para que se publicite o assunto mas que não se revele que a fonte veio de Portugal. Refere ainda que Ximenes Belo estava sob pressão para afastar os padres jesuítas tidos como “cérebro” na denúncia da situação em Timor mas que o protesto dos timorenses e do clero da diocese o fez recuar tendo o administrador apostólico escrito uma nova carta a declarar que era indispensável a presença dos padres no Seminário.²⁰⁴ A notícia da substituição do padre Felgueiras sai em Portugal e Ximenes Belo dirige uma carta violenta ao jornalista António Cadavez que a escreveu começando logo por perguntar porque não defenderam, o jornalista e os padres jesuítas, a causa de Timor no tempo colonial português.²⁰⁵

²⁰²TL6751 e PP0031-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6751.pdf>, p. 1 e 3 (Anexo 3/3A) A juntar a este discurso do clero em Timor há ainda uma carta de 2 de Maio de 1983 dirigida ao Secretário de Estado do Vaticano (PP0030 -<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0030.pdf>) e um discurso dos cristãos perante o Núncio (PP0034-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0034.pdf>).

²⁰³TL3190 e PP0089-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3190.pdf>. Sem nunca falar da invasão explicitamente nesta carta Pastoral de 11/3/1984, por altura da Quaresma, Ximenes Belo aborda a situação de insegurança que se vive em Timor com a morte, a tortura e o desaparecimento de muito timorenses e na p. 5, falando da Justiça «necessária para a existência e conservação da sociedade», citando Concílio Vaticano II, escreve: «(...) “tudo aquilo que constitui uma violação da integridade da pessoa humana, como são as mutilações, as torturas morais e físicas, as pressões psicológicas; tudo o que ofende a dignidade do homem, como são as condições infra-humanas de vida, as prisões arbitrárias, as deportações, a escravatura, a prostituição, o comércio de mulheres e raparigas, ou ainda as condições degradantes de trabalho, que reduzem os operários a mero instrumento de lucro, sem ter em conta a sua personalidade livre e responsável; todas estas coisas e outras semelhantes são, na verdade, uma infâmia: enquanto corrompem a civilização humana, desonram os que a ela se entregam mais do que aqueles que sofrem a injúria e são totalmente contrários à honra devida ao criador”»

²⁰⁴TL6457-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6457.pdf>

²⁰⁵TL3688-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3688.pdf>

No seu regresso a Timor, João Felgueiras vai ter dificuldades em obter o visto das autoridades indonésias e terá de ficar 8 meses em Jacarta a aguardar pela autorização de entrada em Timor. Noutra carta, desta vez para Jean Pierre Catry, o padre Domingos da Cunha dá conta de uma iniciativa de padres timorenses em que estes subscrevem um texto intitulado *Vamos Começar* que Ximenes Belo considerou ser uma atitude de rebeldia.²⁰⁶ Em 1990, 16 padres (entre eles Mário Belo, Domingos da Cunha, Francisco Tavares, Francisco Barreto, Domingos Soares, Leão da Costa e Filomeno Jacob), numa *Reflexão dos Sacerdotes Autóctones*, ainda tecem duras críticas ao bispo continuando a insistir que a sua nomeação foi política.

«A escolha do Pe Carlos Filipe Ximenes Belo, SDB, para Administrador Apostólico, foi uma nítida opção política, quer da parte do governo indonésio, quer da parte do Vaticano. Estava latente o interesse em encontrar um homem que facilitasse as manobras políticas. O que inicialmente constituía apenas uma suspeita, veio a manifestar-se perante as tergiversações e contradições contínuas nas acções do Administrador Apostólico, parecendo mais um homem manobrado pelo governo e pela congregação salesiana, do que um homem da Igreja.»²⁰⁷

A censura ao bispo não pára e vem até do sector político da resistência. Numa carta para Ramos-Horta, em Fevereiro de 1996, Ximenes Belo lamenta as críticas que lhe foram dirigidas pelo representante do CNRM numa cassette e pede-lhe em consequência, para renunciar à sua «nova candidatura ao Nobel da Paz». «Não aspiro e não desejo!» escreve o bispo acrescentando ainda que por causa dos muitos trabalhos que tem, não irá à segunda reunião do Diálogo Intra-timorense na Áustria.²⁰⁸ Por norma, os elementos da resistência consideravam-no fraco. Não era fácil a tarefa de D. Carlos pressionado em diversas frentes, por interesses que tentava conjugar. De um lado tinha os militares, do outro a resistência e tinha ainda de gerir a pressão do Vaticano. Daí que responda às críticas com o peso dos constrangimentos que o rodeavam.

«Olhe era mais fácil falar alto lá do púlpito, gritar e criticar e depois dizem: “agora vai-te embora.” E o povo que lá está? Eu também não era estúpido para fazer isto. A gente tem de ver as coisas localmente e também fora. Muitas vezes os críticos que falam assim estão

²⁰⁶PP0608-1-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0608-1.pdf>; O texto *Vamos Começar* encontra-se aqui: TL6417-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6417.pdf>; Noutra carta para Luisa Teotónio Pereira, também de 1990, o Pe Domingos da Cunha volta a falar numa situação de tensão entre o clero e o bispo e chega até a dizer que a carta pastoral desse Natal, assinada por D. Carlos e escrita em bahasa indonésio, era na verdade do Padre Markus Wanandi, um jesuíta indonésio irmão do alto responsável pelos Serviços de Informações Estratégicas da Indonésia. (PP0406- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0406.pdf>)

²⁰⁷TL6749 e PP0419-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6749.pdf>, p.5

²⁰⁸(1996), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_132656 (2016-6-20)

cá fora. Não estão lá dentro. Estando cá fora podes gritar. Experimente estar lá dentro. É preciso compreender cada contexto.»²⁰⁹

Hoje todos reconhecem e até elogiam o trabalho de Carlos Filipe Ximenes Belo na defesa dos direitos humanos em Timor-Leste embora realçando sempre a diferença em relação ao administrador anterior, que qualificam de mais impulsivo, emotivo e sentimental. Mais discreto, diplomático e, segundo alguns, não menos directo e corajoso, Ximenes Belo acabou por se revelar como um verdadeiro líder que actuou em nome e em defesa do seu povo. E foi como um verdadeiro líder que, uma vez em funções, partiu para visitar as paróquias timorenses protestando ao encontrar as aldeias cercadas de onde só se podia entrar ou sair com um salvo-conduto. Em dois anos visitou todas as paróquias. O novo administrador apostólico de Timor era ainda prolífico em cartas pastorais. Mas uma das suas mensagens mais importantes será um documento que manda para todas as igrejas do território para ser lido a 5 de Dezembro de 1988. «Discordamos deste sistema bárbaro e condenamos a propaganda mentirosa segundo a qual o abuso dos direitos humanos não existe em Timor-Leste», escreveu então Ximenes Belo numa denúncia que seria publicada no *New York Times* pouco tempo depois.²¹⁰ Ele assumia assim uma liderança que ia além da vertente espiritual onde incluía visitas semanais ao governador do território, Mário Carrascalão, e encontros mensais com os comandantes da polícia e dos militares indonésios. Contactava e escrevia aos mais altos representantes da Indonésia assim como dava conta do que se passava ao Vaticano, quer directamente quer através do núncio apostólico em Jacarta. Como já vimos nas suas visitas às paróquias procurava ainda interceder para a libertação de presos e a nível internacional esforçava-se por ganhar adeptos. A sua voz era procurada pelos mais variados órgãos de informação no mundo, tendo dado um número inquantificável de entrevistas, e proferido discursos por todo o mundo em representação e defesa do seu povo. Era ainda como representante de um povo que as lideranças políticas o recebiam. Em Portugal, teve encontros com os mais altos responsáveis da nação com quem insistiu na necessidade de finalizar um processo de descolonização incompleto. No mundo inteiro encontrou-se com líderes influentes destacando-se o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, e o chanceler alemão, Helmut Kohl. A todos falava em nome de um povo massacrado, solicitando junto deles a

²⁰⁹Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo (Anexo 24)

²¹⁰Kohen, Arnold S. - *From The Place Of The Dead, the epic struggles of Bishop Belo of east Timor*; e-book, Library of Congress Cataloging- in-Publication, 2012, Capítulo 6

intervenção necessária na defesa dos timorenses. «Dizia: “é preciso defender o povo timorense, a sua dignidade, os direitos humanos e exercer pressão sobre a Indonésia para retirarem as suas forças, para respeitarem as pessoas.” E depois pedia também para não fornecerem material bélico ao exército indonésio»²¹¹

Foi nesta circunstância de rosto de um povo, que a 6 de fevereiro de 1989 escreveu a Javier Perez de Cuellar, secretário-geral da ONU, a pedir um referendo para Timor-Leste.²¹² Foi um acto solitário que acontece depois de ter ouvido um estudante do liceu, do bairro de Becora, em Díli, queixar-se de que fora maltratado e humilhado por professores da ilha das Flores.

«Depois dele regressar fui ao meu escritório e comecei a escrever. A quem é que vou escrever? Ao secretário-geral das Nações Unidas para decidir isto. Ou sim ou sopas. [...] Aquilo surgiu, surgiu naquele dia, naquela tarde porque de facto é preciso ouvir os timorenses e ver se queriam a independência ou queriam a integração.»²¹³

A carta vai mandá-la como sempre fez quando escrevia para fora. Não pelos correios em Díli mas por interposta pessoa, alguém que fosse a qualquer cidade indonésia e que daí a enviasse. No caso concreto, o bispo teve a ajuda de um seminarista que ia para Malang, em Java Oriental. O esquema utilizado foi o de colocar a carta para o secretário-geral da ONU dentro de uma outra para D. Manuel Martins, à data bispo de Setúbal e homem empenhado na questão timorense, e esta última, por sua vez, dentro de uma carta ao cuidado do seminarista que seguiu para Malang. D. Manuel Martins não se recorda de ter sido ele a enviar a carta para o secretário-geral da ONU até porque na altura era presidente da *Pax Chriti* portuguesa e tinha gente a tratar-lhe da correspondência. Mas é certo que o pedido lhe foi enviado.²¹⁴ Vários jornais portugueses na época noticiam, contudo, que a carta foi enviada através de D. Manuel Martins²¹⁵ e num projecto de carta para embaixadores, D. Manuel refere explicitamente que D. Carlos lhe pediu para enviar a carta para Pérez de Cuellar.²¹⁶ A carta para o secretário-geral da ONU acabou por ser entregue pela representação portuguesa nas Nações Unidas.²¹⁷ O certo é que o documento

²¹¹Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo (Anexo 24)

²¹²PP0319-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0319.pdf> (Anexo 9/9A)

²¹³Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo (Anexo 24)

²¹⁴Na carta de D. Carlos para D. Manuel Martins, o bispo timorense pede ainda que o bispo de Setúbal o ajude na batalha do referendo- PP0318 e TL6760 <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6760.pdf> (Anexo 10/10A)

²¹⁵Timor-Leste Factos e Documentos- factos (1988-1991); Assembleia da República, Lisboa 1991, p. 136

²¹⁶PP0403-3-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0403-3.pdf> (Anexo 17/17A)

²¹⁷TL1445-131 e PP0336-1-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL1445-131.pdf>;PP0336-2-

permitiu mais uma vez levantar a discussão sobre o que se passava em Timor-Leste e o bispo de Setúbal escreverá a embaixadores²¹⁸, para que pressionem juntos dos respectivos governos, e a bispos de todo o mundo²¹⁹, para que escrevam ao presidente português, aos governos respectivos, ao secretário-geral da ONU e manifestem solidariedade para com D. Carlos na sua luta pelo referendo.

Apesar de todas as cautelas, o curioso é que os indonésios terão ficado a saber da carta mesmo antes de ela ter sido enviada já que segundo o bispo, a loja chinesa onde mandou fotocopiar o documento tinha instruções, tal como todos os outros negócios de chineses, para guardar uma cópia e a entregar às autoridades. Depois de conhecida a carta do bispo, haverá várias manifestações de solidariedade desde um abaixo-assinado de 22 estudantes timorenses na Indonésia²²⁰ até ao apoio de cardeais, arcebispos e bispos e de centenas de líderes religiosos. Em 1989, por exemplo, o bispo japonês Aloisius Soma fará chegar ao secretário-geral da ONU uma petição de apoio à proposta assinada por 1257 líderes religiosos da região Ásia/Pacífico, entre os quais 32 arcebispos e 80 bispos. Também a Conferência Episcopal Holandesa escreverá a Ximenes Belo em apoio ao seu pedido, assim como o Conselho Católico Japonês para a Justiça e Paz e a Pax Christi International. Mais significativa foi a manifestação do Presbitério da diocese que, perante a reacção negativa do nuncio em Jacarta, vem refutar as declarações do representante do Vaticano, qualificando-as de «opiniões e sugestões tendenciosas», colocando-se totalmente ao lado de D. Carlos e afirmando que ele é teológica e eclesiasticamente o representante da Igreja local» estando «na linha da Igreja e do sentir do povo».²²¹

O esquema utilizado para enviar a carta a Pérez de Cuellar era frequentemente usado por outros membros da Igreja. A irmã Rosa Sarmiento também refere o mesmo estratagema no envio das cartas que lhe chegavam pelos padres. O plano montado pelo bispo, é ainda revelador sobre como, em Timor, a Igreja usou a sua rede para poder afirmar a causa timorense internacionalmente. D. Carlos refere que usava essa rede conscientemente não apenas para mandar cartas através de elementos da Igreja timorense para fora do território, como também

<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL1445-132.pdf> (Anexo 13/13A/13B)

²¹⁸PP0403-3-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0403-3.pdf> (Anexo 17/17A)

²¹⁹PP0403-2-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0403-2.pdf> (Anexo 16/16A)

²²⁰TL6789 e PP0376-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6789.pdf>

²²¹TL1445-04-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL1445-04.pdf> (Anexo 14/14A)

para conseguir o apoio de organismos e individualidades da Igreja Católica e não só, espalhados pelo mundo.

«E depois sobretudo um caso específico dos Estados Unidos, fui também duas vezes participar na Conferência Episcopal da América do Norte. Eles depois iam falar na Secretaria do Estado sobre Timor. E depois eles, nalguns países, favoreciam muito a organização da Cáritas, a organização da Justiça e Paz. Aí já começaram a falar, a divulgar-se mais coisas sobre Timor. Portanto podemos dizer que sim. Esta estrutura ajudou.»²²²

Nos Estados Unidos, de resto, verifica-se que por várias vezes os senadores e congressistas americanos escreveram para o presidente (Ronald Reagan, Bill Clinton) e para o secretário de Estado (George Shultz, James Baker) expressando a sua preocupação em relação a Timor e insistindo para que a administração americana actue. Numa das vezes, os congressistas escrevem tanto a Bill Clinton como ao já então presidente da Indonésia, Yusuf Habibie. Nas cartas é sublinhada a filiação católica dos timorenses ao mesmo tempo que dão conta de que as informações obtidas provêm de fontes da Igreja internacional.²²³ Tanto no Congresso, como no Senado há intervenções e debates sobre Timor-Leste e 16 senadores solicitaram um inquérito ao que se passava no território, quando Soeharto visitou os Estados Unidos, em 1982. D. Carlos não era caso único, em Timor, a pensar na utilidade da estrutura da Igreja e a utilizá-la, mas não se pode, contudo, falar de uma estratégia e de um planeamento concertados no seio do clero no território pois apenas pontualmente são assumidas posições de conjunto como é o caso da *Reflexão sobre a Fé* de 1981 a que se seguirão, mais tarde, outras: uma mensagem do Administrador e do Conselho Presbiteral de 1985 onde se denuncia estar em curso «uma extinção étnica, cultural e religiosa da identidade do povo» e a violação de direitos humanos

²²²Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo (Anexo 24) ; Em comunicados a Conferência de Bispos Católicos dos Estados Unidos refere, numa das vezes, que foi enviada uma carta à secretária de Estado Madeleine Albright e, noutra caso, pede-se aos americanos para que contactem os seus representantes no Congresso e no Senado para que subscrevam cartas para que o Presidente americano pressione a Indonésia para mudar a política em relação a Timor (TL4999- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL4999.pdf>; TL5000- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL5000.pdf>); Numa carta enviada ao padre Magalhães do Colégio de orfãos do Porto, Ximenes Belo relata a campanha de terror que os indonésios estão a fazer por causa da visita da delegação parlamentar portuguesa e pede ao sacerdote que faça chegar a carta ao jornalista do expresso, Mário Robalo. (TL0648 e PP0517- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0648.pdf>)

²²³TL2478-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL2478.pdf>; TL2477-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL2477.pdf>; TL1562-02-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL1562.pdf>, p. 8 e 9; TL1458 - <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL1478.pdf>, p. 25 a 27; TL2727-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL2727.pdf>; TL5001-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL5001.pdf>

fundamentais entre os quais «o direito do povo Timorense de escolher e dirigir o seu futuro»²²⁴; o documento para a orientação dos fiéis a propósito da anunciada visita da delegação parlamentar portuguesa²²⁵; *Uma Reflexão de Sacerdotes Autóctones* assinada por 16 padres, em 1990.²²⁶ A grande maioria dos sacerdotes e religiosos agia pois por conta própria, actuava por sua iniciativa comunicando o que ali se passava, mas utilizando conscientemente a rede da Igreja Católica no mundo através de religiosos e também de leigos. A Igreja era uma importante instituição para passar informações para fora e os padres eram frequentemente usados pela rede clandestina para levar e até trazer documentos. João Dias, da OJETIL, cita os padres Francisco Barreto, João Felgueiras e até o vigário-geral, José António da Costa como alguns dos que eram contactados para passarem documentação e informação. José António da Costa lembra que levou várias cartas, algumas até particulares, para Jacarta que foram enviadas através da nunciatura. «Depois o próprio Núncio a certa altura dizia: “para lá com isso porque nós não somos correio oficial de Timor.”»²²⁷

Os padres jesuítas João Felgueiras e José Alves Martins terão sido dos que mais passaram informação para fora. Mandavam documentação da guerrilha e escreviam cartas a contar o que se passava para o Padre Geral da Companhia, em Roma, para o Provincial em Lisboa, para o Provincial em Espanha, para padres amigos e para ONG de cariz católica ou não. José Alves Martins refere que só a partir dos anos 80 é que começaram a ter mais contacto com a resistência e com Xanana Gusmão. Recebiam, por estafetas, documentos, cadernos escritos e até fotografias do mato e mandavam para fora. Os documentos e as suas cartas chegavam depois a organizações como a “Amnistia Internacional” e “A Paz é Possível em Timor-Leste”, em Lisboa. Esta última era uma associação ecuménica e funcionava conjuntamente com o CIDAC. As primeiras cartas aqui chegadas dos padres jesuítas eram endereçadas aos seus confrades. Em 1982, um padre começou por dar extractos de algumas cartas. Só mais tarde eles escreverão para os activistas em Portugal mas, sempre através da congregação.²²⁸ Cartas que escrevessem ou documentação da

²²⁴TL3184-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3184.pdf>; TL3176-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3176.pdf>

²²⁵PP0519-3 e TL0611-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0519-3.pdf>

²²⁶TL6749 e PP0419-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6749.pdf>

²²⁷Entrevista a padre José António da Costa (Anexo 29)

²²⁸PP0005-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0005.pdf>- Esta foi a mais antiga carta dos padres jesuítas comunicada parcialmente à APPTL. É uma carta de João Felgueiras datada de 1977 mas que só foi dada a conhecer depois de 1982. Muitas outras cartas, faxes e e-mails e até uma espécie de diário dos jesuítas portugueses estão disponíveis no arquivo do CIDAC. São documentos datados de 1977 até 1999 onde vão dando conta dos vários momentos por que vai passando a ocupação do território com a guerra, massacres, prisões indiscriminadas, torturas e

guerrilha que recebessem, tudo era passado com grande risco e de forma mais ou menos clandestina pelos padres jesuítas.

«Nós mandávamos só através de pessoas fidelíssimas. Algum sacerdote que vinha visitar-nos mas que não era indonésio, que era de outra nação ou que vinha de Roma. Então nós entregávamos a documentação. Às vezes demorava seis meses essa documentação a sair.»²²⁹

«Então punhamos aqui, por exemplo, um envelope grande dirigido a sua excelência o núncio apostólico em Jacarta. Outras vezes era, Monsenhor arcebispo de Jacarta para ver se eles não tocavam ... “que é isto? É uma mensagem para o senhor bispo de Jacarta.”Respeitariam.»²³⁰

O padre José Alves Martins relata ainda que a partir de meados dos anos 80 passou a mandar e a receber mensagens encriptadas por e-mail (graças a um programa instalado no seu computador por um inglês) para e das ONG com quem tinha por hábito contactar. Não nos foi possível aceder a nenhum deste e-mails. Mas no arquivo sobre Timor, do CIDAC encontram-se cartas dos padres jesuítas total ou parcialmente codificadas. Numa delas, João Felgueiras preocupado com a ausência de resposta às suas cartas, escreve:

«Agradecia que enviasse mesmo posta sem referir esta carta nem o nome da carta nem data. Mas para se referir à primeira (28/X/83), diga: iremos a Lurdes rezar por vós; para a recepção da segunda (11/1/83) escreva: aqui já fizemos o retiro; para se referir a esta: eu fui à porta santa.

Todas as cartas que entram aqui são abertas de qualquer maneira e por vezes ficam retidas durante meses, outras não aparecem mais. Mas escrevendo, sempre alguma virá até nós. »²³¹

João Felgueiras refere que eram enviadas também disquetes e estima que terão sido os jesuítas os que passaram com mais regularidade informação para o exterior. Destaca, por isso, a importância da Companhia de Jesus ter permanecido em Timor, sublinhado que a ajuda dada foi «preciosa para a continuação da resistência.»²³² E quando fala da ajuda dada pela Companhia,

campos de concentração ao mesmo tempo que relatam as perseguições à Igreja e descrevem casos individuais de violação dos direitos humanos.

²²⁹Entrevista a padre José Alves Martins (Anexo 43)

²³⁰Entrevista a padre João Felgueiras (Anexo 39)

²³¹PP0064-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0064.pdf>, p. 2; Numa outra carta, de 1985, para Luís J. Pontes, nome de código que deverão ser dos destinatários Luísa Teotónio Pereira e Jean Pierre Catry, todo o conteúdo é codificado. Mas tanto Luisa Teotónio Pereira como Jean Pierre Catry referem que nunca trabalharam com mensagens codificadas até porque nunca chegaram a acordar qualquer chave para descodificação. (TL7137-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL7137.pdf>)- (Anexo 6/6A)

²³²Entrevista a padre João Felgueiras (Anexo 39)

João Felgueiras abarca desde o Padre Geral até aos jesuítas indonésios que, diz, gozavam de muita influência junto das mais altas patentes na Indonésia. Depois da invasão, ao contrário da Igreja Timorense, os jesuítas presentes no território foram integrados na dependência do Padre Provincial do arquipélago. Perante a insistência do superior em Roma, Pedro Arrupe, eram visitados mensalmente pelos seus pares indonésios e em 1977, o Padre Geral insistiu que estivessem presentes quando visitou a Indonésia.

«Encontrámo-nos com o Padre Geral, com os superiores todos do Oriente. De certo modo esta oportunidade foi excelente porque eles levaram a mensagem para os seus países daquilo que se estava a passar em Timor. Do Japão à Austrália eles foram informados com mais verdade do que se passava aqui em Timor»²³³

Do encontro, os padres trouxeram também uma máquina fotográfica dada por um outro jesuíta que João Felgueiras diz ter sido bastante útil de então em diante. A Companhia de Jesus na Indonésia passou ainda a contribuir com dinheiro para os seus padres em Timor e parte do montante, afirma João Felgueiras, era entregue, para ajuda, ao padre salesiano João de Deus. Estabeleceu-se assim um canal de comunicação que o padre Felgueiras considera que foi importante não só por este ser um meio de passagem da informação como também por ali encontrarem o aconselhamento e a protecção contra um regime com quem os jesuítas indonésios sabiam lidar. Mas já em relação à igreja Indonésia o padre português tece duras críticas de cumplicidade com um regime opressor.²³⁴

O peso da Igreja Timorense e a sua agilidade e capacidade de influenciar a nível internacional era reconhecido pela resistência e Xanana Gusmão vai utilizar a ajuda dos padres até para fazer chegar uma carta ao Papa quando este visita Timor.²³⁵ O então vigário-geral da diocese, José António da Costa, conta que a carta lhe chegou por via do padre Rafael dos Santos,

²³³Entrevista a padre João Felgueiras (Anexo 39)

²³⁴Num documento de 1982, o Pe Felgueiras escreve: «No ambiente de sacerdotes e religiosas e católicos desabou outra desilusão, ainda mais dramática: a convicção de que a Hierarquia da Igreja católica da Indon., não sabe, ou não pode, ou (como lá na Indonésia eles próprios dizem) porque também têm medo... não fazem nada, para a defesa das suas vidas (já nem se fala em “Direitos Humanos”).»(PP0062-1-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0062-1.pdf>, p. 2); Numa carta e 1992, o Pe Felgueiras escreve: «Faz falta desde o exterior dar coragem a comunidade católica indonésia, aos bispos; foram desta vez um pouco abertos. Mas tolhendo o bispo local, deitam tudo a perder. Eles poderiam recolher relatórios da situação e dos episódios. Mas precisam de merecer a confiança do clero e cristandade local. O clérigo indonésio é visto aqui sempre como um forçado a servir (mesmo de polícia) o partido político do poder... o governo.» (TL0070 e PP0545-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0070.pdf>)

²³⁵Na carta ao Papa, Xanana Gusmão exprime mais uma vez a confiança no clero de Timor e dá conta da falta de liberdade com que vive o povo - TL3474 e PP0360 <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3474.pdf> (Anexo 15/15A)

de Same, e que foi o próprio D. Carlos a entregá-la a João Paulo II num momento que se encontrava no carro com ele.²³⁶ Por várias vezes o Comandante das FALINTIL faz referência à importante ajuda da Igreja na divulgação da causa Timorense como é o caso da mensagem enviada aos jovens em 1986 por Xanana Gusmão.

«Aproveitamos para apelar ao Monsenhor Filipe Belo e ao Prelado da diocese de Díli, para que, no espírito e uma igreja libertadora, continuem a fazer chegar às igrejas de todo o mundo o sofrimento do nosso Povo; para que continuem a apelar, das outras Igrejas, uma posição mais significativa no sentido de não se permitir a exterminação do nosso Povo»²³⁷

Integrada numa estrutura de dimensão internacional, a Igreja Timorense era determinante para a visibilidade e afirmação da causa, numa acção política alicerçada na credibilidade que o religioso e a instituição católica lhe conferiam. Ela era a fonte onde muitos jornalistas, organizações humanitárias e políticas iam beber informação sobre o que se passava no território. O Parlamento australiano e o Congresso americano usam frequentemente a Igreja Católica e os padres em Timor como sua fonte de informação²³⁸ e o CIIR, por exemplo, refere explicitamente a Igreja como fonte credível e isenta num relatório que apresenta ao Comité de Descolonização em 1986.²³⁹ E sobretudo num contexto em que a resistência aparecia ligada a uma ideologia que o mundo Ocidental repudiava, a sua denúncia assumia o crédito indispensável para a luta, perante o xadrez internacional.

«No plano internacional a credibilidade da Igreja era elevada. A resistência aparecia conotada com o Marxismo-leninismo mesmo que não tivesse nada a ver com isso ou tivesse muito pouco a ver com isso. E portanto para muita gente não era credível. Nomeadamente os países Ocidentais que era aqueles onde era importante conquistar apoios.»²⁴⁰

²³⁶Na mesma altura em que escreveu ao Papa, Xanana Gusmão escreve também ao núncio apostólico em Lisboa. Dá conta das restrições na circulação durante a visita papal e, referindo ainda que a visita foi aproveitada por Ali Alatas, lamenta o facto de Portugal não ter conseguido evitar a presença do Papa em Timor. (TL3475 e PP0359-2-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3475.pdf>)

²³⁷Gusmão, Xanana - *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*; Lisboa, Edições Colibri, 1994, p. 205

²³⁸TL3519-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3159.pdf>; TL3162-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3162.pdf>

²³⁹Citando cartas de padres e para padres o CIIR escreve no seu relatório: «Estas cartas foram todas escritas por padres ou para padres. A Igreja Católica não é uma organização política. Por causa disso, pode por vezes falar com rara autenticidade em nome do povo que serve.» (TL1921 e PP1293-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL1921.pdf>, p. 24)

²⁴⁰Entrevista a Professor António Barbedo de Magalhães (Anexo 21)

A solidariedade da estrutura Católica internacional não é, contudo, imediata mas vai progredindo ao longo dos anos. É das igrejas dos países vizinhos que chegam os primeiros apoios. O clero católico australiano propôs, desde logo, à Indonésia o envio de ajuda para o território ocupado e é na Igreja Indonésia, nem sempre do lado timorense, que é elaborado o primeiro relatório sobre os acontecimentos em Timor-Leste. Uma delegação de padres indonésios que visita o território em Novembro de 1976, já refere, embora levantando dúvidas sobre o número elevado, que as mortes rondariam as 60 mil pessoas acrescentando que as estimativa de padres de Díli, com quem falaram, eram maiores apontando para cerca de 100 mil. No mesmo relatório dão ainda conta de que «o desejo de integração na Indonésia começa a diminuir devido à má experiência da ocupação das forças invasoras (roubos, incêndios, violações de raparigas, etc.).»²⁴¹ Mas, a primeira carta de solidariedade da Conferência Episcopal Indonésia (MAWI) só acontece em 1983. Embora sem uma condenação expressa sobre a violação dos direitos humanos no território, os bispos indonésios manifestam a sua solidariedade para com o povo que sofre. Depois do massacre de Santa Cruz a MAWI vai enviar vários elementos para ouvir testemunhos confirmando muito do que do que se passou no dia e nos dias seguintes. Em Portugal, a Conferência Episcopal só se pronuncia em comunicado, pela primeira vez, em Março de 1984 talvez por reacção à pressão de grupos católicos que existiam na sociedade portuguesa. Defende o direito à «identidade própria» do povo timorense e afirma que «impedir-lhe traduz-se não apenas num genocídio físico mas num genocídio, digamos, “cultural”, este mais grave que o primeiro porque afecta tanto os que morrem como os que sobrevivem e não só as gerações presentes como as futuras».²⁴² É uma posição tomada ao mesmo tempo de uma outra assumida pela Comissão Justiça e Paz de Portugal que defende o direito à autodeterminação do povo de Timor. Uma segunda nota da Conferência Episcopal Portuguesa sobre Timor só vai aparecer em 1989 em vésperas da visita papal a Díli. Da Conferência Católica dos Estados Unidos há uma carta de solidariedade a Ximenes Belo de 1985 mas o apoio da Igreja Americana acontece desde os finais dos anos 70 através do CRS. Em 1989 como já vimos, muitos cardeais e bispos irão apoiar a proposta de referendo de Ximenes Belo. Mas o apoio da Igreja universal foi demorado e difícil de conseguir. De tal forma que Martinho da Costa Lopes,

²⁴¹Magalhães, A. Barbedo de - *Timor-Leste Mensagem aos Vivos*; Porto, Limiar, Julho 1983, p. 25

²⁴²TL4179 <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL4179.pdf>

uma vez questionado sobre o assunto responderá secamente: «Expressamente, que eu saiba, não. Tacitamente, talvez sim.»²⁴³

Foi pois sobretudo através da iniciativa individual dos sacerdotes e não tanto graças às estruturas hierárquicas da Igreja que a rede católica acabou por funcionar. Em Portugal, D. Manuel Martins, o bispo de Setúbal, era, se não o único, um dos bispos mais activos na defesa da causa timorense. Ele era o presidente da *Pax Christi* em Portugal e através desta organização católica internacional desenvolveu várias actividades para dar a conhecer o que se passava em Timor. Em homilias, entrevistas, conferências e na assembleia diocesana que criou em Setúbal divulgava e denunciava a violação dos direitos humanos e apoiando-se na doutrina de João Paulo II que defendia a libertação dos vários países que estavam sob a alçada da União Soviética, também D. Manuel apelava ao direito à autodeterminação dos timorenses. «A independência é um direito natural de um povo. [...] Uma pessoa com responsabilidades educativas, como é um padre, como é um bispo, não podia calar uma situação daquelas. »²⁴⁴

D. Manuel Martins irá, em 1987, à Comissão de Descolonização da ONU discursar em defesa de Timor-Leste, vai escrever a centenas de bispos de todo o mundo pedindo-lhes uma resposta em apoio da causa timorense e vai ainda dinamizar um abaixo-assinado. Nalgumas destas iniciativas teve o apoio da APPTL. Ele era uma voz activa em Portugal que era utilizada dentro da rede da Igreja. Mas nessa rede nem todos gostavam do que fazia. Por 3 vezes vai receber advertências do Vaticano. Quando uma vez deu um depoimento a favor de Timor a uma rádio, foi questionado pela Santa Sé sobre a veracidade das suas declarações. O nuncio apostólico em Lisboa pediu-lhe as cartas dos 167 bispos que tencionava mandar para a ONU. D. Manuel recusou com o argumento de que as cartas lhe eram endereçadas. Finalmente quando dinamizou o abaixo-assinado recebeu uma carta do Vaticano que o proibia de falar sobre Timor.

«-O cardeal Casaroli proibiu-o. E o senhor o que fez?

Eu disse que primeiro que obedecia a Deus e depois que obedecia aos homens. Isto está no evangelho. E se a minha consciência me dizia que... tinha que cumprir o que diz a minha consciência.»²⁴⁵

²⁴³PP0038-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0038.pdf>

²⁴⁴Entrevista a D. Manuel Martins (Anexo 23)

²⁴⁵Entrevista a D. Manuel Martins (Anexo 23)

Dentro da Igreja em Portugal, o distanciamento em relação a Timor era a marca e Luísa Teotónio Pereira lembra que o administrador apostólico Martinho da Costa Lopes foi votado ao esquecimento quando aqui chegou, depois de ter resignado.²⁴⁶ Importantes nesta rede de que a Igreja Timorense dispunha no mundo eram também as várias organizações de cunho religioso. Era o caso da APPTL que nasce em 1982, a convite do CIDAC e se assume como uma associação ecuménica. A ideia na base da sua criação foi interpelar as Igrejas sobre Timor numa altura em que o Papa visitou Portugal. O trabalho desta organização desenvolve-se no âmbito do CIDAC e em paralelo com a Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM) mas estendeu-se até junto de outras entidades católicas e protestantes de várias partes do mundo. Da sua actividade consta a realização de conferências, encontros, acções e manifestações de solidariedade, a preparação de intervenções de refugiados timorenses que testemunharam na Comissão de Direitos Humanos da ONU, a elaboração de comunicados, relatórios e levantamentos pormenorizados sobre mortes, prisões, torturas e desaparecimentos em Timor e ainda a pressão junto de entidades e líderes políticos e religiosos nacionais e internacionais. Mas, acima de tudo, era a esta organização que chegavam muitos documentos, fotografias e cartas da resistência armada e clandestina e de missionários em Timor, material e informação que seriam publicados num boletim mensal em português e francês tendo havido também alguns números em inglês e alemão. Segundo Luísa Teotónio Pereira, as informações que chegaram, no início, ao CIDAC vinham sobretudo da Igreja, pois era a única que, mesmo por canais clandestinos, tinha meios para o fazer. Através de cartas e faxes (mais tarde haverá também e-mails) os religiosos em Timor escreviam para os seus pares no exterior a divulgar o que se passava no território. Os canais eram, contudo, lentos. Jean Pierre Catry, da APPTL, conta que a primeira carta que lhes chegou foi do padre Leão da Costa.²⁴⁷ Aproveitando a ida do núncio a Timor para a entronização de Martinho da Costa Lopes como administrador apostólico, Leão da Costa pediu-lhe o favor de

²⁴⁶Em entrevista ao *Diário de Notícias* em 3/7/1983 Martinho da Costa Lopes diz que chegou a viver de esmolas: «ML-No primeiro dia da minha estada em Lisboa, o antigo bispo de Díli, D. José Joaquim Ribeiro deu-me dez contos para as minhas primeiras despesas.

DN- Chegou a viver de esmolas...

ML- Propriamente, sim mas espero que a situação se resolva depressa. Já fiz contactos oficiais nesse sentido. A providência tem-me acompanhado sempre.» - ((1983), Sem Título, Domingo, 3 de Julho de 1983, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_144995 (2016-6-21), p. 5)

²⁴⁷A realidade aqui descrita é de guerra total com bombardeamentos, mortos, povoações dizimadas, saques e fuzilamentos. Descrevem-se os primeiros meses de guerra, a situação da Igreja e a situação política e já se refere a utilização de timorenses como escudos humanos. Pede-se, por fim, para que seja divulgado o que se passa em Timor. PP0004-1-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0004-1.pdf> (Anexo 1/1A)

pôr a carta no correio, na Indonésia. A carta datada de 1977, só foi divulgada em 1982 por freiras que saíram do território antes da invasão e que quebram o silêncio num apelo junto ao Papa na altura em que este visitou Portugal.²⁴⁸ De resto, a visita de João Paulo II a Portugal é aproveitada por cristãos que estiveram em Timor para sensibilizar o Papa para o que se passa no território, com a entrega de uma carta. É também neste ano que a revista *Magnificat* publica um relatório enviado clandestinamente pelos jesuítas portugueses em Timor. Como já vimos era à APPTL que também chegavam as cartas dos padres jesuítas e os primeiros documentos vinham sempre acompanhados de pedidos de muitas cautelas. «Aliás as primeiras cartas dos jesuítas, muitas vezes eles dizem: “Tenham muito cuidado que não se saiba quem escreveu essa carta. Nunca falem de nós.”»²⁴⁹

À APPTL chegavam as cartas e documentos que os padres jesuítas e outros sacerdotes enviavam. Para a organização eram remetidas as mensagens que escreviam para outros padres e para amigos onde davam conta do drama que se vivia no território. Durante anos, de resto, os padres escreveram sobretudo para os seus pares, alguns ex-missionários em Timor que, receando pelos que ficaram, começaram por não divulgar nada. Jean Pierre Catry recorda ainda que as cartas dos padres jesuítas eram muito críticas em relação ao bispo, ao Vaticano e que questionavam até os jesuítas em Portugal sobre se acreditavam nas informações que lhes mandavam. O tom crítico das cartas tem de ser enquadrado na dura e isolada realidade em que viviam pois só assim é possível percebê-lo.

«Porque a Igreja em Timor confrontava-se com um dilema terrível que era ver a população a ser dizimada de um lado. E do outro lado ver a cumplicidade do Vaticano, da

²⁴⁸Num documento de Paz e Justiça para Timor-Leste é no entanto dito que duas irmãs dominicanas que tinham sido missionárias em Timor, divulgaram a carta do padre Leão da Costa em 1978 (TL0356 e PP1252-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0356.pdf>, p. 7)

²⁴⁹Entrevista a Jean Pierre Catry (Anexo 20); PP0010-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0010.pdf>- Carta de 10/1/1980 do jesuíta João Felgueiras em que começa por pedir o «uso estritamente confidencial» depois dá conta dos bombardeamentos do território e o clima de medo e de mortandade que se vive em Timor: «Aqui um grupo, acolá outro; mais além mulheres já mortas com bagagens às costas, e crianças ao colo. Uns morrem à bala, outros de fome, ainda outros por falta de assistência no correr, fugindo, ...mortos. A morte deste tipo quase se encontra em todo o território de Timor.». Depois do massacre de 12 de Novembro, o padre Felgueiras escreve uma carta sobre a situação que se vive em Timor e começa logo por pedir para «não revelar nomes das pessoas nem o lugar que ocupam» dizendo que «as últimas indiscrições desse género estão a custar terrivelmente caro a estes pobres.» (TL0070 e PP0545- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0070.pdf>). Não eram só os padres jesuítas que pediam secretismo. Também numa carta datada de 11/5/1978 e dirigida a amigos, o padre Leão da Costa refere no final a necessidade de manter sigilosa a autoria da carta: «NÃO FAÇAM MENÇÃO DESTA CARTA NA VOSSA CORRESPONDÊNCIA PARA TIMOR. Pode-nos custar a vida. O que acabamos de escrever é uma pálida pintura da realidade...» (PP0007-1-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0007-1.pdf>)

Igreja indonésia, o silêncio da Igreja Universal praticamente. A pouco e pouco começou a haver alguns sinais. Mas foi todo um processo.»²⁵⁰

As cartas, inicialmente vagas, acabaram por se tornar mais específicas sobre o que se passava em Timor, pois de acordo com os activistas do CIDAC e da APPTL tanto religiosos como a resistência aprenderam a comunicar. Os documentos eram partilhados entre as duas organizações mas o tratamento dado por uns e outros era diferenciado pois a vocação de cada uma era distinta.

«A Paz é Possível fazia um tratamento da informação a pensar mais em destinatários ligados às igrejas, não só católica mas também igrejas protestantes, como por exemplo o Conselho Ecuménico nas igrejas. Não só em Portugal mas fora de Portugal. Porque aqui não se tratava só de convencer as autoridades portuguesas.»²⁵¹

Os representantes políticos nacionais (Presidência da República, Governo e Assembleia da República) e os portugueses durante muito tempo distanciados de Timor, assim como as Nações Unidas, ficavam a cargo do CIDAC através da CDPM²⁵² que publicava também um boletim mensal com informação sobre o que se passava no território timorense. Mas todo o sector religioso era da responsabilidade da APPTL que tentava junto de padres, religiosos e bispos que, através das suas acções, divulgassem o que se passava em Timor. Àquela organização chegavam informações também da Igreja Australiana e Indonésia, as únicas que conseguiam indirecta ou directamente chegar a Timor através da ajuda humanitária e da presença missionária no território. Mais a Norte em Portugal, o padre José Lopes Baptista, então sacerdote na paróquia da Pasteleira, criou a “Paz e Justiça Para Timor-Leste” (PJTL) a pedido de António Barbedo de Magalhães. O professor universitário pretendia com esta organização criar um movimento dentro da Igreja para sensibilizar a própria estrutura católica. «Era essencialmente virado para esta consciência que queríamos provocar na Igreja em Portugal e sobretudo nos seus Bispos.»²⁵³

²⁵⁰Entrevista a Luísa Teotónio Pereira

²⁵¹Entrevista a Luísa Teotónio Pereira (Anexo20)

²⁵²No Arquivo Timor Online do CIDAC é possível verificar que foram preparados dossiers para a Comissão Eventual para o Acompanhamento da Situação em Timor-Leste na Assembleia da República e para outras entidades, organizações e conferências, pela CDPM.

²⁵³Entrevista a padre José Lopes Baptista (Anexo 22)

O grupo “Paz e Justiça para Timor-Leste” integrava sobretudo católicos. Faziam encontros/ debates com líderes timorenses e deputados, participavam nas Jornadas por Timor da Universidade do Porto, realizavam acções e manifestações de solidariedade, campanhas e editavam ainda, mensalmente, um pequeno boletim sobre o que se passava no território que era enviado a várias comunidades «mas com particular relevo para os Bispos da Igreja em Portugal.»²⁵⁴

Muitas outras organizações com ligações religiosas irão aparecer, esporádica ou permanentemente, em defesa da causa timorense e a exercer pressão junto das autoridades políticas e religiosas: a Pax Christi Internacional, a Pax Romana, a Comissão Justiça e Paz, o Movimento Cristão para a Paz, a *Action des Chrétiens pour l'Abolition de la Torture*, o *Catholic Institute for International Relations* (CIIR), a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, a *Comission on Social Action of Reform Judaism*, a Conferência das Igrejas Europeias (protestante), a Liga Operária Católica, a Juventude Operária Católica, o Movimento de Estudantes Católicos da Diocese do Porto, a Igreja Lusitana Apostólica Evangélica, o Movimento Académico Cristão, a Assembleia Mundial de Estudantes Católicos, o Conselho Nacional do Movimento Católico, o Conselho Mundial das Igrejas. Mesmo dentro da resistência timorense aparecem várias organizações católicas como são o caso da Comissão Secreta da Resistência Nacional de Estudantes Católicos Timorenses ou a Organização de Juventude e Estudantes Católica de Timor-Leste (OBJECTIL). Numa rede espalhada por todo o mundo as organizações católicas e não católicas cooperavam entre si contando com a ajuda de muitos religiosos que tinham saído de Timor ou por lá tinham passado. Martinho da Costa Lopes, já a viver em Portugal, continuou sempre o seu trabalho na defesa de Timor-Leste por todo o mundo. De resto, continuava-lhe a chegar muita informação sobre o que se passava no território através de cartas que lhe eram dirigidas pedindo-lhe para divulgar o que contavam.²⁵⁵ O próprio Ximenes Belo chega a escrever-lhe dando-lhe conta da contínua acção militar no território e a pedir ajuda na divulgação. «Peço a Monsenhor para continuar a rezar por nós, e faça um apelo ao

²⁵⁴Entrevista a padre José Lopes Baptista (Anexo 22)

²⁵⁵Carta para Martinho da Costa Lopes dando conta de acções das FALINTIL e da situação de presos políticos (TL2615 e PP0116 -<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL2615.pdf>); carta de Miguel dos Santos, Comandante 1ª Companhia Autónoma no Interior de Timor-Leste para Martinho da Costa Lopes: ((1984), "Correspondência, para o Bispo D. Martinho Lopes, de Miguel dos Santos", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_140945 (2016-6-21); (carta da Frente Clandestina para Martinho da Costa Lopes(1984), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_136286 (2016-6-21))

mundo livre para abrir os olhos perante as barbaridades de que são capazes os indonésios. A igreja é perseguida e acusada e as nossas escolas são revisitadas e os alunos interrogados.»²⁵⁶

O ex-administrador não se fará rogado. Em Fevereiro de 1984 fala diante da Comissão de Direitos Humanos da ONU. Em Agosto de 1986 testemunha perante o Comité Especial das Nações Unidas para a Descolonização e, nesse ano, discursa na 40ª sessão da Comissão para os Direitos Humanos da ONU. Viajará pelo mundo participando em várias conferências. Vai encontrar-se com parlamentares e governantes portugueses como Ramalho Eanes, Mário Soares e Jaime Gama, na altura em que eram, respectivamente, Presidente, primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Terá reuniões com entidades religiosas de todo o mundo (a mais importante das quais será com João Paulo II) e com congressistas americanos. Várias das suas cartas, algumas até privadas serão publicadas em jornais. Ao longo da sua vida dará várias entrevistas e publicará diversos artigos em órgãos de informação de muitos países e escreverá cartas a numerosas instituições religiosas e políticas. Ele próprio vai escrever ao Presidente americano, Ronald Reagan, refutando qualquer ligação ideológica da FRETILIN ao Marxismo e Comunismo, denunciando a situação de genocídio em Timor e em particular o programa de planeamento familiar e esterilização sem o consentimento dos visados.²⁵⁷ Preocupação que será também expressa por Ximenes Belo numa carta pastoral. Padres que saem do território, como Leoneto do Rêgo e Luís Costa (dois padres que estiveram refugiados nas montanhas com população e guerrilheiros) e outros como Manuel Magalhães ou Francisco Fernandes, continuarão também a denunciar e a alertar para o caso timorense por cartas ou em foruns nacionais e internacionais.²⁵⁸ Leoneto do Rêgo e Francisco Fernandes são mesmo dos primeiros

²⁵⁶TL3189-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3189.pdf>

²⁵⁷Numa comparação da guerrilha timorense à resistência que combateu a ocupação nazi durante a II GG, D. Martinho escreve: «Tal como nos países europeus sob ocupação germânica existiram movimentos de resistência que lutavam pela liberdade, assim também em Timor-Leste deparamos com uma resistência nacionalista lutando pela independência. O movimento de resistência de Timor-Leste não está interessado em ideologias, senhor Presidente: as acusações dos indonésios e seus amigos que a FRETILIN, movimento de Independência de Timor-Leste, é “Marxista” ou “Comunista” são simplesmente falsas, concebidas para fornecer um pretexto, uma justificação à campanha militar indonésia contra o meu país, que é comparável ao caso afegão.»-PP0133-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0133.pdf> (Anexo 5/5A)

²⁵⁸Num documento da Paz e Justiça para Timor-Leste refere-se, por exemplo, que «até o padre Leoneto do Rêgo apresentar o seu testemunho no Tribunal Permanente dos Povos, em Lisboa, em Junho de 1981, quase não se ouviu qualquer voz da igreja a falar de Timor-Leste.» (TL0356 e PP1252-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0356.pdf>, p. 5); TL1497 e PP0589-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL1497.pdf> (artigo do padre Francisco Fernandes na revista *Vértice*); TL1921e PP1293-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL1921.pdf>, p. 16 e 17 (exposição do padre Francisco Fernandes num seminário em Melbourne); TL7140-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL7140.pdf>; TL7141-

a denunciar a situação em Timor tendo o primeiro dado o seu testemunho até em Nova Iorque e Washington D.C. Na Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos são apresentados documentos de padres católicos. Timor assiste à visita de individualidades religiosas como Paul Moore, Jr., o bispo resignatário anglicano de Nova Iorque que em 1990 fará uma comunicação sobre a sua visita ao território numa conferência em Oxford e que, anos depois, escreverá ao embaixador americano em Jacarta a pedir-lhe que acompanhe a prisão de Xanana Gusmão após a sua detenção. Por duas vezes (em 1992 e 1996) delegações ecuménicas visitam o território com representantes da Conferência Cristã da Ásia e do Conselho Mundial das Igrejas. Em relatórios que elaboram, dão conta do seu sentimento de estarem a ser sempre monitorizados, testemunham um ambiente de tensão e medo e nas recomendações finais pedem às suas igrejas para que sensibilizem os seus fiéis para a questão timorense.²⁵⁹ A passagem de padres estrangeiros era igualmente utilizada para também passar documentos e informações. Eduardo Belo Soares do Colégio de Fatu Maka recorda que além dos diplomatas que por lá passavam, também os salesianos que vinham de visita à escola eram frequentemente a via para transmitir informações. Padres como Francisco Barreto lembram que vários religiosos de visita ao território eram usados para passar mensagens e documentos assim como também os familiares dos párocos de Timor que estivessem a viver fora. Esmeralda Piedade Araújo quando estava a estudar em Roma, por exemplo, chegou a ser usada para entregar uma encomenda da rede clandestina de Timor-Leste na Secretaria de Estado do Vaticano. Também o padre Filomeno Jacob enquanto estudante em Roma será intermediário no envio de documentos a Jean Pierre Catry e, a pedido da própria APPTL, elabora ainda uma reflexão com a sua posição a propósito de um documento indonésio sobre a vida religiosa em Timor.²⁶⁰ Na Indonésia, os estudantes que integravam a RENETIL usavam os seus colegas seminaristas para que através de religiosos estrangeiros colocassem documentos lá fora. Carlos Saky, um dos fundadores da organização estudantil, refere que era consciente essa utilização da Igreja não só porque havia uma luta comum entre religiosos e a resistência mas também porque a via da Igreja era uma via segura. «Era o meio mais seguro

<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL7141.pdf> (cartas do Pe Manuel Magalhães, quando já estava em Portugal, para Jean Pierre Catry a denunciar a situação em Timor)

²⁵⁹PP1016- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP1016.pdf>; PP0366-2

<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0366-2.pdf>; PP0366-3-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0366-3.pdf>; TL3837 e PP0621-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3837.pdf>

²⁶⁰TL7135-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL7135.pdf>; TL6430

e

PP0129-2-

<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6430.pdf>

porque a Indonésia não desconfiava muito que os padres estrangeiros ou freiras se fossem envolver nestas actividades da política.»²⁶¹

A Organização da Juventude Católica de Timor -Leste (OJCTL também conhecida por OJECTIL) depois de ter obtido permissão de Ximenes Belo para estender as suas actividades aos jovens dentro do território, escreve ao comité central da FRETILIN no exterior a informar que planeiam clandestinamente estender as «actividades até lá através dos padres timorenses».²⁶² Dentro do território a rede da Igreja era usada por guerrilheiros, pela resistência clandestina e pelos próprios religiosos. Ximenes Belo, quando pretendeu encontrar-se com Xanana Gusmão, socorreu-se do padre salesiano Eligio Locatelli, do Colégio de Fatu Maka. Tal como já tinha acontecido em 1983 no encontro do governador do território com o comandante das FALINTIL, foi o padre italiano que, juntamente com Aleixo Ximenes, fez o contacto com Xanana. A 25 de Abril de 1986 o líder da Igreja Católica em Timor encontra-se com o líder da resistência à noite, no Colégio dos Salesianos.

«O bispo veio de carro até aqui com o seu secretário, o padre José António. Tínhamos marcado o dia e as horas. Veio à noitinha e às 9 chegaram os camaradas. Com um corpo de 30 homens armados até aos dentes e fazendo um basqueiro dos diabos. E o posto dos indonésios que estava ali ao pé da estrada não deu conta de nada, graças a Deus. E ficaram aqui, conversaram das nove até à meia-noite.»²⁶³

Foi o primeiro encontro entre os dois e decorreu à porta fechada. Das duas vezes, divergiram nos pontos de vista. Ximenes Belo recorda um Xanana Gusmão desconfiado da primeira vez que estiveram frente a frente fruto, defende o bispo, de quem o pensava já vendido aos indonésios. Num texto de 1989 inserido no seu livro *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*, é perceptível a visão partilhada pelo líder da resistência, a dado momento, de um bispo sem liberdade e pressionado pelos indonésios.

«O Bispo de Timor, D. Ximenes Belo estava manietado pelas pressões de Jacarta e doutros lados e era praticamente obrigado a declarar o que os seus olhos negam, a afirmar o que os seus sentimentos rejeitam.

²⁶¹Entrevista a Carlos Saky (Anexo 33)

²⁶²(1985), "Relatório da Direcção da Organização da Juventude Católica de Timor-Leste (OJCTL) para os membros do CC da Fretilin (Conselho Central da Delegação Externa) em Maputo e Lisboa sobre a fundação daquela organização clandestina de estudantes", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_140793 (2016-6-17), p. 2

²⁶³Entrevista a padre Eligio Locatelli (Anexo38)

A expressão que D. Ximenes Belo nos confidenciou em 25 de Abril de 1986, em Fatumaka,: “nós lá dentro estamos absorvidos”, traduz bem o estado de espírito do nosso reverendo Bispo! Hoje D. Ximenes Belo readquiriu a sua própria liberdade e usufrui de um bem que é um direito universal do Homem- liberdade de expressão e de opinião»²⁶⁴

Depois Xanana escreve até ao núncio acusando Ximenes Belo de ter uma atitude integracionista.²⁶⁵ É bastante explícita a diferença no tratamento que Xanana Gusmão dá, nos seus escritos, a D. Carlos Ximenes Belo em relação a Monsenhor Martinho da Costa Lopes. É quase sempre com carinho que se refere ao primeiro administrador apostólico de Timor no tempo da ocupação, enquanto Ximenes Belo é muitas vezes alvo de reparos e críticas. Mesmo revendo-se no referendo pedido por D. Carlos ao secretário-geral da ONU, o líder da resistência acusa-o de falta de convicções e de firmeza e faz referência a uma carta que o bispo lhe escreveu, em Dezembro de 1989, onde revela pragmatismo e lhe propõe o repatriamento dos guerrilheiros através da Cruz Vermelha Internacional com a mediação da Santa Sé. D. Carlos recorda uma proposta ligeiramente diferente que apresentou no primeiro encontro entre os dois, depois de ter falado com o núncio apostólico em Jacarta.

«O Núncio dizia se há aí um grupo de guerrilheiros que estando já apertados e perseguidos querem sair, a Santa Sé pode, através dos seus canais e da Cruz Vermelha Internacional, fazer sair. Os outros que quiserem continuar, continuem. [...] A resposta dele foi: “nós somos como árvores morremos de pé, ninguém vai sair”. E eu disse: “muito bem a vossa posição é isso, gostei de ouvir.” Mas depois disse-lhe mais: “eu não sou político, não sou guerrilheiro, não sou comandante mas eu digo que esta guerra assim vai ser difícil para vós. Dizem que há 200 guerrilheiros. Duzentos guerrilheiros o que é isso contra uma nação com 200 milhões de habitantes?”»²⁶⁶

É curioso verificar que a expressão “morremos de pé”, usada por Xanana Gusmão é de Martinho da Costa Lopes. A consideração que o comandante das FALINTIL tem pelo anterior administrador apostólico leva-o até a propô-lo para a chefia da Delegação da Resistência em Serviço no Exterior a par de Abílio Araújo e Moisés do Amaral, figuras de renome no exterior, aquando do reajustamento da estrutura da resistência.²⁶⁷ Em relação a Ximenes Belo, a

²⁶⁴Gusmão, Xanana - *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*; Lisboa, Edições Colibri, 1994, p. 69 e 70

²⁶⁵Mattoso, José - *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*; Rio de Mouro, Temas e Debates, 2005, p. 129

²⁶⁶Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo (Anexo 24)

²⁶⁷A proposta de Xanana para a Chefia da Delegação da Resistência no Exterior foi rejeitada pela Delegação externa da FRETILIN.

desconfiança de Xanana é igualmente visível numa carta de 1988 ao jornalista António Cadavez. Aqui acusa-o, juntamente com outros padres (entre os quais José António e Eligio Locatelli) de ter uma “posição pró-integracionista”, de ser «um espírito medroso» e de colaborar «com o agressor, em troca de umas prendas e de umas justas” para “preservar a identidade religiosa” de um Povo oprimido física e mentalmente!» De tal forma assim era, que diz nem ter respondido ao convite para um novo encontro com o administrador da Igreja Timorense nesse ano por suspeitar de uma cilada confirmada à posteriori, segundo Xanana, pela organização estudantil de Fatu Maka que o informou que o Colégio foi cercado nessa noite. Curioso, no entanto, é verificar que, apesar de tudo, Ximenes Belo passava documentos da guerrilha para o exterior. Nesta mesma carta, Xanana Gusmão refere em nota de rodapé (14) que o bispo o informou de que “as vias estão cada vez mais difíceis” confessando que usava os canais do episcopado para passar documentação.²⁶⁸Mais curioso ainda é verificar que Ximenes Belo terá até feito chegar financiamento à guerrilha. Numa carta que lhe é dirigida, Konis Santana, que já então assumira a chefia da luta armada, agradece-lhe a quantia de 90 mil rupias que lhes enviou.²⁶⁹

Um segundo encontro de Xanana com D. Carlos acabou por se realizar, em Julho de 1991, em Ossú. E as divergências continuaram. Na altura, estava prevista a visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor.

«Xanana e o comando da guerra queriam que a Igreja mobilizasse jovens para manifestações em Díli. Queriam que tomasse a iniciativa, sobretudo com a celebração da missa na Catedral. Eu opus-me totalmente. Para já não podemos utilizar a Igreja para fins político-militares. Segundo, eu não quero ver um banho de sangue dos jovens ali. Esta manifestação de jovens é um atizar os jovens para gritarem, manifestarem-se e a resposta será naturalmente tiroteio da parte dos indonésios.»²⁷⁰

²⁶⁸TL3530 e PP0272-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3530.pdf>; Existem outros documentos que dão conta da utilização dos canais do episcopado por parte do líder da resistência. Numa carta de Setembro de 1991, do bispo a Xanana Gusmão (TL1044-25-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL1044-25.pdf>) ficamos a saber também que Ximenes Belo foi intermediário na entrega de cartas do líder da resistência para o governador e o panglima (o comandante militar) e que este até veio tentar esclarecer alguns pontos com o bispo. Noutra carta de 1991, para o general Warrow, Xanana Gusmão refere que teve conhecimento, através do bispo, que o general desejava encontrar-se com ele. (TL0684 e PP0512- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0684.pdf>)

²⁶⁹(1994), "Carta de Konis Santana, Chefe do Conselho Executivo da Luta, a Ximenes Belo remetendo cópia da declaração unilateral de cessar-fogo, pedindo-lhe para a divulgar ao mundo", CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_139003 (2016-6-19), p.1

²⁷⁰Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo (Anexo 24)

D. Carlos sempre se manifestou contra a violência e acima de tudo contra a utilização das celebrações religiosas para manifestações políticas. Entendia que era uma forma de se protegerem mas também de comprometerem a Igreja e o seu vigário-geral considera que o bispo se opunha porque estava em causa a sua credibilidade e isenção. A sua posição custou-lhe fortes críticas e a dada altura o bispo confessa que se viu cercado por todos os lados com acusações de indonésios e manifestantes.²⁷¹ No entanto, mesmo com a oposição de D. Carlos, as celebrações religiosas serão usadas para fins políticos. O salesiano Eligio Locatelli e o padre José António da Costa lembram que no ano mariano de 1988, durante a peregrinação de Nossa Senhora por todos os distritos, os timorenses não se intimidaram e gritaram palavras contra a ocupação indonésia. Mas é durante a visita do Papa João Paulo II ao território, que, por norma, se considerada ser a primeira vez que a resistência usa uma celebração religiosa para fazer valer os seus propósitos políticos. No fim da missa campal, em Taci-Tolu, vários jovens manifestam-se a favor da independência. A notícia será difundida por todo o mundo. O Papa que é sempre acompanhado por jornalistas nas suas viagens, permitiu assim que a questão de Timor tivesse projecção internacional. Este é de resto o peso da Igreja. Poucos líderes políticos no mundo têm uma cobertura jornalística exaustiva e o Papa é, com certeza, um deles. Aliás, o medo das autoridades indonésias em relação à Igreja era uma realidade no tempo da ocupação, devido precisamente à repercussão pública que poderiam ter os seus actos e as suas palavras.

«Os indonésios tinham receio na altura de atacar frontalmente a Igreja porque a sua situação de domínio sobre Timor também não estava assegurada. E eles queriam o apoio da Igreja para dizer que o povo queria a integração. Depois tinham também receio da diplomacia vaticana que tinha peso naquela altura. E então eles não queriam criar melindres contra a Igreja Católica aqui em Timor.»²⁷²

Por isso, a administração indonésia tenta conquistar por várias vias a simpatia da Igreja. Constrói uma nova Catedral (1988) e um Cristo Rei (1996) em Díli (este último financiado apenas parcialmente pelos indonésios) com as duas obras a serem inauguradas pelo próprio Presidente Soeharto. Já em 1985, num relatório para o núncio em Jacarta, Ximenes Belo dá conta da tentativa de utilização política da Igreja pelos indonésios dizendo que tentam «promover uma

²⁷¹PP0586-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0586.pdf>, p. 3. Em entrevista ao CIIR Ximenes Belo refere que se tem de confrontar com dois lados: «os soldados (indonésios) continuam a acusar-me de promover manifestações e os jovens acusam-me de me ter vendido à Indonésia, porque não os permito manifestarem-se na minha residência.»

²⁷²Entrevista a padre José António da Costa (Anexo 29)

aproximação com a Igreja, “conquistar” o bispo, padres, catequistas, levá-los a compreender a política governamental e colaborar com a Indonésia na Keamanan (Segurança)». ²⁷³ Tendo sido a Igreja muitas vezes a porta-voz dos timorenses com a sua denúncia a ter repercussão internacional uma vez que dispunham de uma rede que conseguia colocar as informações fora do território, os religiosos eram temidos e esse foi também um argumento amplamente acenado junto dos indonésios. O então deputado regional de Baucau, Aleixo Ximenes, conta que para conseguir libertar o padre Leoneto do Rêgo, seu ex-professor, de um campo de concentração, sugeriu precisamente a repercussão que essa detenção poderia ter no exterior. O próprio sacerdote refere em entrevista que foram o padre Magalhães e o administrador apostólico a pressionarem para que saísse do campo. ²⁷⁴ As forças indonésias raramente atingiam directamente os religiosos de quem suspeitavam de envolvimento com a resistência, mas vigiavam-nos (por várias vezes é referido que os telefones estão sob escutas, que o correio é aberto e há até relatos de gravação de homilias), perseguiram-nos e procuravam anulá-los das mais diversas formas. ²⁷⁵ Eduardo Belo Soares sustenta que a sua segunda prisão acontece com o intuito de expulsar o padre Locatelli de Timor. Eduardo é obrigado a gravar em vídeo um depoimento escrito pelas autoridades indonésias, implicando o sacerdote italiano em trabalhos da resistência. Uma vez chamado ao comando, Eligio Locatelli, que de resto sempre negou qualquer envolvimento em nome da defesa do Colégio de Fatu Maka, pede para se confrontar com o jovem o que não lhe é

²⁷³PP0120p-2-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0120p.pdf>, p. 3

²⁷⁴(1979-1979), "Tempo, Agência Reuter, The Southeast Asia Record, Haagsche Courant, NRC Handelsblad, The Washington Post", Agosto de 1979 - Novembro de 1979, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_145120 (2016-6-15), p. 4

²⁷⁵Cartas de padres e da frente clandestina ao mesmo tempo que relatam a violação de direitos humanos a que é sujeita a população, dão também conta de actos de perseguição à Igreja e da difamação do seu clero. Uma das cartas atribuída ao Pde João Felgueiras, lê-se: «Estão também furiosos porque a igreja não chama a resistência para se render (e depois matarem-nos todos, como é costume); por isso três missões importantes sofreram muitas ameaças dos ocupantes e impediram o padre de se deslocar, prenderam catequistas, espancaram professores e alunos das escolas das missões, revistaram a residência de uma das principais missões a título de que esta tinha uma emissora para transmitir para a resistência! A atitude agora é de perseguição cada vez mais descarada à Igreja, não tanto pelos islãos mas pelo governo interessado na conquista deste palmo de terra.» (TL3691-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3691.pdf>; TL428 e PP090-2-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL4280.pdf>; PP0355-2-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0355-2.pdf>); Também os seminaristas em Timor escrevem que a «A igreja, defensora do povo e dos direitos elementares é sempre ameaçada e acusada de ser anti-Indonésia. [...] Os missionários da igreja são ridicularizados e mal aceites. São tratados agressivamente pelas forças armadas indonésias, que lhes restringem as suas actividades pastorais, e acusados de serem pró-Fretilin. As residências dos padres têm sido alvo de buscas pelos militares.» (TL3191- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3191.pdf>); Há ainda outras fontes a dar conta da perseguição à Igreja e de planos arquitectados pelos militares para eliminar os missionários suspeitos de colaboração com a rede clandestina (TL3234 e PP0349-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3234.pdf>; TL305-1e PPB02-90-07- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PerT42-90-07.pdf>, p. 1; TL7279- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL7279.pdf>)

permitido e anula assim a sua potencial expulsão arquitectada pelas autoridades. As acusações aos padres salesianos (Locatelli e João de Deus) chegam a ser públicas por parte do exército indonésio e o bispo convoca até uma oração de apoio aos sacerdotes.²⁷⁶ E como já referimos os dois sacerdotes, no início da invasão, tinham sofrido maus tratos por parte dos militares. Numa carta a Jean Pierre Catry, o padre Manuel Magalhães, obrigado a sair do território e uma vez já em Portugal, escreve sobre a sua impossibilidade de regressar a Timor apontando a perseguição como um dos motivos.²⁷⁷ *A Catholic Fund for Overseas Development* (CAFOD) escreve ao embaixador britânico em Jacarta denunciando interrogatórios a que o vigário-geral da diocese, Alberto Ricardo, e o padre Domingos Soares foram sujeitos.²⁷⁸ Como já vimos, em 1986, ao jesuíta João Felgueiras, depois de uma viagem a Portugal e a Roma, é-lhe dificultada a reentrada em Timor. Começaram por lhe colocar entraves na obtenção do visto para a Indonésia e depois teve de ficar 8 meses retido em Jacarta antes de obter a luz verde para regressar a Díli. Também José Alves Martins esteve por duas vezes prestes a ser expulso de Timor (em 1992 e 1995) porque as autoridades não lhe queriam renovar o visto de permanência no território, acusando-o de organizar jovens para se manifestarem contra a Indonésia e de ter influenciado o Bispo na carta que escreveu ao secretário-geral da ONU. O padre jesuíta, ao contrário do seu confrade Felgueiras, critica a actuação dos seus pares indonésios de quem diz não ter tido nenhuma ajuda. Para a renovação do seu visto afirma ter contado com o auxílio de sacerdotes e leigos timorenses assim como com o governador Mário Carrascalão. Como já escrevemos, o padre Júlio Crispim, ainda seminarista foi preso e torturado e há relatos de maus tratos e de prisões também ao padre Domingos Soares.²⁷⁹ Na Comissão dos Direitos do Homem da ONU, há testemunhos de perseguições, detenções e torturas a alunos e professores do Externato de S. José e também ali é revelado que os directores, o padre Leão da Costa e Domingos da Cunha, foram submetidos a

²⁷⁶TL3352-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3352.pdf>

²⁷⁷Logo no início da carta, o Pe Magalhães escreve: «Já não regresso a Timor; ao menos por algum tempo. Um dos motivos grandes é a saúde. Mas há a acrescentar a este um outro que foi a perseguição por parte dos militares javaneses. Esta começou, sobretudo, em Agosto de 1983 e que se prolongou durante todo o ano de 1985 e que culminou com a perseguição à nossa escola de Baucau nos primeiros meses de 84, tendo sido alguns professores timorenses e vários alunos maltratados fisicamente por parte dos militares javaneses. O que queriam pretender com tudo o que fizeram era que os alunos afirmassem que os padres de Baucau eram os chefes da Organização Clandestina da Fretilin. Mas não conseguiram os seus objectivos.»(TL7140-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL7140.pdf>)

²⁷⁸(1992), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_135211 (2016-6-18); (1992), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_135249 (2016-6-19)

²⁷⁹TL1280 e PP0389-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL1280.pdf>, p. 1

interrogatórios acusados de terem colado cartazes anti-Indonésia.²⁸⁰ Por várias vezes são referidas campanhas de difamação e descrédito da Igreja e do clero em geral e em especial de Martinho da Costa Lopes havendo mesmo receios de que possam atentar contra a sua vida. Correu até o boato de que poderiam simular um acidente. Eram realidades já experienciadas noutros locais do planeta, como por exemplo com D. Óscar Romero, arcebispo de El Salvador. Aliás, Ximenes Belo tinha em mente sempre esse exemplo. Também ele conta que era vigiado e seguido pelos serviços secretos que chegaram, um dia até a entrar no seu próprio carro, e sublinha que chegou mesmo a ter ameaças de morte (são conhecidas 3 tentativas de assassinato em 1989, 1991 e 1996) depois de ter escrito a carta ao secretário-geral da ONU. O bispo não se intimidou e meses depois da carta, por ocasião da procissão do Corpo de Deus, insistiu na ideia do referendo como única solução para Timor, durante a homilia. Mas os relatos que chegam de então é de que os cristãos foram à missa com paus e catanas embrulhados em papéis e panos, preparados para reagirem a qualquer tentativa de intimidação uma vez que correu a informação de que se preparava uma manifestação contra D. Carlos. Seguiram-se perseguições e prisões de pessoas ligadas aos padres e bispo e nesse ano de 1989 houve manifestações organizadas pelos militares contra o chefe da Igreja em Timor.²⁸¹ A pressão sobre o bispo não vai parar tendo sido até ameaçado de ir a tribunal, acusado de ter mandado por Ramos-Horta documentos da Indonésia com segredos de estado. Ximenes escreve ao representante do CNRM pedindo-lhe uma carta como desmentido.²⁸² Esta situação de sobressalto constante em que tinham de viver quer a população quer os religiosos, levou-os muitas vezes a terem de assumir atitudes dissimuladas. Luísa Teotónio Pereira recorda um episódio passado consigo e Ximenes Belo, em pessoa, a propósito de uma carta com a assinatura do bispo que ele diz, depois de pressionado pelos indonésios, que nunca assinou.

²⁸⁰TL1887-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL1887.pdf>; TL3371- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3371.pdf>

²⁸¹TL3233 e PP0381-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3233.pdf>,p.3; TL6787 e PP0341-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6787.pdf>,p.3; TL7291 e PPB02-89-12-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PerT42-89-12.pdf>

²⁸²TL0312-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0312.pdf>; Num documento do padre Filomeno Jacob de 1985 já então se relata a pressão a que bispo e sacerdotes estão sujeitos: «O governo da Indonésia exerce uma pressão considerável sobre a pessoa do Mons. Belo. As homilias deste e as visitas pastorais que ele faz às cristandades do interior são controladas pelos militares. Há militares que disfarçando-se em cristãos piedosos aproveitam das cerimónias religiosas para espiar e captar o que o Mons e os outros sacerdotes dizem. Não é possível falar abertamente dos problemas que afectam hoje a vida social e religiosa do povo de Timor. Por todos os lados há espões. Os militares e as autoridades civis não querem que o administrador apostólico e os sacerdotes façam homilias e práticas focando o tema do sofrimento e da dor.[...] o próprio Mons. foi advertido pelos militares a não falar mais de “política” durante as cerimónias» (TL6430 e PP0129-2-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6430.pdf>)

«Nós tínhamos que lhe perguntar. E ele diz eu nunca assinei. No fim da conversa com ele, ele diz assim: “olhe sobre a carta continuem a divulgar, a carta é totalmente verdadeira. Podem divulgar à vontade. Eu até peço, divulguem.”»²⁸³

A carta a que se refere Luísa Teotónio Pereira trata-se da reflexão conjunta de Ximenes Belo e do Conselho Presbiteral (composto por 8 padres) de 1 de Janeiro 1985 pois o administrador apostólico, depois de tornado público o documento no *Washington Post*, chega a desmentir, por imposição do núncio em Jacarta, a sua autenticidade vindo mais tarde a confirmá-la pedindo até que o enviassem para as conferências episcopais de todo o mundo. Nessa reflexão a Igreja Timorense denuncia mais uma vez o processo de aniquilação do povo a que assiste no território e defende abertamente o direito dele escolher o seu destino.

«A igreja crê que o Povo de Timor sente-se lesado nos seus direitos humanos fundamentais. Entre estes direitos está o do Povo timorense orientar e dirigir o seu próprio destino. Trata-se na verdade, de gerir o seu destino consoante a sua própria identidade.»²⁸⁴

Do encontro que teve com Ximenes Belo, juntamente com Robert Archer do CIIR, Luísa Teotónio Pereira recorda que o administrador apostólico falava mais livremente quando mudava do inglês para o português e, em notas escritas guardadas, escreve mesmo que ele considerava «impossível a obtenção da independência» mostrando-se partidário de uma “solução realista” que passava pela «autonomia integrada na Indonésia». A activista concluiu, num comentário:

«Nacionalista, pressionado por diversas e contraditórias forças (as autoridades indonésias, o Vaticano, o seu próprio clero) Mons. Belo parece optar pela via da “conciliação” e do “realismo”, jogando com o “dizer e não dizer”. Politicamente parece não prever as consequências dos acontecimentos ou dos seus próprios actos. Neste quadro se poderão talvez compreender as suas hesitações e contradições. Creio ser importante manter um diálogo com Mons. Belo, enquanto responsável da Igreja de TL, embora se não possa confiar em absoluto na coerência das suas actuações.»²⁸⁵

A preocupação dos ocupantes com a Igreja era tanta que no caso da visita papal a Timor-Leste, a pressão começou assim que o Vaticano anunciou que João Paulo II iria visitar a Indonésia. Nos meses que antecederam a visita, emergiram dúvidas, boatos, desmentidos e criaram-se expectativas. Dos dois lados em conflito procurou-se aproveitar politicamente a

²⁸³Entrevista a Luísa Teotónio Pereira (Anexo 20)

²⁸⁴TL2621-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL2621.pdf>, p. 2

²⁸⁵TL3374 e PP0025-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3374.pdf>; Num documento da embaixada Indonésia em Bona é dada a informação de que Ximenes Belo negou a autoria do documento ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Mochtar Kusumaatmadja (PP0130-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0130.pdf>)

visita. O governo indonésio pretendia, com ela, o reconhecimento da anexação de Timor-Leste. De Portugal e da resistência timorense há vozes a pressionarem para que o Papa condene a ocupação indonésia e a violação dos direitos humanos no território. Num primeiro momento aponta-se a possibilidade do Papa não ir sequer a Timor. Depois discute-se inclusive como designar a visita e o Vaticano tem mesmo dificuldade em determinar se é uma visita à Indonésia ou à Indonésia e a Timor-Leste. Por fim o *L'Osservatore Romano*, o jornal do Vaticano, noticia a visita papal como sendo ao “Extremo Oriente e Ilhas Maurícias”.²⁸⁶ Discutida desde o primeiro momento, a visita não foi aclamada por todos e chegou a ser questionada por membros do clero, como foi o caso do padre Domingos Soares (Maubere) que escreve ao arcebispo de Braga, D. Eurico Dias Nogueira, para que faça chegar ao Papa a real situação que se vive no território, e ao próprio João Paulo II para que não venha a Timor:

«Considerando que: a Igreja deve continuar a sua Missão Libertadora, que condena toda e qualquer opressão; A pessoa do Santo Padre é a presença mística de Cristo Ressuscitado, Messias e libertador, que não deve ser instrumentalizada para fins políticos e terrenos; O povo timorense tem também direito inviolável à liberdade; Se deve respeitar o sentimento actual do povo timorense em relação à Indonésia; Julgamos com toda a humildade que ainda não chegou a altura de Timor-Leste ser visitado por Sua Santidade. »²⁸⁷

O padre Domingos Maubere não era o único a pensar assim. Outros membros do clero e da resistência também vão escrever a pedir o adiamento da visita, a pôr condições e a alertar para a instrumentalização por parte da indonésia.²⁸⁸ D. Carlos recorda de resto essa circunstância:

«Havia sacerdotes, pessoas, cristãos ligados à resistência que não queriam que o Papa fosse visitar. Porque diziam isso mesmo: “o Papa vem para reconhecer a integração.” Portanto eles são os primeiros contra. [...] Nós, o clero, reunimo-nos sabendo que algum

²⁸⁶Questionado por jornalistas sobre a possível interpretação política da sua visita, durante a viagem de avião, João Paulo II responderá com as palavras de Cristo «dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus» para sublinhar o carácter pastoral da sua visita acrescentando que apenas ia visitar uma Igreja e não um Estado: «Não posso mudar a situação em que essa Igreja se encontra, mas não posso deixar de visitá-la: seria uma ofensa para aqueles católicos.» (PP1226-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP1226.pdf>, p. 11)

²⁸⁷PP0334-2-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0334-2.pdf> (Anexo 12/12A)

²⁸⁸Uma carta de estudantes timorenses onde se refere que o clero, numa reunião com o enviado do Vaticano, pediu o adiamento da visita. Os próprios estudantes apontam condições para a visita: cerimónia em tetum e que a visita não seja incluída no programa da Indonésia pedindo que o Papa vá a Timor logo depois de sair da Coreia. (TL6787 e PP0341-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6787.pdf>); Numa carta de um grupo de sacerdotes ao padre Tucci, enviado do Vaticano para preparar a visita papal, questiona-se a intenção da Santa Sé e revela-se a preocupação com a possível instrumentalização Indonésia: «Muitos perguntam-se agora se o Santo Padre vem concluir ou sancionar este processo inaudito e atroz da integração.[...]Esta visita, para os indonésios é uma vitória diplomática. O povo receberá o Santo Padre como povo católico que o tem como Padre na fé, mas este respeito do povo será manipulado pelos indonésios. Isto significa que a visita do Santo Padre sanciona o crime indonésio. É este o sentir do povo sem voz.»(TL0749 e PP0329-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0749.pdf>)

sacerdote se opunha à ida do Papa. Eu também escrevi uma carta pastoral à diocese a dizer: “o Papa não vem para reconhecer a integração ou para reconhecer a independência. O Papa vem para visitar o seu povo, a Igreja de Timor-Leste. Como pastor universal, como sucessor de Jesus Cristo vem para nos visitar, consolar e animar. E por isso é melhor que o Papa venha do que não vir.”²⁸⁹

Na altura, é curioso que vários jornais portugueses, a 8 de Outubro, citam o próprio Ximenes Belo defendendo que será melhor não haver visita papal se ela servir para apadrinhar a integração.²⁹⁰ A polémica à volta da visita de João Paulo II continuou ainda quando à chegada a Díli, o Papa não beijou o solo timorense como usualmente fazia nos países por onde passava. Esse era um acto muito esperado porque dali se poderia inferir ou não uma posição pró-independência da Santa Sé. José António da Costa, na altura vigário-geral na Diocese de Díli, esteve envolvido na organização da visita papal e garante que foram os indonésios que não permitiram que João Paulo II beijasse o solo de Timor à chegada ao aeroporto. Mas a Igreja Timorense contornou a questão e o beijo acontece na missa campal em Taci-Tolu. «Eles não permitiram mas depois arranámos outro processo combinado com D. Carlos, o Papa ajoelhou no chão de Timor e beijou. Não beijou o chão, mas beijou uma cruz com a cara no chão.»²⁹¹

O então vigário-geral, que fazia parte da comissão nacional da Indonésia para a segurança da visita papal, confirma ainda que o governo indonésio não queria, inicialmente, que o Papa fosse a Timor e que foi a Igreja Timorense a conseguir a visita, em negociações de bastidores. Na altura há relatos de intimidações e de fortes medidas restritivas para que os timorenses não participem na missa campal. Os jornalistas vão dar conta de cerca de 100 mil pessoas quando eram esperadas 300 ou mesmo 400 mil.²⁹² Em Díli, João Paulo II não diz uma única palavra em bahasa e faz a homilia em inglês mas inicia-a em tétum, a língua local que os padres timorenses tinham conseguido, anos antes, aprovar para a liturgia. Vários sacerdotes tinham, de resto, pedido ao Papa que usasse a língua local para a celebração da missa.²⁹³ E assim o fez. O sofrimento e a destruição experienciadas pelo povo timorense são referidos na homilia com João Paulo II a defender que «o respeito pelos direitos que tornam a vida mais humana deve ser

²⁸⁹Entrevista a D. Carlos Ximenes Belo (Anexo 24)

²⁹⁰Timor-Leste Factos e Documentos- factos (1988-1991); Assembleia da República; Lisboa 1991, p. 224

²⁹¹Entrevista a padre José António da Costa (Anexo 29)

²⁹²Maqueta do Boletim de APPTLA (TL0861-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0861.pdf>)

²⁹³Numa carta ao núncio em Jacarta, 10 padres entre os quais o próprio bispo, D. Carlos, e os padres Alberto Ricardo, Locatelli, João de Deus, Francisco Tavares e Mário Belo pedem que o Papa celebre a missa em tétum. (TL6337 e PP0339- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6337.pdf>)

firmemente assegurado». Refere ainda a necessidade de se procurar uma «solução pacífica» e apela à reconciliação.²⁹⁴ Dias antes na visita a Jacarta num discurso no Palácio Presidencial João Paulo II também abordara a questão dos direitos humanos no que foi visto por alguns como uma referência a Timor-Leste.

«Às vezes, algumas nações são tentadas a menosprezar os direitos humanos fundamentais, numa desorientada procura da unidade política baseada apenas no poder militar ou económico. Todavia, essa unidade pode facilmente ser dissolvida. Como ensina a vossa tradição nacional, a base mais sólida para a unidade e o desenvolvimento duradouros duma nação, é o profundo respeito à vida humana, aos inalienáveis direitos da pessoa humana, e à liberdade dada aos cidadãos responsáveis de determinarem o seu destino como um povo.»²⁹⁵

Estas alusões do Papa aos direitos humanos não o pouparão a críticas dos que esperavam uma intervenção mais assertiva contra a ocupação indonésia em Timor. António Barbedo de Magalhães defende, contudo, que a actuação do Papa foi exemplar e de grande eficácia.

«Fez tudo com muita diplomacia. Sem atirar uma única pedra às autoridades indonésias, actuou com grande eficácia. É o que interessa nestas coisas. Não é fingir que se tem eficácia. É ter eficácia. O Papa felizmente foi prudente o suficiente para poder lá ir, levar jornalistas com ele e manter uma boa relação com a Indonésia.»²⁹⁶

Mas na missa campal, em Taci-Tolu, o que acabou por deixar marca foi sobretudo o protesto final de jovens a gritarem pela independência de Timor-Leste. Mal o Papa acabara de anunciar *ite Missa est*, cerca de duas centenas de jovens desfraldaram um pano de fundo azul com letras a vermelho onde se lia: “A FRETILIN saúda o Papa”. Ao mesmo tempo gritavam vivas ao Papa e à Independência. Nos dias seguintes a questão timorense estava nos jornais de todo o Mundo. A irmã Rosa Sarmento sabia do protesto. Ela fazia parte da organização da visita do Papa, tinha preparado as suas vestes e até estava no altar no momento em que os jovens começaram a gritar. Lembra-se de João Paulo II se ter dirigido ao bispo. «O Papa perguntou: “O que é isso?” Depois o bispo disse: “são rapazes, malandros.” E o Papa dizia assim numa voz: “Eu compreendo, compreendo.” »²⁹⁷

²⁹⁴Homilia de João Paulo II em Díli- http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/en/homilies/1989/documents/hf_jp-ii_hom_19891012_dili.html

²⁹⁵PP1226-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP1226.pdf>, p. 7

²⁹⁶Entrevista a Professor António Barbedo de Magalhães (Anexo 21)

²⁹⁷Entrevista a madre Rosa Sarmento (Anexo 34)

A já então irmã canossiana Esmeralda Piedade Araújo recorda a confusão gerada com cadeiras a voar pelo ar e a poeira levantada pelo protesto e salienta que a visita do Papa veio dar visibilidade a um Timor até aí esquecido. «Timor sofria sozinho. Nunca teve apoio. A comunidade internacional deixou-nos assim sofrer.»²⁹⁸

Eduardo Belo Soares também esteve em Taci-Tolu. Ele conta que a preparação da manifestação decorreu em Fatu Maka e em Díli entre grupos separados que desconheciam o que cada um planeava. A iniciativa partiu de jovens da resistência mas havia padres que sabiam o que ia acontecer e outros que até colaboraram na organização.²⁹⁹ José António da Costa assegura que foi ele que evitou que fosse colocada na linha da frente a juventude pró-indonésia. Garante que não teve informação sobre o protesto mas que sabia que algo se iria passar. Os padres João de Deus e Francisco Barreto dizem que sabiam do protesto e o sacerdote Júlio Crispim, na altura ainda seminarista, conta que a ideia da manifestação partiu do comando da luta mas que, o momento em que ela ocorreu, foi um conselho seu.

«Eles pensaram que antes da missa já podiam começar. Então a ideia que eu dei foi: “só depois da missa, depois da bênção final vocês já podem começar a manifestar-se.” Então essa ideia foi bem recebida por eles.»³⁰⁰

No final vários jovens foram presos, muitos outros refugiaram-se, mais uma vez, na residência do bispo e mais uma vez, os indonésios fizeram recair suspeitas sobre religiosos. A irmã Rosa Sarmento foi interrogada sobre a identidade dos manifestantes e o padre Eligio Locatelli foi detido, acusado de ter organizado tudo com os alunos do Colégio de Fatu Maka. O sacerdote conta que acabou por ser ajudado pelo governador Mário Carrascalão que desmontou as mentiras das autoridades indonésias ao questionar um jovem apresentado como testemunha contra o padre. O salesiano garante que não sabia do protesto e considera até que por detrás da acusação estava a intenção de lhe fecharem o Colégio. Às prisões sucedeu-se o protesto do bispo de Díli que, num telefonema para a Austrália, diz-se chocado com as falsas confissões, sob tortura, que apontavam para o envolvimento da Igreja no protesto. Nos dias e meses que se

²⁹⁸Entrevista a madre Esmeralda Piedade Araújo (Anexo 36)

²⁹⁹De acordo com José Mattoso, Xanana nada sabia sobre o protesto e o historiador refere que o comandante das FALINTIL «afirma, mesmo que se tivesse tido conhecimento dos protestos da juventude por ocasião da visita do Papa, os teria proibido.» (Mattoso, José - *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*; Rio de Mouro, Temas e Debates, 2005, p. 160)

³⁰⁰Entrevista a padre Júlio Crispim Ximenes Belo (Anexo 41)

seguiram, várias acções militares visam atingir a Igreja. É promovida uma manifestação frente à residência episcopal e, em protecção da Igreja, realiza-se uma contra-manifestação, seguida de várias prisões. A polícia vai cercar depois o Externato de S. José e invadirá a residência do bispo exigindo a saída de jovens que se tinham aí refugiado depois da visita do Papa.³⁰¹

A polémica visita papal a Timor-Leste, é hoje consensual, foi um marco no relançamento da causa timorense numa altura em que ela caía no esquecimento e em que, até aí, o território vivia isolado do mundo. De resto, até aí poucos jornalistas independentes tinham visitado o território e mesmo os que lá tinham chegado eram sempre controlados pelas autoridades indonésias. Timor esteve fechado ao mundo durante mais de uma década, reabrindo só em 1989 graças, como já vimos, ao então governador Mário Carrascalão. D. Basílio do Nascimento considera até que o governador foi, à data, uma das duas pessoas que mais contribuíram para pôr Timor no mapa, sendo a outra D. Carlos Ximenes Belo. A Mário Carrascalão atribui-se também o mérito de ter conseguido que muitos jovens tivessem acesso a uma educação superior na Indonésia o que acabou por contribuir para a consciencialização em torno da causa timorense. «Este processo de se libertar da opressão é este de educar»³⁰²

Mas a passagem de João Paulo II por Timor-Leste se por um lado deu a conhecer ao mundo o que se ali passava, nem por isso apagou a ambiguidade com que sempre o Vaticano, e a Igreja em geral, tratou o dossier timorense. O sentimento de abandono e esquecimento era uma realidade para a resistência e para o clero em Timor e isso mesmo o expressam na *Reflexão Sobre a Fé* de 1981.

«[...]confessamos que ainda não compreendemos porque razão a Igreja indonésia e a Igreja de Romana não declaram oficial e abertamente a sua solidariedade com a Igreja, religiosos e povo de Timor-Leste. Talvez este seja para nós o golpe mais duro »³⁰³

Desde o primeiro momento da invasão, o Vaticano não reconhece a anexação de Timor-Leste na Indonésia, tal como a comunidade internacional em geral, nem promove a integração da Igreja Timorense na do país ocupante, mas a sua posição é sempre ambígua em relação à causa timorense. O observador permanente do Vaticano na ONU é acusado de ter uma posição passiva e de Agostino Casaroli, secretário de Estado da Santa Sé (apesar dos seus conselheiros

³⁰¹TL0867- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0867.pdf>

³⁰²Entrevista a padre Jovito Rêgo de Jesus (Anexo 32)

³⁰³PP0028p-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0028p.pdf>, p. 3 (Anexo 2/2A)

considerarem, em privado, Timor como um país ocupado), e do núncio apostólico em Jacarta diz-se frequentemente que para eles, a anexação de Timor era um facto consumado.³⁰⁴ Numa carta enviada por João Felgueiras no Natal de 1982 dá-se conta até de uma certa cumplicidade e conivência da diplomacia vaticana com a Indonésia.

«O núncio disse ao bispo que se este pedisse a “integração” a Igreja aceitava... O núncio com igualdade de ideias recomenda que não se fale de “fome”... mas da “possibilidade”... O bispo, encorajado pelos padres escreveu ao Papa... como resposta aconteceu isto: o secretário de estado passou recado ao núncio para que este transmitisse ao bispo: o Papa recebeu, apreciou, que continuem animados e quanto a ir a Roma falar com o Papa isso não faz falta... e a bênção»³⁰⁵

Pouco tempo depois - como já escrevemos - Martinho da Costa Lopes é obrigado a resignar e já em Portugal quando se preparava para testemunhar perante a Comissão de Direitos Humanos da ONU terá recebido a visita de um representante do Vaticano a pedir para não depôr. A integração de Timor na Indonésia como sua 27ª província cortou o vínculo da Igreja de Timor com a Conferência Episcopal Portuguesa o que implicou o fim da concordata de 1940 e do acordo missionário e o novo estatuto, com ligação directa a Roma, não lhe trouxe benefícios particulares. Num relatório de 1985, enviado ao núncio em Jacarta, a pedido do próprio Pablo

³⁰⁴Desde a ocupação até à independência, a Igreja de Timor terá de lidar com 5 Núncios em Jacarta: Vincenzo Maria Farano (8/8/73-25/8/79); Pablo Puente Buces (18/3/80- 15/3/86); Francesco Canalini (28/5/86-20/7/91); Pietro Sambì (28/11/91-6/6/98); Renzo Fratini (8/8/98- 6/6/98). Os mais visados nas críticas são Pablo Puente e Francesco Canalini. Mas verifica-se que também Pietro Sambì numa visita a Timor-Leste é citado numa notícia do *Catholic Asian News* a defender que a Igreja pode liderar uma integração com dignidade. (TL0298 e PP0718-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0298.pdf>)

³⁰⁵TL3516-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3516.pdf>, p. 2; TL3516 e PP0062-2-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3516.pdf>; PP0062-1-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0062-1.pdf>. Nesta mesma carta são tecidas mais críticas à diplomacia vaticana alertando para o perigo de uma crise do Cristianismo numa região dominada pelo Islão: «O silêncio oficial da diplomacia da Igreja (que não verga nem diante de um holocausto de centenas de milhares de homens inocentes na sua maioria cristãos, para não perturbar a acção militar e diplomática do agressor) irá(vai) criando dificuldades fatais na credibilidade e sinceridade para, poder anunciar no futuro o Evangelho a este e outros povos. Assim abandonado, atraído pela “diplomacia” da Igreja, “negociado” por esta diplomacia... por outro lado sufocado pela inundação de islãos. Há já hoje muitos elementos concretos que nos levam a prever, uma grande crise para o futuro do Cristianismo, aqui.». Também Xanana Gusmão tecerá fortes críticas à Igreja e à Santa Sé numa carta de 1986 a um padre: «Se a igreja (e a própria Santa Sé) abdicar das suas obrigações históricas (e porque não políticas?) para com o nosso Povo, à FRETILIN não restará outra alternativa que renunciar à disposição que sempre demonstrou ao respeitar as opiniões de outras forças no território.»(PTL4235 e PP0200 -<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL4235.pdf>, p. 4). Depois do massacre de Santa Cruz, mais uma vez Xanana Gusmão, em mensagem, aponta críticas ao Vaticano, desta vez com uma certa ironia: «Muito nos sensibilizou a compaixão do Papa, João Paulo ou João Pedro. devia ter sido uma decisão difícil porque sempre acreditámos que a Santa Sé não faz política e muito menos que interferisse nos assuntos internos de países, para mais, da Indonésia, o primeiro país muçulmano do mundo. Intimamente cremos que foi moralmente (mas que moral!) moralmente obrigado pelas evidências do filme.»(TL0049 e PP0535-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0049.pdf>)

Puente, Ximenes Belo revela que tal situação provocou, naquela altura, a saída de missionários.³⁰⁶ Anteriormente, em 1983, o administrador apostólico dava conta em entrevista ao *Clarim*, um jornal macaense, das dificuldades económicas da Igreja em Timor por terem perdido fonte de receitas, sublinhando que viviam de esmolas vindas sobretudo da Congregação para a Propagação da Fé.³⁰⁷ No relatório para o nuncio, D. Carlos refere ainda a necessidade de ser nomeado um bispo residencial e de ser criada uma Província Eclesiástica com mais duas sedes além da de Díli (uma em Baucau e outra em Maliana). Mas apenas em 1996 será criada uma nova diocese, em Baucau. O escolhido, Basílio do Nascimento, não é, contudo, bispo residencial mas sim de Settimunicia, tal como D. Carlos que é bispo de Lorium e não de Díli quando pouco antes da visita Papal, em 1989, é designado bispo.³⁰⁸ Eram duas dioceses já sem existência em Itália. Carlos Filipe Ximenes Belo será censurado pelo nuncio em Jacarta, que então já era Francesco Canalini, e pelo Vaticano por ter mandado a carta ao secretário-geral da ONU a pedir um referendo para Timor. O nuncio em Jacarta dirá até em entrevista, ao *Jakarta Post*, que ele escreveu em nome pessoal, que não envolve a Igreja e que o assunto é político e deve ficar nesse campo.³⁰⁹ O bispo, aliás, já escrevera ao representante da Santa Sé pouco depois de ter enviado a carta para se justificar:

«Todos os anos assistimos aos mesmos abusos. Já falamos com as autoridades, mas o resultado é sempre o mesmo. É o povo que sofre. Por isso, é urgente a realização de um referendo para perguntar ao povo se aceita a integração.»³¹⁰

Há rumores de que se prepara, nos bastidores de Jacarta, a destituição de D. Carlos e de tal forma são as críticas que o próprio bispo sente necessidade de fazer um comentário posterior para explicar a razão de ser da sua carta reafirmando que ela constitui a posição do chefe da

³⁰⁶PP0120p-2- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0120p.pdf>

³⁰⁷TL3679-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3679.pdf>

³⁰⁸Peter Carey refere que chegou a pensar-se na nomeação do jesuíta Markus Wanandi, irmão de Yusuf Wanandi, alto responsável pelo serviço de Informações Estratégicas da Indonésia, para a nova diocese. Seria uma forma de reduzir a influência de Ximenes Belo e pressionar a integração da Igreja Timorense na Indonésia. (Carey, Peter- *The Catholic Church, Religious Revival, and the Nationalist Movement in east Timor, 1975-98 in Indonesia and the Malay World*, Vol 27, Nº 78, 1999, p. 90- (TL5430- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL5430.pdf>)

³⁰⁹Num documento da APPTL são transcritas as declarações do nuncio Canalini ao *Jakarta Post* de dia 14/6/1989: «Ele (Mon. Belo) escreveu a carta em seu nome pessoal... como cidadão timorense, aquilo é da sua responsabilidade e não envolve seguramente a Igreja Católica» [...] «É um problema político... que deve ser tratado a esse nível» ((1989), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_135716 (2016-6-18), p. 3)

³¹⁰TL0295-33-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0295-33.pdf>, p. 5

Igreja de Timor perante o conflito que se vive no território.³¹¹ Monsenhor Martinho da Costa Lopes enquanto administrador apostólico de Díli, nunca foi recebido pelo Papa em Roma mesmo tendo-lhe pedido uma audiência. Tal só acontecerá depois da sua resignação mas nem aí, ele sente que as suas queixas relativamente à política indonésia no território timorense são tidas em consideração. Ao cardeal Casaroli dirá que a Santa Sé está errada em relação a Timor. Rowena Lennox conta que era convicção do ex-administrador que a Santa Sé tinha o grande sonho de expandir a Igreja Indonésia e que no caso de Timor-Leste, os pequenos estavam a ser sacrificados pelos grandes. Mesmo sendo o maior país muçulmano do mundo, a Indonésia tinha uma comunidade católica bem mais significativa que Timor. E é nesse sentido que vão as palavras de João Paulo II num dos encontros com o novo líder católico de Timor-Leste. De cinco em cinco anos D. Carlos reunia com o Papa e uma vez João Paulo II chegou a lembrar-lhe a importância da Igreja na Indonésia.

«Chegou-me a dizer: “Monsenhor Belo lembre-se que nós na Indonésia também temos católicos. São 6 milhões católicos lá. Compreendemos a vossa situação, rezamos por vós mas também eles são católicos. Timorenses e indonésios somos todos irmãos.”»³¹²

São vários os testemunhos que dão conta de que quando o enviado da Santa Sé foi a Díli preparar a visita papal desvalorizou a questão de Timor com uma pergunta retórica: «O que são 400.000 almas para uma cristandade inteira?»³¹³ Apesar da sua população ser esmagadoramente católica, Timor e os seus cerca de meio milhão de habitantes não podiam rivalizar com os muitos milhões de católicos da Indonésia. É por isso que alguns padres referem que havia momentos em que se sentiam abandonados pela Santa Sé. D. Basílio do Nascimento compreende o Vaticano dizendo que para defender os católicos na Indonésia, tinha de jogar num equilíbrio que ele próprio só percebeu quando foi chamado à Santa Sé, já perto de ser nomeado bispo. A maioria dos religiosos inclina-se para ilibar o Papa de responsabilidades na política do Vaticano em relação a Timor e culpabilizam sobretudo os diplomatas da Santa Sé. D. Manuel Martins é um deles. Tendo sido advertido por várias vezes por causa do seu envolvimento na causa timorense, o ex-bispo de Setúbal argumenta que essa era uma orientação da Secretaria de Estado e não do Papa.

³¹¹PP0320 e TL3350-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0320.pdf> (Anexo 11/11A)

³¹²Entrevista a D. Carlos Ximenes Belo (Anexo 24)

³¹³TL6827-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6827.pdf>

«É que normalmente quem dirige a política da Santa Sé [...] é o Secretário de Estado que é a segunda figura da Santa Sé. Praticamente tudo isso lhe é confiado. O Papa tem muito mais que fazer. O Secretário de Estado que se chamava Casaroli era de opinião e defendia acerrimamente que Timor devia ficar anexado á Indonésia.»³¹⁴

O bispo Emérito deixa bem claro que Agostino Casaroli «Não é a Santa Igreja» tanto é o seu desejo de absolver o Papa de responsabilidades na política vaticana em relação a Timor-Leste. E há quem defenda até, como José Alves Martins, que a João Paulo II lhe era subtraída informação, compreendendo o jogo que se fazia por causa dos milhões de católicos indonésios. Mesmo D. Carlos sai em defesa do Papa dizendo que ele abordava a questão dos direitos humanos em Timor com os embaixadores de Portugal e da Indonésia, no Vaticano. Coincidência ou não, só no ano em que é conhecida a primeira posição da Conferência Episcopal Portuguesa, em 1984, fica-se a saber, também pela primeira vez, que João Paulo II aconselhou o respeito pelos direitos humanos quando recebeu as credenciais do novo embaixador indonésio no Vaticano.³¹⁵

A visita do Papa poderá, contudo, ter contribuído para a redefinição da política da Santa Sé em relação a Timor pois alguns religiosos defendem que, com a manifestação no final da missa, ficou patente aos olhos do Vaticano o desejo de independência dos timorenses. Por outro lado, talvez seja possível perceber alguma mudança de posição do Vaticano quando já anteriormente, atribui o título de bispo a D. Carlos e mais tarde nomeia até um segundo bispo para Timor. Depois há ainda que voltar a destacar que, muito embora sublinhasse a importância dos milhões e milhões de católicos indonésios, o certo é que o Vaticano nunca integrou a Igreja Timorense na Igreja Indonésia. É verdade que o clero católico do país ocupante aumentou no território - em 1986 o número de sacerdotes timorenses e indonésios era quase idêntico (respectivamente 36% e 32%) e em 1991 a proporção já era de 29% de timorenses para 36% de indonésios sendo os restante de outras nacionalidades³¹⁶- mas terá sido mais pela falta de sacerdotes de que tanto se queixa o clero em Timor. Num relatório elaborado pelo jesuíta

³¹⁴Entrevista a D. Manuel Martins (Anexo 23)

³¹⁵Num artigo do *Osservatore Romano* transcreve-se as palavras de João Paulo II quando recebeu as credenciais de Hardiman Sastrapoespita: «A Santa Sé continua a seguir a situação com preocupação e com a esperança de que seja dada consideração particular em cada circunstância à identidade étnica, religiosa e cultural do povo.» (PP0726-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0726.pdf>); PP1238-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP1238.pdf>, p. 58 e 59 ;

³¹⁶Durand, Frédéric- *Catholicisme et Protestantisme dans l'île de Timor: 1556-2003*; Toulouse, Editions Arkuiris, 2004, p. 91 e 101

indonésio, Alex Dirja, em 1979 refere-se já que existem 20 padres para um total de 255, 417 fiéis.³¹⁷ Muitos sacerdotes timorenses tecem, no entanto, duras críticas aos seus confrades indonésios dizendo que manifestavam uma «total insensibilidade perante o sofrimento do povo» e que se deixavam utilizar pelo poder para a «destruição da Cultura e Tradições».³¹⁸ A entrada de sacerdotes estrangeiros era, se não proibida, pelo menos dificultada e a integração pairou sempre com a insistência do lado da Indonésia mas nunca se verificou. Os administradores apostólicos e mais tarde bispos de Timor participavam anualmente na Conferência Episcopal do país vizinho a título de convidados³¹⁹ e sofriam a pressão para a integração da Igreja Timorense com o argumento de assim ser possível uma maior ajuda. D. Carlos, no entanto, passava a responsabilidades da decisão.

«Dizia: “isto não depende de mim, pertencer à Conferência Episcopal. Isto depende da Santa Sé. Se a Santa Sé disser que sim, entramos. E eu não digo, porque o problema está ainda no fórum internacional. Está nas Nações Unidas. Enquanto não se resolver o problema político de Timor, o estatuto de Timor, não podemos, a Igreja, antecipar e já estarmos integrados.”»³²⁰

Sempre num jogo diplomático em que retirava de um lado para dar do outro, o Vaticano nunca assumiu posições de confronto. E é assim que, quando em Junho de 1989, estudantes timorenses procuraram asilo político na nunciatura em Jacarta, foram expulsos com o nuncio a dizer que não tinham necessidade do estatuto e que não se podia «estabelecer uma relação entre o pedido de asilo e as informações que circulam em Jacarta sobre as recentes detenções e fuzilamentos na antiga colónia portuguesa».³²¹ Mesmo depois da visita papal, a verdade é que em Timor continuava a sentir-se que a Santa Sé mantinha os olhos fechados e a boca cerrada ao drama ali vivido. No Natal de 1993, por exemplo, Konis Santana, já então chefe da luta armada, escreve ao Papa. Depois de referir que muitos vêm Timor como um assunto do passado que com tempo cairá no esquecimento, conclui algo ironicamente:

³¹⁷(1979-1979), "Inter-nos", Abril de 1979 - Junho de 1979, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_145126 (2016-6-14), p. 4

³¹⁸TL6749 e PP0419 -<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6749.pdf>, p. 7

³¹⁹Numa entrevista ao *Diário de Notícias* a 3/7/1983, Martinho da Costa Lopes diz que foi aconselhado pelo nuncio Pablo Puente a participar nas reuniões da MAWI. Mas destaca também a ajuda que recebeu da Igreja Indonésia dizendo que consideravam a diocese de Timor como irmã. ((1983), Sem Título, Domingo, 3 de Julho de 1983, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_144995 (2016-6-21), p. 2 e 3)

³²⁰Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo (Anexo 24)

³²¹TL2311 -<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL2311.pdf>

«S. Santidade, acreditamos que apesar de tudo isso, apesar desse silêncio cúmplice, o problema de Timor-Leste nunca foi esquecido, não está sendo esquecido e não será esquecido por Vós pois, no cerne da questão está um descarado crime contra a humanidade. Temos, por isso mesmo, total certeza e confiança que S. Santidade nunca esquecerá este crime desumano. Ignorar este crime seria zombar da sociedade humana, ignorar este crime seria retirar, seria desvirtuar todos os conceitos do humanismo, seria privar a acção dos homens justos, dos que defendem a existência de uma sociedade mais justa, mais humana, de sentido.»³²²

Depois é possível verificar que talvez não houvesse uma opinião em unísono dentro da Santa Sé ou que a sua posição tenha evoluído. Num telex secreto do embaixador português no Vaticano, de 1996, é relatado o encontro com o Cardeal Roger Etchegaray, do Colégio Cardinalício, que visitara então Timor. Pinto da França vê ali um aliado do bispo Belo, uma voz que poderá «combater correntes que lhe são adversas quer dentro da Secretaria Estado quer sobretudo por parte do Núncio em Jacarta».³²³ Na visita a Timor, o Cardeal afirmara já que a Santa Sé não desejava a integração da Igreja Timorense na indonésia e sublinhara o desejo de se encontrar uma solução justa para o conflito. Mas então, já tínhamos assistido ao massacre de Santa Cruz e de resto, Roger Etchegaray fora rezar ao cemitério lembrando as vítimas. Verificar qual foi de facto a política da Santa Sé é para já impossível, uma vez que os arquivos do Vaticano referentes aos anos em que todo o processo de Timor se desenrola ainda não foram abertos.

Em 1989, o protesto no final da missa papal foi o mote que encorajou a resistência a utilizar por várias vezes as celebrações religiosas para os seus fins políticos. O padre José António da Costa diz mesmo que a partir daí os jovens abriram o peito e gritavam por Timor em cada celebração religiosa. João Dias, da OJETIL, refere com pertinência que não havia outra maneira de protestarem já que qualquer tentativa de se manifestarem por outra via seria abortada à nascença. É assim que a 12 de Novembro de 1991, Timor vive um dos momentos mais marcantes da sua História, com o massacre de Santa Cruz a projectar internacionalmente o caso

³²²TL6926-09-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6926-09.pdf>, p. 1 e 2 (Anexo 18/18A)

³²³O embaixador português conta as impressões do Cardeal em relação a Timor: «Com genuína emoção disse-me esta sua missão fora experiência muito forte e impressionante no que toca drama timorenses. Com idêntica emoção me falou coragem bispo Ximenes Belo. De como se apercebera da sua “solidão” quadro suas responsabilidades que implicavam uma “ruserie” política que não tinha e acesso fontes de informação internacionais de que não dispunha. Não tem à sua roda ninguém com preparação intelectual ou experiência, nem sequer pode apoiar conferência Episcopal Indonésia por dela não fazer parte. “Pode ter cometido alguns erros, mas muito tem ele feito condicionalismos em que actua. É um líder seu povo. É necessário ajudá-lo e apoiá-lo”, comentou Cardeal Etchegaray.» (TL6911- <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL6911.pdf>, p. 2)

timorense. O facto de o massacre ter sido filmado foi determinante para o conhecimento do que se passava em Timor. O mundo via finalmente o genocídio dos timorenses tantas vezes denunciado mas poucas vezes visto, e tal facto será determinante na viragem da opinião pública mundial em relação à questão timorense. Após a missa pela alma de Sebastião Gomes, um jovem timorense assassinado dias antes na Igreja de Santo António de Motael, a população, esmagadoramente jovem, parte em romaria em direcção ao Cemitério de Santa Cruz e ali perto desfraldam a bandeira de Timor-Leste e ostentam cartazes a favor da independência ao mesmo tempo que dão vivas a Xanana e gritam contra a ocupação. Os militares indonésios disparam, tal como já o tinham feito em várias ocasiões. Só que desta vez a presença de jornalistas, entre eles Max Stahl que filmou os acontecimentos, dava visibilidade à causa timorense. A carga simbólica que as imagens transportam leva a uma identificação imediata do mundo Ocidental cristão com o sofrimento dos timorenses. Em fuga, os jovens atropelam-se no cemitério onde predominam as campas e a cruz de Cristo. Neste universo cristão, há imagens de jovens a esvaírem-se em sangue com os militares a espancarem os feridos e ouvem-se vozes a rezar a “Avé Maria” em português. Mais uma vez é a religião que aparece ligada à causa timorense, agora num simbolismo pungente e no mundo cristão Ocidental, a leitura da profanação do lugar sagrado é automática assim com a associação ao martírio. Em Portugal há uma dupla associação pois além da identificação religiosa, a oração em português, segundo alguns, embora não se sobrepondo ao poder das imagens, vai sensibilizar ainda mais quer a população em geral, quer os mais altos responsáveis.

«Depois de não sei quantos anos, aquela juventude não sabia português. Não estudavam português, estudavam indonésio. Mas rezavam em português.»³²⁴

«Eu não me atrevo a chamar-lhe fé mas o momento de oração que os timorenses mostraram naquele tempo de angústia e de aperto e dificuldade, a única coisa que tinham na mão era a oração. Eu julgo que a combinação das duas coisas, chamou a atenção do mundo. Lembro-me do Dr. Mário Soares que é agnóstico, lembro-me do testemunho que ele deu. Ele emocionou-se porque as pessoas estavam a rezar em português»³²⁵

Por seu turno Barbedo de Magalhães defende que as imagens de Santa Cruz, onde a fé católica está bem patente, vêm destruir a imagem de uma resistência timorense comunista junto do Ocidente. Dias antes do massacre tinha sido cancelada a visita a Timor de um grupo de

³²⁴Entrevista padre José António da Costa (Anexo 29)

³²⁵Entrevista a D. Basílio do Nascimento (Anexo 30)

parlamentares portugueses. A ansiedade à volta da visita era grande entre os timorenses e há quem considere que a desilusão provocada pelo cancelamento deu origem à revolta. Mas naquela altura, estava de visita a Timor o relator especial das Nações Unidas para a Tortura, Peter Kooijmans, e a rede clandestina da resistência preparou o protesto para o representante da ONU. Kooijmans estava no Hotel Turismo e a ideia era passar por lá a caminho de Santa Cruz. Só que os manifestantes foram barrados pelos militares indonésios e desviados para seguirem outro caminho até ao cemitério. Há relatos de que os jovens se terão ido confessar antes do protesto apontando para que já soubessem o que se iria passar. O padre Francisco Barreto refere, contudo, que eles se confessavam sempre, antes de cada acção precisamente porque não sabiam se acabariam vivos ou mortos. Júlio Crispim, nas Flores a terminar o Seminário, diz que estava avisado do protesto e que até sabia que ali estariam jornalistas. Eduardo Belo Soares conta que dias antes estivera com Max Stahl e o fotógrafo Steve Cox no Colégio de Fatu Maka a entrevistar alguns alunos a propósito da independência. Eduardo foi também entrevistado, na altura, e recorda-se de prever o que se iria passar. «Nós já sabíamos. E na entrevista que eu dei, no vídeo eu já dizia: “eu confio que nós vamos morrer” [...] Nós sabíamos bem que os indonésios iam disparar com tiros.»³²⁶

Mário Carrascalão diz que depois do funeral de Sebastião Gomes «sentia-se que havia algo no ar», dando a entender que havia infiltrados junto dos elementos da resistência que preparavam o 12 de Novembro e que a INTEL sabia de tudo, «pronta para reagir no momento próprio».³²⁷ As faixas de pano e as camisolas com as palavras de ordem contra a integração e a favor da independência de Timor-Leste e de Xanana Gusmão, tinham escondidas debaixo da roupa que vestiam. Eduardo saiu para a missa na Igreja de Motael acompanhado de Max Stahl e avisou os colegas que o jornalista ia filmar o protesto. Quando saíram da igreja em procissão e passaram à frente da Câmara Eclesiástica, o padre José António da Costa fotografou-os. Já perto do cemitério, em frente ao Externato de S. José, os manifestantes começaram a descobrir as faixas e a gritar pela independência e por Xanana Gusmão. Os militares começaram a disparar. Só aí D. Carlos soube da manifestação. José António da Costa, o seu vigário-geral, diz que telefonou logo para Lisboa e para Jacarta a contar o que se estava a passar. Depois foi ter com o

³²⁶Entrevista a Eduardo Belo Soares (Anexo 42)

³²⁷Carrascalão, Mário Viegas - *Timor Antes do Futuro*; Timor-Leste, Mau Huran Printing, Setembro 2006, p. 343 e 344

bispo. Os dois foram ao cemitério e ao hospital. Entretanto, vários jovens já tinham sido acolhidos na residência episcopal. No dia seguinte D. Carlos foi falar com as autoridades.

A mãe Rosa Sarmento estava na diocese, em Lecidere e assim que ouviu os tiros refugiou-se no convento das Canossianas, mesmo ao lado. Vários jovens procuraram também ali protecção mas as superiores não os deixaram entrar.

O jesuíta João Felgueiras quando ouviu os tiros dirigiu-se ao cemitério. Viu passar Max Stahl detido pelos indonésios e camiões a serem carregados com os corpos dos jovens mortos. Ia dando a absolvição às vítimas. José Alves Martins estava a caminho da Câmara Eclesiástica quando começaram os disparos. Informado do que se passava, foi para o hospital já apinhado de pessoas feridas. Depois foi até ao cemitério onde já se lavava o chão repleto de sangue.

Eligio Locatelli, o salesiano do Colégio de Fatu Maka, fora a Díli nesse dia para comprar material de construção para a escola. Quando soube do sucedido foi ao cemitério e também viu lavarem o sangue do chão. João de Deus, o padre de Baucau, assistiu igualmente no cemitério à lavagem do sangue. Ele veio por acaso a Díli nesse dia 12 de Novembro e chegou já depois de tudo ter acontecido. Estranhou a capital deserta. Mais tarde, encontrou Max Stahl. O jornalista que fora buscar as cassetes escondidas numa campa no cemitério, deixou a sua motorizada lá perto e pediu ao padre salesiano para a ir buscar. Segundo João de Deus as cassetes foram levadas para fora do território por um padre italiano chamado Renato que estava no Japão. No *Expresso Diário*, numa entrevista a Max Stahl, conta-se que uma holandesa e um padre que partiu para o Japão foram as pessoas que colocaram as cassetes fora do território.³²⁸ Max Stahl usou várias vezes a ajuda da Igreja durante o seu trabalho. O padre João de Deus recorda que por mais de uma vez o acolheu na sua casa, em Laga, quando o jornalista ia para o mato. Aliás, no dia do massacre também o padre José Alves Martins ajuda um jornalista emprestando-lhe dinheiro para ele poder sair o mais rapidamente possível de Timor.

Curiosamente, o padre Locatelli refere que Max Stahl não foi o único a filmar o massacre. Segundo o sacerdote italiano, um outro salesiano, também ele de origem italiana, chamado Silvério, terá sido o primeiro a sair com filmagens do acontecimento. Terá chegado ao aeroporto antes do ocorrido se ter difundido, e passado o *check in* com as filmagens na bagagem,

³²⁸Max Stahl. *O jornalista que escondeu a reportagem numa campa* in *Expresso Diário* (14/08/2015) (<http://expresso.sapo.pt/sociedade/2015-08-17-Max-Stahl.-O-jornalista-que-escondeu-a-reportagem-numa-campa>)

já depois de ter destruído as máquinas de filmar e fotografar. Não nos foi possível, contudo, confirmar esta história. Seja como for, as imagens do massacre de Max Stahl tiveram impacto mundial. Em Portugal, D. Basílio do Nascimento recorda-se de as ter visto e sublinha a particularidade dos acontecimentos já serem então difundidos com maior rapidez, ao contrário do que se passava em 1975 em que teve acesso a pouca informação sobre a invasão de Timor. Os meios de informação tinham dado um salto tecnológico e o bispo de Baucau considera ainda que a coordenação entre a resistência no interior e no exterior já estava mais oleada. Daí que as imagens tenham sido difundidas com mais facilidade, assumindo uma importância extrema.

«A visita do Papa pôs Timor no mapa do mundo, mas creio que o massacre, não sei se estarei certo no meu pensamento, serviu para encostar a Indonésia à parede. [...] Aquelas imagens valeram a independência de Timor.»³²⁹

No cemitério, Eduardo Belo Soares caiu e em cima dele caíram mais dois ou três jovens. Fugiu de Santa Cruz a rastejar mais de 30 metros. Ferido num braço, entrou numa casa ali perto, ficou de calções e *t-shirt* que trazia debaixo da roupa que vestira e fingiu estar a ajudar o dono da casa na reparação de um carro. Os indonésios passaram por ali, perguntaram pelos manifestantes e Eduardo respondeu que não sabia. Depois do massacre, várias camionetas carregadas com os corpos são vistas a abandonar o local. Seguem-se prisões, interrogatórios e torturas. Alberto Ricardo da Silva (entretanto já falecido) era o pároco de Motael e tinha sido ele a celebrar a missa em memória de Sebastião Gomes. D. Basílio refere que, tal como muitos outros padres, D. Alberto Ricardo acolhia jovens perseguidos na igreja de Motael. Naquele dia 12 de Novembro também ele foi detido e segundo D. Basílio, torturado.

«D. Ricardo nunca quis falar disto até à morte dele, ele só falava nisto a um grupo muito reservado. Mas sabe-se que ele sofreu, ele foi torturado. Não foi preso. Foi levado e durante dois ou três dias, fizeram-lhe interrogatórios que ele depois com a diplomacia dele disse que eram coisas pesadas. Mas ele nunca revelou como é que ele foi tratado.»³³⁰

Ainda hoje não se sabe ao certo quantas pessoas morreram em Santa Cruz. Ainda hoje há pessoas desaparecidas que estavam em Santa Cruz. Muitos foram mortos nos dias seguintes. Várias testemunhas darão conta, na altura de apedrejamentos, atropelamentos e ingestão

³²⁹Entrevista a D. Basílio do Nascimento (Anexo 30). Alberto Ricardo da Silva o sacerdote que celebrou a missa na Igreja de Santo António de Motael foi bispo de Díli entre 2004 e 2015. Daí o facto de D. Basílio o tratar como bispo. D. Ricardo faleceu a 2 de Abril de 2015

³³⁰Entrevista a D. Basílio do Nascimento (Anexo 30)

compulsiva de comprimidos no hospital. Dias depois várias pessoas serão fuziladas em vários locais e enterradas em valas comuns. Calcula-se que o número de vítimas esteja acima das duas centenas. Xanana Gusmão mandou recolher informação sobre o massacre mas o trabalho de contabilização e de triagem dos nomes dos mortos e desaparecidos foi feito pela APPTL, já em Lisboa, através das muitas listas de nomes que lhes chegavam. A relação dos nomes dos mortos será revelada num número especial publicado pela organização.³³¹ O vigário geral da Diocese conta que chegou a chamar os sobreviventes para que descrevessem a sua posição até ao momento em que foram atacados. Mas toda a sua documentação foi destruída quando a Câmara Eclesiástica foi incendiada na onda de violência que se seguiu ao referendo de 1999. A APPTL chegou à contabilização de 273 mortos, 255 desaparecidos e 376 feridos calculando em 360 as pessoas detidas. Números muito acima dos oficiais. Depois de um número inicial de 19 mortos e 91 feridos, os indonésios concluem, após uma investigação, que morreram 50 pessoas e que o número de feridos ultrapassou os 91 assim como o de desaparecidos.

No ano seguinte ao massacre de Santa Cruz, partiu de Lisboa o Lusitânia Expresso com a missão “Paz em Timor” com a qual se pretendia prestar homenagem às vítimas. A ideia teve origem na “Forum Estudante” dirigida por Rui Marques, um católico muito ligado aos Jesuítas, que chega à questão timorense através da Rádio Renascença, onde trabalhava. Aí organizou uma primeira campanha de apoio à Cáritas timorense. Em Dezembro de 1991, quando avança com a ideia do Lusitânia Expresso, Rui Marques inspira-se nas acções da associação ambientalista *Greenpeace* procurando assim colocar na agenda mediática a questão timorense. Mas antes de avançar com a acção, consulta vários padres timorenses na diáspora.

«Nós tínhamos muito apoio por parte da resistência, particularmente do Dr. Ramos-Horta que era o representante oficial de Xanana Gusmão e da resistência na altura. Mas era importante também ouvirmos a Igreja e esses vários padres.»³³²

A opinião foi unanimemente favorável mas já o Lusitânia Expresso estava a caminho quando são surpreendidos por declarações públicas de D. Carlos Ximenes Belo a pedir para que não venham. Isto, mesmo depois de terem tido o seu acordo através de pessoas próximas do

³³¹PP1204-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP1204.pdf>;

³³²Entrevista a Rui Marques (Anexo 44)

bispo. Na altura chegou a ser ponderado o fim da missão mas, consultados uma vez mais os padres timorenses, a acção prosseguiu.

«Na altura evidentemente não era fácil para D. Carlos Ximenes Belo e para a Igreja Timorense, colocados perante a questão, o que dizer. Estavam em permanente pressão da Indonésia. E mais, tinham receio, e isso eu percebia, que pudesse haver um 12 de Novembro, pudesse haver um novo massacre e que mais jovens timorenses morressem.»³³³

A missão “Paz em Timor” envolveu várias associações académicas no país e reuniu 129 jovens de 29 países. Em Fevereiro de 1992, o Lusitânia Expresso, um ferry melhorado, parte de Lisboa e chega a Darwin no início de Março. É de Darwin, já com mais de uma centena e meia de pessoas a bordo, que parte para a sua última etapa, rumo a Timor para depositar uma coroa de flores no cemitério de Santa Cruz, alertando o mundo para o que se passava no território. A bordo além dos estudantes havia ainda convidados especiais como o general Ramalho Eanes, ex-presidente da República, e jornalistas, entre eles alguns da CNN, a estação de televisão norte-americana que tinha acabado de surgir. Será a primeira vez que a CNN aborda a questão timorense. Após dia e meio de viagem, à aproximação a Díli, são cercados por aviões e navios de guerra indonésios com avisos para não avançarem. O navio parou com Timor à vista, a coroa foi lançada ao mar e o padre José Lopes Baptista, que está a bordo pela organização Paz e Justiça para Timor-Leste, lembra-se de então ter feito a oração. A bordo seguia também o padre Jaime Coelho, professor na Universidade de Sophia, no Japão onde teve um importante papel na defesa da causa timorense. Em terra eram muitos os que esperavam o Lusitânia Expresso. O jesuíta João Felgueiras recorda uma entrevista de um comandante indonésio em que este argumenta que não podia deixar entrar o navio porque seria o caos entre as 120 mil pessoas que o esperavam, em Díli.

Nesse ano de 1992, Xanana Gusmão é preso na casa Aliança Araújo em Lahane, na capital timorense, onde costumava passar temporadas. Com ele levaram toda a família da casa onde se encontrava e também todos os seus haveres. Entre esses bens, estavam documentos que provavam o apoio financeiro de muitas organizações estrangeiras,³³⁴ uma longa lista de padres

³³³Entrevista a Rui Marques (Anexo 44)

³³⁴Notícia do *Sydney Morning Herald* que refere a existência dos documentos e especifica que o apoio monetário à resistência só no ano de 1992 chegou aos 71 mil dólares australianos ((1992), Sem Título, CasaComum.org, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_135351 (2016-6-18), p.4)

que colaboravam com a resistência³³⁵ e um rádio oferecido pelo jesuíta José Alves Martins com o seu nome de código (*Kaer Metin*) inscrito. O padre temeu então que a sua máscara fosse descoberta. Várias vezes Xanana passou por essa habitação e Rosa Sarmento recorda até que os padres costumavam sair à noite com o comandante das FALINTIL para estudar a estratégia e que depois diziam: «acompanhámos o velho».³³⁶ Depois de ser capturado, o comandante das FALINTIL faz a sua declaração de capitulação na televisão. Ximenes Belo sai, então, em sua defesa afirmando que para falar como falou só o poderia ter feito debaixo de tortura. Perante o tribunal indonésio, o líder da resistência timorense denunciara, contudo, o julgamento viciado e a ocupação ilegal do território reafirmando o direito à autodeterminação do povo de Timor. O padre José António da Costa diz que, depois da prisão de Xanana Gusmão, D. Carlos Filipe Ximenes Belo decidiu criar a procissão da Cruz Jovem com o intuito de unir o povo timorense e sobretudo os jovens. A Cruz pensada também para as jornadas da juventude de João Paulo II em que os jovens timorenses não podiam participar, acaba assim por ficar associada a um momento da luta timorense. Ainda hoje a Cruz Jovem é um importante símbolo em Timor tendo percorrido todo o território ao lado da Virgem peregrina, na procissão que assinalou os 500 anos de missão, em 2015. A prisão do líder da resistência foi ainda alvo de uma manipulação com o comandante militar de Timor-Leste, o general Syafei, a anunciar a possibilidade de rendição em 8 igrejas para os guerrilheiros que o quisessem fazer. Referia até que tinham o acordo do bispo, mas Ximenes Belo desmentiu prontamente a informação numa nota aos padres, ao mesmo tempo que dava indicações aos párocos no território sobre como proceder em caso de vir a acontecer alguma rendição.³³⁷

Desde o massacre de Santa Cruz que a questão timorense ganhara dimensão internacional. E desde então, quase todos os anos, novos acontecimentos mantêm acesa a discussão sobre Timor num mundo que já está ao seu lado. Em 1994, no dia em que passavam 3 anos sobre o massacre, estudantes timorenses invadem a embaixada americana em Jacarta. A capital indonésia era palco de uma cimeira da APEC onde estava o Presidente norte-americano, Bill Clinton. As atenções das centenas de jornalistas presentes na cimeira desviam-se para a

³³⁵Já na prisão de Cipinang, em 1993, Xanana confessa em entrevista a João Gabriel que os indonésios, quando o prenderam, encontraram essa lista de padres que colaboravam com a resistência. (TL7038-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL7038.pdf>, p. 1 e 2)

³³⁶Entrevista a madre Rosa Sarmento (Anexo 34)

³³⁷PP0571-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0571.pdf>; PP0567i-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0567i.pdf>

questão timorense. Nesse mesmo ano, da ONU, com um novo secretário-geral, chega a resposta ao pedido de Ximenes Belo para a realização de um referendo. Boutros Ghali diz que estão empenhados numa solução justa e que contam com a colaboração do bispo. Um ano depois inicia-se o Diálogo Intra-Timorense na diáspora, impulsionado por Ximenes Belo mas que decorre sob os auspícios da ONU em Burg Schlaining na Áustria. Presente logo nesta primeira reunião, D. Carlos foi, segundo muitos, um elemento aglutinador permitindo superar divergências entre os participantes onde se contavam adversários de outros tempos como Abílio Araújo, João Carrascalão, Francisco Lopes da Cruz e Ramos-Horta. «Ximenes Belo apareceu, portanto, como um interlocutor consensual, e até como um possível mediador político, o que não agradou ao Regime de Jacarta»³³⁸

O bispo que tanta contestação provocara aparecia agora como a figura timorense da reconciliação. Esta fora, aliás, a mensagem que procurou passar desde sempre ao mesmo tempo que agia em defesa dos direitos humanos e reclamava o direito do povo timorense a pronunciar-se sobre a autodeterminação. Fazia-o muitas vezes, como já vimos, de uma forma nem sempre directa e tentando conciliar interesses divergentes dos diferentes sectores que o pressionavam. Nem sempre compreendido e frequentemente criticado, Ximenes Belo acabará, no entanto, por ver a sua actuação reconhecida quando, em 1996 lhe é atribuído, juntamente com Ramos-Horta, o Prémio Nobel da Paz. Pela primeira vez um representante da Igreja Católica era distinguido pelo Comité Norueguês. Ximenes Belo recorda que estava a meio da missa de celebração da presença salesiana em Timor quando alguém lhe trouxe um papel a avisar que tinha ganho o Nobel da Paz. «Meti ao bolso e continuei a missa»³³⁹

A missa prosseguiu e não houve sequer ali o anúncio da vitória no Nobel. Mas é possível que D. Carlos já tivesse essa expectativa. Já referimos que numa carta a Ramos-Horta Ximenes Belo lhe pede para desistir da sua candidatura. O padre José António da Costa refere que numa viagem aos Estados Unidos, o bispo lhe pediu que procurasse apoios para a candidatura ao prémio. O então vigário-geral lembra-se de que falou com líderes da comunidade protestante e judaica.

«-E falavam no sentido de lhe ser atribuído o Nobel?

³³⁸Mattoso, José - *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*; Rio de Mouro, Temas e Debates, 2005, p. 247

³³⁹Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo (Anexo 24)

De serem facilitados, para serem eles os candidatos. Porque já no ano anterior, falhou. Devia ser um ano antes mas falhou. Depois naquele ano a seguir passou mais em segredo de maneira que a Indonésia não teve tempo para actuar contra.»³⁴⁰

A presença do bispo na cerimónia do Prémio Nobel teve de ser negociada com a Indonésia que imporá como condições o impedimento de Ximenes Belo passar por Portugal e a limitação do número de entrevistas a dar. Na cerimónia da entrega do prémio, D. Carlos Ximenes Belo recorda os ensinamentos do Concílio Vaticano II e enfatiza a partilha do seu destino com a do seu povo sublinhando que esse é o caminho ensinado no Cristianismo.

«Como membro da Igreja, eu assumo a missão de revelar e denunciar todas as situações humanas que estejam em desacordo com o conceito cristão e sejam contrárias aos ensinamentos da Igreja relativamente à humanidade.»³⁴¹

Apesar da distinção, em Roma a causa timorense ainda contava com resistências. Não é de estranhar por isso uma conversa que o bispo teve com um cardeal que ali encontrou depois de ter ganhado o Nobel da Paz.

«Passei por Roma e um cardeal na altura disse-me: “ah ouvimos dizer, ganhaste o prémio Nobel agora falta tu ganhares o prémio da pastoral.” [...] E eu disse: “oh Monsenhor, Excelência, trabalhar, defender os direitos humanos, a justiça, a dignidade humana, isto não é pastoral. O que é que o senhor entende que é pastoral?”»³⁴²

Quando regressa a Timor tem uma multidão à sua espera. Rezou o rosário na Catedral e falou durante 40 minutos sobre a necessidade de perdão. O Prémio Nobel da Paz ao reconhecer o trabalho de D. Carlos premiava, também, toda a Igreja Timorense e o seu trabalho ao lado do povo e de uma causa. Isso mesmo fez questão de dizer Ramos-Horta na cerimónia do Nobel destacando o trabalho corajoso de padres, freiras, leigos e do próprio povo. Mas antes de mais o que aqui se tratava era de dar mais uma vez destaque à situação em Timor-Leste e de reconhecer o direito dos timorenses se pronunciarem sobre o seu destino enquanto povo. A questão timorense estava, passo a passo, a ganhar terreno no campo internacional com campanhas de solidariedade a sucederem-se em todo o mundo. E mesmo dentro território a realidade já é diferente. Basílio do Nascimento lembra que quando regressou, em 1994, o ambiente já era mais

³⁴⁰Entrevista a padre José António da Costa (Anexo 29)

³⁴¹Discurso de D. Carlos Filipe Ximenes Belo na cerimónia de entrega do Prémio Nobel da Paz de 1996 http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1996/belo-lecture.html

³⁴²Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo (Anexo 24)

distendido em consequência da fragilização sofrida pelos indonésios com o massacre de Santa Cruz e de muitas campanhas e embargos contra a Indonésia.

«Eles sentiram que das duas uma: ou tinham de fazer uma outra política para a conquista do coração timorense, ou se continuassem daquela maneira poderia haver uma implosão a nível da Indonésia porque Timor estava a ser um mau exemplo para as outras ilhas da Indonésia.»³⁴³

A mudança chegaria, no entanto, por dentro. Em 1998 as manifestações na Indonésia levam à queda do Presidente Soeharto. Os bispos Ximenes Belo e Basílio do Nascimento são chamados para uma reunião com o novo Presidente, Yusuf Habibie. Pedem a redução das tropas indonésias e a libertação dos presos políticos. A porta abre-se para que, sob a égide das Nações Unidas, Portugal e a Indonésia cheguem a acordo para a realização de um referendo.

Antes, durante e depois do referendo a violência vai marcar o dia-a-dia em Timor-Leste e o clero no território continuou a denunciar a situação. D. Carlos recorda-se de ter afirmado publicamente que era contra o facto de a segurança ficar entregue à polícia indonésia. «E algum diplomata português disse-me: “senhor bispo, isto não o podemos evitar. Já se sabe que vai morrer alguém. Mais vale morrer do que perdermos esta oportunidade.”»³⁴⁴

Os bispos de Timor procuraram a aproximação entre independentistas e integracionistas e tentaram evitar a violência realizando os encontros de Dare. Foram dois encontros, um em Dare e outro em Jacarta, e em nenhum conseguiram chegar a bom porto. Os indonésios tinham armado milícias para intimidar de forma a conseguir um resultado favorável e o referendo fica marcado pela violência. Eram timorenses contra timorenses, recorda D. Basílio que numa analogia com o passado, ao tempo da guerra civil, manifesta a impotência de quem procurou o diálogo e a reconciliação.

«O senhor D. José no início tentou falar. Não ouviram. E nós, D. Carlos e eu, no fim também tentámos falar mas já não fomos ouvidos. Porque cada um estava de tal maneira convencido da sua posição que não via mais benefício absolutamente nenhum da outra parte. Cada um estava determinado a levar avante a sua própria visão e a sua própria convicção.»³⁴⁵

³⁴³Entrevista a D. Basílio do Nascimento (Anexo 30)

³⁴⁴Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo (Anexo 24); Também na altura os padres jesuítas portugueses se indignavam com o texto do acordo entre Portugal e a Indonésia no capítulo da segurança, num fax enviado a 7/5/199: «Como se admite, que os criminosos de 23 anos de assassinio... é que recebem a “responsabilidade” de “segurança”?» (PP0636-7-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0636-7.pdf>)

³⁴⁵Entrevista a D. Basílio do Nascimento (Anexo 30)

A 30 de Agosto de 1999, os timorenses vão às urnas. A 4 de Setembro o anúncio dos resultados dá conta que uma esmagadora maioria de 78,5% de timorenses escolheu a independência para o território. Quando a vitória da independência foi anunciada, a irmã Rosa Sarmiento e as outras canossianas timorenses desataram a chorar. Não era de alegria mas de temor. Elas viam muitas pessoas a abandonar da cidade e a fugir para as montanhas. Mas mais uma vez a Igreja iria ser local de refúgio. Com as Canossianas, em Becora, estavam duas mil pessoas que foram obrigadas a ir, mais tarde, para Timor Ocidental.³⁴⁶ Rosa Sarmiento ficou mas o receio expresso no choro, tomou forma. A violência tomou conta de Timor. As milícias armadas pelos indonésios queimaram, saquearam e mataram. Na residência dos jesuítas em Taibessi um padre alemão é morto. É possível que em vez do padre alemão quisessem atingir os jesuítas portugueses. João Felgueiras e José Alves Martins tinham por lá passado mas acabaram por fugir para Dare onde ficaram até à chegada das forças australianas. Outros padres mas também freiras e seminaristas serão mortos no interior de Timor, o que nunca acontecera durante os anos da ocupação. No total 4 padres, 3 irmãs e dois seminaristas são mortos juntamente com milhares de outras pessoas nestes dias de violência no pós-referendo. Segundo dados da Igreja Católica nos primeiros oito meses de 1999 terão morrido entre 3 mil a 5 mil pessoas.

Em Balide, no convento das Canossianas, Esmeralda Araújo tinha mais de 800 pessoas refugiadas. Ela desdobrava-se na coordenação das operações: fazia a vigilância, dava as ordens sob o que fazer perante a proximidade do assalto das milícias. Quando se deu o ataque, foi ela quem os contrariou.

«Queriam levar a população. Eu disse: “não.” Ele veio até à varanda e eu disse: “Volta para trás.” Eu dei um berro 3 vezes. Ele veio ficar ao meu lado. Eu disse para ele: “aqui quem manda sou eu. Tu não mandas nada aqui.”»³⁴⁷

Esmeralda refere que não sabe de onde lhe vinham as forças. A população chorava e gritava. Queriam levá-los para a Indonésia mas ela recusou. Organizou tudo para passarem para a UNAMET (a missão das Nações Unidas em Timor) que estava na mesma rua um pouco mais adiante. Com a estátua de Nossa Senhora de Fátima à frente seguiram como em procissão para as

³⁴⁶Num fax dos padres jesuítas, de 11/5/1999, é descrita uma situação de êxodo: «Fui recolher uma família, para a levar a lugar seguro; mas na redondeza observei o NOVO EXODO DE DÍLI. ESTAMOS A RECORDAR O EXODO DA POPULAÇÃO DE DÍLI, em 1975, após o desembarque deste mesmo Exército que agora, 23 anos depois, decide, de uma vez, levar ao fim o genocídio premeditado, do povo timorense.» (PP0636-9-<http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PP0636-9.pdf>)

³⁴⁷Entrevista a madre Esmeralda Piedade Araújo (Anexo 36)

Nações Unidas no terreno. Aí será ela também a tomar a iniciativa de fazer o registo de todas as pessoas presentes garantindo que, em caso de algum ataque, se saberia o fim que tinham levado. Depois Esmeralda sai para a Austrália em finais de Setembro e regressa a Timor em Dezembro.

A Câmara Eclesiástica foi completamente incendiada num acto onde muitos vêem a intenção de destruir todos os registos timorenses que ali se encontravam. A casa do bispo em Díli foi igualmente queimada. Ximenes Belo vai para Baucau e depois dali partirá para Lisboa onde é recebido em apoteose. «Eu tomei aquela decisão. Quando estava em Baucau, tomei a decisão: tenho de ir a Roma já, falar com o Santo Padre João Paulo II. Por isso é que saí.»³⁴⁸

O bispo de Baucau recorda que decidiram que seria D. Carlos a sair por este ser mais conhecido e poder assim ser mais eficaz na denúncia do que se estava a passar. D. Basílio fica então como o único líder timorense no território com poderes representativos de facto. Xanana Gusmão ainda estava preso na Indonésia e Matan Ruak, comandante das FALINTIL, encontrava-se no mato respeitando o acordo que os proibia de intervir. Por isso é o bispo de Baucau que participa na reunião do Conselho de Segurança em Díli com o general Wiranto que era então o comandante das Forças Armadas Indonésias (ABRI/TNI). O general terá então confessado a Basílio do Nascimento que contavam ganhar o referendo já que os seus informadores pró-indonésios lhes garantiam a vitória com a campanha de terror. Dinheiro e armas não faltaram para os homens das milícias e o general lamentou-se ao bispo. «”Vou passar à história como o assassino de Timor. Os nossos aliados timorenses disseram-nos que íamos ganhar. Pediram-nos meios e nós demos”»³⁴⁹

Em Baucau, D. Basílio conseguiu, contudo, evitar a violência que se verificou noutros pontos do território. O bispo comprou toda a gasolina aos indonésios prevenindo assim os incêndios e com ele tinha um conjunto de padres que diz ser o seu “quartel-general”, que tendo estudado na Indonésia, sabiam bem como lidar com os militares. Também em Soibada, o padre Júlio Crispim assegurou, junto dos militares timorenses no Exército indonésio, que a ordem se mantinha e assim aconteceu. Por outro lado garantiu, junto das FALINTIL, a sobrevivência desses militares timorenses que quiseram permanecer em Timor depois da independência. Em Laga, onde entretanto tinha sido colocado como pároco, João de Deus viu a população olhar para ele à espera da decisão para ver se fugiam ou se ficavam. O padre ficou e a população também.

³⁴⁸Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo (Anexo 24)

³⁴⁹Entrevista a D. Basílio do Nascimento (Anexo 30)

Depois vai ainda negociar com Lere Aanan Timor, Comandante das FALINTIL na região Centro, a passagem de um batalhão indonésio.

A 20 de setembro de 1999 entram em Timor os primeiros militares da INTERFET, a Força Internacional para Timor-Leste liderada pela Austrália. O processo de transição iniciava-se e iria terminar a 20 de Maio de 2002, quando Timor se tornou, oficialmente, no primeiro país independente do século XXI. Em todo o processo ninguém tem hoje dúvidas de que a Igreja Timorese teve um papel determinante para o desfecho final. Uma das suas figuras mais emblemáticas, Monsenhor Martinho da Costa Lopes não viveu para ver Timor independente. Morreu em Fevereiro de 1991, em Lisboa.

Conclusão

A preferência pelo catolicismo (pelos timorenses) representava, ao mesmo tempo, a rejeição da religião dos opressores e a adesão ao clero, única força que tinha defendido os seus direitos, e que respeitava a sua dignidade³⁵⁰

Quando se dá a invasão de Timor-Leste, em Dezembro de 1975, a Igreja Católica era a única instituição de referência que ali permanecia. Durante os 4 séculos de colonização portuguesa, os timorenses haviam já reconhecido a sua presença e sobretudo o seu peso enquanto instituição que respeitavam. A ela deviam muito do modesto sistema educativo que existia no território e fora sobretudo ela, através da evangelização, também a trazer a marca da cultura Ocidental. Mais do que a administração colonial portuguesa. Muito longe do país colonizador, Timor-Leste era um território esquecido, se não mesmo abandonado pela metrópole, realidade que se agravou após a revolução de 25 de Abril. Em convulsão interna, Portugal não conseguiu dar resposta à grave situação em que o território timorense vivia e num processo de descolonização atribulado, está hoje comprovado que até não hostilizava a integração de Timor-Leste na Indonésia. A Igreja timorense também estava aberta a essa solução, talvez influenciada pelas informações que lhe chegavam da Igreja Indonésia com garantias de que nada havia a temer com a integração. E nesta posição entrava ainda o factor político assente no facto do partido que mais adeptos ganhava em Timor, a FRETILIN, ter optado por uma ideologia marxista-leninista que lhe era adversa e que era ainda o argumento esgrimido para a invasão anunciada. Porém a violência da invasão depressa colocou o clero em Timor-Leste contra o ocupante e ao lado da população. Sendo a única autoridade reconhecida que ficara no território, os timorenses encontravam e procuravam ali a sua salvação perante a agressão a que estavam sujeitos e a Igreja foi empurrada desde logo a intervir. Assim, neste primeiro momento o clero timorense foi o porto de abrigo de muitos refugiados da guerra e será por longos anos a única protecção de um povo violentado mesmo não sendo esmagadoramente cristianizado.

Em Timor as estatísticas oficiais dos anos 70 apontavam para um número de católicos que não chegava aos 30% mas a influência da Igreja era muito maior. No terreno, padres como o

³⁵⁰Mattoso, José - *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*; Rio de Mouro, Temas e Debates, 2005, p. 105

salesiano João de Deus dão conta de que o sacerdote para os timorenses era como um pai.³⁵¹ Daí que a maciça catolização que se segue à invasão não aconteça só pela obrigatoriedade de escolha de uma religião, imposta pelos indonésios. A conversão ao Catolicismo que chega aos 90% da população em 20 anos de ocupação do território, verifica-se pela referência que os padres e as freiras ali presentes já constituíam e sobretudo porque foram e eram eles a única entidade a quem podiam recorrer. Outra razão igualmente importante de referir é a ameaça iminente da morte que muitos dos refugiados nas montanhas vivenciaram logo nos primeiros tempos da invasão. Os bombardeamentos e os ataques das Forças Armadas indonésias dizimaram milhares de pessoas e a morte era, por isso, uma realidade com que conviviam todos os dias. Os padres que viveram com os guerrilheiros e a população refugiada nas “zonas libertadas” testemunham essa necessidade de aproximação ao divino perante o perigo da morte.³⁵² Os batismos em massa acabaram, então, por ser uma consequência natural face à ameaça de morte e a escolha surge ainda como um acto de pertença junto de uma Igreja que era a única entidade que reconheciam como fiável e a única onde encontravam a protecção necessária. Além disso estavam excluídas outras opções como o Animismo, amplamente inscrito na cultura timorense, ou o Ateísmo associado que era ao Comunismo que os invasores combatiam. Depois o Catolicismo será usado estrategicamente pela resistência como marca de uma identidade para se demarcarem em relação ao ocupante maioritariamente islâmico. Tal como noutros casos da História do século XX, a religião também aqui foi usada para marcar a nacionalidade. Daí o padre José António da Costa lembrar que a dada altura se dizia «ser Timor é ser católico, ser católico é ser Timor»³⁵³

Do lado da Igreja, depois de inicialmente empurrada para uma intervenção, devido à violência da invasão, a sua acção vai ganhar uma importância maior porque ao apoio espiritual e humano, a Igreja vai juntar o auxílio à resistência armada e civil. Ela será a fonte de legitimação e credibilização de uma resistência associada a uma ideologia reprovada internacionalmente e que esteve na origem da ocupação. De resto, frequentemente o Catolicismo dos guerrilheiros é evocado para tentar destruir essa associação da resistência ao Comunismo mesmo por muitas das lideranças religiosas como foi o caso dos administradores apostólicos. Professores e colegas de muitos dos que lutavam no mato, os padres em Timor facilmente se associaram à sua luta indo muito além da sua missão espiritual. Clandestinamente foram eles que mantiveram o ensino do

³⁵¹Entrevista Padre João de Deus (Anexo 37)

³⁵²Entrevistas Luís Costa (Anexo 19) e padre Francisco Tavares (Anexo 25)

³⁵³Entrevista Padre José António da Costa (Anexo 29)

português, a língua usada pela resistência. Além disso, eles não só deram apoio logístico à guerrilha como os auxiliaram dando dinheiro, transportando armamento e documentos (são disso exemplo os padres João de Deus, Mário Belo, Francisco Barreto, José Alves Martins, Jovito Rêgo e Júlio Crispim, entre outros) influenciaram na tomada de decisões políticas (caso de Monsenhor Martinho da Costa Lopes, Francisco Barreto, Filomeno Jacob ou Domingos Maubere, entre outros) e até fizeram parte da estrutura da resistência (casos de Luís Costa e Francisco Fernandes). Assim, a Igreja timorense inscreveu-se como uma força de mudança. Hugh B. Urban numa referência a Max Weber explica que o sociólogo defende que a religião tanto pode legitimar o poder instituído como as forças de mudança e conclui como pode ela tomar forma neste último caso.

«Como o derradeiro motivador, ela (a religião) pode servir como a fonte mais poderosa de resistência, rebelião e revolução contra o poder dominante.

Pode tomar a forma de uma resistência não violenta contra o poder dominante, usando a autoridade religiosa como meio de rejeitar a legitimidade do poder político existente embora não se envolvendo no confronto físico.»³⁵⁴

Aqui se inscrevem líderes religiosos como Martin Luther King na sua luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos da América. O papel da Igreja Timorense enquadra-se também nesta ideia de força de mudança enquanto defensora que foi dos direitos humanos em Timor-Leste e do direito do povo timorense à autodeterminação. Foi por isso um papel de intervenção política. A maioria dos religiosos recusa, contudo, qualquer acção política entendendo os seus actos dentro do trabalho pastoral enquadrado pelo Concílio Vaticano II, a base da formação da maioria do clero em Timor. Mas certo é que assente no seu poder religioso intervieram para poder mudar a realidade violenta em que viviam os timorenses dando voz a um povo que não tinha. Desse ponto de vista não estarão longe da Teologia da Libertação da América Latina. Não se tratando, evidentemente, de criar uma nova teologia ou de uma nova forma de evangelizar, em Timor, tal como na América Latina, deu-se voz a quem não tinha.

«[...]referindo-se a Gutierrez, Delgado acredita que aí reside “a sua grande contribuição para a história da humanidade e da Igreja: forneceu aos deserdados da terra uma consciência crítica da sua dignidade de filhos de Deus”»³⁵⁵

³⁵⁴ Urban, Hugh B. Urban - *Politics and Religion* in Jones, Lindsey (Editor in Chief); *Encyclopedia of Religion* Vol. 11, 2nd Ed., USA, 2005, p. 7256

³⁵⁵ Ibáñez, Alfonso- “*Gustavo Gutiérrez: El Dios de la vida y la liberación humana*”; In Espiral, Estudios sobre Estado e Sociedade; Vol.X, nº 26, Janeiro/Abril 2003,p. 24 (<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13802601>). Gustavo Gutierrez é o padre dominicano e teólogo peruano e um dos fundadores da Teologia da Libertação- teologia

Inserida que estava no espaço público, a Igreja Timorense agia como uma entidade política em nome de um povo que representava, num território durante largos anos isolado do mundo e com quem praticamente só ela conseguia comunicar. Ela era a voz da população perante o invasor e também no exterior, influenciava a luta da resistência e, não raras vezes, fez parte dessa mesma luta. Discussão sempre presente, a necessidade da Igreja entrar no campo político foi defendida por uns e rejeitada por outros. Neste caso, aconteceu umas vezes por rejeitarem ver qualquer acção política nos seus actos que, argumentavam, serem apenas em defesa dos direitos humanos, outras vezes a rejeição da intervenção política acontecia para manter uma aparência de uma Igreja não comprometida. No entanto aquilo a que assistimos foi desde os administradores apostólicos (depois os bispos) até aos simples padres e freiras a falarem e a agirem em nome de um povo denunciando as violações que se verificavam em Timor-Leste. E nem poderia ser de outra forma já que eles eram os únicos representantes de facto, dentro do território, de uma população que, por um lado, não se revia na autoridade do poder invasor e por outro, tinha os seus líderes políticos ou no exterior ou no mato, na clandestinidade. De resto, D. Carlos reconhecerá em 2000 que foi obrigado a ter esse papel político em defesa do seu rebanho.³⁵⁶ Noutros casos, essa intervenção foi assumida como um direito que lhes assistia enquanto cidadãos.

A intervenção da Igreja não foi sempre igual. Nos primeiros anos, foi porto de abrigo e à protecção acrescentou também a denúncia junto das autoridades indonésias. Mas, vendo-se ignorada nas suas queixas, a partir dos anos 80 verifica-se uma viragem. A *Reflexão sobre a Fé* dos padres e administrador Apostólico lida na MASRI marca a mudança em direcção à denúncia pública. No mesmo ano em que Martinho da Costa Lopes denuncia em público numa homilia, perante milhares de pessoas, o massacre de cerca de 500 timorenses. É o momento da mudança de atitude na Igreja Timorese. É também durante os anos 80 que se intensifica a denúncia a nível internacional através de organizações não -governamentais. Nesses anos, assiste-se ao testemunho, em entrevistas, dos primeiros padres que tinham vivido no interior e que tinham, entretanto, saído de Timor. A coincidir com a visita do Papa a Portugal, num apelo junto de João

que levantou muita controversa eclesial e teológica tendo sofrido mesmo a reprovação do Vaticano. Quando o autor cita Delgado está a referir-se a Mariano Delgado, professor na Faculdade de Teologia de Friburgo.

³⁵⁶ Belo, Carlos Filipe Ximenes - *The Road to Freedom, A Collection of speeches, Pastoral Letters, and Articles From 1997-2001*; Sydney, Caritas Australia and Centre for Peace and Development Studies, 2001, p. 38

Paulo II, duas freiras dão a conhecer a primeira carta de um padre timorense escrita em 1977 e é também nessa altura que surge a A Paz é Possível em Timor-Leste, a organização criada no seio do CIDAC com o objectivo de interpelar as Igrejas do mundo sobre a questão timorense. Na Assembleia da República é também criada a Comissão Eventual para o Acompanhamento da Situação em Timor-Leste. Curiosamente tudo isto acontece ao mesmo tempo que, nas Nações Unidas, é votada a última resolução sobre Timor em que o resultado é renhido.

A Igreja tinha sido a única estrutura a permanecer no território e era a única organização supra-nacional que lá se encontrava dispondo de uma rede no mundo. Essa rede será utilizada por longos anos. Os padres que visitavam Timor eram usados para passar mensagens. Desde o início que vários sacerdotes dentro do território (sobretudo os padres jesuítas João Felgueiras e José Alves Martins) escreviam, clandestinamente, aos seus pares a contar o que se passava e a pedir que o divulgassem. A partir dos anos 80 essas cartas vão sendo total ou parcialmente divulgadas. Embora consciente na utilização da rede da Igreja Católica, a acção do clero em Timor-Leste raras vezes foi concertada e falou a uma só voz. De uma forma geral, era uma acção individual onde por vezes se verificam até divisões internas sobretudo com posições contra Ximenes Belo. No exterior, assiste-se ao testemunho de Monsenhor Martinho na Comissão dos Direitos do Homem da ONU, no Comité para a Descolonização e em entrevistas e conferências pelo mundo. O administrador que fora obrigado a resignar foi uma voz que nunca se calou exercendo sempre pressão a favor da causa de Timor. À sua voz juntou-se a do novo administrador, Carlos Filipe Ximenes Belo que, muito embora não sendo tão assertivo, confessa que quando falava, por exemplo, com a Conferência Episcopal Americana o fazia na certeza de que a sua mensagem seria passada para os canais políticos.³⁵⁷ Muitas organizações ligadas à Igreja Católica e a outras igrejas falarão também por Timor nos organismos da ONU e em conferências e acções de solidariedade pelo mundo. Era uma acção consciente da rede de que dispunham no seio da religião cristã e, por vezes é possível encontrar acções concertadas como quando é pedido a bispos de todo o mundo que escrevam ao secretário-geral da ONU apoiando o pedido de referendo de Ximenes Belo. Verifica-se igualmente a cooperação e, por vezes, unidade na acção entre organizações religiosas e organizações não-governamentais de defesa dos direitos humanos.

³⁵⁷Entrevista a D. Carlos Filipe Ximenes Belo (Anexo 24)

A estrutura da Igreja no exterior, funcionava, salvo raras exceções onde se encontra D. Manuel Martins, o bispo de Setúbal, sobretudo na sua base, com os fiéis e alguns padres a empenharem-se. No topo foi difícil conquistar a atenção e o clero de Timor-Leste sentirá esse isolamento. Paulatinamente, no entanto, as conferências episcopais pelo mundo foram progressivamente juntando a sua voz à causa timorense. A primeira a oferecer ajuda será a australiana e também a CRS americana com ajuda humanitária. Depois outras aparecerão. Mas em Roma, o Vaticano teve sempre uma atitude ambígua, com o clero em Timor a queixar-se das posições assumidas sobretudo pelo secretário de Estado e pelos núncios em Jacarta (as maiores queixas são em relação a Pablo Puente e Francesco Canalini). A grande preocupação para a Santa Sé eram os milhões de católicos indonésios num país islâmico. Ainda assim, a visita do Papa a Timor, em 1989, será de grande importância para relançar a questão timorense. A missa em Taci-Tolu será usada pela resistência para uma manifestação e a partir daí muitas celebrações religiosas assumem uma dimensão frontalmente política. O massacre de Santa Cruz, momento essencial na viragem da opinião pública internacional uma vez que foi filmado e as imagens foram difundidas por todo o mundo, acontece depois de uma missa em memória de um jovem morto. A chacina dá-se num cemitério onde está bem presente o elemento religioso. Entre corpos em sangue, as cruces de Cristo trazem à memória o martírio e em som de fundo ouve-se os timorenses a rezarem.

A religião e no caso específico o Catolicismo é pois inseparável da independência de Timor-Leste e foi um factor importante para alcançar a autodeterminação do território. A Igreja de Timor foi a protecção, a voz e a sua rede pelo mundo contribuiu para credibilizar e manter viva a questão timorense nos anos em que ela estava esquecida e também quando ela já tinha ganho a opinião pública internacional. Cientes da importância da Igreja Católica, os indonésios temiam-na e procuraram conquistá-la mas muitos religiosos foram também alvo da sua fúria pelo contributo que deram para a luta do povo timorense. No processo violento que foi o referendo em Timor, alguns desses religiosos serão inclusivamente mortos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Arquivos consultados

Arquivo Timor Online do Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC)

<http://www.cidac.pt/index.php/o-que-fazemos/centro-de-recursos/documentacao/timor-online>

Arquivo da Resistência Timorense da Fundação Mário Soares

http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_26

2. Bibliografia geral

ALATAS, Ali - *The Pebble in the Shoe, The Diplomatic Struggle for East Timor*; Aksara Karunia, 2006

AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Volume 4; Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001

BELO, Carlos Filipe Ximenes - *História da Igreja em Timor-Leste, 450 anos de Evangelização (1562-2012) 1º Volume -1562-1940*; Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Junho 2013

BELO, Carlos Filipe Ximenes - *The Road to Freedom, A Collection of speeches, Pastoral Letters, and Articles From 1997-2001*; Sydney, Caritas Australia and Centre for Peace and Development Studies, 2001

BELO, Carlos Filipe Ximenes - *Dom Frei Manuel de Santo António Bispo dominicano Expulso de Timor*; Porto, Edições Salesianas, 2013

BICCA, Alessandro - *A Diferença Entre Os Iguais*; Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Nível Doutorado, mimeografada, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Março 2011

BORDA D'ÁGUA, Flávio - *Le Timor Oriental face à la seconde Guerre Mondiale (1941-1945)*; Lisboa, colecção Biblioteca Diplomática do MNE- Série D/ Ministério dos Negócios Estrangeiros, Dezembro de 2007

BRETES, Maria da Graça - *Timor Entre Invasores 1941-1945*; Lisboa, Livros Horizonte, Lda, 1989

- CARRASCALÃO, Mário Viegas - *Timor Antes do Futuro*; Timor-Leste, Mau Huran Printing, Setembro 2006
- CARVALHO, Manuel de Abreu Ferreira de - *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45)*; Lisboa, edições Cosmos Instituto da Defesa Nacional, 2003
- CASAROLI, Agostino - *O Martírio da Paciência*; Apelação, Paulus Editora, 2000
- COSTA, Luís - *Dicionário de Tétum-Português*; Lisboa, Edições Colibri/ Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Maio 2000
- DUARTE, Jorge Barros - *Timor Ritos e Mitos Ataúros*; Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa Ministério da Educação, 1984
- DURAND, Frédéric - *Timor Lorosa'e Pays au carrefour de l'Asie et du Pacifique*; Presse Universitaires de Marne-la-Vallée (France), IRASEC (Bangkok (Thailande), 2002
- DURAND, Frédéric - *Catholicisme et Protestantisme dans l'île de Timor: 1556-2003*; Toulouse, Editions Arkuiris, 2004
- FELGUEIRAS, João S.J. e MARTINS, José Alves, S. J. - *Nossas Memórias de Vida em Timor*; Braga, Editorial A.O., Junho 2010
- GIBB, Hamilon Alexander Rosskeen e KRAMMERS, Johannes Hendrik e LÉVI-PROVENÇAL, Évariste – *The Encyclopaedia of Islam*; Leiden: E.J. Brill, 1954
- GOMES, Ana e GOMES, Adelino - *Crise em Timor-Leste O Que Correu Mal?* in *Relações Internacionais*, Nº 12 (Dezembro 2006) p. 65-87, Lisboa, 2006
- GOMES, José Júlio Pereira - *A Internacionalização da Questão de Timor-Leste* in *Relações Internacionais*, Nº 25 (Março 2010) p. 67-89, Lisboa, 2010
- GUSMÃO, Xanana- *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*; Lisboa, Edições Colibri, 1994
- KOHEN, Arnold S. - *From The Place Of The Dead, the Epic Struggles of Bishop Belo of East Timor*; e-book, Library of Congress Cataloging- in-Publication, 2012
- LAPIDUS, Ira M. - *A History of Islamic Societies*; Cambridge, Cambridge University Press, 1988
- LENNOX, Rowena - *Fighting Spirit of East Timor, The Life of Martinho da Costa Lopes*; Auastralia, Pluto Press, 2000
- MAGALHÃES, A. Barbedo - *The East Timor Issue and the Symposia of Oporto University*; edition President's Office Oporto University

- MAGALHÃES, A. Barbedo de - *East Timor: Land of Hope- second Symposium on Timor Oporto University (28 April-1 May 1990)*; President's Office Oporto University
- MAGALHÃES, A. Barbedo de- *Timor Leste Ocupação Indonésia e Genocídio*; Porto, Universidade do Porto, Fevereiro 1992
- MAGALHÃES, A. Barbedo de - *Timor-Leste Mensagem aos Vivos*; Porto, Limiar, Julho 1983
- MAGALHÃES, A. Barbedo de - *Timor Leste na encruzilhada da transição Indonésia*; Lisboa, Edição Gradiva, Novembro 1999
- MAGALHÃES, A. Barbedo de (Colaborações especiais de Liem Soei Liong e David Scott) - *Timor-Leste: Interesses Internacionais e Actores Locais*, Vol I e II; Porto, Edições Afrontamento, 2007
- MARQUES, A.H. de Oliveira - *História de Portugal-vol I*; Lisboa, Edições Ágora, 3ª edição 1973
- MARTIN, Ian - *Autodeterminação em Timor Leste, As Nações Unidas, O Voto E A Intervenção Internacional*; Lisboa, Quetzal Editores, Lisboa, 2001
- MARTINS, José Alves S. J. - *Da Cruz ao Sol Nascente experiência de um jesuíta em Timor Leste de 1974 a 2012*; Braga, Editorial A.O., Fevereiro 2014
- MATTOSO, José - *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*; Rio de Mouro, Temas e Debates, 2005
- MENDONÇA, José Tolentino - *Natal Na Frente de Luta in Expresso (19/12/2015)*
- MIRANDA, Ana Sofia Soares de Oliveira - *A Cruz e o Sândalo Religião, Tradição e Gerações Timorenses*; Tese de mestrado, mimeografada, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2003
- PIRES, Mário Lemos - *Descolonização de Timor, missão impossível?*; Lisboa, Círculo de Leitores/Publicações D. Quixote, 1991
- SANTA, José Duarte - *Australianos e Japoneses em Timor na II Guerra Mundial (1941-1945)*; Lisboa, Notícias Editoria, 1997
- SAPPIA, Caroline e SERVAIS, Olivier - *Mission et Engagement Politique après 1945 (Afrique, Amérique Latine, Europe)*; Paris, Éditions Karthala, 2010
- SOARES, Mário-*Portugal Amordaçado depoimento sobre os anos do fascismo*; Arcadia, Outubro 1974

THOMAZ, Luís Filipe- *De Ceuta Timor*; Lisboa, Difel, 2ª edição, 1998

THOMAZ, Luís Filipe- *País Dos Belos, Achegas para a Compreensão de Timor-Leste*; Lisboa, Instituto Português do Oriente, 2008

URBAN, Hugh B. - *Politics and Religion* in JONES, Lindsey (Editor in Chief)- *Encyclopedia of Religion Vol. 11*; USA, Thomson Gale 2nd Ed., 2005

A Paz é Possível em Timor Leste - *East Timor Repression and Resistance*, Julho 1991

A Paz é Possível em Timor Leste - *Timor Oriental après Santa-Cruz*, Fevereiro 1992

Conferência Interparlamentar de Lisboa Por Timor Leste (31 de Maio a 2 de Junho de 1995); Lisboa, Assembleia da República, 1999

Expresso (28/11/2015) - *José Ramos-Horta, Ex- Presidente de Timor Leste: “Fui contra a declaração unilateral da independência”*

Resistência Timorese Arquivo & Museu; Fundação Mário Soares & Instituto Camões

Timor Leste Factos e Documentos- factos (1988-1991); Lisboa, Assembleia da República, 1991

United Nations Committee for Decolonization, hearings on the East Timor Question 1996;

Assembleia da República de Portugal, 1997

3. Bibliografia electrónica

ADITJONDRO, George Junus - *East Timor, An Indonesian Intellectual speaks out*; Herb Feith, Emma Baulch, Pat Walsh, 1994

TL1908 - <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL1908.pdf>

CAREY, Peter - *The Catholic Church, Religious Revival, and the Nationalist Movement in east Timor, 1975-98* in *Indonesia and the Malay World*, Vol 27, N° 78, 1999-

TL5430 - <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL5430.pdf>

DOMM, Robert - *An Interview with Xanana Gusmão*, (p. 17- 29) in *East Timor keeping the flame of freedom alive- Development Dossier n° 29*, Australian Council for Overseas Aid, Fevereiro 1991

TL0023 - <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL0023.pdf>

FEIJÓ, Rui Graça - *Língua, nome e identidade numa situação de plurilinguismo concorrencial: o caso de Timor-Leste* in *Etnográfica* (Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia), 2008

<http://etnografica.revues.org/1641>

FERREIRA, Cap. piloto Alves - *O Último Voo*

http://ultramar.terraweb.biz/Livros/Ab%C3%ADlioAlvesFerreira/Ultimo_Voo_Sobre_Timor.pdf

IBÁÑEZ, Alfonso - *Gustavo Gutiérrez: El Dios de la vida y la liberación humana* in *Espiral, Estudios sobre Estado e Sociedade*, Vol.X, nº 26, Janeiro/Abril 2003

<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13802601>

PILGER, John- *East Timor a Land of Crosses*

TL1773 - <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL1773.pdf>

TRAUBE, Elizabeth - *Statement Delivered to the Fourth Committee of the United Nations General Assembly*, Outubro 1979

TL3507-04 - <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL3507-04.pdf>

TRAUBE, Elizabeth - *Timorese Perspectives on Colonialism and Decolonization*, Apresentação no Workshop sobre Timor-Leste em Washington DC, 25 de Abril de 1991

TL5888 - <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/TL5888.pdf>

Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste (CAVR)- *Relatório Chega!*

<http://www.cavr-timorleste.org/po/Relatorio%20Chega!.htm>

Discurso de D. Carlos Ximenes Belo na cerimónia de entrega do Prémio Nobel da Paz de 1996

http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1996/belo-lecture.html

Discurso de Ramos Horta na cerimónia de entrega do Prémio Nobel da Paz de 1996

http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1996/ramos-horta-lecture.html

Homilia do Papa João Paulo II na missa Campal em Taci Tolu, Díli em 12 de Outubro de 1989

http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/en/homilies/1989/documents/hf_jp-ii_hom_19891012_dili.html

Expresso Diário (14/08/2015) -*Max Stahl. O jornalista que escondeu a reportagem numa campa*

<http://expresso.sapo.pt/sociedade/2015-08-17-Max-Stahl.-O-jornalista-que-escondeu-a-reportagem-numa-campa>

Público (29/11/2005) - *Portugal disse aos Estados Unidos que não se oporia à Invasão de Timor-Leste*

<http://www.publico.pt/mundo/noticia/portugal-disse-aos-eua-que-nao-se-oporia-a-invasao-de-timorleste-1240452>

Site Oficial do Governo de Timor-Leste - <http://timor-leste.gov.tl/?p=547&lang=en>

4.Documentários

ANDRINGA, Diana- *Timor-Leste: O Sonho do Crocodilo*, 2004

JARECKI, Eugene -*The Trials of Henry Kissinger*, 2002

OPPENHEIMER, Joshua- *O Ato de Matar*, 2012

Mapa de Timor-Leste

Fonte: Durand, Frédéric- *Timor Lorosa'e Pays au carrefour de l'Asie et du Pacifique*; Presse Universitaires de Marne-la-Vallée (France), IRASEC (Bangkok (Thaïlande), 2002, p. 141

Cronologia

1974

25/Abril- Revolução em Portugal. O Movimento das Forças Armadas (MFA) desencadeia um golpe militar pondo fim ao regime ditatorial em Portugal. A revolução fica conhecida como a “Revolução dos Cravos”.

11/Maio- Fundação da União Democrática Timorense (UDT)

13/Maio - Criado Comité para a Autodeterminação de Timor-Leste

20/Maio- Fundação da Associação Social Democrata Timorense (ASDT)

27/Maio- Fundação da Associação Popular Democrática de Timor (APODETI)

Junho- Ramos-Horta vai a Kupang, capital de Timor indonésio, onde conversa com o governador El Tari, e a Jacarta onde se encontra com Adam Malik, ministro dos Negócios Estrangeiros, e outras autoridades civis e militares da Indonésia.

12/Junho- Deputado indonésio John Naru reclama integração de Timor-Leste na Indonésia.

17/Junho- Adam Malik, ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio afirma publicamente que Timor-Leste tem direito à sua independência e que a Indonésia não estava interessada na expansão do seu território. Em carta à ASDT (Associação Social Democrata Timorense) assegura o apoio da Indonésia ao processo de independência de Timor.

Julho- O governador Alves Aldeia sai de Timor-Leste sendo substituído pelo tenente-coronel Niveio Andrade, como delegado do Governo. O embaixador da Indonésia em Bruxelas visita Lisboa também neste mês.

27/Julho- General Spínola, presidente da República Portuguesa, reconhece o direito das colónias à independência. Publicação da lei 7/74 que define o processo de descolonização das colónias.

6/Setembro- Presidente indonésio, general Soeharto encontra-se em Wonosobo, Java, com o primeiro-ministro australiano, Gough Whitlam, que declara o seu apoio à integração de Timor-Leste na Indonésia. Whitlam alega que o estado de Timor-Leste não é viável e que pode mesmo ser uma ameaça potencial para a região. Ao mesmo tempo refere que o futuro de Timor-Leste deve ter em conta a vontade popular que os australianos reagirão negativamente contra o uso da violência. Soeharto terá hesitado em aceitar a proposta de anexação dos seus generais e conselheiros.

9/Setembro- Carlos Filipe Ximenes Belo chega a Timor-Leste vindo de Portugal.

Setembro- A ASDT transforma-se em Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN)

16/Outubro- Costa Gomes (presidente da República), Vasco Gonçalves (primeiro-ministro) e Jorge Campinos (secretário de Estado do ministro dos Negócios Estrangeiros) recebem chefe dos serviços secretos de Jacarta, General Ali Murtopo. Jacarta só aceita que Timor-Leste seja indonésio ou português.

19 /Outubro- Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial, visita Timor-Leste.

14/Novembro- Mário Lemos Pires é designado para o cargo de governador de Timor-Leste.

18/Novembro- O governador Lemos Pires chega a Timor.

1975

21/Janeiro- FRETILIN e UDT estabelecem coligação para cooperação com vista a um processo de autonomia para que no prazo de 5 a 10 anos se verifique a independência. Os dois partidos repudiam a integração na Indonésia.

Fevereiro- Indonésia ensaia invasão.

7/Março- Governador Lemos Pires desloca-se a Lisboa.

9/Março- Delegação ministerial portuguesa encontra-se em Londres com uma delegação indonésia liderada pelo general Ali Moertopo.

11/Março- Tentativa de golpe de estado do general Spínola em Portugal. A esta tentativa de golpe de estado seguiu-se a nacionalização da banca.

17/Março- Governador Lemos Pires visita Jacarta.

4/Abril- Nova reunião do presidente Soeharto e o primeiro-ministro australiano em Townsville, Queensland.

29/Abril- EUA retiram-se do Vietnam depois de uma derota.

7/Maio- Comissão de Descolonização discute com partidos timorenses o processo de descolonização no território.

20/Maio- Manifestação da FRETILIN celebrando o primeiro aniversário da fundação do partido.

21-23/Maio- Agitação estudantil na capital timorense.

27/Maio- UDT retira-se da coligação que tinha estabelecido com a FRETILIN a 21 de Janeiro.

3/Junho- Primeira incursão militar indonésia em Timor-Leste, no enclave de Oecusse.

5/Junho- Portugal comunica pela primeira vez à ONU informações sobre Timor-Leste no âmbito do artigo 73º da Carta das Nações Unidas relacionado com a situação dos territórios não autónomos.

19/Junho- Governador manda suspender tempos de antena dos partidos na rádio.

25/Junho- Encontro entre uma delegação portuguesa e representantes indonésios em Hong Kong.

26-28/Junho- Cimeira de Macau. A FRETILIN não participa nesta conferência. Daqui sai um acordo entre Portugal UDT E APODETI que dá origem à lei 7/75 de 11 de Julho de 1975 onde é definido o processo de descolonização de Timor-Leste. É fixado um calendário com eleições para uma assembleia constituinte em Outubro de 1976 e a transferência de soberania num prazo de cerca de 3 anos. A 26 de Junho há manifestações da UDT em Díli em apoio à Cimeira.

28/Junho- Um grupo de soldados timorenses sai armado do quartel.

Julho- Presidente da Indonésia afirma que Timor-Leste não pode ser independente porque tal será economicamente inviável. Considerava ainda que não fazia sentido que Timor continuasse ligado a Portugal concluindo, por isso, que o futuro teria de passar pela integração na Indonésia.

5/Julho- Soeharto, o presidente da Indonésia, visita os Estados Unidos da América e pede ao presidente Americano, Gerald Ford, apoio para a integração de Timor-Leste na Indonésia.

17/Julho- Promulgação da lei 7/75 onde é definido o processo de descolonização de Timor Leste.

Agosto- Incidentes com a Indonésia na fronteira do enclave de Oecusse.

10-11/Agosto- Golpe de estado da UDT. Segue-se a guerra civil que dura 3 semanas e da qual sai vitoriosa a FRETILIN. Dados da Cruz Vermelha Internacional (CVI) apontam para que 1500 timorenses tenham morrido durante a guerra civil.

12/Agosto- População estrangeira em Díli começa a abandonar o território.

14/Agosto- O comandante da PSP em Timor, tenente-coronel Magiolo Gouveia, é feito prisioneiro pela UDT e numa declaração pública, declara a sua adesão à UDT. No dia seguinte é a vez do capitão Lino da Silva aderir à UDT marchando com a sua companhia de Los Palos para Díli.

20/Agosto- Contragolpe da FRETILIN. Vai assumir o controlo da quase totalidade do território. São fundadas as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL) que passam a ser o braço armado da FRETILIN.

26/Agosto- O governador Mário Lemos Pires e toda a sua administração retiram-se para a ilha de Ataúro e transfere para aí a sede do governo.

27/Agosto- Militares portugueses que se dirigiam de Bobonaro para Batugadé são feitos prisioneiros pela UDT.

28/Agosto- Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial, desloca-se a Jacarta.

1/Setembro- A FRETILIN controla a maior parte do território à excepção do enclave de Oecusse, da ilha de Ataúro e algumas bolsas na fronteira sob controlo da UDT. Milhares de timorenses procuram refúgio no outro lado da fronteira.

4/Setembro- A CIA informa Washington que 2 grupos de forças especiais indonésias entraram em Timor.

17/Setembro- A CIA diz que Jacarta está a enviar guerrilheiros para provocar incidentes a fim de desencadear a invasão.

20/Setembro- Delegação portuguesa propõe conversações em Macau aos partidos timorenses.

24/Setembro- Governador Lemos Pires chega a Lisboa. Regressa a Timor dez dias depois. Refugiados reunidos em Batugadé pela UDT são autorizados pelo governo indonésio a instalar-se em Timor Ocidental.

8/Outubro- Primeiro ataque indonésio em Timor-Leste em Batugadé, na fronteira.

14-16/Outubro- A Indonésia avança em território timorense atacando Maliana a 14 de Setembro e Balibó a 16. Cinco jornalistas ao serviço de órgãos de informação australianos são mortos em Balibó. A Indonésia consegue assim que não seja divulgada a notícia de que a invasão já começara.

1-2/Novembro- Os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal (Melo Antunes) e Indonésia (Adam Malik) encontram-se em Roma. Acordam que a descolonização de Timor-Leste era da responsabilidade de Portugal e que ela deveria ser feita em negociação com os partidos timorenses. O ministro português Melo Antunes diz que a Indonésia garantiu que não terá intervenção armada.

14/Novembro- Início do ataque a Atabae pelo exército indonésio.

25/Novembro- Tentativa de golpe de estado anulada e restabelecimento da normalidade em Portugal continental.

27/Novembro- Boicotadas pela Indonésia as negociações marcadas para Darwin entre Portugal e os partidos políticos. Por esta altura regista-se também a tomada de Atabai pelas forças indonésias.

28/Novembro- Declaração unilateral de Independência da FRETILIN. Portugal não reconhece a independência.

29 ou 30/Novembro- Assinatura da declaração de Balibó. Representantes da UDT, APODETI e KOTA (Klibur Oan Timor Aswain) e Partido Trabalhista assinam uma declaração pedindo a intervenção da Indonésia e defendem a integração de Timor-Leste.

2/Dezembro- IV Comité da Assembleia Geral da ONU inicia debate sobre Timor-Leste. Portugal denuncia a entrada de militares indonésios no território de Timor-Leste e condena qualquer intervenção militar.

5-6/Dezembro- O Presidente norte-americano, Gerald Ford, e o secretário de Estado, Henry Kissinger estão em Jacarta em visita oficial de dois dias.

7/Dezembro- Invasão da Indonésia a Timor. Por ar e mar entram em Díli, horas depois da partida de Jacarta do presidente dos EUA, Gerald Ford, e do secretário de Estado, Henry Kissinger. Em Díli há resistência e vários pára-quedistas são abatidos. A população foge para as montanhas. O território é encerrado a observadores estrangeiros. Portugal corta relações diplomáticas com a Indonésia.

8/Dezembro- Governo português em Timor sai da ilha de Ataúro.

8-30/Dezembro- As forças indonésias prosseguem a invasão penetrando no interior da ilha. Chegam a Baucau, a segunda cidade em Timor-Leste, pouco depois de terem entrado em Díli. Estima-se que as forças indonésias sejam na ordem dos 25 mil homens.

12/Dezembro- Assembleia Geral da ONU aprova a resolução nº 3485 em que condena a invasão da Indonésia e intima o governo indonésio a retirar para que o povo timorense possa exercer livremente o seu direito à auto-determinação e independência.

17/Dezembro- Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio anuncia a constituição de um governo provisório com os líderes timorenses que assassinaram, sob pressão, o pedido de integração de Timor na Indonésia. Arnaldo Araújo dos Reis, da APODETI, é o primeiro governador.

22/Dezembro- O Conselho de Segurança da ONU aprova por unanimidade a resolução nº 384 em que apela ao respeito pelo direito do povo timorense à

autodeterminação, exige a retirada das forças indonésias do território e apela ao governo português, enquanto potência administrante, para cooperar com as Nações Unidas para que o povo de Timor possa exercer livremente o seu direito à autodeterminação.

1976

13/Fevereiro- Francisco Lopes da Cruz, ex-presidente da UDT, estima que terão morrido 60 mil pessoas na sequência da invasão.

19-23/ Janeiro – Enviado especial do secretário-geral da ONU, Vittorio Winspeare Guicciardi, visita zonas controladas pelas forças ocupantes. Pretende visitar outras áreas e até contacta a FRETILIN mas o governo provisório alega falta de transportes.

31/Março- Assembleia Constituinte aprova texto para integrar Timor-Leste na Constituição Portuguesa no artigo 307. Portugal assume a responsabilidade de «promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste».

11/Março- FRETILIN inicia emissões na “Rádio Maubere” que passa a ser o único canal de comunicação como exterior.

15/Maio-2/Junho - Em Soibada, realiza-se a primeira reunião plenária do comité central da FRETILIN onde é estabelecida uma estrutura organizada da luta e das actividades da resistência.

31/Maio- Na única reunião que realiza, a Assembleia Popular Regional de Timor-Leste pede a integração na Indonésia.

17/Julho- Parlamento indonésio proclama a integração de Timor-Leste na República Unitária da Indonésia como a sua 27ª província.

28/Julho- Autoridades australianas confiscam emissor-receptor que garante as comunicações entre a Austrália e a “Rádio Maubere”.

3/Setembro- A Conferência dos Bispos Católicos Australianos afirma a sua vontade de prestar ajuda humanitária a Timor-Leste. Até 1979 não foi permitida qualquer tipo de ajuda humanitária.

19/Novembro- Observadores indonésios, num relatório interno, dão conta de que o balanço de mortos pode ser de 100 mil pessoas. A Assembleia Geral da ONU exige pela primeira vez a realização de um referendo com vista à autodeterminação de Timor-Leste.

22/Novembro- Publicação de relatório da delegação de padres indonésios que visitam Timor-Leste e onde é denunciada a violação dos direitos humanos.

1/Dezembro- A Assembleia Geral da ONU aprova, por maioria, a resolução 31/53 reafirmando o direito à autodeterminação de Timor e exigindo a retirada das tropas indonésias.

1977

8/Março-20/Maio- Primeira reunião do Conselho Superior da Luta da FRETILIN em Laline, nas montanhas. É aprovado o princípio da “guerra popular prolongada baseada nas próprias forças”.

Agosto/ Setembro - Início da campanha de “cerco e aniquilamento” levada a cabo pelas forças indonésias até 1979. O monte Matebian será símbolo dessas campanhas. Ali se encontrava a população em massa, em fuga. Foram campanhas de destruição com bombardeamentos sistemáticos também com napalm e desfolhante. A fome e a doença avançam.

7/Setembro- Xavier do Amaral, presidente da FRETILIN e da RDTL, é expulso, destituído do cargo e preso pelo Conselho Permanente do Comité Central da FRETILIN, acusado de traição. Em sua substituição é eleito Nicolau Lobato, a 16 de Outubro.

22/Outubro- Monsenhor Martinho da Costa Lopes (vigário-geral da diocese de Díli desde 1975) é nomeado administrador apostólico de Díli depois da resignação do bispo D. José Joaquim Ribeiro. Também neste mês de Outubro o núncio apostólico de Jacarta celebra missa em Díli.

Dezembro- O Presidente Soeharto promete uma amnistia a todos os que se renderem garantindo que quem o fizesse não seria castigado ou morto. Mas muito dos que se rendem serão mortos.

-Durante este ano as forças indonésias intensificam os ataques às bases da resistência e aniquilam os principais líderes.

1978

12/Maio- Surgem os primeiros testemunhos de esterilização forçada em Timor-Leste.

6/Abril- Mohammad Yusuf é nomeado comandante-em-chefe das TNI/ABRI.

Maio e Junho- Segunda fase da operação “cerco e aniquilamento”

Agosto- Iniciam-se os bombardeamentos com aviões *Skyhawk*. Alarico Fernandes responsável pela segurança e informação rende-se levando consigo o equipamento de rádio. A “Rádio Maubere” deixa de emitir.

7-9/Setembro- Indonésia permite a entrada de jornalistas e embaixadores estrangeiros que ficaram chocados com a fome e a taxa de mortalidade nos campos de

concentração em Timor-Leste. Como consequência os deputados do parlamento australiano pediram à Indonésia para permitir a entrada da Cruz Vermelha Internacional (CVI). Mas tal só acontecerá em Outubro de 1979.

Setembro- Embaixador americano em Jacarta, Edward Masters visita Timor-Leste e fica a par dos terríveis factos de que centenas ou possivelmente milhares morriam de fome.

-Terceira fase da operação “cerco e aniquilamento”

22/Novembro- Monte Matebian, último refúgio de guerrilheiros e cai. Xanana Gusmão, Matan Ruak e Ma Hudo saem do Matebian.

22/Dezembro- Austrália reconhece, de jure, a anexação de Timor-Leste na Indonésia.

31/Dezembro- Morre, em combate, Nicolau Lobato.

-Em finais deste ano o comité central da FRETILIN recomenda à população que estava com a resistência que se renda e regresse às vilas e aldeias já controladas pelos indonésios.

1979

-Xanana diz que é o ano da derrota estratégica. Dezenas de membros do CCF morrem, outros rendem-se.

Fevereiro- Apenas 3 dos cerca de 50 elementos do Comité Central da FRETILIN estão vivos: Xanana Gusmão, Ma'Huno e Txai.

Março- Cai a última base em Alas, Manufahi.

2/Abril- Relatório da Cruz Vermelha Internacional (CVI) dá conta de que há risco de dezenas de milhares de timorenses morrerem à fome caso não se ponha em marcha um programa de assistência.

Maió- Primeira conferência internacional sobre Timor-Leste em Lisboa com a participação de Noam Chomsky.

Julho- Censo indonésio da população de Timor-Leste. A Igreja Católica estima que desapareceram mais de um terço dos timorenses. Também neste mês a Cruz Vermelha internacional (CVI) visita 13 campos de concentração e os seus delegados dão conta de 60 mil pessoas num estado alarmante dos quais 20 mil a morrer de fome.

19/Outubro- O presidente da Indonésia, general Soeharto, autoriza a entrada da Cruz Vermelha Internacional (CVI) mas limita o seu programa de ajuda a 60 mil pessoas. É o início do reagrupamento familiar. Os delegados estrangeiros falam de uma situação pior que a do Biafra.

24/Dezembro- O jornal americano *New York Times* publica um editorial sobre a situação de Timor-Leste depois do padre Leonto do Rêgo ter denunciado, em Nova Iorque e em Washington DC, o que se passa em Timor. O padre tinha vivido os bombardeamentos nas montanhas e deu uma entrevista ao *New York Times* sobre o que se passava em Timor. Um dia depois, há informação nos jornais sobre a utilização de napalm em Timor pelo exército indonésio.

-Em finais deste ano, estima-se que 250 mil timorenses foram obrigados a ficar em campos de concentração para ficarem separados da resistência.

1980

-Neste ano verifica-se uma vaga de massacres em todo o território e uma razia nos quadros da luta. Setenta por cento dos letrados foram eliminados.

16/Janeiro- Timor-Leste é assinalado como destino para a transmigração de indonésios de outras ilhas mais populosas.

Maio- Xanana Gusmão passa para o Centro Leste com 60 homens. Xanana Gusmão tenta reagrupar grupos dispersos de guerrilheiros.

10/Junho- Resistência ataca paiol de Becora, em Díli, o emissor de televisão e os postos militares de Fatunaba e Dare.

26/Julho- Carlos Filipe Ximenes Belo é ordenado padre e regressa a Timor em 1981, depois de um ano em Macau e 5 em Portugal.

1981

-Segunda vaga de massacres e início do desterro em Ataúro. O centro de detenção tem o maior número de detidos e, em 1982, chega a atingir os 4 mil.

1-8/Março- 1ª Conferência Nacional para reorganização do país e a constituição do CRRN (Conselho Revolucionário de Resistência Nacional). Xanana Gusmão sai como líder da resistência e comandante-em-chefe das FALINTIL. Depois da reorganização nacional perdem quatro membros do comité central, 3 companhias das FALINTIL e muitos quadros e população. É decidido criar o Partido Marxista-Leninista FRETILIN (PMFL).

7/Abril- Vaticano aprova o tétum como língua litúrgica. A proposta partiu do clero timorense que se recusou a usar o bahasa indonésio depois de ter sido interdito o português.

15/Abril- Apesar da fome a Cruz Vermelha Internacional (CVI) é impedida de prosseguir o seu trabalho em Timor-Leste e tem de sair do território.

Maio-Setembro- Operação *Kikis* (muro de pernas) denominada *Keamanan* que mobiliza à força toda a população masculina para servir de escudo humano no ataque aos guerrilheiros.

19-21/Junho- Por iniciativa da CDPM (Comissão para os Direitos do Povo Maubere) reúne-se em Lisboa o Tribunal Permanente dos Povos debruçando-se sobre o problema de Timor-Leste. O padre Leoneto do Rêgo apresenta o seu testemunho.

20/Julho- A Amnistia Internacional expressa a sua preocupação depois da divulgação dos manuais de instrução militares indonésios que sugerem a tortura como meio para obter informações nos interrogatórios.

31/Julho- O clero timorense publica a *Reflexão sobre a fé* que aborda a humilhação e o sofrimento do povo.

7/Setembro- Cerca de meio milhar de timorenses são mortos em Santo António, perto de Lacluta. As tropas indonésias dispararam sobre os habitantes à noite. Só no dia seguinte percebem que ali apenas se encontravam mulheres e crianças.

13/Outubro- Monsenhor Martinho da Costa Lopes denuncia o massacre de Lacluta na homilia no final da procissão à virgem Maria.

19/Novembro- Monsenhor Martinho da Costa Lopes é recebido pelo presidente indonésio, Soeharto, em conjunto com a Conferência Episcopal Indonésia. O administrador apostólico denuncia as atrocidades do Exército indonésio junto do presidente.

1982

11/Janeiro- O clero timorense alerta para o facto de que metade da população está ameaçada de morte pela fome. O alerta é publicado na imprensa australiana.

2/Abril- Aprovada a criação da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste na Assembleia da República.

14/Abril- A Cruz Vermelha Internacional (CVI) é autorizada a reentrar no território.

16/Maio- O Papa João Paulo II recusa integrar a diocese de Díli na Conferência Episcopal Indonésia.

Setembro- Monsenhor Martinho da Lopes encontra-se com Xanana Gusmão em Mehara.

3/Novembro- A Assembleia Geral da ONU exige pela sétima vez a organização de um referendo para Timor-Leste.

5/Novembro- Papa aceita pedido de resignação de D. Martinho da Costa Lopes, administrador apostólico de Díli desde 1977. É nomeado D. Carlos Ximenes Belo em sua substituição.

23/Novembro- Na Assembleia Geral é aprovada, por apenas 4 votos de diferença, a resolução 37/40 em que se determina que o secretário-geral da ONU deverá iniciar consultas com todos os partidos com vista a explorar avenidas de forma a alcançar uma resolução compreensiva do problema de Timor-Leste. É com base nesta resolução que a 5 de Maio de 1999 vai ser alcançado o Acordo de Nova Iorque que permite a realização do referendo em Timor Leste.

1983

16/Fevereiro- A Comissão dos Direitos Humanos da ONU condena a violência em Timor-Leste e exige que se dê início a um processo de autodeterminação do território. -Terceira vaga de massacres. Vai prolongar-se até 1984.

20/Março- Início de conversações entre o Comandante das Forças Armadas indonésias em Timor-Leste, general Purwanto e Xanana Gusmão. As conversações acontecem em Buburake, Viqueque. Em Larigutu, numa área controlada pela FRETILIN, Xanana vai reunir-se depois com o Governador Mário Carrascalão. Depois em Kaikoli, Venilale, recebe no acampamento de Gattot o padre Eligio Locatelli.

23/Março- Assinatura de cessar-fogo entre a Resistência e as Forças Indonésias. A FRETILIN apresenta também um plano de paz. Até Agosto regista-se uma trégua.

28/Março- Benny Moerdani é empossado Comandante-em-Chefe das TNI/ABRI.

Abril- 1º Encontro entre Xanana Gusmão e Mário Carrascalão.

10/Maio- Em comunicado à Imprensa, Xanana Gusmão propõe conversações entre Portugal, Indonésia, Austrália e a FRETILIN. Propõe ainda conversações entre a FRETILIN e as outras forças nacionalistas de Timor-Leste.

12 de Maio- Ordenação de D. Carlos Ximenes Belo como administrador apostólico, na Igreja de Motael em Díli. A maioria dos padres não comparece à ordenação por discordar dela.

13/Maio- Documento assinado por um grupo de padres prevê a exterminação do povo timorense. Neste mesmo dia D. Carlos reúne-se com padres para os demover da contestação à sua nomeação e pedir-lhes para trabalharem em conjunto em prol do povo timorense.

23/Maio- O Centro de Defesa e Informação dos EUA publica um relatório onde estima um número de 250 mil mortes em Timor-Leste desde a invasão.

28/Maio- 2º Encontro entre Xanana Gusmão e Mário Carrascalão. Encontro preparado pelo padre Locatelli e Aleixo Ximenes.

Julho- Iniciam-se conversações directas entre Portugal e Indonésia sob os auspícios do secretário-geral da ONU.

29/Julho- 170 deputados europeus lançam um apelo pelo direito à autodeterminação de Timor-Leste.

21/Agosto- Execução de um milhar de civis na vila de Kraras (sub-distrito de Ossu perto de Viqueque). Terá sido então o fim do cessar-fogo e o início de uma nova ofensiva, a *Operasi Persatuan* (reunião) onde terão participado pelo menos 10 mil homens.

13/Outubro- No seguimento da procissão de Nossa Senhora, D. Carlos Ximenes Belo faz um sermão denunciando as prisões e violência, acrescentando que a Indonésia deveria fornecer víveres e não armas.

12/Novembro- Portugal e Indonésia começam em Nova Iorque reuniões exploratórias.

13/Novembro- A Conferência Episcopal Indonésia (MAWI) afirma o seu apoio ao povo timorense «vítima de sofrimentos cruéis». É uma ruptura com a posição do núncio apostólico de Jacarta, Monsenhor Pablo Puente.

25/Dezembro- O clero timorense recusa encontro com o general Moerdani no dia de Natal como forma de protesto contra o lançamento de uma nova ofensiva militar prevista para 2 de Janeiro de 1984.

1984

16/Fevereiro- Carta de D. Carlos Ximenes Belo a D. Martinho da Costa Lopes, exilado em Portugal. Pede ao antigo administrador apostólico para continuar, no exterior, a falar da situação em Timor-Leste.

21/Fevereiro- Monsenhor Martinho da Costa Lopes é ouvido na Comissão dos Direitos do Homem da ONU e denuncia as acções da Indonésia.

Março- Execução de 100 pessoas em Hauba, segundo relato da Amnistia Internacional.

16/Março- A Cruz Vermelha Internacional é autorizada a visitar os prisioneiros em Díli mas não a fornecer ajuda alimentar.

28/Março- O Conselho Permanente dos Bispos Portugueses emitem um comunicado de imprensa sobre Timor-Leste.

Abril- Direcção da guerrilha reconsidera Partido Marxista-Leninista. FRETILIN deixa de ser Marxista-Leninista.

2/Maio- D. Carlos Ximenes Belo envia uma carta a Monsenhor Martinho da Costa Lopes referindo que os desaparecimentos, as prisões e as intervenções militares continuam mas que apesar da presença militar, os indonésios não estão em situação de ganhar a guerra.

12/Junho- Monsenhor Martinho da Costa Lopes fala diante do Comité para o Desenvolvimento Social e para a Paz no Mundo do Episcopado Católico Americano em Washington DC.

16 de Julho- D. Carlos Ximenes Belo dá uma entrevista ao *The Age* da Austrália onde diz que está preparado para ser substituído se esse for o preço a pagar por defender os direitos humanos.

Dezembro- Australianos, num acto de solidariedade, oferecem um rádio emissor-receptor à resistência que foi essencial para restabelecer as ligações com o exterior.

1985

-Neste ano D. Carlos Ximenes Belo encontra-se com Monsenhor Martinho da Costa Lopes em Algés e pede-lhe para contactar as autoridades no exterior para que influenciem a Indonésia a respeitar os direitos humanos.

1/Janeiro- O Conselho Presbiteral e Ximenes Belo publicam uma *Reflexão* onde dão conta da utilização pelo Exército Indonésio de crianças como escudos humanos e da prisão em massa de civis. O clero timorense pede claramente que seja respeitado o direito à autodeterminação.

5/Janeiro- O governo indonésio anuncia um programa de planeamento familiar apoiado pelo Banco Mundial que deveria abranger 95 mil timorenses, o correspondente a 60% das mulheres em idade fértil.

7 a 9 /Janeiro- Segunda ronda de conversações entre Portugal e a Indonésia.

Fevereiro-Março- Xanana envia mensagens para os Chefes de Estado dos PALOP e para o secretário-geral da ONU onde denuncia a violação dos direitos humanos em Timor-Leste e apela à intervenção internacional.

7/Fevereiro- Javier Pérez de Cuellar, secretário-geral da ONU, afirma em Jacarta que não se deve fazer de Timor-Leste um cavalo de batalha.

Março- Carta pastoral de Ximenes Belo sobre o controlo da natalidade que se verifica em Timor.

1/Março- D. Carlos Ximenes Belo acusa as tropas indonésias de terem executado guerrilheiros timorenses em 83.

18 a 22/Março- Terceira ronda de negociações entre Portugal e a Indonésia sob os auspícios da ONU. Neste ano seguiram-se outros encontros de 28 a 31 de Maio, de 24 a 28 de Junho e de 19 a 22 de Agosto.

Abril- O documento de um conselho Presbiteral é publicado no *Washington Post* em vésperas da visita do presidente Reagan a Portugal. O núncio de Jacarta nega a autenticidade do documento em nome de Belo.

5/Maio- Xanana Gusmão envia mensagem ao comité central da FRETILIN no exterior com a estrutura do CRRN.

8/Maio- 131 membros do Congresso americano dirigem uma carta ao presidente Reagan antes da sua visita a Portugal dando conta da sua preocupação em relação a Timor-Leste.

5/Julho- Primeira audiência de Carlos Ximenes Belo com o Papa João Paulo II.

17/Julho- Carlos Ximenes Belo visita Lisboa depois da audiência com o Papa.

24/Setembro- Primeiro encontro de ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e Indonésia- Jaime Gama e Mochtar Kusumatsadja.

1986

18 /Março- Fundação da Convergência Nacionalista Timorense, formada pela FRETILIN e UDT no exterior.

17/Abril- 70 deputados japoneses enviam uma carta ao secretário-geral da ONU pedindo o início do processo de autodeterminação de Timor-Leste.

25/Abril- D. Carlos Ximenes Belo encontra-se com Xanana Gusmão no Colégio de Fatu Maka e propõe-lhe protecção para quem se queira render e exílio para quem o desejasse. Xanana Gusmão recusa.

Maio- Fundação da Universidade de Díli.

20/Outubro- Quatro estudantes timorenses refugiam-se na embaixada dos Países Baixos em Jacarta e pedem asilo político. O pedido é rejeitado pelo embaixador.

1987

-Neste ano as Forças indonésias iniciam um movimento de contra-guerrilha armando antigos guerrilheiros capturados ou que se tenham rendido.

31/Março- A Conferência Católica dos EUA evoca a «brutal invasão e anexação de Timor-Leste pela Indonésia».

23/Abril- Eleições gerais na Indonésia. Em Timor Leste o partido Golkar de Soeharto obtém 90% dos votos.

14/Novembro- O *Jakarta Post* denuncia uma nova onda de fome no Sul do país dando conta de que 38 mil pessoas sofrem de malnutrição.

Dezembro- D. Carlos Filipe Ximenes Belo refere numa carta que o Exército indonésio pratica regularmente a tortura.

7/Dezembro- As FALINTIL são declaradas as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste. Xanana Gusmão demite-se de líder da FRETILIN para garantir independência no comando das FALINTIL.

1988

Janeiro- Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio declara que uma delegação Parlamentar portuguesa pode visitar Timor-Leste.

Fevereiro- Encerramento do campo de prisioneiros de Ataúro.

Março- Encontro de Ximenes Belo com o Papa João Paulo II. Neste mês Benny Moerdani é demitido de comandante-em-chefe das ABRI/TNI.

7/Maio- Na Assembleia da República é admitida a possibilidade de uma visita a Timor-Leste, a convite da Indonésia.

Junho- O governador Mário Carrascalão propõe a Soeharto a abertura de Timor-Leste ao exterior.

19/Junho- D. Carlos Filipe Ximenes Belo é nomeado Bispo de Lorium. O núncio de Jacarta, Francesco Canalini dirige a cerimónia de entronização.

20/Junho- Em Denpasar, Bali, um grupo de estudantes funda a RENETIL (Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste). Entre os fundadores está Fernando Lassama de Araújo e Carlos Saky (Carlos da Silva Lopes). A RENETIL fica na dependência directa do comandante das FALINTIL, Xanana Gusmão.

9/Julho- A Igreja Protestante estabelece-se em Díli sob a tutela da União das Igrejas Protestantes da Indonésia.

30/Outubro- Duas centenas de congressistas americanos manifestam a sua preocupação em relação à tortura e às prisões em Timor-Leste.

Novembro- Soeharto visita Timor-Leste e inaugura nova Catedral de Díli. Foi a primeira visita do presidente indonésio desde a invasão. Centenas de jovens são presos num acto de prevenção para evitar distúrbios durante a visita.

29/ Dezembro- O Presidente indonésio, general Soeharto, assina o decreto que integra Timor-Leste como as demais províncias, sem o estatuto especial que tinha desde 1975 e que levava à submissão do território às Forças Armadas. Declara então o território aberto como qualquer outra província.

5/Dezembro- Documento de D. Carlos Ximenes Belo a denunciar o que se passava no território para ser lido nas igrejas em Timor-Leste. Esta exposição foi divulgada em órgãos de informação estrangeiros.

31/Dezembro- É fundado o Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM). Xanana Gusmão assume a presidência da nova estrutura. Ramos-Horta será nomeado representante especial do CNRM e representante pessoal de Xanana Gusmão.

1989

1/Janeiro- Com a situação aparentemente calma, o governo indonésio anuncia a abertura de Timor-Leste ao turismo e comércio estrangeiros em 8 dos 13 distritos timorenses.

6/Fevereiro- D. Carlos Ximenes Belo escreve ao secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, a pedir um referendo para Timor.

16/Fevereiro- Carta de D. Carlos Ximenes Belo ao núncio apostólico em Jacarta a justificar a sua carta ao secretário-geral da ONU.

12/Março- D. Carlos Ximenes Belo sente-se na obrigação de fazer um comentário à sua carta ao secretário-geral da ONU dando conta de que ela é a «tomada de posição do chefe da Igreja Católica em Timor perante o conflito ou problema de Timor.»

9/Maio- Iniciam-se conversações com vista à visita da delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste. As negociações acontecem em Nova Iorque sob os auspícios da ONU.

Junho- Primeira tentativa de assassinato contra D. Carlos Ximenes Belo. Outras tentativas acontecem em Outubro de 1991, Dezembro de 1996 e Setembro de 1999. Neste mês de Junho verifica-se também uma manifestação de apoio ao bispo e uma carta do Presbitério da Diocese de Díli.

14/Junho- Portugal exige reconhecimento da autodeterminação do povo timorense como condição prévia para que se realize a visita de deputados portugueses a Timor-Leste.

19/Junho- Estudantes timorenses pedem asilo político nas embaixadas do Vaticano e Japão em Jacarta.

5/Agosto- Mário Carrascalão apresenta um relatório sobre Timor-Leste na Assembleia Indonésia. A taxa de iliteracia atinge os 92% e mais de um terço dos sub-districtos não dispõem sequer de um médico.

7/Setembro- Uma centena de estudantes timorenses escrevem ao secretário-geral da ONU apoiando o referendo proposto por D. Carlos Ximenes Belo.

5/Outubro- Xanana Gusmão apresenta novo plano de Paz para ser posto em prática sob a égide da ONU.

12/Outubro- Visita de Papa João Paulo II a Timor-Leste. No final da missa em Tacitolu vários jovens manifestam-se a favor da independência de Timor-Leste. É a primeira vez que uma celebração religiosa é utilizada politicamente. Várias pessoas são detidas após os protestos.

11/Dezembro- Austrália e Indonésia assinam acordo para exploração de petróleo e gás natural no mar de Timor-Leste. O acordo fica conhecido como Timor GAP.

1990

17/Janeiro- John Monjo, embaixador dos EUA em Jacarta, visita Díli. Estudantes aproveitam a presença para se manifestarem e são reprimidos. Muitos jovens fogem para a casa do Bispo perto do Hotel Turismo onde se encontra o embaixador. Nos dois dias seguintes também há manifestações.

9/Fevereiro- O comité central da FRETILIN nomeia José Luís Guterres representante na ONU

18/Abril- O governador Mário Carrascalão diz que não concorda com a visita da delegação parlamentar portuguesa.

Maio- Subscrição por 16 dos 19 padres timorenses de um documento intitulado *Reflexão dos Sacerdotes Autóctones* onde acusam o bispo Belo de ter posições pró-Indonésia.

20/Maio- Realiza-se a I Conferência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste e são revistos os estatutos da RENETIL.

23-28/Maio- Reunião Extraordinária do CNRM em Aitana para formalizar a saída de Xanana Gusmão da FRETILIN.

11/Agosto- Xanana Gusmão escreve a Constâncio Pinto para que a juventude respeite as decisões do comando da luta e para que se evitem manifestações não autorizadas.

15/Agosto- 58 personalidades indonésias, incluindo ex-ministros, generais na reserva, líderes religiosos, activistas dos direitos humanos e outras individualidades proeminentes, fazem um apelo para que Soeharto resigne.

4/Setembro- Manifestações pró-independência em Díli após a missa campal do cinquentenário da criação da Diocese. Terão participado mais de 20 mil pessoas.

27/Setembro- Xanana Gusmão é entrevistado pelo jornalista australiano Robert Domm. Primeiro contacto com a Imprensa estrangeira relança a questão de Timor.

Outubro- Cerco a Suru Kraik põe em risco a vida de Xanana Gusmão. As FALINTIL ficam enfraquecidas com pesadas baixas e é então lançada uma estratégia de âmbito nacional com a organização da população. São as primeiras estruturas da Frente Clandestina.

15/Outubro- Manifestação de estudantes da Escola SMP de São Paulus a que se juntaram outros jovens. Militares indonésios disparam sobre estudantes do Liceu São Paulus em Díli. Há relatos que referem 4 mortos, 3 feridos e cerca de 40 prisões. Há outros relatos que referem apenas espancamento e prisões.

1991

27/Fevereiro- Monsenhor Martinho da Costa Lopes morre em Lisboa.

10-13/Maio- Visita do Papa João Paulo II a Lisboa.

25/Junho- Os representantes portugueses e indonésios chegam a um acordo de princípio sobre a visita da delegação parlamentar portuguesa.

Julho- Encontro de D. Carlos Ximenes Belo com Xanana Gusmão em Ossú.

5/Agosto- Indonésia aceita os termos apresentados por Portugal para a visita da delegação parlamentar portuguesa. Visita fica agendada para a primeira semana de Novembro deste ano.

9/Setembro- Xanana confirma ao jornal *Público* a sua saída da FRETILIN em Dezembro de 1987.

13/Setembro- Assinatura de acordo para a visita da delegação parlamentar portuguesa.

17/Setembro- Carta Pastoral de D. Carlos Ximenes Belo sobre a visita da delegação parlamentar portuguesa.

21/Outubro- Indonésia veta nomes de 3 jornalistas que deverão acompanhar a visita da delegação parlamentar portuguesa. Entre os nomes está o de Jill Jolliffe.

26/Outubro- Portugal cancela a visita da delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste enquanto o nome de Jill Jolliffe não for aceite.

28/Outubro- Assassinato de Sebastião Gomes na Igreja de Motael.

12/Novembro- Massacre de Santa Cruz. Militares indonésios disparam contra uma multidão de cerca de 3500 pessoas que iam prestar homenagem no Cemitério de Santa

Cruz a Sebastião Gomes depois da missa de 14º dia. Durante o percurso, jovens gritam pela independência. Querem aproveitar a presença no território de Peter Kooijmans, relator especial das Nações Unidas para a Tortura. O massacre é filmado por Max Stahl e as imagens do massacre levam à suspensão da ajuda financeira e militar à Indonésia por parte do Canadá, Dinamarca e Holanda. No seu primeiro balanço dos mortos, as autoridades indonésias falam em 19 mortos e 91 feridos. O cálculo da resistência aponta para 200 desaparecidos ou mortos.

20/Novembro- Soeharto designa uma comissão para investigar o que se passou no Cemitério de Santa Cruz. As conclusões do inquérito apresentam um novo balanço de 50 mortos. A Paz é Possível em Timor-Leste apresenta uma lista de 271 mortos, 382 feridos e 250 desaparecidos.

1992

Janeiro- Abílio Osório acusa Xanana Gusmão de ter responsabilidades no massacre de Santa Cruz.

22/Janeiro- Partida de Lisboa do Lusitânia Expresso com o objectivo de prestar homenagem às vítimas de Santa Cruz.

28/Janeiro- Peter Kooijmans, relator especial das Nações Unidas para a Tortura, realça que a tortura é uma prática comum entre as forças indonésias em Timor Leste. Captura de Ma' Hodu, vice-secretário da Comissão Directiva da FRETILIN. O cargo será ocupado por Konis Santana.

1/Março- O bispo Ximenes Belo pede autonomia para Timor-Leste com base nas singularidades históricas, culturais e religiosas dos timorenses.

11/Março- O Lusitânia Expresso é obrigado a parar à entrada das águas territoriais de Timor-Leste.

30/Março- Encerramento do Externato S. José, único estabelecimento de ensino em português.

1/Maio- Mensagem de Xanana Gusmão aos timorenses na diáspora.

3/Junho- Dois tenentes e um sargento do exército indonésio condenados a penas de prisão entre 12 a 18 meses pela sua intervenção no massacre de Santa Cruz.

1/Julho- Gregório da Cunha Saldanha é condenado a prisão perpétua por ter participado na manifestação do 12 de Novembro.

11/Setembro- Abílio Osório Soares substitui Mário Carrascalão no cargo de governador de Timor-Leste.

20/Novembro- Xanana Gusmão é preso em Díli. É substituído na liderança por Ma'Huno.

17/Dezembro- Os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia encontram-se em Nova Iorque sob a égide da ONU.

1993

5/Janeiro- Ma' Huno, novo líder da resistência, reafirma Ramos-Horta representante do CNRM, considera Xanana herói e elogia Mário Soares, o governo português e o secretário-geral da ONU.

1/Fevereiro- Início, no tribunal de Díli, do julgamento de Xanana Gusmão.

5/Abril- Prisão de Ma' Huno. Konis Santana assume a liderança.

21/Abril- Negociações entre Portugal e a indonésia em Roma, sob a égide das Nações Unidas.

25/Abril- Nino Konis Santana assume o comando da resistência e reestrutura a organização. A Estrutura criada por Konis Santana assemelha-se a um triunvirato onde ele assume a liderança do Conselho Executivo da frente armada, Matan Ruak é Chefe de Estado-Maior das FALINTIL e Lú Olo é o responsável pela mobilização do povo.

Maió- Xanana Gusmão começa a ler em tribunal o seu depoimento de defesa denunciando a farsa do julgamento e reafirmando o seu empenho na luta por um estado independente em Timor-Leste. É interrompido e não o deixam ler até ao fim. É condenado a prisão perpétua a 21 de Maio.

21/Junho- A Cruz Vermelha Internacional (CVI) lamenta as dificuldades colocadas pelo governo indonésio que não permitem as visitas a prisioneiros timorenses.

22/Julho- Jovens timorenses manifestam-se em Díli perante o núncio apostólico.

14/Agosto- Comutação da pena de Xanana Gusmão para 20 anos de cadeia.

5/Setembro- Jovens timorenses manifestam-se junto dos membros do Congresso do Estados Unidos que estão de visita a Díli.

17/Setembro- Mário Soares assume que se preocupou pouco com Timor-Leste enquanto primeiro-ministro durante os anos de 76 a 77 e de 83 a 85. Justifica a atitude com preocupações imediatas de sobrevivência interna.

4/Novembro- Xanana Gusmão confirma Konis Santana como líder da resistência.

2-4/Dezembro- Congresso Extraordinário da UDT em Lisboa. João Carrascalão é eleito presidente do partido. Aprovada expulsão de Lopes da Cruz.

27/Dezembro- Xanana Gusmão declara-se cidadão português, denuncia a falta de independência do seu advogado de defesa, pede anulação do julgamento e um advogado português.

1994

14/Janeiro- D. Carlos Ximenes Belo denuncia, numa carta, a prática da tortura em Timor-Leste.

31/Janeiro- RDP Internacional inicia emissões especiais para Timor-Leste.

Fevereiro- Estados Unidos colocam a Indonésia na lista de países que não respeitam os direitos humanos.

31/Março- Abílio Araújo, responsável da Delegação Externa da FRETILIN, é expulso.

15/Abril- O governador de Timor, Abílio Osório Soares, reconhece perante jornalistas que o número de vítimas mortais em Timor-Leste, nos anos de ocupação, ascende a 200 mil pessoas.

31/Maio- 4/Junho- Reunião da coligação Ásia/Pacífico a favor de Timor-Leste em Manila.

28/Junho- Dois soldados indonésios pisam as hóstias durante uma cerimónia religiosa no Remexio.

3-7/Julho- Bakri Wali, relator especial da ONU para averiguar as circunstâncias do massacre de Santa Cruz, visita Díli.

13 e 14/Julho- Meia centena de timorenses manifestam-se em frente ao parlamento de Díli a pedir respeito pela liberdade religiosa.

19/Agosto- ONU admite possibilidade de D. Carlos Ximenes Belo assumir a mediação no conflito de Timor-Leste.

6/Outubro- Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio recebe em Nova Iorque líderes da resistência.

12/Novembro - Um grupo de 29 estudantes ocupa a embaixada dos EUA em Jacarta e exige falar com o presidente americano, Bill Clinton ou o secretário de Estado, Warren Christopher que estão na capital indonésia para a cimeira da APEC.

13-14/Novembro- Manifestações em várias regiões de Timor-Leste.

1995

Janeiro- Março- Novos acontecimentos de violência em vários pontos Timor-Leste. Aparecem os Ninjas que atacam os simpatizantes pró-independência. Há buscas intensas para a captura de Konis Santana.

13/Janeiro- Conclusões do relatório do relator especial das Nações Unidas para as execuções extrajudiciais dão conta de que o massacre de Santa Cruz foi uma acção militar planificada contra civis desarmados que se manifestavam num protesto político.

27-30/Março- Realiza-se em Lisboa Conferência da Resistência Timorense com elementos da FRETILIN, UDT e CNRM.

1-2/Junho- Conferência Interparlamentar sobre Timor-Leste. Estão presentes representantes de vários países.

2-5/Junho- Primeiro encontro “Diálogo Intra-Timorense” na diáspora em Burg Schlaining (Áustria). O encontro que se realiza sob os auspícios da ONU, teve o acordo da Indonésia com a condição de que não fosse abordado o estatuto político do território.

Julho-Agosto- Novas confrontações em diversas regiões do território.

26/Setembro- Conferência Episcopal Indonésia (MAWI) questiona a política de transmigração do governo indonésio para Timor-Leste.

26/Outubro- O ministro das Religiões indonésio, Tarmizi Taher, pede ao Papa a criação de uma segunda diocese em Timor-Leste com o intuito de ter um bispo indonésio no território.

Novembro- Novas confrontações em Díli

1996

Fevereiro- O cardeal Roger Etchegaray, presidente do Conselho Pontifício Justiça e Paz, visita Timor-Leste e faz saber que o Vaticano não deseja integrar o território na Conferência Episcopal Indonésia (MAWI). Critica ainda o desrespeito pelos direitos humanos por parte do Exército indonésio e reafirma a necessidade de encontrar uma solução para o conflito respeitando a identidade cultural e religiosa dos timorenses.

Março – Em Bangucoque, na Cimeira UE/ASEAM, o primeiro-ministro António Guterres encontra-se com o presidente Soeharto e propõe abertura de secções de interesses em embaixadas amigas de ambos os países. A proposta caiu no esquecimento dado Portugal insistir na condição da libertação de Xanana.

19/março-2/Abril- II encontro “Diálogo Intra-Timorense” na diáspora em Burg Schlaining (Áustria). Ximenes Belo não participa e faz-se representar pelo seu vigário-geral, padre José António da Costa.

Junho- O exército indonésio abre fogo contra manifestantes em Baucau. Pelo menos duas pessoas morrem. Mais de 150 são detidas.

11/Outubro- O Prémio Nobel da Paz é atribuído a D. Carlos Filipe Ximenes Belo, Bispo de Díli, e a José Ramos-Horta, representante da resistência timorense no exterior.

15/Outubro- Soeharto inaugura estátua do Cristo Rei em Díli.

30/Novembro- Criação da diocese de Baucau. D. Basílio do Nascimento é nomeado pelo Vaticano, bispo da nova Diocese. Oficialmente D. Basílio é bispo de Settimunicia.

10/Dezembro- Em Oslo, D. Carlos Ximenes Belo e Ramos-Horta recebem o Prémio Nobel da Paz.

1997

Fevereiro- Secretário-geral da ONU, Kofi Annan, nomeia o paquistanês Jamsheed Marker como seu representante pessoal para Timor-Leste.

2/Abril- Abertura de uma estação de rádio católica. É o primeiro meio de comunicação independente autorizado pela administração indonésia, após 21 anos de ocupação.

16/Abril- Na ONU, a Comissão dos Direitos Humanos aprova uma resolução condenando os abusos da administração indonésia e envia um pedido ao governo de Jacarta para que autorize uma nova visita do relator especial da ONU para a tortura.

29/Maio- Resistência organiza boicote às eleições indonésias.

17/Junho- D. Carlos Ximenes Belo encontra-se com o presidente americano, Bill Clinton.

25/Junho- Morte de David Alex, Daitula, sub-chefe do Estado Maior das FALINTIL.

15/Julho- Nelson Mandela janta com Xanana Gusmão durante a sua visita à Indonésia e pede a libertação de Xanana. O jantar acontece na casa de hóspedes da presidência indonésia.

17/Agosto- O bispo de Tóquio declara que o seu país apoia a luta pela independência de Timor-Leste.

Agosto- A crise económica na Indonésia provoca o afundamento da rupia e mais de uma dezena de bancos fecham e deixam dois terços da população abaixo do nível da pobreza.

Outubro- Três mil pessoas sobem ao monte Ramelau para colocar uma estátua da virgem. Incidentes provocados pelos militares indonésios abortam a iniciativa.

21-23/Outubro- III encontro “Diálogo Intra-Timorense” na diáspora em Burg Schlaining (Áustria).

Dezembro- Oferta por parte de organizações de solidariedade de um telefone-satélite à resistência timorense. Usando este telefone, Konis Santana fala aos líderes timorenses reunidos em Lisboa.

1998

11/Março- Morre Konis Santana. Taur Matan Ruak assume a liderança.

23-27/Abril- Realização da “Convenção Nacional Timorense na Diáspora” em Peniche”. O Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM) transforma-se em do Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT). Xanana Gusmão (ainda em prisão) e José Ramos-Horta são respectivamente o presidente e vice-presidente.

21/Maio- O general Soeharto, Presidente da Indonésia, é obrigado a demitir-se na sequência de várias manifestações de protesto. É substituído no cargo pelo vice-presidente Yusuf Habibie

9/Junho- Presidente Yusuf Habibie declara-se preparado para conceder uma autonomia alargada a Timor-Leste com Jacarta a manter o controlo em 3 áreas: Negócios Estrangeiros, Defesa Externa e alguns aspectos da política monetária e fiscal. Neste mês embaixadores da UE visitam Timor-Leste. Forças de segurança disparam mortalmente contra manifestantes em Baucau.

15/Junho- Quinze mil estudantes manifestam-se em Díli exigindo um referendo com vista à autodeterminação de Timor-Leste e a libertação de Xanana Gusmão.

23/Junho- Os bispos timorenses D. Carlos Ximenes Belo e Basílio do Nascimento encontram-se com o Presidente indonésio Yusuf Habibie.

Julho- O bispo Belo é autorizado a visitar Xanana Gusmão na cadeia, pela primeira vez desde a sua detenção. Mais de 60 mil indonésios abandonam Timor.

19/Julho- D. Carlos Ximenes Belo encontra-se com Jamsheed Marker, representante especial para Timor-Leste do secretário-geral da ONU.

Agosto- Encontro dos ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia sob os auspícios das Nações Unidas. É estabelecido o acordo para a abertura de secções de interesses em embaixadas amigas até ao final de Janeiro de 1999. Portugal vai instalar-se na embaixada da Holanda, em Jacarta; a Indonésia na da Tailândia, em Lisboa.

10-11/Setembro- Bispos D. Carlos Ximenes Belo e D. Basílio do Nascimento convocam uma reunião de todas as facções políticas timorenses para promover o diálogo e reconciliação. Reunião acontece em Dare, no Seminário. A reunião fica conhecida como “Dare I”. Não conseguiu promover a reconciliação. Em finais de

1998 começam a formar-se novos grupos para contestar a independência. Seguiu-se a violência do início de 1999.

2/Novembro- D. Carlos Ximenes Belo pede a Xanana Gusmão que se junte às negociações sobre o futuro de Timor-Leste.

10/Novembro- Chegam a Timor-Leste 400 comandos Kopassus que se juntam aos 6 mil soldados que já tinham entretanto sido enviados para o território.

12/Novembro- Representantes da Igreja Católica e Protestante australiana exigem a retirada do exército indonésio de Timor-Leste. Pedem ainda a libertação de Xanana Gusmão e a organização de um referendo sob os auspícios das Nações Unidas.

20/Novembro- O secretário-geral da ONU afirma-se inquieto com o aumento da violência em Timor-Leste. São suspensas as negociações entre Portugal e a Indonésia.

1999

27/Janeiro- Ministro da Informação indonésio, Junnus Yosfiah, anuncia decisão do presidente Habibie de consultar o povo timorense para que possa escolher uma autonomia especial ou a separação da Indonésia.

30/Janeiro- Abertura das secções de interesses em Lisboa e Jacarta

Fevereiro- Xanana Gusmão é transferido da prisão de Cipinang para prisão domiciliária, em Salemba, Indonésia.

18/Fevereiro- Cruz Vermelha Internacional (CVI) pede à Indonésia para desarmar as milícias.

4/Março- Uma organização dos serviços secretos da Defesa australiana dá conta que as Forças Armadas indonésias estão a proteger e a operar com militantes pró-Indonésia que poderiam controlar mas que escolheram não o fazer.

5/Março- Madeleine Albright, secretária de Estado americana, encontra-se com Xanana Gusmão que está em prisão domiciliária.

11/Março- Acordo entre Portugal e Indonésia para que a consulta em Timor-Leste seja feita por escrutínio secreto.

5-6/ Abril- 62 Mortos e 14 desaparecidos em consequência de um ataque desencadeado pelas milícias na igreja de Liquiçá.

7/Abril- 16 pessoas mortas em Ermera.

14/Abril- 15 mortos em Maliana.

17/Abril- Massacre na casa de Manuel Carrascalão, em Díli. Pelo menos 12 pessoas foram mortas pela milícia Aitarak, entre elas o filho de Manuel Carrascalão, Manuelito.

23/Abril- Igreja Católica diz que entre 40 a 100 pessoas foram mortas em Suai.

28/Abril- D. Basílio do Nascimento diz que vários elementos das milícias confessaram ter sido drogados e apresentaram-lhe desculpas por terem atacado a casa do bispo de Baucau.

5/ Maio- Assinatura Acordo Portugal/Indonésia/ONU sobre a consulta popular em Timor-Leste que fica agendada para 8 de Agosto. O texto definido para a votação é o seguinte: «1. Aceita a proposta de autonomia especial para Timor-Leste integrado no estado unitário da República da Indonésia; 2. Rejeita a proposta de autonomia especial para Timor-Leste, levando Timor-Leste à separação da Indonésia?» É garantida a presença de observadores internacionais e de polícia não armada. A segurança fica a cargo da Indonésia.

7/Maio- Conselho de Segurança aprova a resolução nº 136 que dá consistência ao acordo de 5 de Maio.

18/Maio- Há indicação de que mais de 30 timorenses foram mortos em Atara.

22 de Maio- Secretário-geral da ONU apresentou as suas propostas para Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (UNAMET)

11/Junho- Conselho de Segurança aprova resolução nº 1246 que cria a UNAMET.

23/Junho- Devido à falta de segurança, a ONU adia o referendo para 22 de Agosto.

16/Julho -5/Agosto- Recenseamento. 451,792 eleitores registados em Timor-Leste e na diáspora.

25 a 30/Junho- Reunião Paz e Reconciliação “DARE II” em Jacarta o que permite a participação de Xanana Gusmão. A Indonésia emite vistos para os exilados pró-independência incluindo Ramos-Horta. Xanana Gusmão encontra-se com muitos dos timorenses exilados pela primeira vez desde a invasão, em 1975.

10/Agosto- Acantonamento das FALINTIL. Obedecendo às instruções do comando da luta nunca intervêm mesmo perante a onda de violência que assola o território.

14/Agosto- Início da campanha.

27/Agosto- Novas acções de violência provocam mais mortos em Maliana e Los Palos.

30/Agosto- Referendo. Participam 446, 953 eleitores, 98,6% dos recenseados. Por causa de vários actos de violência, 7 urnas de voto são encerradas momentaneamente em Ermera.

31/Agosto- Milícias atacam Díli, Gleno, Aileu, Ermera, Ambeno e Maliana e matam 11 pessoas, 3 das quais, timorenses que trabalhavam para a UNAMET.

4/Setembro- Anúncio dos resultados do referendo pelo secretário-geral da ONU: 78,5 % (344,580) contra a autonomia, 21,5% (94,388) a favor da autonomia. A violência das milícias que se seguiu obrigou todo o pessoal da ONU a concentrar-se em Díli.

5/Setembro- Ataques e destruição por todo o território e nesta onda de violência a Diocese, Câmara Eclesiástica e a residência do bispo em Díli são incendiadas. A população foge para as montanhas. Mais de 250 mil timorenses são deportados para Timor Ocidental. D. Carlos Ximenes Belo vai primeiro para Baucau e depois parte para Lisboa.

-Em Lisboa realizam-se manifestações de solidariedade. Em muitas outras cidades assiste-se também a manifestações de solidariedade.

6 Setembro – O presidente indonésio, Yusuf Habibie declara a lei marcial em Timor-Leste. Nos dias seguintes verificam-se vários massacres em consequência da violência das milícias. Três padres e uma irmã são mortos em Suai: padre Hilário Madeira, padre Francisco Soares, padre Tarcisius Dewanto e irmã Ermínia. Neste mês de Setembro, em Díli é também morto, na residência dos jesuítas, um padre alemão.

7/Setembro- Libertação de Xanana Gusmão. Passa a viver na Embaixada Britânica em Jacarta. Ainda em Setembro Xanana Gusmão parte para a Austrália em segredo. D. Carlos é evacuado para Darwin e a Conferência Episcopal Indonésia (MAWI) condena as acções das milícias e exigem ao governo que respeite a escolha dos timorenses.

12/Setembro- Conselho de Segurança da ONU condena a Indonésia e a sua actuação em Timor-Leste. A Indonésia aceita o envio de uma força de Paz para o território.

15/Setembro- Conselho de Segurança da ONU aprova resolução nº 1264 que cria a INTERFET (Força Internacional para Timor-Leste)

20/Setembro- Entrada dos primeiros militares da INTERFET em Díli.

25/Setembro- Duas irmãs canossianas, dois seminaristas, 4 trabalhadores religiosos e um jornalista indonésio são mortos.

28/Setembro- Transferência da soberania de Timor-Leste para a ONU.

Outubro- Xanana Gusmão chega a Díli.

6/Outubro- D. Carlos Ximenes Belo regressa a Díli.

19/Outubro- Parlamento Indonésio reconhece o resultado do referendo em Timor-Leste e deixa de considerar o território como a sua 27ª província.

20/Outubro- O Parlamento indonésio elege Abdurahman Wahid para Presidente da Indonésia.

25/Outubro- O Conselho de Segurança da ONU estabelece a administração provisória UNTAET (Administração de Transição das Nações Unidas para Timor-Leste) liderada por Sérgio Vieira de Mello.

31/Outubro- Os últimos militares indonésios saem de Timor-Leste.

2002

20/Maio- Dia da Independência de Timor-Leste.